

R E V I S T A

ESPAÇO

n.
57

período
jan-jun

ano
2022

dossiê

A educação que nós Surdos queremos: memórias
materiais e imateriais dos coletivos surdos no Brasil



Governo Federal do Brasil
Ministério da Educação

R E V I S T A
ESPAÇO

Periódico científico do
Instituto Nacional de Educação de Surdos
(INES/MEC)



R E V I S T A
ESPAÇO

**INSTITUTO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO DE SURDOS**

Paulo André Martins de Bulhões

**DEPARTAMENTO DE
DESENVOLVIMENTO HUMANO,
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO**
Andreza da Silva Gonçalves Raphael

**COORDENAÇÃO DE PROJETOS
EDUCACIONAIS E TECNOLÓGICOS**
Jean Fuglino Paiva

DIVISÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Ana Regina Campello

PUBLICAÇÕES INES

COORDENAÇÃO EDITORIAL DDHCT/INES
Luiz Alexandre da Silva Rosado
Ramon Santos de Almeida Linhares

SECRETÁRIA
Isabelle Flor de Oliveira Nogueira

COMISSÃO DE TRADUÇÃO
Isabelle Flor de Oliveira Nogueira
Ramon Santos de Almeida Linhares

EDITORES ESPAÇO
Dra. Cristiane Correia Taveira (INES)

EDITOR ADJUNTO ESPAÇO
Ramon Santos de Almeida Linhares

EDITORES CONVIDADOS
Andre Reichert
Gladis Perlin
Patrícia Luiza Ferreira Rezende-Curione

CONSELHO EDITORIAL ESPAÇO
Dra. Anelice Ribetto (UERJ)
Dra. Celeste Azulay Kelman (UFRJ)
Dra. Flaviane Reis (UFU)
Dra. Gabriela Rizo (INES)
Dra. Geovana Mendonça Lunardi Mendes
(UDESC)
Dra. Giovanna Marafon (PUC-Rio)
Dra. Jaqueline Nunes da Fonseca Cosendey
(INES)
Dra. Tanya Amara Felipe (INES)
Dr. Rodrigo Rosso Marques (UFSC)

COMITÊ CIENTÍFICO ESPAÇO

Dra. Ana Cláudia Balieiro Lodi (USP)
Dra. Annie Gomes Redig (UERJ)
Dra. Carolina Magalhães de Pinho Ferreira (UFRJ)
Dra. Christiana Leal (INES e CAp UERJ)
Dra. Cristina Broglio Feitosa de Lacerda (UFSCar)
Dra. Débora Nunes (UFRN)
Dra. Dulcéria Tartuci (UFG)
Dra. Flávia Faissal de Souza (UERJ)
Dra. Lavinia Magiolino (UNICAMP)
Dra. Lázara Cristina da Silva (UFU)
Dra. Lívia Buscácio (INES)
Dra. Márcia Lise Lunardi (UFMS)
Dra. Maura Corcini (UNISINOS)
Dra. Nesdete Correia (UFMS)
Dra. Ronice Muller de Quadros (UFSC)
Dra. Rosana Glat (UERJ)
Dra. Shirley Rodrigues Maia (Grupo Brasil)
Dra. Soraia de Napoleão Freitas (UFSM)
Dr. Alfredo J. Artilles (Universidade do Arizona/EUA)
Dr. Eduardo Manzini (UNESP)
Dr. Ignacio Calderón Almendros
(Universidad de Málaga/Espanha)
Dr. Manuel Antonio García Sedeño
(Universidad de Cádiz/Espanha)
Dr. Marcelo Andrade (PUC-Rio)
Dr. Rodrigo Rosso Marques (UFSC)
Dr. Thomas Barow (Halmstad University/Suécia)

PROJETO GRÁFICO
Ramon Santos de Almeida Linhares

PREPARAÇÃO TEXTUAL E DIAGRAMAÇÃO
Partners Comunicação Integrada

ARTES EM CAPA E MIOLO
Silas Queiroz

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
Rua das Laranjeiras, nº 232 – 3º andar | Rio de Janeiro – RJ –
Brasil – CEP: 22240-003 | Telefax: (21) 2285-7284 / 2205-0224
E-mail: conselhoeditorial@ines.gov.br

Espaço / Instituto Nacional de Educação de Surdos. – N. 1
(jul / dez 1990) –, – Rio de Janeiro : INES, 1990 –
n. : il. ; 28cm

Semestral
ISSN-0103-7668.

1. Surdos – Educação. I. Instituto Nacional de Educação de
Surdos (Brasil).

CDD – 371.912

SUMÁRIO

EDITORIAL	05
DOSSIÊ #57	07
APRESENTAÇÃO - A EDUCAÇÃO QUE NÓS SURDOS QUEREMOS: MEMÓRIAS MATERIAIS E IMATERIAIS DOS COLETIVOS SURDOS NO BRASIL	09
A INVISIBILIDADE, AINDA EXISTENTE, DA LITERATURASURDA NAS ESCOLAS DE SURDOS <i>The invisibility, still existing, of Deaf Literature in schools for the deaf</i> Renata Ohlson Heinzelmann Bosse	15
EDUCAÇÃO DE SURDOS: REFLEXÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL; ESTAMOS RETROCEDENDO AOS PARADIGMAS DO CONGRESSO DE MILÃO? <i>Deaf Education: reflections on deaf education in Brazil; are we going back to the paradigms of the Milan congress?</i> Cláudio Henrique Nunes Mourão, Bruna da Silva Branco	31
O LUGAR DO HUMOR SURDO NO NOVO MOMENTO DA CULTURA SURDA <i>The place of humour in the new moment of deaf culture</i> Carolina Hessel Silveir	49
A HISTÓRIA DE NOSSA PEDAGOGIA SURDA: PEDAGOGIA CULTURAL <i>The history our deaf pedagogy: cultural pedagogy</i> Gisele Maciel Monteiro Rangel	61
A CONSTRUÇÃO DO PROFESSOR SURDO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA CULTURAL <i>The construction of the deaf teacher: Trajectory cultural history</i> Prof. Dra. Flaviane Reis (UFU)	75
ESCOLA BILÍNGUE DE SURDOS: COMUNIDADE LINGUÍSTICA OU COMUNIDADE SEGREGADA? <i>Bilingual deaf school: do they form a linguistic or a segregated community?</i> Patrícia Luiza Ferreira Rezende-Curione	101
A HISTÓRIA DOS TILS ANTES DO V CONGRESSO DE 1999 <i>A history of sign language interpreters before the V Congress of 1999</i> Ricardo Ernani Sander	113
MOVIMENTOS SURDOS E PRÁTICAS EM AÇÃO, APRENDENDO COM AS TRAJETÓRIAS E COM AS LUTAS <i>Movimientos sordos y prácticas en acción, aprendiendo con las trayectorias y con las luchas</i> Ana Paula Gomes Lara, Roberta dos Santos Messa	131





HISTÓRIA CULTURAL E POLÍTICA DOS SURDOS DE MATO GROSSO DO SUL: 1982 - 2022 <i>Cultural and political history of the deaf in Mato Grosso do Sul: 1982 - 2022</i> Shirley Vilhalva , Elaine Aparecida de Oliveira da Silva	145
DEBATE TÉCNICO-PEDAGÓGICO	159
ENEM EM LIBRAS: A CONQUISTA É DA FENEIS E DA COMUNIDADE SURDA BRASILEIRA <i>ENEM IN LIBRAS: the conquest belongs to Feneis and of the Brazilian Deaf Community</i> Bruno Meirinho, Patrícia Luiza Ferreira Rezende -Curione	161
“MAIS UM ANO, MAIS UMA VEZ...” Liona Paulus Universidade de Colônia (Uzk) Alemanha	179
PRODUÇÃO ACADÊMICA	191
IDENTIDADES POR MEIO DE NOVAS CATEGORIAS PELO TRABALHO EM TERRITÓRIOS EDUCATIVOS: SURDOS PROFESSORES <i>Identities through New Categories for Work in Educational Territories: Deaf Teachers.</i> Elias Paulino da Cunha Junior (PUC/SP)	193
VISITANDO A HISTÓRIA DOS SURDOS	197
MOVIMENTOS SURDOS: EFEITOS DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO DOCUMENTO EDUCAÇÃO QUE NÓS SURDOS QUEREMOS <i>Deaf movements: effects of the historical trajectory of the education document that we deaf want</i> Carilissa Dall'Alba	193
A CAMINHADA DO ORGULHO SURDO:REGISTROS E REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DO MOVIMENTO SURDO NO RIO DE JANEIRO <i>The Deaf Pride Walk: records and reflections on history of the Deaf Movement in Rio de Janeiro</i> Adilson Magarão Buze , Rosana Duarte Grasse , Roberta Santos Moraes Gomes, Ramon Santos de Almeida Linhares	207
FENEIS - RS E A PASSEATA DE 1999: AS LUTAS E CONQUISTAS DA COMUNIDADE SURDA EM 20 ANOS <i>Feneis-RS y la marcha de 1999: las luchas y conquistas de la Comunidad Sorda en 20 años</i> Augusto Schallenberger , Carlos Roberto Martins , Maria Cristina Viana Laguna Emanuelle Plotzky de Castro	231
ARTE E CULTURA SURDA	245
GALERIA DE ARTE SILAS QUEIROZ Curadoria de Patrícia Rezende-Curione e Rosana Grasse	247



EDITORIAL #57

A organização da edição 57 da Revista Espaço se inscreve na história de nossas publicações como uma obra particularmente especial. Tanto no modo como a preparamos, quanto pelo caráter ímpar da autoria e das temáticas que compõem seu conteúdo, o leitor poderá notar alguns ajustes muito significativos. Para a montagem desta edição contamos com três editores convidados, professores surdos brasileiros que desempenham um papel singular na história dos Movimentos Surdos Nacionais - e isso, ao nosso ver, se reflete em todo material a seguir.

As professoras Dra. Gladis Perlin (UFSC), Dra. Patrícia Rezende-Curione (INES) e o professor Dr. André Reichert (INES) desenvolveram, há alguns anos, um projeto de resgate da memória dos Movimentos Surdos em nosso país. Por meio da narrativa científica, ensaística e reflexiva, reúnem uma quantidade significativa de personalidades surdas e alguns ouvintes sinalizantes que atuaram diretamente em momentos singulares da história dos Coletivos Surdos brasileiros. Esses autores e autoras - a quem agradecemos muito - aceitaram o desafio de desenvolver e adaptar seus textos ao formato de nossa revista para que compuséssemos essa edição que hoje chega até vocês, nossos leitores bilíngues. Consideramos esse um

encontro e a firma de uma parceria muito rica para a difusão de novos saberes surdos: a relação entre instituições e pesquisadores surdos.

Sob a temática “A educação que nós surdos queremos”, os editores convidados desta edição nos levam a um passeio expressivo pelo universo de uma história que, enfim, encontra espaço em mãos e olhares surdos para contá-la. Passeando entre nossas seções, o leitor encontrará espaços para dialogar com autores-pesquisadores-militantes que não apenas compartilham conosco suas memórias e reflexões sobre a comunidade surda brasileira, como também nos presenteiam com muitos de seus acervos pessoais. Seus textos nos trazem a materialidade e a imaterialidade que ainda carregam por terem vivido, cada um deles, a singularidade, a potência e a força de cada um desses momentos.

Agradecemos imensamente a confiança daqueles que assinam cada trecho desta edição. Evidenciamos, ainda, que essa parceria se inscreve com destaque em nosso projeto empreitado nos últimos anos no Departamento de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DDHCT) do INES. Temos buscado desenvolver um desenho editorial que tem por objetivo criar espaço para que pessoas surdas falem sobre si mesmas. Uma prática que reverte e desafia a raiz de muitas crenças que sustentam a relação opressiva e capacitista contra as pessoas surdas: a ideia de que elas sempre precisarão ser ajudadas por serem surdas – em detrimento da compreensão de que justiça social e acesso a horizontes humanos mais dignos não são favores – são direitos.

Esperamos que seu contato com essa edição não feche respostas prontas, mas desperte novas reflexões marcadas não só pelas temáticas, mas também pelas abordagens. E, por isso, mais do que muito falarmos sobre o potencial das pessoas surdas, desejamos que ao longo dessas leituras percebamos a necessidade urgente de nos desatarmos cada dia mais de nossos capacitismos ouvintistas. Almejamos que nossos leitores saibam, por experiência, sobre a necessidade de substituímos nossos preconceitos por conhecimento. E que o conhecimento seja cada vez mais localizado; explicitando: quem fala, sempre fala do lugar que ocupa nas relações. Saiba, antes de tudo, e por isso reclamamos o destaque desta edição, que maior parte do que você terá em mãos durante essa leitura foi feita por pessoas surdas, falando sobre elas mesmas e, principalmente, para que outras pessoas surdas saibam que não estão sozinhas.

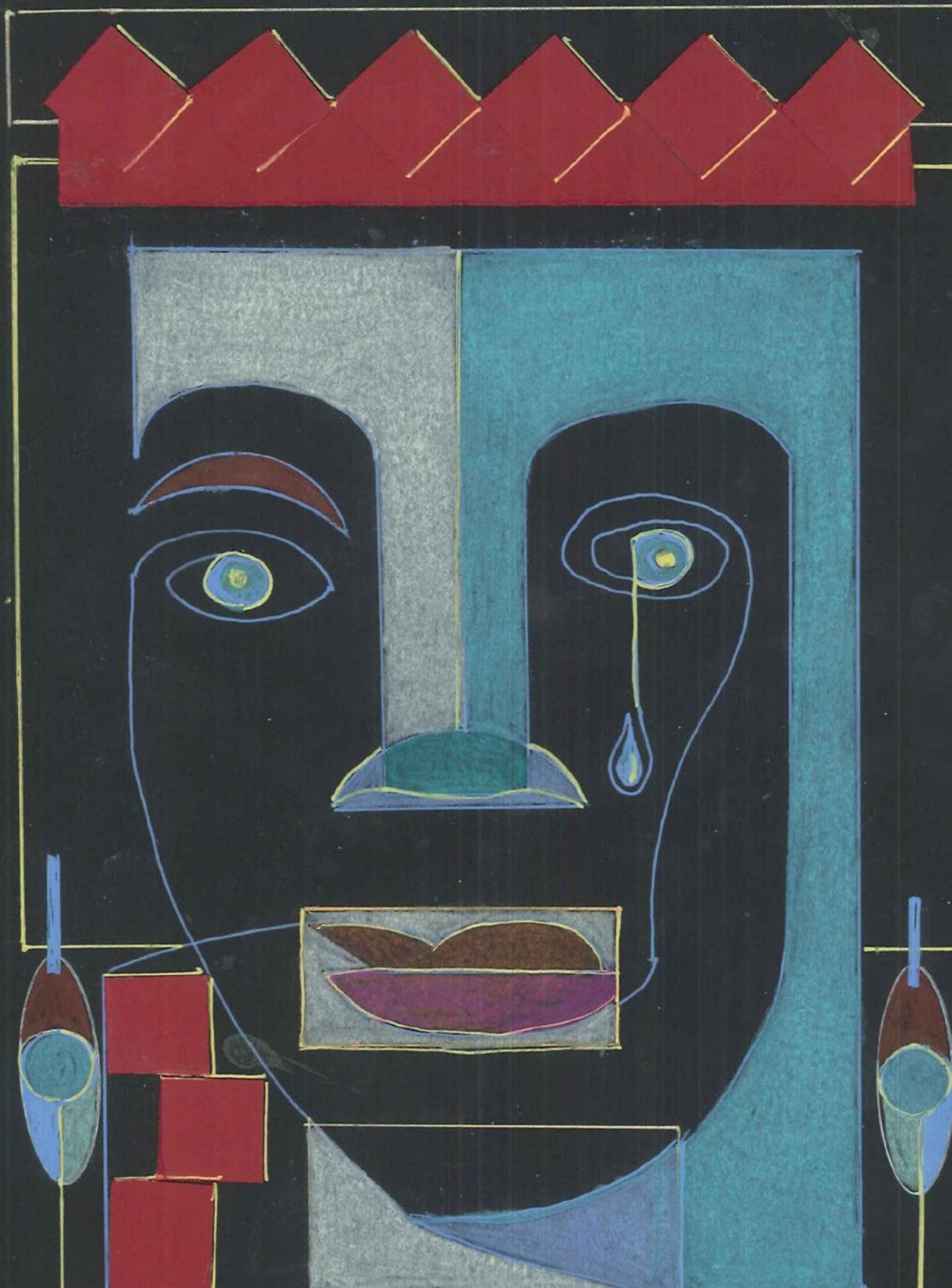
Desejamos a todos e todas uma ótima leitura bilíngue!

Ramon Santos de Almeida Linhares
Editor Adjunto da Revista Espaço

DOSSIÊ #57

APRESENTAÇÃO

A EDUCAÇÃO QUE NÓS SURDOS QUEREMOS:
memórias materiais e imateriais
dos coletivos surdos no Brasil



APRESENTAÇÃO

A EDUCAÇÃO QUE NÓS SURDOS QUEREMOS: MEMÓRIAS MATERIAIS E IMATERIAIS DOS COLETIVOS SURDOS NO BRASIL¹



André Ribeiro Reichert

Professor Adjunto do Departamento de Libras da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: andrereichert@gmail.com



Gladis Teresinha Taschetto Perlin

Professora Associada aposentada pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: gladisperlin@gmail.com



Patrícia Luiza Ferreira Rezende-Curione

Professora Associada do Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos. E-mail: pluiza@ines.gov.br



Ramon Santos de Almeida Linhares

Editor Adjunto

¹ Este texto teve colaboração de revisão do Ricardo Ernani Sander.

Quando a Perspectiva Surda focalizou a construção do documento homérico “**A Educação que nós Surdos queremos**”, no ano de 1999, não se imaginava que ele desencadearia Movimentos e Lutas Surdas ao longo desses últimos anos. Se a construção do documento propôs ter presente a ênfase de nossa Cultura Surda no sistema educacional brasileiro, também propôs o despertar de uma grande conscientização e mobilização.

Sabemos, por meio de narrativas surdas passadas de geração para geração, que, antes de nós, nossos ancestrais surdos desenvolveram a mesma luta. Trazemos, dentro de nós, essa herança histórica e traços culturais que estavam nos pouquíssimos escritos de nossos antepassados, os quais foram sepultados, há quase dois séculos nas bibliotecas pelas práticas audistas. Os registros de nossos ancestrais foram apagados e/ou perdidos ao longo da história. Desta forma, objetivamos trazer a normalidade de ser surdo para o campo consciente do século XXI com a presente obra. Era preciso subverter as práticas audistas sedimentadas na educação por muitos anos, que passaram por diferentes períodos, desde o oralismo até os variados tipos de bilinguismo. Outrossim, foi imprescindível a superação dos entraves das práticas audistas na educação, nas quais se perpetuou o *epistemicídio* de nossa cultura. Com o presente documento, mantivemos entre nós a prática de nosso jeito de ser e de pensar surdos.

Esta edição objetiva documentar os mais de 20 anos da caminhada para a Educação bilíngue no país, bem como registrar os ciclos de acontecimentos ocorridos nesses anos na Comunidade Surda Brasileira, cujos resultados hoje apontam para uma construção de uma efetiva Educação Bilíngue. A Educação Bilíngue compatível ao jeito de ser do estudante surdo, sem seguir um ensino impositivo “que não considera o seu lugar de fala, seus anseios e suas necessidades, vistos sob o olhar da pessoa surda”.

Para este dossiê, convidamos diferentes autores para delinear e ponderar seus pensamentos a respeito do título da obra, resgatando, assim, olhares outros, posições e episódios vividos em 1999. Abaixo, os protagonistas do espaço que abrimos aqui.

Na seção **Dossiê** contamos com os seguintes autores e temáticas:

A *Profa. Dra. Renata Heinzelmann* aborda sobre a Literatura Surda como aquela que se relaciona às Histórias, à Identidade e à Cultura Surdas, presentes em narrativas de Autorias Surdas. A autora evidencia a ausência de processamento do conhecimento do Mundo Surdo, por parte dos professores ouvintes, e cita, por exemplo, o pouco incentivo no uso de vídeos e materiais visuais.

O *Prof. Dr. Cláudio Mourão* e a *Profa. Me. Bruna Branco*, em seu artigo, contam episódios reveladores sobre o CONAE - Conferência Nacional de Educação de 2010, na luta e na resistência dos surdos para incorporarem as propostas condizentes com a Educação de Surdos nesse evento. Os participantes surdos sofreram audismo por parte dos dirigentes da educação especial do então Ministério da Educação.

O artigo de *Carolina Hessel Silveira* tece considerações sobre a importância do documento: A EDUCAÇÃO QUE NÓS SURDOS QUEREMOS. O artigo acentua a relevância do humor surdo, não somente como diversão da Comunidade, mas também serve ao fortalecimento da Identidade Surda.

A *Profa. Dra. Gisele Rangel* grifa a importante descoberta da pedagogia do surdo que, segundo a autora, é fruto de reflexão e de ação inicial dos professores e pesquisadores surdos do sul do Brasil. Os constantes estudos e debates resultaram na concepção atual de Educação Bilíngue.

A *Profa. Dra. Flaviane Reis* realça a conquista dos professores surdos em sua trajetória histórica cultural, desafiando as relações de poder na Educação Superior. Os resultados apontam não só as condições iniciais de angústia, dúvidas e dificuldades, como também a vontade de discutir na academia as lutas travadas no lugar de fala, enfatizando o valor do reconhecimento cultural e linguístico no contexto universitário.

A *Profa. Dra. Patrícia Rezende-Curione* traz o artigo que aborda questões inquietantes e litigiosas atuais sobre as Escolas Bilíngues de Surdos, cujos espaços propiciam a formação e a constituição de comunidades linguísticas legítimas, porém, que são constantemente rotuladas como espaços de segregação. A escritora nos convida a um debate necessário, que leva à reflexão por todos os envolvidos com a Educação de Surdos.

Ricardo Ernani Sander ressalta a visibilidade da língua, dos surdos e da figura do profissional intérprete. O agito na história da construção da profissão de tradutor/intérprete de Língua de Sinais - Tils - vem narrado por recortes pessoais, que são fundamentais para que a história dos movimentos dos Tils seja assim registrada e consolidada. O autor sente o orgulho em ter feito parte do grupo que colaborou para que a Educação Bilíngue de Surdos no Brasil fosse construída.

Ana Paula Lara e Roberta Messa tecem um relato de experiência sobre os achados de sua investigação na região da fronteira, em Alegrete-RS. Apontam aspectos relevantes na necessidade de ampliar as discussões acerca das Lutas Surdas, assim como inserir novas ações que visem à garantia dos direitos dos sujeitos surdos e a importância da extensão universitária na promoção de conscientização sobre a Cultura Surda.

Shirley Vilhalva e Elaine Oliveira trazem recortes da história cultural e política dos surdos de Mato Grosso do Sul, traçando uma linha de acontecimentos e ações que foram realizadas antes, durante e depois do presente documento. Há um foco especial nas questões dos indígenas surdos, do movimento das mulheres surdas e, efetivamente, no Protagonismo Surdo de pesquisadores e professores surdos daquela região.

Na seção **Debate Técnico-Pedagógico**, contamos com dois estudos muito interessantes que relatam a experiência de uma pesquisadora surda estrangeira pelo solo brasileiro e a luta das Lideranças Surdas da Feneis em tentativas de

negociação pelos direitos linguísticos dos cidadãos surdos com o Ministério da Educação brasileiro.

Nossa convidada internacional é a *Profa. Dra. Liona Paulus*, surda de nacionalidade alemã, que esteve no Brasil em meados da década de 20; mais precisamente visitou o sul do Brasil, fazendo intercâmbio nas escolas de surdos do Rio Grande do Sul. Esteve também em Santa Catarina durante a criação de Letras Libras na Universidade Federal de Santa Catarina, que é considerado um grande feito pioneiro por grande parte das Comunidades Surdas Internacionais. A professora surda Liona lançou olhares sobre a perspectiva da educação brasileira, dos avanços que conquistamos com o documento A EDUCAÇÃO QUE NÓS SURDOS QUEREMOS, afirmando que há avanços comparativamente superiores no Brasil em relação à Alemanha. O relato dela é instigante e fundamental para uma visão mais ampla e mais completa.

Bruno Mineirinho e Patrícia Rezende-Curione relatam sobre o percurso da atuação da Feneis para a reivindicação da tradução/interpretação do ENEM em Libras, descrevendo os bastidores da pressão realizada perante as autoridades governamentais até o esgotamento do diálogo. Neste momento, a Feneis adotou a via judicial. O lastro fundamentado por legislações nacionais e internacionais tornou o Enem uma realidade vitoriosa, ou seja, em Libras desde 2017.

Na seção **Produção Acadêmica**, destacamos o trabalho desenvolvido pelo pesquisador surdo Prof. Dr. Elias Paulino da Cunha Junior no programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Na pesquisa intitulada “Identidades por meio de novas categorias pelo trabalho em territórios educativos: Surdos Professores”, o pesquisador nos leva atenciosamente por um passeio por diversos conceitos que nos vão aludindo seus argumentos. Sua construção propõe que vejamos o ser surdo como uma condição que reterritorializa e modifica os modos de ser professor, como alguém que, pelo trabalho, compreende a responsabilidade de mudar o mundo.

Na seção **Visitando a história dos Surdos** concentramos os relatos e reflexões ligados às manifestações públicas de Coletivos Surdos com as seguintes temáticas e autores:

A militante surda e *Profa. Me. Carilissa D’Alba* analisa os efeitos da trajetória histórica do presente documento intitulado A EDUCAÇÃO QUE NÓS SURDOS QUEREMOS. Este documento marcou significativamente a Educação de Surdos no Brasil devido aos seus efeitos geradores para o avanço da Educação de Surdos nos anos posteriores, tais como o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais - Libras, Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, e o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, cujos documentos culminaram na criação do curso superior universitário de Letras Libras e os movimentos de surdos pela criação de escolas bilíngues em todo o território nacional.

Os autores surdos *Prof. Me. Adilson Busse, Profa. Esp. Rosana Grasse, Profa. Esp. Roberta Gomes* e o ouvinte bilíngue *Prof. Me. Ramon Linhares* partem das

preliminares do orgulho em ser surdo. Trazem a autoafirmação e autodeterminação conquistadas ao longo da história na assimilação da identidade individual e coletiva do ser surdo. Esse artigo em específico retoma a memória da Passeata e Caminhada do Orgulho Surdo no Rio de Janeiro e como essa manifestação pública foi importante para a formação do Imaginário Coletivo Surdo Brasileiro.

Augusto Schallenberger, Carlos Roberto Martins, Cristina Laguna e Emanuelle Castro enfatizam a oportunidade de reflexão da FENEIS sobre os acontecimentos à época da criação do documento, com os acontecimentos atuais. Percebem que a trajetória fortaleceu a entidade, tornando-se mais sensível, mais humana e mais empática. Os autores sentem-se honrados por fazerem parte dessa história.

Finalizando com a seção **Arte e Cultura Surda** homenageamos o multiartista surdo **Silas Queiroz**. As curadoras surdas *Patrícia Rezende-Curione* e *Rosana Grasse* narram um pouco da história e do percurso desse artista, levando-nos a conhecer mais sua obra e carreira artística nas artes plásticas, poesia, cinema e teatro.

Finalizamos reforçando que o conjunto de autores e autoras que compõem essa edição são protagonistas vivos de Lutas Surdas, validando nossos esforços que existem há muito tempo. Alguns autores se dedicam a enfatizar nossas práticas culturais - identidade, língua, literatura -, outros se dedicam à repressão dos nossos lugares de fala, pois em diferentes espaços culturais ocorrem, naturalmente, os retrocessos, as revoltas, as lutas infundas e as resistências continuamente. As disputas se sucedem tanto em estruturas de ambientes governamentais, institucionais, familiares, quanto nos espaços vivenciais das lutas diárias no trabalho, na educação, na saúde e no social. O caráter visual da Língua de Sinais nos diferencia e nos impele a sermos protagonistas da nossa própria epistemologia, no processo de visibilidade, reconhecimento e valorização linguística e cultural.

Desse modo, desde 1999, quando construímos e propagamos o documento “A Educação que nós Surdos queremos”, muitos avanços e conquistas alcançamos. Nada, porém, foi fácil ou trilhado em atalhos sem espinhos. Cada evento de luta, de resistência, de fortalecimento, foi para a constituição do modo de ser surdo que temos hoje. Poderíamos chamar de renascimento do nosso Protagonismo Surdo, despertar da nossa vontade adormecida por imposição de outrem por muito tempo. Outrossim, tivemos pessoas ouvintes como aliadas às nossas lutas e reivindicações. Nesses embates ao longo dos 23 anos, foi traçada e constituída a trajetória nossa, tendo como meta uma Educação de qualidade para as gerações próximas de surdos.

A INVISIBILIDADE, AINDA EXISTENTE, DA LITERATURA SURDA NAS ESCOLAS DE SURDOS

The invisibility, still existing, of Deaf Literature in schools for the deaf



Renata Ohlson Heinzelmann Bosse

Professora de Libras e Português do departamento de Ensino da IFRS, Doutora em Educação (UFRGS).

RESUMO

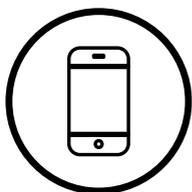
O presente trabalho aborda sobre a literatura surda, um conceito recente, mas que esteve presente no documento de 1999 “A educação que nós surdos queremos” através de aspectos que compreendo como literatura surda. Após 20 anos da passeata, o que percebo é que não houve muitos avanços na educação de surdos no que tange a literatura surda que possui várias definições, mas destaco aquela que se refere às histórias, identidade e cultura surda presentes nas narrativas em língua de sinais. Desta forma, o que ainda se encontra na escola são bibliotecas fechadas, incentivo apenas ao teatro e a pintura e muito pouco acesso a leitura de textos sinalizados, disponíveis em vídeos. A literatura surda ainda não é bem compreendida pelos alunos, mas isso se deve a falta de compreensão dos próprios professores que confessam seu frágil conhecimento e a falta de formação que apresente as possibilidades de trabalhar a literatura surda. O que se percebe diante dos dados e relatos é que a literatura surda continua em processo de execução

Palavras-chave: Literatura Surda. Educação de Surdos. Documento de 1999.

ABSTRACT

The present work addresses, on deaf literature, a recent concept, but which was present in the 1999 document "The education that we deaf want", through aspects that I understand as deaf literature. After 20 years of the march, what I realize is that there have not been many advances in deaf education regarding deaf literature that has several definitions, but I highlight the one that refers to the deaf stories, identity and culture present in the narratives in sign language. To date, what is still found in schools are closed libraries, incentives only for theater and painting and very little access to reading signed texts, available in videos. Deaf literature is still not well understood by students, but this is due to the lack of understanding of the teachers themselves who confess their fragile knowledge and the lack of training to allow the possibility of working with deaf literature. What can be seen from data and reports is that the deaf literature continues to be implemented.

Keywords: Deaf Literature. Deaf Education. Document from 1999.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**
<https://www.youtube.com/channel/UCosR0agJvuvT-26VxiR3cTQ>



Canal do DDHCT INES no YouTube

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo se constitui sobre a Literatura surda nos 20 anos a partir de 1999, em que durante o Pré- Congresso ao V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para surdos, realizado em Porto Alegre/RS, no Salão de Atos da Reitoria da UFRGS nos dias 20 a 24 de abril de 1999, a comunidade surda, envolvendo professores, pesquisadores, intérpretes, familiares e estudantes surdos, elaborou o documento "A educação que nós surdos queremos", que foi entregue ao Governador da época durante a passeata realizada até o Palácio do governo.

O documento "A educação que nós surdos queremos" (FENEIS, 1999) não menciona o termo "literatura surda", visto que esse conceito e sua definição surge posteriormente, em Grupos de pesquisa, como o GIPES - Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos. O documento de 1999, previa um ensino com diretrizes para as áreas educacional, social, cultural e linguística, reafirmando o direito à língua de sinais e à escolarização dos surdos, a necessidade de

reconhecimento das línguas de sinais, o direito à tradução e interpretação, entre outros temas.

Com base no que se previa no documento e na minha trajetória acadêmica durante o mestrado discutindo as produções da Literatura Surda, a qual dou continuidade no doutorado abordando o currículo da Literatura Surda nas escolas de surdos é possível pensar no quanto a literatura surda esteve e está presente na escola de forma, ainda, invisível.

Sabe-se que antes de 1999, não havia reconhecimento da língua de sinais por parte da sociedade e em algumas escolas, e conseqüentemente não existiam publicações ou o reconhecimento de cultura surda. Pois o ensino era focado na aprendizagem da fala e da língua portuguesa. Porém, as histórias, narrativas, piadas, poemas, em língua de sinais, circulavam na comunidade surda e de forma distante daqueles que desconheciam e ou desprestigiavam a língua de sinais. (KARNOPP, KLEIN, LUNARDI-LAZZARIN, 2011, p. 18).

A pesquisa que venho desenvolvendo sobre o currículo da literatura nas escolas de surdos, tem como objetivo pensar a educação, educação escolar bilíngue e a literatura surda no currículo escolar bilíngue e está vinculado ao GIPES, através do projeto “Produções Culturais Surdas no contexto da Educação Bilíngue” que foi desenvolvido por pesquisadoras de três universidades federais do Estado do Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Universidade Federal de Pelotas – UFPel; e a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, as quais vêm desenvolvendo investigações no campo da cultura e educação de surdos. (KARNOPP; KLEIN; LUNARDI-LAZZARIN, 2018). Neste projeto encontram-se dados do mapeamento das escolas de surdos do estado do Rio Grande do Sul com o objetivo de analisar a circulação e o consumo de artefatos culturais em contextos da educação bilíngue.

A retomada desse tema no Doutorado me desafia a olhar para as escolas de surdos e seus movimentos literários, bem como ao modo como a literatura surda está presente no cotidiano dos professores e alunos, em suas vivências e práticas escolares.

2 A LITERATURA SURDA QUE NÓS SURDOS QUERÍAMOS EM 1999

Ao pensar a literatura surda há 20 anos, recordo-me da minha passagem pela escola de surdos, em que durante todo o processo escolar, a leitura e a sinalização me constituíram enquanto surda sinalizante interessada em literatura, mas não foi na escola que descobri o amor pelos livros. Meu acesso ao mundo literário foi incentivado em casa. A escola oportunizava o desenvolvimento cultural e artístico por meio do teatro, que também é um aspecto da cultura surda. Porém, meus anseios, enquanto estudante, era conhecer mais sobre as obras literárias.

Foi durante os estágios, no período da graduação, com alunos surdos, que

adotei uma postura positiva sobre o surdo que lê e aprecia a leitura. Eu desejei ser uma referência para estudantes que também amam a literatura, mas não tiveram a oportunidade nesta área do conhecimento. Desta forma, retornar para a escola de surdos, como professora da literatura surda era, também, um movimento de aproximação a estes alunos, com algo que me encanta e que poderia encantá-los.

Quando analiso o acontecimento histórico de 1999, encontro muitas das reflexões que já fazia no tempo em que estudava. Em análise ao documento, percebo que embora a ênfase fosse no currículo, no ensino de conteúdos e a preocupação com a língua portuguesa como segunda língua, é possível apontar que a literatura surda, não com esta definição, aparece representada nas expressões artísticas e culturais em língua de sinais.

Para esta análise dos 20 anos de literatura surda, primeiramente, é preciso definir este conceito. Karnopp (2010) reflete que “Literatura Surda” se refere às histórias, identidade e cultura surda presentes nas narrativas em língua de sinais.

Literatura surda é a produção de textos literários em sinais, que traduz a experiência visual, que entende a surdez como presença de algo e não como falta, que possibilita outras representações de surdos e que considera as pessoas surdas como um grupo linguístico e cultural diferente. (KARNOPP, 2010, p. 161).

A Literatura surda como forma de expressão artística e cultural em língua de sinais, foi também o tema de pesquisa da Tese de Mourão (2016), ao afirmar que as mãos surdas são mãos literárias que produzem significados para todas as gerações.

A Literatura Surda, portanto, faz parte da cultura surda, que foi sendo construída nos processos sociais dos sujeitos surdos, com suas experiências visuais, sua língua própria, compartilhada entre os surdos. Esses processos, formadores de identidades, transmitidos de geração a geração, tiveram consequências em áreas políticas e de educação, contribuindo para constituir o ser surdo. (MOURÃO, 2016, p. 35).

Embora a literatura surda seja um objeto recente de estudo e pesquisa, como vimos anteriormente, tem-se a compreensão de que os aspectos que compõem esta área de conhecimento estão presentes nas escolas de surdos de forma invisível, pois a comunidade surda faz uso da literatura de maneira informal. O documento “A educação que Nós Surdos Queremos” abordar a literatura surda em diferentes temas, neste sentido, optei pelo tema “Comunidade, Cultura e Identidade” (FENEIS, 1999, p. 11 -18) para relacionar com a pesquisa que venho desenvolvendo sobre literatura surda.

O tema escolhido também subdivide-se em sete subtemas, trata inicialmente sobre a “Identidade Surda” e a definição do “Ser Surdo”. A seguir surge o Subtema “As línguas de Sinais”, em que é possível perceber a defesa e o reconhecimento da língua de sinais como língua de uso e de instrução dos surdos. Me chama a atenção os itens 65 e 68 do documento.

65. Reconhecer a língua de sinais como língua da educação do surdo, já que é expressão das cultura/s surda/s - Língua e cultura não indissociadas.

68. Observar que a evolução cultural da comunidade surda se dá a partir do registro escrito, da filmagem, de fotos, desenhos... que são meios que possibilitam o acúmulo do conhecimento.

Como mencionei antes, o termo literatura não aparece neste documento, porém quando tratamos de expressão da cultura, registro cultural da comunidade surda, são notáveis que havia demandas de um ensino que abordasse a literatura em língua de sinais. E isso, foi também, apontado no subtema “O Currículo das Escolas de Surdos” (FENEIS, 1999, p. 13), em que apresento os itens 54, 79, 80 e 81 para reflexão relacionada à pesquisa que venho desenvolvendo.

54. Fazer com que a escola de surdos insira no currículo as manifestações das cultura/s surda/s: pintura, escultura, poesia, narrativas de história, teatro, piadas, humor, cinema, história em quadrinhos, dança e artes visuais, em sinais. A implantação de laboratórios de cultura surda se faz necessária.

79. Criar livros e histórias onde apareça o sujeito surdo sem presença de estereótipos.

80. Oferecer aos educandos surdos o conhecimento de tecnologia de apoio, ou seja: os aparelhos especiais para uso de surdos, por exemplo, aparelhos TDD, TV com decodificador de legenda e equipamentos luminosos para construções e trânsito.

81. Conhecer a história surda e seu patrimônio, os quais proporcionam o estabelecimento de sua identidade surda.

Estes itens lembram a minha caminhada como estudante e que é semelhante com a história de Silveira (2015), quando em sua tese, coloca que na década de 1980, a escola era o espaço onde muito se produziu e reproduziu a literatura surda de maneira informal, com surdos que contavam piadas e histórias. “As narrativas, as piadas eram destaque e reuniram um grande número de colegas, que as contavam, durante o intervalo ou mesmo durante as aulas.” (SILVEIRA, 2015, p. 15).

O uso da literatura surda é recorrente, os grupos de surdos naturalmente traziam suas histórias de vida, suas vivências do cotidiano para dentro da escola e da sala de aula, mas não se tinha a dimensão de que toda esta produção cultural poderia ser explorada no currículo. E através do documento de 1999, percebe-se a necessidade de um currículo que previsse e valorizasse as produções que os alunos traziam de maneira informal.

No subtema “As Artes Surdas” (FENEIS, 1999, p. 16) nota-se que o item 90 e 103 faz crítica às escolas que primam por desenhos pré-feitos, em que os alunos apenas pintam sem desenvolver suas habilidades artísticas ou corais de surdos que imitam a sinalização sem qualquer sentido para seu conhecimento. Embora seja possível fazer adequações para que se forme um grupo de coral que sinalize em conjunto, desde que as pessoas surdas envolvidas saibam o sentido do que estão sinalizando, vejo a mídia tratar isso como um grande espetáculo, crianças surdas incluídas sinalizando músicas sem qualquer sentido à elas, da mesma forma é possível

notar que algumas escolas de surdos levam seus alunos para apresentações artísticas e culturais em que as crianças sinalizam de forma copiosa um professor ouvinte. Não se pode desconsiderar o trabalho artístico que deve ser proporcionado aos alunos surdos, porém é preciso observar o que o documento aborda, pois são reflexões bem atuais que nós surdos defendemos como:

- Abordar os conceitos e definições sobre arte e cultura surda;
- Garantir o contato com a arte surda através de vídeos, fotos, pinturas, teatros;
- Proporcionar encontros com artistas surdos;
- Expressar a arte como as mãos, corpos, face considerando sua experiência visual;
- Oportunizar a formação para professores sobre a arte e cultura surda;
- Repensar e discutir a arte surda como conhecimento significativo para os alunos;

Os itens acima, foram resumidos do documento (FENEIS, 1999, p. 16 - 17) com o objetivo de mostrar o quanto em 20 anos, alguns discursos permanecem os mesmos e o quanto a escola precisa repensar o seu currículo.

O subtema “As Culturas Surdas” (FENEIS, 1999, p.18), também apresenta discursos, que encontram-se em várias dissertações e teses sobre Libras, educação de surdos e Literatura surda. Vê-se que na área que venho pesquisando, o item 107 trata sobre “a criação de bibliotecas visuais nas escolas e o acesso a esse acervo pela comunidade surda” e esta é uma das análises que tenho realizado para compreender o lugar da literatura surda na escola, em que me deparo com escolas que mantém suas bibliotecas fechadas, em que o aluno só tem acesso quando algum professor tiver alguma atividade que envolva a literatura, já outros professores optam por levar a literatura apenas para a sala de aula, e muitos alunos não acessam a biblioteca por falta de incentivo.

Os itens 109 e 110 colocam a necessidade de estimular as crianças a produzirem em língua de sinais e registrarem as histórias por meio da escrita de sinais, em vídeo, desenhos ou pinturas. Parte dessas atividades são realizadas pelos professores, porém, nem sempre a literatura é apresentada aos alunos. Mourão (2016) relata que em entrevista com alguns artistas surdos, estes não sabiam que suas histórias, piadas e poemas constituíam a Literatura Surda

Para finalizar aponto ainda alguns pontos frágeis e limitações na área da literatura surda, conforme as entrevistas:

- Para muitos sujeitos surdos há desconhecimento da Literatura Surda e gêneros literários.
- Os surdos não foram ensinados sobre Literatura Surda nas escolas de surdos, por conta da falta de fluência na língua de sinais e/ou falta de profissionais da área.

- Para os ouvintes que desconhecem a LIBRAS, fica difícil identificar o que é produzido na sinalização da Literatura Surda. (MOURÃO, 2016, p. 205)

Portanto, a literatura surda, prevista no documento ainda permanece em estudo e em busca de sua consolidação nos currículos escolares, a fim de proporcionar a experiência bilíngue para os sujeitos surdos. Conforme destaquei em minha dissertação, na escola de surdos, “recebi o aprendizado e as lições para minha vida. Conheci sobre a minha cultura e a forma de ser e viver das comunidades surdas.” (BOSSE, 2014, p. 18). Naquele contexto, as práticas de leitura, como prática de construção de um leitor, não eram desenvolvidas e estimuladas, mas no contato com surdos adultos conhecíamos histórias que hoje compreendo como narrativas da literatura surda.

3 A LITERATURA SURDA COMO OBJETO DE PESQUISA NA ATUALIDADE

Quando se fala de Literatura, normalmente a compreensão das pessoas é de que se trata de uma produção, uma obra específica. No sentido de esclarecer e dar à Literatura seu papel como uma área de conhecimento, a academia contribui para diferenciar as peculiaridades da Literatura.

Talvez seja possível encontrar uma forma de especificar o conceito de Literatura Surda, que se apresenta de forma “muito aberta”; mas não pretendo fechar em uma conceitualização definitiva. O estudo que realizo nesta pesquisa busca, nas leituras dos livros e nas mãos literárias, o que me passou enquanto experiência literária significativa dos entrevistados, mas isso não significa que a conceitualização esteja completa. (MOURÃO, 2016 p. 33).

Para refletir sobre que tipo de literatura estou falando, articulo minha reflexão sobre a literatura surda a partir das reflexões de Daniel Munduruku, autor indígena que, em suas obras, trata e defende a cultura indígena. Segundo Munduruku, a necessidade de adjetivar a Literatura Indígena se dá para mostrar a perspectiva cultural dessas produções, se diferenciando daquelas que tratam os povos indígenas sob uma perspectiva equivocada. E sob este olhar, a Literatura Surda também se diferencia, pois a cultura surda retrata aspectos do cotidiano das comunidades surdas como suas brincadeiras, seus jogos, suas histórias e vivências, seu humor e o uso da língua de sinais.

Da mesma forma, quando estudamos e nos referimos a Literatura surda, também há a necessidade de marcar o lugar dos surdos como um lugar da experiência visual, da língua e da cultura, rompendo com a ideia de outras produções que tratam os sujeitos surdos a partir da oralidade, da superação, da falta de audição, entre outros estereótipos que ratificam essas ideias, e que

se encontram discutidas no documento de 1999. No subtema “O Currículo das Escolas de Surdos” é possível perceber orientações para que as escolas evitem abordagens estereotipadas.

78. Contra-indicar uso de livros e materiais didáticos que ofereçam imagens estereotipadas, responsáveis por manter discriminações em relação aos surdos.

79. Criar livros e histórias onde apareça o sujeito surdo sem presença de estereótipos. (FENEIS, 1999, p. 13).

Este estereótipo que marca a falta da audição e não a presença da língua de sinais, são comumente encontrados em obras que desconhecem a cultura surda e conseqüentemente utilizados por professores que também não possuem a formação necessária para a educação de surdos. Trabalhar com a literatura surda, pode e é compreendida por outros professores como forma de segregação de conhecimento, limitando os alunos surdos a um mundo fechado, que os impede de conhecer o mundo ouvinte. Mas sabe-se que a educação tem como prioridade a formação identitária da criança, e como trabalhar a identidade sem relacionar sua vivência e experiência visual com histórias que façam sentido para ela?

Munduruku, em seus relatos, destaca que a sociedade, muitas vezes critica o que podemos chamar de uma segregação das comunidades indígenas, destacando que as mesmas se isolam do todo da sociedade. Da mesma forma, as comunidades surdas muitas vezes também são vistas pela sociedade como guetos ou segregadas, criticando sob o argumento da não inclusão pelos próprios surdos. A questão que destaco nesse argumento é justamente o contrário. Tanto as comunidades indígenas quanto as comunidades surdas, querem garantir seu espaço cultural e para isso se utilizam, por exemplo, da literatura para marcar esse espaço cultural, para mostrar, como ressaltado anteriormente, os aspectos de seu cotidiano.

Assim, podemos ter na Literatura Surda uma possibilidade de herança para as futuras gerações, já que, sob a perspectiva cultural, ela trata das histórias muitas vezes já vividas por seus pares. Reconta em outro registro - o registro escrito, para o povo surdo, e como diz Munduruku para o povo indígena, histórias que até então eram passadas oralmente ou sinalizadas.

Munduruku nos diz em uma entrevista ainda que

a literatura é uma forma de manifestar a cultura do meu povo, cultura de um povo indígena, a cultura geral desse povo (...) ela sou eu (autor - meu grifo) e todo o meu povo que eu carrego comigo (MUNDURUKU, 2018, TEMPO VIDEO 4:10) ¹.

Aqui, Munduruku destaca que o seu lugar de autor carrega o seu povo, já que as comunidades indígenas se veem de uma forma holística. De outra forma, se falarmos sobre os autores surdos, apesar das comunidades surdas não se

1 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SNiCVnf8uCG&index=2&t=451s&list=WL>>.

entenderem sob essa mesma forma holística, de certa forma também carrega o seu povo ou sua comunidade em muitos aspectos. Contudo, as comunidades surdas não são constituídas apenas por sujeitos surdos, os ouvintes também compartilham da cultura surda.

Assim como Karnopp (2010) ressalta a importância das produções da Literatura Surda serem feitas em língua de sinais em função da experiência visual. Durante muito tempo não havia registros em vídeo dessas produções, contudo, apesar de ainda escasso, é possível encontrar, atualmente, produções relacionadas a arte surda, a cultura surda, a literatura surda, entre outros, conforme podemos observar nas figuras a seguir.

Figura: cartazes de eventos organizados pela comunidade surda sinalizante.

Figura 01



Fonte: <https://festivaldefolcloresurdo.com/o-festival/>

Figura 02



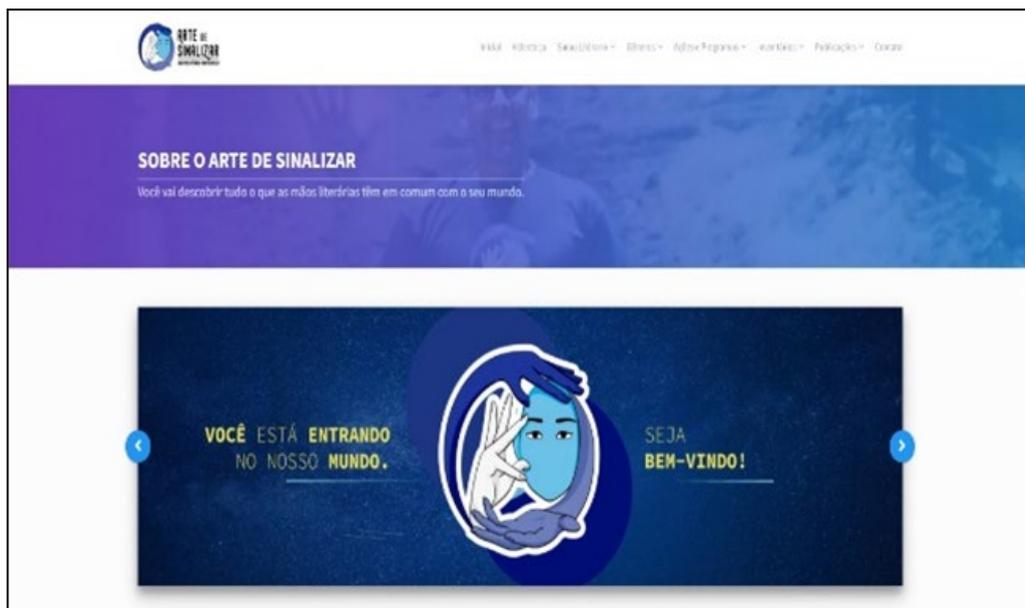
Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1740545359347070&set=ecnf.100063467599573>

Figura 03



Fonte: <https://www.facebook.com/112968902115973/photos/a.212993325446863.53144.112968902115973/719637298115794/?type=1&theater>

Figura 04



Fonte: <https://www.ufrgs.br/artedesinalizar/>

Figura 05



Fonte: https://www.sympla.com.br/1-festival-cultural-maos-para-me-ouvir-gratuito_40579#info
<https://infonet.com.br/noticias/cultura/semear-promove-debate-sobre-libras-e-arte-contemporanea/>

Figura 06



Fonte: <https://infonet.com.br/noticias/cultura/semear-promove-debate-sobre-libras-e-arte-contemporanea/>

Figura 07



Fonte: <https://www.marilia.unesp.br/#!/noticia/1889/curso-de-teatro-em-libras-e-oferecido-pela-unesp/>

Karnopp (2010) refere-se à experiência visual, salientando a preferência das pessoas surdas por produções feitas em língua de sinais, Mourão (2016) ratifica essa ideia quando sugere o termo “visualiterária” para nomear as produções literárias e artísticas em língua de sinais, bem como a visualidade do povo surdo que contribui para construção de significados e apropriação da Literatura Surda.

Grande parte da Comunidade Surda precisa descobrir o novo mundo literário à sua frente, repleto de fantasia e nele, o prazer da leitura. Para tanto, é fundamental o apoio da escola, familiares e comunidade. A inexistência de conteúdo literário tolhe do aprendiz esse direito. (MOURÃO, 2015, p.74).

Rosa (2006, p.61) e Karnopp (2010, p. 161) referem que em relação à Literatura Surda, há muitas dificuldades dentro da escola. Dessa forma os autores destacam a importância da presença do uso da Literatura Surda dentro da sala de aula. Rosa (2006) afirma que apesar das propostas com temas e conteúdos relacionados à Literatura Surda serem uma realidade nas escolas, o trabalho com a mesma não é qualificado pela falta de domínio e fluência da Língua de Sinais pelos professores. Karnopp (2010) destaca que os elementos de dificuldade relacionados à Literatura Surda são observáveis a partir da produção e expressão dos alunos surdos tanto na modalidade escrita quando nos vídeos gravados em Língua de Sinais. Muitas produções parecem ser apenas cópias do discurso do

professor e não uma produção autônoma dos alunos. Outro elemento destacado pela autora não é a timidez propriamente dita, mas uma retração que limita a produção do aluno.

Assim, Rosa (2006) e Karnopp (2010), mostram que o problema da apropriação da Literatura Surda é recorrente e que para garantir que haja de fato uma apropriação, é necessário a estimulação e o ensino de Literatura Surda desde a infância. É importante que as crianças surdas tenham contato com livros, estímulo do uso da Língua de Sinais, professores com boa didática e que utilizem brincadeiras, teatro, piadas nas atividades de sala de aula para que consigam se apropriar da Literatura ao longo de seu desenvolvimento.

Apesar de pesquisas anteriores apontarem faltas de materiais e produções relacionados à área da Literatura Surda, há um aumento de materiais e pesquisas na área acadêmica como teses, dissertações e artigos que estão disponíveis para consulta na plataforma da CAPES. Karnopp, Klein e Lunardi-Lazzarin (2011) registram as produções desenvolvidas por pesquisadores na área da Educação de ensino superior, as pesquisas vinculadas ao GIPES realizam mapeamentos, desde 2010, de “produções culturais consolidadas em editoriais impressos ou em formato digital com distribuição comercial ou gratuita”. As produções culturais coletadas, priorizaram as regiões brasileiras onde se encontram movimentos surdos organizados e espaços escolares de surdos. As autoras destacam que o material coletado prioriza “registros visuais como filmagens, a escrita da língua de sinais, as traduções da Libras e outras produções que tradicionalmente necessitavam do encontro presencial entre surdos”.

As produções editoriais como livros, DVDs, foram catalogadas pelo Grupo de Pesquisa, e somam noventa obras impressas e ou em DVD (KARNOPP, KLEIN, LUNARDI-LAZZARIN, 2011, p. 22-23).

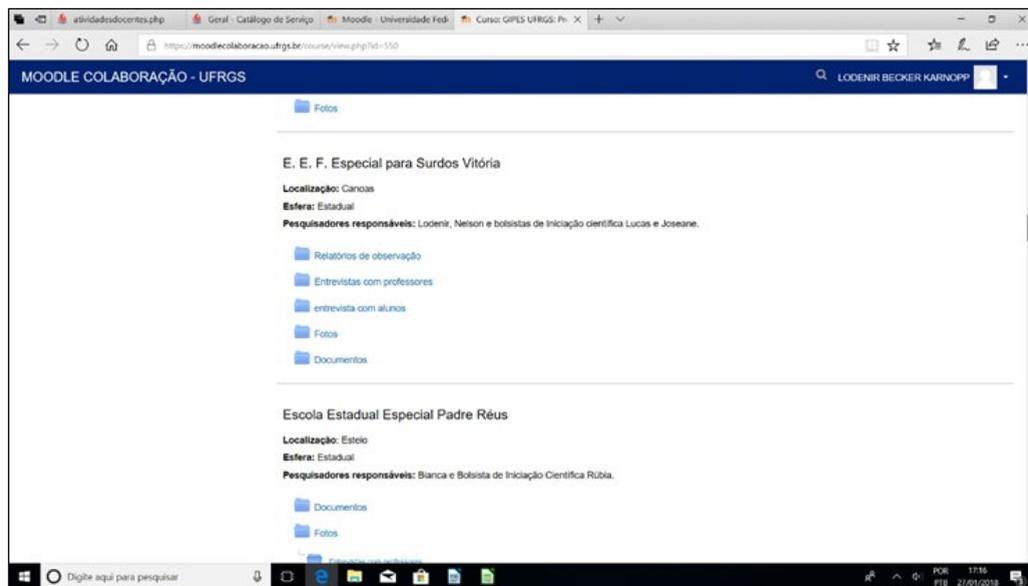
As produções com circulação livre na Internet, as autoras destacam que os materiais analisados, são vídeos do *Youtube* e se apresentam em diferentes categorias: encenações, propagandas, piadas e demais manifestações de pessoas surdas.

Ao categorizar os dados coletados, alguns elementos se mostraram recorrentes nesses materiais: em cerca de 34% dos vídeos analisados, há participação de ouvintes na produção dos vídeos, como em legendas, fundos sonoro e narração. no entanto, podemos observar que na totalidade das produções coletados há atuação de pessoas surdas, com público-alvo direcionado a pessoas fluentes em libras. (KARNOPP, KLEIN, LUNARDI-LAZZARIN, 2011, p. 24).

Sobre as Produções dos acadêmicos do curso de Graduação em Letras/Libras, foram percebidas que o material catalogado apresentava “uma produtividade na constituição e no fortalecimento de certa feição das produções literárias em libras” e a tipologia textual apresentava ludicidade “destacando-se os textos folclóricos (fábulas), humorísticos (anedotas, piadas), narrativos (contos, contos de fada) e poéticos. (KARNOPP, KLEIN, LUNARDI-LAZZARIN, 2011, p. 26).

O Gipes também possui em seu banco de dados, as pesquisas realizadas em treze escolas de surdos, o ambiente de organização de pesquisa ocorre pelo - Moodle UFRGS - em que os dados coletados estão separados de acordo com as etapas da pesquisa sendo elas observação e entrevistas. Também há registros de entrevistas realizadas com dois professores e dez alunos em cada uma das escolas. As entrevistas originaram cento e cinco documentos relacionados às respostas dos alunos e trinta documentos relacionados às respostas dos professores, esta organização pode ser vista na imagem a seguir.

Figura 02: Organização da pesquisa no moodle colaboração/ UFRGS



Fonte: <https://moodlecolaboracao.ufrgs.br/course/view.php?id=550>

Com base nas entrevistas realizadas com os professores, coletadas pela pesquisa, percebe-se em seus relatos que ainda falta uma apropriação sobre Literatura Surda. Da mesma forma, os alunos demonstram desconhecer a área. Dos dados apresentados, apenas dois alunos mencionaram gostar de teatro ou piada. Esse número reduzido chamou atenção.

Professora: Qual a marca mais importante para você aqui na escola?

Aluno: Não sei.

Professora: Por exemplo as coisas que você vê na escola salas de aula, professores, colegas, de todas essas coisas qual a mais importante, a melhor, qual é?

Aluno: Teatro.

Professora: Teatro? Por que?

Aluno: Eu amo teatro, piadas e dança, ver o teatro é legal e a dança.

Professora: Você assiste o teatro ou participa como ator sinalizante?

Aluno: Assisto.

Professora: Assiste, e quem se apresenta?

Aluno: Refere o sinal de um colega do sexto ano.

Professora: ALUNO (Sinalizou)? Ele apresenta? Quais peças?

Aluno: Sobre Jesus, danças e vejo também piadas engraçadas.

Professora: Que legal. E isso aconteceu uma vez só ou são apresentações recorrentes?

Aluno: Recorrentes.

Professora: Várias vezes. Que interessante. Ano passado eu vim na escola para assistir um teatro (faz um sinal desconhecido), participaram da apresentação várias turmas do quinto, sexto, sétimo e oitavo ano. Foi muito legal. Eu acho que tu não estava, não lembro.

ALUNO de 9 anos do 4 ano do Ensino Fundamental na Escola Particular

Para exemplificar, segue uma das entrevistas realizadas com um dos alunos. Ao serem questionados sobre a Literatura Surda os professores respondem de várias formas, por exemplo um participante respondeu que aborda o tema na biblioteca “mas não é minha área, por isso não sei como expressar”. Miranda (2007) em sua Tese sobre a “Experiência e a Pedagogia que nós surdos queremos” relata sobre os anseios e desejos dos professores das escolas de surdos de construir uma pedagogia surda que garanta uma formação docente que atenda a especificidade surda. Atualmente, é possível perceber formações para professores de Libras e Pedagogia bilíngue, em que a literatura surda está presente como disciplina curricular obrigatória.

Retomando o conceito de visualiterária, um aluno da escola Helen Keller traz com frequência a palavra visual em sua fala. Ele refere a importância da arte, o que provoca reflexões sobre a arte surda, a cultura surda, o trabalho visual, o teatro, a história da cultura surda e exposições de fotografias. Em outro momento afirma também gostar da disciplina de artes por ser bastante visual, o que parece neste relato é a educação fragmentada, onde alguns professores exploram a experiência e vivência visual.

Outro professor relata buscar materiais por exemplo no YouTube, materiais da Editora Arara Azul e afirma que há materiais interessantes para utilizar com os alunos. Ainda outro participante adora trabalhar teatro com seus alunos e refere-se a “teatrinho” possibilitando a percepção de que o teatro é trabalhado de forma rápida.

Outro professor fala que percebe na escola a necessidade da existência de salas com materiais minimamente adequados para a produção, por exemplo,

materiais com mais tecnologia, uso de filmagem. Também referiu querer um curso sobre mídia, relato que podemos relacionar com visualidade da sinalização.

Assim, o que vemos são alunos sem conhecimento do que é literatura surda, professores que desejam mas não sabem como trabalhar e ou professores que não trabalham por que não possuem formação sobre a literatura surda. Este tipo de apontamento, demonstra a dificuldade da escola em compreender a importância da Literatura surda, assim como Sutton-Spence (2013, p. 17) afirma que é muito difícil “definir a literatura surda, porque, a literatura em língua portuguesa é muito evidente, está registrada nos livros”, talvez seja a hora de colocar em prática o que vem se propondo desde 1999. A formação em Literatura Surda para professores atuantes das escolas, e propor atividades que os ajudem a trabalhar a literatura surda de forma interdisciplinar.

4 LITERATURA SURDA 20 ANOS EM ANDAMENTO (CONCLUSÃO)

Conclui-se que ao longo do tempo, com os apontamentos de que a educação de surdos que queríamos em 1999 não é diferente da que queremos hoje. A literatura surda garantida no currículo escolar, como forma de explorar a criatividade e favorecer o conhecimento por meio das narrativas, da contação de histórias. Entendo que os estudos sobre como trabalhar a Literatura Surda e a infinidade de idéias e materiais que podem e devem ser utilizados para esse fim, vem aos poucos se disseminando. Logo, já não é o momento das escolas trabalharem essas questões?

Em minha experiência acadêmica na graduação e pós graduação, cresci intelectualmente e vejo o quanto a leitura promove o saber. Entendo que é preciso repensar a literatura surda no currículo das escolas por onde circulam os surdos, promover sentimentos de lutas políticas por reconhecimento, pela diferença, pelos direitos linguísticos e culturais através da abordagem literária.

A literatura na escola de ouvintes tem sido valorizada e se tornou indispensável para o ensino, sendo inclusive pontos de avaliação em provas seletivas. Na educação de surdos, a literatura pode ser trabalhada em parceria com a literatura surda seja por criação ou reprodução, ela possibilita aos alunos surdos expressar-se, relacionar-se com outros, demonstrar suas idéias e criações. A escola dita para surdos, de surdos, bilíngue ou inclusiva deveria dispor de espaço, tempo e recursos para esta área do conhecimento.

Da mesma forma, apresentar aos alunos surdos, possibilidades de uso da língua para além da conversação, seus aspectos estéticos e possibilidades de produção na língua de sinais. compreendo como Andrade (2012, p. 192) que os alunos precisam ser despertados para escola, perceberem qual seu lugar nela e a partir disso construir relações e poderem se posicionar frente ao significado que a escola tem em suas vidas.

Estamos em um novo tempo histórico em que a literatura surda está em evidência e tem sido tema de encontros, festivais, eventos que reúnem artistas surdos do Brasil e do Mundo.

Assim, o avanço da expansão da Literatura Surda permite que as escolas possam se utilizar desses materiais na construção de um acervo rico e ofertá-lo para os alunos, garantindo novas possibilidades de trajetórias para eles. Essa reflexão nos ajuda a pensar sobre a diversidade de trabalho com a Literatura Surda que há muito tempo queremos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, S. (2012). **A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas**. In: MEYER, Dagmar; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. Belo Horizonte: Mazza Edições, 173-194
- FENEIS. **A Educação que Nós Surdos Queremos**. 23 f. Documento elaborado pela Comunidade Surda durante o V Congresso Latino Americano de Educação Bilingue para Surdos. Realizado no Salão de Atos da UFRGS em Porto Alegre/RS: 20 à 24 de abril de 1999. Disponível em: <https://issuu.com/feneisbr/docs/documento_a_educacao_que_nos_surdos>.
- GAVA, Á. A. (2016). Breves considerações sobre a literatura surda. **Acta Semiótica et Lingvistica**, [s. l.], v. 20, n. 2. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/actas/article/view/27945/15015>>. Acesso em: 4 jun. 2018.
- KARNOPP, L. B. (2010). Produções culturais de surdos: análise da literatura surda. **Cadernos de Educação** (UFPel), v. 19, 155-174.
- KARNOPP, Lodenir; KLEIN, Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise. **Produção, circulação e consumo da cultura surda brasileira**. In: KARNOPP, Lodenir; KLEIN, Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise (orgs.). Cultura Surda na Contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações. Canoas: Ed. ULBRA, 2011.
- MIRANDA, W. de O. **A experiência e a Pedagogia que nós surdos queremos**. Porto Alegre, UFRGS, 2007. 163 f. (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MOURÃO, C. (2016). **Literatura surda: experiência das mãos literárias**. Porto Alegre, UFRGS, 2016. 287 f. (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MUNDURUKU, D. (2018). Reflete sobre a Literatura Indígena. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=SNiCVnf8uCg&t=176s&list=WL&index=2>. Acesso em 1 jun. 2018
- ROSA, F. S. (2006). Literatura Surda: criação e produção de imagens e textos. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, n.2, p.58-64, ISSN: 1676-2592.

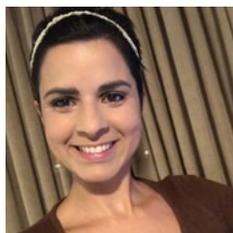
EDUCAÇÃO DE SURDOS: REFLEÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL, ESTAMOS RETROCEDENDO AOS PARADIGMAS DO CONGRESSO DE MILÃO?*

Deaf Education: reflections on deaf education in Brazil, are we going back to the paradigms of the Milan congress?



Cláudio Henrique Nunes Mourão

Doutor em Educação. Professor Adjunto no Instituto de Letras, Departamento de Línguas Modernas, no Curso de Bacharelado em Letras, habilitação Tradutor e Intérprete de Libras-Português/Português-Libras, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: claudiomourao@gmail.com.



Bruna da Silva Branco

Bolsista da CAPES e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) na Universidade Federal Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: bbrunabranco@gmail.com.

* Tradução intralingual do presente artigo feita por Cesar Rafael Ramos dos Santos.

RESUMO

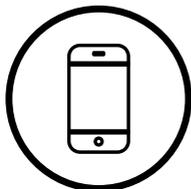
Os autores deste trabalho, fazendo uma reedição da publicação anterior Mourão (2011), num relato de experiência; essa rerepresentação amplia o espaço da fala do sujeito surdo contemplando suas perspectivas e olhares. O objetivo aqui é reiterar o registro deste material oportunizando aqueles que não tiveram acesso devido o volume de trabalhos que circulavam no seminário e atrair ainda outros mais interessados. No decorrer da história, os povos surdos vêm lutando pelo reconhecimento da sua identidade, cultura e língua, a língua de sinais, e por uma educação que atenda às suas especificidades. Em 2002 foi instituída a Lei de Libras, Lei Nº 10.436, favorecendo a Educação e inclusão de surdos. Neste contexto é que o presente trabalho propõe algumas reflexões sobre a reunião final do CONAE, abril de 2010, pela perspectiva das lutas surdas e pelo reconhecimento de sua cultura. Teóricos como Michel Foucault (2006), Maura Lopes (2007), Paulo Machado (2008), Jorge Larrosa (2013), Gisele Rangel (2015) e outros. As reuniões preparatórias do CONAE/Porto Alegre/RS, pretendem avaliar os modelos educacionais apresentando novas propostas para serem incluídas pelo MEC. Como acontecem? Como são apreciadas propostas das minorias especificamente dos surdos? Refletimos em paralelo ao Congresso de Milão suscitando novos questionamentos; estaríamos retrocedendo?

Palavras-chave: CONAE 2010; Educação de Surdo; Língua de Sinais; Narrativas, Política Educacional

ABSTRACT

The authors of this work do a reedition of the previous publishment of Mourão (2011), in an experience report; this second presentation expands the place of speech of the deaf person, contemplating their perspectives and looks. The objective, here, is to reaffirm the registration of this material, giving opportunities to those who didn't have access because of the volume of works that were circulating in the seminary and attracting other ones that were even more interested. Throughout history, the deaf peoples have been fighting for acknowledgment for their identity, culture and language, sign language, and for an education that meets their specialties. In 2002, the LIBRAS (Brazilian Sign Language) Law, Law Number 10.436, favored Education and deaf inclusion. This is the context in which the present work proposes some reflections concerning the final meeting of CONAE, in April of 2010, through the perspective of the deaf fights and for the acknowledgment of their culture. Theorics like Michel Foucault (2006), Maura Lopes (2007), Paulo Machado (2008), Jorge Larrosa (2013), Gisele Rangel (2015) and others. The preparatory meetings of CONAE/ Porto Alegre/ Rio Grande do Sul aim to evaluate the educational models by showing new proposals to be included by MEC. How does it happen? How appreciated are the proposals for the minorities, especially the deaf? We reflect in parallel with the Congress of Milan, bringing new questions; would we be rewinding?

Keywords: CONAE 2010. Deaf Education; Sign Language; Narratives; Educational Policies



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**

<https://www.youtube.com/channel/UCosR0agJVuvT-26VxiR3cTQ>

Canal do DDHCT INES no YouTube



INTRODUÇÃO

Estamos nós, os autores deste trabalho, inseridos nesses escritos, trazendo nas seções seguintes uma reedição da publicação anterior Cláudio Mourão (2011)¹, com o relato de nossas experiências de vida; contando ainda com as contribuições de surdos e ouvintes aliados, foi realizada atualizações, correções e alterações necessárias para essa publicação.

Tantos materiais e narrativas autorais de gerações passadas já se perderam com relevantes informações que nossa geração e as futuras não terão conhecimento, perdas de arquivos inestimáveis em incidentes no Brasil e em outras partes do mundo extinguiram conteúdo ricos, como por exemplo em incêndios.

Por isso nossa preocupação em deixar registrado em mais de um periódico, mostrando e reiterando seus conteúdos as histórias dos povos surdos, a história da educação dos surdos, para que outros leitores tenham acesso a esses conhecimentos buscando assim minimizar os riscos da perda destes registros. Como diria Maura Lopes (2007, p.39) “Não quero fica repetindo o que foi dito, mas não posso ignorar passagens importantes da história, mesmo que elas já tenham sido contadas por outros.”

O presente artigo apresentado por Cláudio Mourão nos permite conhecer a suas experiencias e vivencias nas guerras travadas entre mãos e vozes de “sujeitos autoritários” / “etnocentrismo ouvintista”²

Iniciando...

Ao longo da história, foram bem mais de cem anos de existência de um ensino para surdos através do método oral. Entretanto, qual foi o resultado? F-R-A-C-A-S-S-O, podemos dizer e comprovar através do estudo de vários autores como Gladis T. T. Perlin (RS), Ronice Müller Quadros (SC), Carolina Hessel Silveira (RS), Adriana da Silva Thoma (RS), Karin Strobel (SC), Lodenir Becker Karnopp (RS), Flaviane Reis (SC), Madalena Klein (RS), Marcia Lise Lurnadi-Lazzarin (RS), Nídia de Sá (RJ) Paulo Cesar Machado (SC), Lucinda Ferreira Brito (RJ), Liliane Ferrari Giordani (RS), Carlos Skliar (Argentina), Paulo Vaz de Carvalho (Portugal), Oliver Sacks (EUA), Carol Padden (EUA), Thomas Holcomb (EUA), e outros.

A comunidade surda luta para manter a cultura e a identidade surda, bem como a Educação dos Surdos com respeito principalmente ao uso da sua língua a Língua de Sinais como riqueza linguística e de extremo valor imaterial. Antes de

1 Publicado no CD-ROM, com anais, intitulado “Educação de Surdos - retrocedendo para Milão. Será?” Cláudio Mourão, - 4º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação - SBECE, / 1º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação - SIECE / 2011.

2 Everardo Rocha (1984, p. 5), “Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência.” / Etnocentrismo ouvintista - para saber mais sobre os sobreviventes das políticas surdas, da autora Karin Strobel (2012).

1880, na Europa, haviam nas Escolas de Surdos uma educação legítima para eles, que eram aceitos e estavam presentes na sociedade majoritária de ouvintes; isto se devia a educadores como Abade L'Épée, Thomas Gallaudet e que lutaram pelo reconhecimento de seu espaço de direito. Cito Machado (2008, p. 55):

Essa compreensão sobre a língua da comunidade surda já esteve presente na sociedade, de acordo com Soares (1999), durante o século XIX, e especificamente no período que vai criação da Escola de Paris até o Congresso de Milão, em 1880. Esse tempo caracterizou-se pelo domínio da língua de sinais, sob a influência da Escola Pública para Jovens e Adultos de Paris, criada pelo abade L'Épée em 1764.

Nesse tempo os surdos tiveram muitas conquistas: entraram na escola para adquirir educação; puderam desenvolver suas identidades, tomando conhecimento delas e assumindo o modelo de “Ser Surdo”. Nesse contexto conviveram e tiveram oportunidades de lazer, do prazer de estudar, de interagir uns com os outros, não somente internamente nas escolas, mas, também com a sociedade que quis e aprendeu a se comunicar com os surdos. As Culturas, Surdas e Ouvintes, conviviam e as escolas de surdos não se diferenciavam das escolas ouvintes, em que a leitura e a escrita eram adquiridas na mesma proporção, como mostra Machado (2008, p. 55):

Skliar (1997a, p. 31) relata que, depois de quase um século da criação dessa escola, os “Estudiantes sordos eran alfabetizados e instruídos en la misma proporción que los oyentes”, e que a quantidade de professores surdos de crianças surdas nessas escolas alcançava o índice de 50%.

Em 1880, durante o Congresso de Milão, na Itália, educadores ouvintes de várias partes do mundo votaram a favor do método oralista e proibiram a utilização da Língua de Sinais. Mais tarde, o oralismo invadiu a Europa: as escolas demitiram os professores surdos e os alunos surdos sofreram, foram obrigados a “normalizar-se” ou “padronizar-se” em suas identidades auditivas e serem falantes da língua oral. Conforme Moura (2000, p. 48), existia:

(...) o desejo do educador ter controle total das salas e não se sujeitar a dividir o seu papel com um professor Surdo. É a não valorização do Surdo enquanto elemento capaz de educar e decidir, tanto sobre a sua própria vida, como com relação à vida daqueles sob sua tutela. (...) Era a forma de impedir que eles pudessem ter qualquer tipo de força e de poderem se organizar para qualquer tipo de manifestação ou proposta que fosse contra o oralismo.

Passaram-se anos, e a comunidade surda repassou e contou de geração a geração as histórias sobre tudo o que aconteceu e sobre continuar lutando para que as línguas de sinais se mantivessem viva. Na década de 60, o linguista Willian Stokoe percebeu que a língua de sinais era um sistema lingüístico, um idioma, semelhante a qualquer outra língua natural. Isto se espalhou por diversos países, chegando aos Brasil. Os detalhes sobre isso, as identidades, culturas e assunto ligados a comunidade surda, podem ser encontrados em inúmeras obras brasileiras, americanas, francesas e outras mais, escritas por surdos e ouvintes,

que podem ser encontrados nos mais diversos sites e livros, alguns deles estão referenciados no final deste artigo.

O Brasil é um país democrático, com direitos humanos assegurados, somos livres para opinar e temos uma política de educação para todos. O Governo ao ratificar Lei de Libras, Lei Nº 10.436, de 24 de abril 2002, regulamentada pelo Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, abriu caminhos para os surdos, promovendo a presença de professores surdos nas faculdades, escolas de surdos, entre outros espaços. Com isso, proporcionou a inclusão de surdos em diversos cursos nas universidades públicas e privadas, com a presença de intérpretes de língua de sinais, e também, abriu em 2006, o curso pioneiro de Letras/Libras, na modalidade de Ensino a Distância na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, segundo Cláudio Mourão (2011), na primeira edição, havia nove polos universitários do Brasil: são Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFCE), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade de São Paulo (USP), Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Goiânia e Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), totalizando quinhentos alunos(as). Cito Ronice Quadros e Marianne Stumpf (2014) disse que “primeira turma do Letras-Libras foi de Licenciatura e contou quase que exclusivamente com alunos surdos (em torno de 90% dos alunos).”

No curso de Letras-Libras licenciatura para preparar professores de Libras no Ensino Superior e Básico, entre outras conquistas. Segundo Flaviane Reis (2015), de acordo com sua pesquisa a quantidade de professores surdos efetivos nas instituições Federais de Ensino Superior, são de 174 professores surdos na área de Educação e Linguística.

No mesmo ano em que iniciou o curso de graduação Letras-Libras foi aberto o curso Pedagogia Bilíngue sendo Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, a única faculdade a oferece-lo. E em 2006 a 2018 foram 198 alunos diplomados³, O foco desse curso é para atender a educação básica, ou seja, atendimento a educação das crianças surdas o que é de extrema relevância para o seu desenvolvimento, como nos apresenta Quadros (2005), “Assim, crianças surdas precisam ter acesso à língua de sinais com sinalizantes fluentes desta língua muito cedo.”

Atualmente, sabemos que há outras instituições de ensino que realizaram novos concursos aumentando o número de professores surdos tanto efetivos como contratados.

É dentro deste contexto que o presente trabalho pretendemos trazer algumas reflexões o sobre episódio, acontecido na reunião final do CONAE (Conferência Nacional de Educação), abril de 2010, sob a perspectiva das lutas surdas pela manutenção e reconhecimento de sua cultura. Também trazemos como “A ordem do discurso” de Foucault base teórica para pensar os jogos de poder que aconteceram neste episódio específico sobre a Educação de Surdos no Brasil.

3 Site INES, disponível em: < <http://www.ines.gov.br/graduacao> >. Acesso em: 31 jan. 2022.

A CONAE E A EDUCAÇÃO DOS SURDOS

No final do primeiro semestre de 2009, no estudo de mestrado, Cláudio Mourão acompanhava aula com uma disciplina com a Prof^a Adriana Thoma⁴, na UFRGS, e surgiram comentários sobre o CONAE. Ela aconselhou aos alunos que deveriam participar para defender a nossa educação (a Educação de Surdos) e faltavam apenas dois dias para o fim das inscrições para participar da Conferência na Etapa Municipal de Porto Alegre.

A partir da longa trajetória durante os debates e propostas, Cláudio Mourão passou pela etapa para ser delegado, representando o município e foi para a Conferência Estadual. Para sua surpresa, tinha dois surdos como delegados municipais no primeiro dia desta etapa; no dia seguinte, eram apenas dois surdos, Cláudio Mourão e Cristian Strack, e foram nomeados delegados para representar o estado, em Brasília, na CONAE.

Ao chegarmos lá encontramos mais cinco surdos e alguns profissionais ouvintes da educação de surdos e uma mãe de surdo, que estavam no evento como delegados e apoiadores. No site⁵ da CONAE se pôde ver o enunciado sobre a proposta dessa Conferência, necessário para se entender sua importância:

A Conferência Nacional de Educação - CONAE é um espaço democrático aberto pelo Poder Público para que todos possam participar do desenvolvimento da Educação Nacional. Está sendo organizada para tematizar a educação escolar, da Educação Infantil à Pós-Graduação, e realizada em diferentes territórios e espaços institucionais, nas escolas, municípios, Distrito Federal, estados e país. Estudantes, Pais, Profissionais da Educação, Gestores, Agentes Públicos e sociedade civil organizada de modo geral, terão em suas mãos, a partir de janeiro de 2009, a oportunidade de conferir os rumos da educação brasileira.

Cláudio Mourão apresenta um momento da sua experiência na CONAE, etapa municipal de Porto Alegre, realizada no Centro Universitário Metodista - IPA, em 10 de julho de 2009, onde aconteceram os debates da Conferência Nacional de Educação - CONAE 2010. Nesta etapa aconteceram 6 eixos temáticos que tratavam sobre a educação. Veja abaixo:

- Eixo I: Papel Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional;
- Eixo II: Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação;
- Eixo III: Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar;
- Eixo IV: Formação e Valorização dos Profissionais do Magistério;

4 Programa de Pós-Graduação em Educação na UFRGS, disciplina "A Constituição de Identidades e da Diferença Surda no Campo da Educação, ministrada Profa. Dra. Adriana Thoma, 2009/1.

5 Informação mais sobre CONAE, disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12422:conae-apresentacao&catid=325:conae-conferencia-nacional-de-educacao >. Acesso em 25 jan. 2022.

- Eixo V: Financiamento da Educação e Controle Social;
- Eixo VI: Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade.

No primeiro dia da etapa municipal, participou do eixo VI “Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade”, no qual foram lidos os relatórios dos colóquios discutidos no eixo, com as propostas de emendas para acrescentar, substituir ou retirar enunciados do documento referência. Os professores e líderes surdos presentes nesta etapa, com o apoio dos profissionais ouvintes da Educação de Surdos, principalmente Intérpretes de Língua de Sinais, elaboramos muitas propostas para a Educação de Surdos, acessibilidade, inclusão social e educação inclusiva. No segundo dia, todos os eixos foram apresentados para os delegados dos outros eixos, com a finalidade de votar a favor ou contra as propostas já elaboradas. Para minha surpresa, todas as propostas do eixo VI sobre Educação de Surdos foram aprovadas para a Etapa Estadual.

A Etapa Estadual CONAE 2010, que aconteceu de 20 a 22 de novembro de 2009, em Porto Alegre, contou com a participação de aproximadamente mil delegados municipais, regionais e representantes da comunidade educacional. Havia um pequeno grupo que era contra as propostas de Educação de Surdos, houve algumas discussões, pois eles eram a favor da Inclusão (surdos incluídos na escola regular) e outros defendiam o fechamento das Escolas de Surdos; mas, para nossa alegria, a maioria dos delegados votou a favor das propostas para as Escolas Especiais se destacando a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE e as Escolas de Surdos. Percebeu-se que muitos delegados, que eram informados e tinham conhecimento sobre a Educação de Surdos, foram democráticos, e havia outros que desconheciam o assunto e fizeram muitas indagações quanto às nossas propostas e as razões que fundamentavam nossas reivindicações. Os delegados surdos presentes defenderam uma a uma das propostas e, após todas as questões serem sanadas, seguiu-se para a etapa de votação. No final, ao se realizarem as votações para a escolha de delegados para a Etapa Nacional em Brasília, primeiro se fez uma divisão entre estudantes, professores, diretores, etc., que se reuniram em salas diferentes. Cláudio Mourão escolheu a sala de estudantes, e os critérios foram pela experiência e por regionalidade; ele foi escolhido então para representar os estudantes surdos e, na sala de professores, o colega Cristian Strack foi escolhido para representar os professores surdos. Ana Paula Jung esteve presente como assessora dos delegados surdos, ao mesmo tempo em que atuou como intérprete, mediando a comunicação aos surdos delegados. Nesse momento relatou-nos acerca de suas lutas enquanto membro da Comunidade Surda – sim, ela faz parte da Comunidade Surda – e compartilhou conosco as lutas e emoções vividas. Naquele período atuava na qualidade de intérprete da Língua Brasileira de Sinais, professora, coordenadora pedagógica e diretora da Escola Estadual Especial Keli Meise Machado (KMM), em Novo Hamburgo-RS, escola de surdos.

Participou, ainda da etapa municipal, estadual e nacional, sempre prestando assessoria aos delegados surdos. E juntos foram a Brasília para defender nossa educação de surdo.

Na Conferência Nacional de Educação - CONAE 2010, de 28 de março a 01 de abril de 2010, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, pessoas vieram de todos os cantos do Brasil. Entre os mais de quatro mil delegados, encontravam-se oito delegados surdos de São Paulo e do Ceará, um cego-surdo com um intérprete-guia, delegados ouvintes que trabalhavam com a Educação de Surdo e representantes da Comunidade Surda. O evento ocorria da mesma forma que as etapas anteriores. No primeiro dia ocorreu a abertura geral com o Ministro da Educação, Fernando Haddad; alguns minutos depois, houve uma apresentação no telão mostrando a propaganda do evento. Neste momento, um delegado surdo, Neivaldo Zovico⁶, levantou e, em frente de todas as quatro mil pessoas sobre a legenda no telão: "Isso é inclusão?", perguntou ele. Cláudio Mourão comentou que sentiu apreço por essa atitude, que se sentiu orgulhoso, pois isso mostrou a persistência na luta pelos direitos e a manutenção das políticas dos surdos. Depois houve a separação dos delegados para as salas dos eixos, como nas etapas anteriores, e ele se dirigiu ao Eixo VI.

Em relatos do professor Cláudio Mourão, disse que não lembrava exatamente como transcorreram todas as discussões, pois houve muitas informações sobre as votações, inclusões e supressões que aconteciam ao mesmo tempo. No primeiro dia se levantaram as propostas sobre Educação de Surdo que foram trazidas por delegados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Ceará e Paraná, mas algo muito estranho aconteceu: as propostas não estavam no Documento Referência. Todas as propostas sobre Educação de Surdos não foram mencionadas e só o que constava no documento eram propostas referentes à acessibilidade, inclusão social e educação inclusiva, e uma das propostas mencionava sobre a formação de professores de Libras. Nós nos manifestamos e os coordenadores das salas disseram que não haviam recebido os documentos. Não acreditamos, pois sumiram justamente todos os documentos elaborados pelos diferentes estados sobre Educação de Surdos. Então resolvemos fazer outro documento que fosse acrescentado à "Referência". Juntamente com os delegados surdos e profissionais da educação de surdos, nos reunimos e elaboramos todas as propostas para a Educação de Surdos.

Na sala, durante as discussões sobre as propostas, nos propusemos a apoiar o grupo das minorias, que eram negros, quilombolas, movimento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), pois nos

⁶ Neivaldo Zovico - Professor de Matemática em escolas de Surdos, Consultor e Palestrante sobre Acessibilidade para Surdos e Deficientes Auditivos, Membro da Comissão de Estudos da Acessibilidade de Comunicação e Visual para pessoas surdas e deficientes auditivos - ABNT, Coordenador Nacional de Acessibilidade para Surdos da FENEIS, em São Paulo/SP.

encaixávamos pela questão de reconhecimento e valorização da cultura, visto que tínhamos experiências de vida semelhantes, especificamente na questão cultural, de acordo com Lucas (2010, p. 22):

Segundo o delegado Neivaldo Zovico, [...] “Durante a fase de discussão interna ao eixo seis, fizemos um acordo de que todos votaríamos a favor das propostas apresentadas pelos diferentes grupos – negros, quilombolas, Movimento Sem Terra, dentre outros. Partimos do princípio de que ninguém conhece melhor a realidade do que aqueles que a vivenciam (...)”

No momento da votação na sala, conseguimos aprovar nossas propostas com o apoio do grupo das minorias; estávamos aliviados e contentes porque desejávamos garantir a melhora da educação para as crianças surdas. A nossa preocupação era com a questão linguística de Libras, já que, no caso da criança surda, a primeira língua deve ser a Língua de Sinais e a segunda a Língua Portuguesa escrita, levando em consideração a proposta de educação bilíngue, valorizando a Cultura Surda e proporcionando uma educação que favoreça o crescimento, desenvolvimento, interação e inclusão social, em que a criança surda não se sinta excluída ou discriminada.

Mais tarde, estávamos comemorando a vitória, quando soubemos que, após o final da plenária, um grupo chamou os representantes das minorias, mas não chamou os surdos; houve uma reunião a portas fechadas com o grupo das minorias, convencendo-os de que votassem contra as propostas de Educação de Surdos levantadas no eixo VI. Lucas (2010, p. 22) nos fala mais sobre isso:

Neivaldo argumenta que os dirigentes governistas manipularam o grupo. “Nas nossas costas, depois de sairmos da plenária, os participantes do eixo seis foram chamados para uma reunião com representantes do Governo Federal e de ONG’s conveniadas ao Ministério de Educação (MEC). Eles convenceram a votar contra as propostas destacadas pelo grupo de surdos, acusando nossas idéias[sic] de segregacionistas. Os únicos movimentos que nos apoiaram até o fim foram a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e a Educação do Campo”.

A argumentação de Neivaldo Zovico (SP) parece exagerada, mas não é; estávamos lá, assim como os professores Cristian Strack (RS), Moryse Saruta (SP), Cristiano Koyama (SP), Maria Inês Vieira (SP), os intérpretes de Libras, Renato Faustino Rodrigues (SP), Ana Paula Jung (RS) e outros, que viram a óbvia e clara discriminação que sofremos durante o evento. Não ficamos tranquilos e nos sentimos humilhados. À noite, o prof. Cristian Strack e a intérprete e prof.^a Ana Paula e o prof. Cláudio Mourão se reuniram; preocupados com o que acontecia no evento, temíamos o pior.

O Prof. Cláudio Mourão conta que não sabia explicar os sentimentos que se passaram naqueles quatro dias – medo, raiva, tristeza, impotência. Parecia que o seu corpo desmoronava e nos seus pensamentos refletia sobre o futuro das crianças surdas que poderiam ser esmagadas, como se fossem formigas, pela hipocrisia e discriminação. Sentiu-se tal qual os surdos em Milão naquele fatídico

congresso, onde sofreram assim como estava sofrendo. É uma pergunta pairava:

– Estávamos nós regressando àquele passado obscuro da história? – Disse o prof. Cláudio Mourão.

Em outro momento de votação, apareceram as dez propostas importantes que tínhamos elaborado sobre a “Educação de Surdo” e tinham sido aprovadas nas etapas municipais e estaduais; mas na CONAE, em Brasília/DF, sete das dez propostas foram rejeitadas e somente três foram aprovadas. Naquele momento vimos a manipulação política dos representantes do MEC que usaram o seu poder para nos atingir. Não desistimos. Enquanto o evento acontecia, lutamos e discutimos. Num dado momento daquela votação, o prof. Cláudio Mourão mostrou o livro, a Constituição Federal, e na frente de todos os delegados ali presentes indagou: “Onde estão os direitos humanos? Os nossos direitos? Isso é discriminação. Vocês têm filhos surdos? Sabem Libras?”. Ninguém se manifestou a nosso favor e me questionei sobre que democracia e direito de liberdade existe em nosso país.

Havia uma grande pressão, como se estivéssemos em um vulcão em erupção, parecia que não sobreviveríamos. Lutamos muito. Podíamos ver e sentir o audismo⁷ naquela Conferência e, lamentavelmente, perdemos. Infelizmente não conseguimos manter nossas propostas!

Podemos lembrar as reflexões de Foucault (2006), em “A ordem do discurso”, que diz que, sobre o discurso considerado verdadeiro, existem muitas restrições, proibições em todas as sociedades. Assim, sempre existem “sujeitos autorizados” a falar sobre determinados assuntos. Parece que, no caso da educação dos surdos no Brasil, as “pessoas autorizadas” a dizer a verdade sobre a educação dos surdos não são os próprios surdos, mas outros sujeitos, atualmente no MEC.

Os que se posicionaram na CONAE contra nossas propostas não conheciam e nunca leram nada a respeito da nossa cultura, identidade, especialmente sobre a nossa “Língua”. A esse respeito, Lucas (2010, p. 22) relembra o que afirma um delegado:

(...) delegado Neivaldo Zovico: “a conferência deveria ser um espaço democrático, mas infelizmente foi uma ditadura. Não conseguimos fazer valer nosso direito por causa de manipulação dos dirigentes que não conhecem a nossa cultura, a Língua de Sinais e a Identidade Surda do Brasil e do mundo”.

Para aqueles e principalmente o grupo de dirigentes da educação do MEC, parte-se do ponto de vista de que o surdo não tem cultura própria; nos chamaram de segregacionistas, colocaram palavras que nunca dissemos sobre sermos contra a inclusão, mentiras contadas para persuadir e nos prejudicar. Nunca fomos contra a chamada inclusão; só defendemos que as crianças surdas deveriam estudar em escolas ou classes de surdos, para aquisição de sua língua materna nos primeiros anos de alfabetização, e que os surdos de escolas inclusivas tivessem profissionais

⁷ Para saber mais sobre Audismo (inglês: audism), disponível em: < <https://vawnet.org/sc/audism-oppression-lives-deaf-individuals>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

que os atendessem na perspectiva bilíngue de educação, que estas crianças tivessem referências de sua Língua de Sinais para a formação identitária, para a produção da subjetividade, que se tornassem surdos melhores do que somos. Entretanto, ninguém nos entendeu e nem nos apoiou. Lucas (2010, p. 23) traz um relato disso:

De acordo com a Diretora de políticas educacionais especiais do MEC, Martinha Claret, o Ministério não concorda com o princípio de que a educação bilíngüe[sic] é favorecida no espaço segregado. [...] Perguntada sobre a importância das escolas de surdos para a valorização da Cultura e da Identidade Surdas, a diretora respondeu que “do ponto de vista da educação inclusiva, o MEC não acredita que a condição sensorial institua uma cultura. As pessoas surdas estão na comunidade, na sociedade, e compõem a cultura brasileira. Nós entendemos que não existe Cultura Surda e que esse é um princípio segregacionista. As pessoas não podem ser agrupadas nas escolas de surdos porque são surdas. Elas são diversas. Precisamos valorizar a diversidade humana”.

Podem imaginar quem é Martinha Claret? Ela é conhecida no Brasil por ser cega e um exemplo de vida. Mas será que ela já conviveu na Comunidade Surda, participou das associações de surdos no Brasil e já foi às escolas de surdos? Como pesquisadora, terá conhecimento sobre cultura e identidade? Teria lido textos de autores que abordam a Cultura Surda, autores respeitados e renomados como Ronice Quadros, Lodenir Karnopp, Carolina Hessel, Adriana Thoma, Madalena Klein, Stuart Hall, Carlos Skliar, Gladis Perlin, Karin Strobel, Oliver Sacks, Flaviane Reis, Márcia Lunardi-Lazzarin, Willian Stokoe e tantos outros que comprovam a veracidade destes autores? Será que ela participou da comunidade dos sujeitos surdos, para dizer que não temos cultura? Ela percebeu que temos identidades diferentes? Viu as crianças surdas, alegres e animadas, conversando em Libras com os colegas surdos nas escolas de surdos? Comparou alguma vez uma criança surda, isolada, com ou sem presença de intérprete de Língua de Sinais na sala de aula em escola regular com crianças ouvintes e outra criança surda numa escola de surdos? Será que ela saberia qual criança é mais feliz? Seus estudos e pesquisas não mostraram que um professor ouvinte, com formação de Libras (60 a 120 horas do curso), não é suficiente para se comunicar com uma criança surda? Impossível! Será que ela viu uma criança surda nos meios dos alunos ouvintes no intervalo, sem interagir, pois, nenhuma das crianças fala sua língua?

Cito Lucas e Madeira (2010, p. 14)

“Falar que a escola bilíngüe [sic] de surdos é segregacionista é uma falácia”, classifica o professor Tarcísio Leite, da UFSC.

(...) A maioria dos pesquisadores da área defende que reunir surdos em uma mesma escola ou sala de aula não significa separá-los do mundo ou torná-los mais dependentes. Ao contrário, os ambientes lingüísticos [sic] que favorecem a vivência de uma língua de maneira espontânea fazem com que os sujeitos se tornem mais autônomos, pois eles alcançam o conhecimento de maneira mais rápida e eficaz. A experiência lingüística [sic] plena faz com que as pessoas se sintam seguras nas interações sociais e na relação com seus pares. [...] quanto mais desenvolvimento lingüístico [sic] dos sujeitos, maior a capacidade de buscar conhecimento e de utilizá-los livremente no seu cotidiano. Eles podem, de maneira independente, transitar no mundo e compreendê-lo. Assim, o conhecimento de mundo

adquirido pelos surdos por meio de uma língua natural, a Libras, seria mais eficiente.

Ao final do evento da CONAE nacional, as propostas de acessibilidade e de inclusão social foram garantidas, mas, infelizmente, nossas propostas principais, pelas quais brigamos bastante, não foram aprovadas. Vejam abaixo resumo das propostas aprovadas:

- Garantir a oferta de atendimento educacional à criança surda, do nascimento aos três anos, propiciando a imersão em Língua de Sinais como primeira língua;
- Oficializar a profissão de tradutor-intérprete de Libras e de guia-intérprete para surdos e cegos e garantir a presença desses profissionais nas escolas e instituições de ensino superior;
- Garantir que a formulação e a execução da política sejam realizadas com a participação dos educadores surdos e demais lideranças da Comunidade Surda.

E outro resumo das propostas rejeitadas:

- Garantir às famílias e aos surdos o direito de optar pela modalidade de ensino, garantindo o acesso à educação bilíngue;
- Garantir e ampliar o atendimento de serviços de intervenção precoce em crianças de até três anos;
- Garantir o contato dos alunos surdos com professores surdos, oportunizando sua identificação linguística e cultural;
- Consolidar o ensino de Libras nos cursos de formação de professores, incluindo temáticas como Artes, Literatura, Gramática da Língua de Sinais e História dos Movimentos Surdos. Incluir esses temas também nos currículos das escolas de surdos e nas escolas com alunos surdos incluídos;
- Incentivar e apoiar financeiramente a criação do curso de graduação em Pedagogia Bilíngue;
- Inserir prova de proficiência em Libras nos concursos e em outros processos seletivos para professores que atuarão com alunos surdos.

E, mais tarde, elaboramos uma carta de moção em defesa das escolas de surdos, com o objetivo de registrar e formalizar aquelas demandas rejeitadas pela plenária. Se obtivéssemos mais de oito assinaturas entre líderes e representantes de grupos apoiando nossa moção, conseguiríamos acrescentá-las aos documentos, mesmo sem votação, e conseguimos mais do que isso. Depois entregamos a carta com assinaturas na mesa de dirigentes da CONAE que anexaram ao documento como obrigatória. Veja abaixo o que o parágrafo que incluímos na carta de moção diz:

- Garantir a continuidade das escolas de surdos, desde a educação infantil

até as séries finais da educação básica, assegurando sua regularidade no sistema de ensino, com projeto pedagógico estabelecido. Nos casos onde [sic] a população de surdos não comportar a existência de escola de surdos, garantir o atendimento dos alunos em classes de surdos, estabelecidas em escolas regulares de referências, ou ainda, nos casos em que isso não for possível, estimular espaços de compartilhamento da língua de sinais e demais aspectos culturais como condição do desenvolvimento lingüístico[sic], cognitivo, emocional, social, cultural e de construção de identidade.

- Garantir aos professores surdos e ouvintes que atuam nas escolas de surdos, bem como nas classes de surdos, tenham formação específica e continuada sobre a história, aspectos linguísticos, culturais e de identidade das Comunidades Surdas do Brasil e do mundo.
- Garantir o ingresso de surdocegos e surdos com outras deficiências associadas, nas escolas de surdos, bem como nas classes de surdos, pautada na perspectiva da educação inclusiva, assegurando o direito à educação em Língua de Sinais como primeira língua, bem como a presença de professor assistente, de instrutor mediador e de guia-intérprete, de acordo com a necessidade do aluno.

Ao final de todos os eixos aprovados, eles são acrescentados ao documento principal e entregues ao Congresso Nacional. Só podemos alterar este documento na próxima CONAE, que, infelizmente, será somente daqui a 10 anos.

Delegados surdos e aliados ouvintes se sentiram tristes ao ver nossas propostas rejeitadas, voltando para casa derrotados, buscando entender a “discriminação” que sofremos. Cláudio Mourão disse: “Dentro de mim há um sentimento de dor e mágoa, pois me senti um escravo com minhas mãos algemadas sem poder usá-las, me proibiram de ‘falar’. Condenaram o futuro das crianças surdas.”

Estamos retrocedendo à mesma história e sofrimento causado pelo Congresso de Milão. Neste momento, a CONAE 2010, em Brasília, e principalmente os dirigentes do MEC deixaram sua marca na história dos surdos, entre os que vivem hoje e que falarão aos de amanhã do Brasil e do mundo inteiro, sobre uma minoria que foi esmagada pelo audismo.

No site do CONAE é possível ver todas as propostas aprovadas em Brasília, mas a moção que entregamos aos dirigentes ainda não foi acrescentada no sistema do site.

O MEC afirma que temos o direito humano de escolher a nossa educação. Nesta Conferência, entretanto, esses dirigentes só mostraram que alguns interesses estão acima destes direitos, desrespeitaram a nossa língua e cultura. Seriam eles as únicas pessoas “autorizadas” para falar sobre a educação dos surdos e não os surdos? Que vergonha!

FIM DA HISTÓRIA... CONCLUSÃO? NÃO...

Neste trabalho, os textos de outros autores contribuíram para a sua elaboração e cremos que também contribuirão para outros trabalhos futuros, como coloca Jorge Larrosa (2013, p. 30): “A questão é que aqui estou contando um conto que li num livro que está atravessado por outros livros e que, por sua vez, atravessa outros livros, até chegar um dia a mim e, hoje, a vocês.”

Esses relatos foram coletados dos próprios surdos e ouvintes que naquele momento resistiram e travaram uma guerra com o etnocentrismo ouvintista que queria suplantiar os direitos dos Povos Surdos a uma educação adequada; por isso fez-se necessário aqui o registro escrito, para que não se perca dos relatos contados por meio sinalizado ou oral - ele não poderá ser apagado, mesmo que um grupo de sujeitos etnocêntricos tenha tentado suprimir essa parte da história não querendo que a mesma fosse publicada. Ela se manterá viva para que situações vergonhosas como essas não se repitam.

Precisamos contar nossas Narrativas Surdas. Não podemos deixá-las guardadas no baú; vamos abri-lo, pois, o baú fechado não conta história. A história quer sair para não nos fazer esquecer, mas construir novos caminhos onde nosso choro só será de alegria. Como nos disse Gisele Rangel (2015, p. 224):

Acredito, por fim, na necessidade de registrarmos novas Narrativas Surdas, a fim de que permaneçam e fortaleçam a Cultura Surda. É preciso abrir o baú da memória com as mãos dos próprios surdos e apresentar as nossas histórias, pois ainda há muito para contar e construir.

Se não há choro, não há história...

Referências:

- CARVALHO, Paulo Vaz. **Breve História dos Surdos no Mundo e em Portugal**. Editora Surd'Universo, Livraria Especializada Lda. Lisboa, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- GIORDANI, Liliane Ferrari. **"Quero escrever o que está escrito nas ruas"**: representações culturais da escrita de jovens e adultos surdos. 2003. 153 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- HALL, Stuart. **A identidades Cultural na pós- modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2005. 102p.
- KARNOPP, Lodenir. **Aquisição Fonológica na Língua Brasileira de Sinais: estudo longitudinal de uma criança surda**. Porto Alegre, PUCRS: Tese de Doutorado, 1999.
- KARNOPP, Lodenir Becker; KLEIN, Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise. **Produções culturais surdas no contexto da educação bilíngue**. Projeto de Pesquisa, MCTI/CNPQ/Universal, Processo 454906/2014-5, 2014.
- KLEIN, Madalena. **Tecnologias de governo na formação profissional dos surdos**. 2003. 134 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana: danças, piroetas e mascaradas**. / texto de Jorge Larrosa, tradução Alfredo Veiga-Neto, - 5. Ed.; 1. reimp. - Belo Horizonte; Autêntica Editora, 2013.
- LOPES, Maura Corcini. **Surdez e Educação**. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- LUCAS, Regiane. Conferência Nacional de Educação rejeita proposta que apóia a escola de surdos.: **Revista da Feneis**, Nº 40 - junho-agosto de 2010.
- LUCAS, Regiane; MADEIRA, Diogo. **Educação dos surdos: Em repúdio às declarações do Mec, pesquisadores defendem bilingüismo e pedagogia surda**. Revista da Feneis, Nº 41 setembro-novembro de 2010.
- LUNARDI, Márcia Lise. **A produção da anormalidade surda nos discursos da Educação Especial**. 2003. 198 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- MACHADO, Paulo Cesar. **A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.
- MOURA, Maria. **O Surdo: caminhos para uma Nova Identidade**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora REVINTER Ltda, 2000.
- MOURÃO, Cláudio. **Educação de Surdos: retrocedendo para Milão. Será?** In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 4; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 1. Canoas, 2011. Anais Canoas: Editora da Ulbra, 2011. 1 CD-ROM.
- PADDEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. **Deaf in America: voices from a culture**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.
- PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto. **O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade**. 2003. 155 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- QUADROS, Ronice. **Educação de Surdos: A aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- _____. **O 'bi' em bilingüismo na educação de surdos**. Surdez e bilingüismo. 1ªed. Porto Alegre: Editora Mediação, v.1, p. 26-36, 2005. Disponível em <http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=7&idart=197>
- QUADROS, Ronice; STUMPF, Marianne. Letras Libras EaD. In: QUADROS, Ronice (org.), Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014.
- RANGEL, Gisele. **História cultural da pedagogia dos surdos: 15 anos depois**. In: PERLIN, Gládis; STUMPF, Marianne. (orgs.). Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas. Curitiba-PR: CRV, 2012.
- REIS, Flaviane. **Professor surdo: a política e a poética da transgressão pedagógica**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- _____. **A docência na educação superior: narrativas das diferenças políticas de sujeitos surdos**. Uberlândia: UFU, 2015. 278 f. Tese (doutorado em educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.
- ROCHA, Solange. **Memória e história: a indagação de Esmeralda**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2010.
- SÁ, Nídia (Org.). **Surdos: qual escola?** Manaus: Editora Valer e Edua, 2011.

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 196p.

SILVEIRA, Carolina Hessel. **O Currículo de Língua de Sinais e os professores surdos: poder, identidade e cultura surda**. In: QUADROS, Ronice; PERLÍN, Gládis (Orgs.). Estudos Surdos II. Rio de Janeiro, Editora Arara, 200,

SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

STOKOE, William. **Sign Language structure**. Maryland: Linstok Press, 1960.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

_____. **Os sobreviventes das políticas surdas: opressão da cultura surda e de seus valores linguísticos na educação**. In: PERLÍN, G.; STUMPE, M. (Orgs). Um olhar sobre nós surdos. Curitiba: Editora CRV, 2012, p. 97-108.

THOMA, Adriana da Silva. **Imaginário social e educação do surdo institucionalizado**. 1997. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1997.

THOMA, A e LOPES, M C. **A invenção da Surdez: Cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2004.

Sites consultados:

<http://acessibilidadeparasurdos.blogspot.com/2010/04/conferencia-nacional-de-educacao.html>

CONAE 2010: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12422:conae-apresentacao&catid=325:conae-conferencia-nacional-de-educacao

O LUGAR DO HUMOR SURDO NO NOVO MOMENTO DA CULTURA SURDA

The place of humour in the new moment of deaf culture



Carolina Hessel Silveira

Mestre em Educação pela UFSC e Doutora em Educação pela UFRGS. Professora Adjunta do Instituto de Letras da UFRGS. E-mail: cahessil12@gmail.com

Resumo

O artigo parte de considerações sobre a importância do V Congresso Latino-americano de educação bilíngue para surdos, realizado em Porto Alegre/RS, em 1999, enfatizando dois momentos importantes do Pré-Congresso: a elaboração de um documento intitulado "A educação que nós surdos queremos" e a passeata realizada até a sede do Governo do Estado do RS para a entrega do documento às autoridades. A partir da análise de tópicos do documento e da menção a momentos do Congresso, a autora retoma seu interesse pelos currículos para surdos e pela presença do Humor Surdo no mesmo. Nas três seções seguintes: Um pouco sobre o humor e cultura; Piadas surdas - explorando alguns exemplos e outros aspectos que as piadas surdas nos trazem, discute-se a importância do humor em geral e do Humor Surdo, com base em teóricos como Possenti, Hoolcomb *et al.*, Silveira -, e são trazidas algumas piadas surdas, com breve análise das mesmas. O artigo finaliza, acentuando a relevância do Humor Surdo que, apenas com as novas possibilidades de registros eletrônicos, passou a ser estudado, e aponta que as piadas surdas não são apenas elementos de diversão da comunidade, mas também servem ao fortalecimento da Identidade Surda.

Palavras-chave:

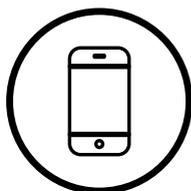
Piadas surdas. Identidade Surda. Cultura Surda.

Abstract:

The essay starts upon the considerations on the importance of the V Latin American Congress of Bilingual Education for the Deaf held in 1999 in Porto Alegre/RS, highlighting two important moments of the pre-Congress: the elaboration of a document entitled “The education that we, the deaf, want” and the march carried out to the head office of the government of the state of Rio Grande do Sul to deliver it to the authorities. From the analysis of the document’s topics and the mentions of congress’ moments, the author retrieves her interest in curricula for the deaf and in the presence of deaf humour in it. In the following three sections, “A bit of humour and culture”, “Deaf jokes – exploring a few examples” and “Other aspects that deaf jokes bring us” the importance of general humour and deaf humour is discussed, based on scholars such as Possenti, Hoolcomb et alii, Silveira, some deaf jokes are presented and briefly analysed. The essay ends emphasising the relevance of deaf humour, which only after the recent possibilities brought with electronic records came to be studied and points out that deaf jokes are not merely a fun element to the community, but also serve to strengthen deaf identity.

Keywords

Deaf jokes. Deaf Identity. Deaf Culture.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**

<https://www.youtube.com/channel/UCosR0agJVuvT-26VxiR3cTQ>

Canal do DDHCT INES no YouTube



1. INTRODUÇÃO

Há vinte anos atrás – como é comemorado pela presente obra – realizou-se o V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, nos dias 20 a 24 de abril de 1999, no Salão de Atos da Reitoria da UFRGS, em Porto Alegre, numa promoção da Feneis-RS e do NUPPes (Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais para Surdos – UFRGS). Sempre é lembrada pela Comunidade Surda, também, a realização do Pré-Congresso (nos dias 20 e 21 de abril), cujos resultados mais importantes foram: a elaboração de um documento, pela Comunidade Surda, sobre “Que educação nós surdos queremos?” e a realização de uma passeata até o Palácio Piratini, sede do governo, no dia 23 de abril, uma sexta-feira, em que a Comunidade Surda presente no congresso, envergando luvas brancas, caminhou

até a sede do governo para entregar o documento para o então governador Olívio Dutra e sua secretária de Educação, Lúcia Camini, conforme notícia reproduzida abaixo (jornal Correio do Povo, 24.04.2009).

Figura 1 - Notícia publicada no jornal Correio do Povo, de Porto Alegre, em 24 de abril de 1999.



Para todos os que participaram daquele evento e para a Comunidade Surda em geral aquele foi um momento muito importante para o fortalecimento do movimento. Até hoje, temos frutos daquele momento especial da Comunidade Surda brasileira. Consultando o documento produzido no Pré-Congresso, vemos que uma de suas partes versa sobre "O CURRÍCULO DA ESCOLA DE SURDOS". Desta parte, com vários tópicos, apresento dois que escolhi e que se relacionam com o que desenvolverei neste artigo.

Com a introdução mais geral - "A Comunidade Surda recomenda", encontramos os seguintes tópicos:

73. Reestruturar o currículo atendendo às especificidades da Comunidade Surda, incluindo no planejamento curricular disciplinas que promovam o desenvolvimento do surdo e a construção de sua identidade.

74. Fazer com que a escola de surdos insira no currículo as manifestações da/s Cultura/s Surda/s: pintura, escultura, poesia, narrativas de história, teatro, piadas, humor, cinema, história em quadrinhos, dança e artes visuais, em sinais.

Estes tópicos me fazem refletir para estabelecer articulações com minha trajetória como surda. Afinal, também estive presente no Congresso e participei

deste momento. Muitas coisas me impressionaram, como a palestra do surdo norte-americano Benjamin Bahan (Ben Bahan), sobre “Stories from the Deaf World/Histórias do Mundo Surdo”, na qual ele contou histórias e abordou o Humor Surdo. Fiquei fascinada pelas histórias e piadas surdas e surgiu em mim a vontade de também fazer registros, pesquisas e divulgação do tema, para fortalecer o Orgulho Surdo. Desde então, comecei a desenvolver um interesse por este assunto e pela importância do empoderamento da Identidade Surda, através da educação das crianças surdas e da divulgação da Cultura Surda em todos os espaços. Outra notícia, abaixo, traz um pequeno retrato do reconhecimento da importância do congresso (Correio do Povo, 21.04.2009) na comunidade mais geral.

Figura 2 - Notícia publicada no jornal Correio do Povo, de Porto Alegre, em 21 de abril de 1999.



Em 2004, ingressei no Mestrado em Educação da UFSC, onde, com orientação da prof^a Ronice Quadros, desenvolvi uma pesquisa e defendi dissertação sobre “O currículo de Língua de Sinais na educação de surdos”. Na ocasião, realizei entrevistas com dez professores surdos sobre conteúdos e estratégias de ensino usadas no ensino de Língua de Sinais em escolas gaúchas de surdos. Meu objetivo principal era fazer uma análise crítica dos currículos então existentes nas escolas. Na pesquisa, descobri que, como

não havia cursos de formação de professores de LS na época, frequentemente, não havia currículo organizado, apenas improvisado, e, às vezes, até se colocavam conteúdos que nada tinham a ver com LS ou os conteúdos eram repetidos ou alguns conteúdos nem os professores sabiam de que se tratava (SILVEIRA, 2006, p. 128).

Evidentemente, esta situação se relacionava com o momento em que a Comunidade Surda brasileira estava vivendo – em 2006. Atualmente, com os cursos de Letras/Libras e Pedagogia Bilíngue, a situação está mudando consideravelmente.

Voltando aos achados de minha pesquisa de mestrado, registro que, então, apenas um (1) dos professores entrevistados revelou utilizar o Humor Surdo como tópico para suas aulas de Língua de Sinais. Ele, então, relatava, afirmando em relação ao currículo ‘oficial’ de Língua de Sinais:

Mas não me interessa, sempre dou aula todos dias, tudo bom! Nunca sinto ruim ao ensino, se sinto ruim, procuro este currículo. Nada dificuldades! Olho este currículo, adapto cada série diferente, cada fase, estímulo, LSB. Piada, aqui não tem no currículo, uso piadas. (SILVEIRA, 2006, p.104)

Embora à primeira vista pareça pouco importante, só servindo para o lazer, a questão das piadas e, de maneira mais geral, o humor, é muito relevante na construção das identidades dos grupos. Penso que o Humor Surdo, como parte integrante da Cultura Surda, pode ajudar a empoderar a Comunidade Surda. Neste sentido, ao ingressar no Doutorado em Educação, da linha de Estudos Culturais em Educação do PPG Educação da UFRGS, em 2011, decidi pesquisar mais sobre o Humor Surdo, sob a orientação da prof^a Lodenir Karnopp. É partindo de alguns dados obtidos pela minha tese de doutorado¹ e de algumas reflexões posteriores, que organizo o presente artigo. Seu objetivo é discutir a relação que pode haver entre o humor que circula numa comunidade e sua identidade. Especialmente, queremos mostrar a relevância do estudo de piadas surdas, que são específicas da Cultura Surda, para a valorização das Línguas de Sinais e da Cultura Surda, a partir da inspiração trazida no V Congresso, que mencionamos.

Lembramos que a valorização de uma língua, no caso, das Línguas de Sinais das Comunidades Surdas, passa pelo “reconhecimento político da diferença linguística e cultural das Comunidades Surdas” (KARNOPP; SILVEIRA, 2014, p. 94). E dentro dessa diferença cultural, que também é linguística, se situa o Humor Surdo. Neste trabalho, vamos trazer alguns exemplos de piadas surdas, coletadas em nosso trabalho de pesquisa, para mostrar ao final a relação que existe entre este humor e a Identidade Surda, procurando demonstrar como uma das sementes lançadas no congresso ainda está dando frutos.

2. UM POUCO SOBRE O HUMOR E CULTURA

O humor é um assunto sério e já provocou a escrita de muitos estudos, desde a Antiguidade, sendo que há várias teorias sobre o humor, o cômico, o riso, etc. Geralmente, se considera que o humor tem uma dimensão cultural – grupos de culturas diferentes também riem de situações diferentes. Alguns autores, como Possenti (1998), analisaram aspectos linguísticos de piadas contadas em Língua Portuguesa, que é uma forma como aparece o humor (mas não é a única). Como existem piadas de ouvintes e piadas de surdos, é importante buscarmos

1 A tese denominada Literatura Surda : análise da circulação de piadas clássicas em Línguas de Sinais foi defendida em 2015, tendo sido indicada como a melhor tese do PPG Educação Ufrgs, para o prêmio CAPES de Teses, em 2016.

um conceito de piadas que nos ajude a pensar nelas. Assim, Costa (2008, p. 149) define piada como

história curta de final surpreendente, às vezes picante e obscena, contada para provocar risos. De temática variadíssima (preconceitos - sexualidade, racismo, etnias etc. - instituições, profissões, etc.), as piadas refletem e refratam a sociedade (cf. POSSENTI, 1998), porque trazem um conteúdo que é, de alguma maneira, reprimido (repressão) e, por isso, dependem de sua técnica para disparar o humor, ou por uma característica linguística ou pela controvérsia em que um dos pontos de vista é considerado de mau gosto, incivilizado.

Assim como é para os ouvintes, as piadas das Comunidades Surdas sempre contam uma história (narrativa) e precisam ter um final inesperado. Isto é um aspecto semelhante entre as piadas ouvintes e as piadas surdas, mas há vários traços diferentes. Podemos citar Ladd (2013, p. 162), quando fala do Humor Surdo e diz que

muito do Humor Surdo está nos gestos, como [gestual 'o cão levantou a perna contra a parede']... mas ouvir, se dissesse isso em inglês, não era engraçado. Se tentar interpretar a piada para ouvintes, eles sorriem, enquanto os surdos iam chorar de rir.

Outro autor que estudou a relação entre o humor e as culturas, Rutherford (1983, p. 313) nos lembra que “a razão pela qual o humor é culturalmente específico para um grupo é mais do que apenas a linguagem, é uma questão de experiência.” E a experiência dividida, partilhada, é um traço cultural importante. Possetti, em seu livro “Os humores da língua” (1998), analisou os elementos linguísticos (da Língua Portuguesa) que são utilizados para produzirem humor em muitas piadas faladas e escritas. E ele afirma que algumas piadas, se não são interpretadas de uma determinada maneira (por causa de elementos linguísticos), não provocam riso. Assim como o domínio da Língua Portuguesa (e outras línguas) é importante para entender certas piadas dos ouvintes (escritas ou faladas), a experiência de ser surdo e um conhecimento profundo de Libras são essenciais para entender e rir das piadas surdas. Vamos ver alguns exemplos em seguida.

3. PIADAS SURDAS - EXPLORANDO ALGUNS EXEMPLOS

Entre as piadas que circulam na Comunidade Surda, existem algumas que valem a pena relatar brevemente, para exemplificar o que dizemos.

Na piada que denominei “Caçador”, é trazida uma situação de um torneio entre caçadores surdos e ouvintes, sendo que os surdos conseguem caçar muito mais do que os ouvintes. Essa superioridade dos surdos é explicada por causa de seu silêncio no diálogo com o uso dos sinais, enquanto as conversas faladas dos ouvintes dispersam e afastam os animais. Além disso, os surdos apresentam grande capacidade de atenção visual, pois observam o movimento das orelhas

dos cavalos em que estão montados, o movimento das árvores na floresta, entre outros aspectos visuais. Um aspecto importante desta piada são os detalhes dos movimentos das orelhas do cavalo, que são “descritos” através da Língua de Sinais pelos contadores surdos de piadas. Em qualquer tradução para língua verbal, se perde a qualidade da Língua de Sinais nos movimentos das orelhas e, também, se perde o motivo de humor para rir, por exemplo, na modalidade escrita. Esta piada também é um exemplo de outra temática frequente no Humor Surdo – as vantagens de ser surdo.

Outra piada que circula bastante na Comunidade Surda traz a história de um cabeleireiro que, primeiramente, atendeu um cliente que era deficiente físico. Após cortar o cabelo, o deficiente ia pagar, mas o cabeleireiro recusou dizendo que era gratuito para ele. No dia seguinte, o cabeleireiro recebeu um presente de gratidão do deficiente físico. Repetiu a situação com o cego, que também retribuiu com um presente de reconhecimento e, depois, com o último cliente que era surdo. Só que, com o surdo, no dia seguinte, o que tinha de presente era uma fila de surdos na porta (porque os surdos ficaram sabendo que o corte era gratuito). Esta piada trabalha com um final imprevisível, porque se espera que o surdo também traga um presente para o cabeleireiro. Por que esta piada faz os surdos rirem tanto? Somente através da experiência com a Comunidade Surda, é possível entender a significação cultural desta anedota.

Outra piada bastante conhecida na Comunidade Surda e que se baseia muito na Língua de Sinais é a que envolve o conhecido personagem do cinema KING KONG, o gorila gigante. Conforme a história trazida pela piada, num lugar onde vivem muitas pessoas, de repente, apareceu o King Kong, com seu enorme tamanho e aparência assustadora, fazendo as pessoas fugirem. Então King Kong veio andando, andando, viu uma moça loura e bonita e pegou-a na mão, como na cena do famoso filme. Então a moça pediu que ele não a matasse. Como King Kong tinha gostado dela, pediu para casar com ela. Mas, quando usou o sinal CASAR, destruiu a moça em pedaços, pois estava com a moça na mão. Esta piada só é possível de ser contada, compreendida e apreciada se contada em Língua de Sinais, já que o sinal de CASAR em Libras é bater as mãos. É um exemplo de como em algumas piadas a Língua é central para a piada, assim como Possenti mostrou em vários exemplos de Língua Portuguesa.

Enquanto a piada de King Kong aproveita um personagem que, originalmente, no filme, não era surdo, outra piada que podemos contar está muito ligada à Comunidade Surda. Nesta piada, conta-se que existia um casal surdo que queria ter um filho surdo e ficou pensando como proceder para conseguir realizar este sonho. Então, durante a relação sexual, quando gozou, o homem deu um grito diretamente na vagina. Os espermatozoides, que estavam nadando, ouviram e pararam para ver o que estava acontecendo. No entanto, um espermatozoide surdo não parou e foi nadando até o óvulo e o fecundou. Nove meses depois tiveram o filho surdo. Esta piada trabalha com o exagero e com situações absurdas, mas

é especialmente engraçada para os surdos. A história transporta a Identidade Surda para o espermatozoide e faz com que esse personagem se comporte como as pessoas surdas, que não são perturbadas por gritos.

Sabe-se que o humor escatológico é muito antigo, desde os gregos. Entende-se por humor escatológico as piadas ou situações cômicas relacionadas com ações fisiológicas e corporais, como defecar, urinar, vomitar e flatulência. Também existe humor escatológico nas piadas surdas. Um exemplo é a piada sobre o cocô surdo. Como outras piadas, segue a fórmula da pergunta: Qual é a diferença entre uma coisa e outra – Qual é a diferença entre o cocô do surdo e o cocô do ouvinte quando eles precisam defecar fora do banheiro? A piada explica sobre a forma do cocô do surdo e do ouvinte, que são diferentes, por causa do medo no meio de uma floresta, por exemplo. Dois personagens – um surdo e um ouvinte – foram acampar no mato. Um foi para um lado e o outro foi para outro, mas os dois fizeram cocô, preocupados com a escuridão da floresta. Entretanto, o surdo observou que a forma do seu cocô ficou uma montanha, enquanto a do ouvinte ficou toda espalhada, porque todas as vezes em que o ouvinte ouvia um barulho, pulava e defecava. É por isso que o cocô surdo teria forma de sorvete, círculo, como se fosse mais bonito. Esta piada, embora escatológica, também se relaciona com características dos sujeitos surdos e só pode ser entendida por quem tem esta vivência na comunidade.

Vamos trazer uma última piada do Humor Surdo, em que temos personagens surdos e ouvintes. Num bar, estava uma linda mulher surda, sentada, bebendo sozinha. Um ouvinte se aproximou para conversar com ela e a mulher avisou que era surda. O rapaz ouvinte resolveu pegar um guardanapo para escrever e trocaram uma comunicação escrita. Depois, outro ouvinte ficou interessado também na surda, aproximou-se e entregou um recado escrito pronto. A mulher estava trocando papel com ambos e, em seguida, ela pediu licença e saiu. Os dois ouvintes, achando que um deles era surdo, continuaram trocando mensagens escritas. Esta piada se baseia no engano dos dois ouvintes e faz rir porque não havia mais necessidade de eles trocarem mensagens escritas. Outro aspecto que aparece nesta piada é que se ri dos ouvintes, o que aparece com alguma frequência no Humor Surdo, como já vimos antes.

4. OUTROS ASPECTOS QUE AS PIADAS SURDAS NOS TRAZEM

As piadas surdas têm sido, nas Comunidades Surdas, muito antes dos meios eletrônicos de divulgação – como internet, vídeos e gravações –, um fator de ligação e de fortalecimento entre gerações de surdos. Com o empoderamento das Comunidades Surdas e a facilitação dos meios de registro visual, começou a haver um maior interesse pelo registro e pelo estudo das piadas e anedotas surdas. No

livro “Deaf Culture Our Way: Anecdotes from the Deaf Community”, os autores² Roy K. Holcomb, Samuel K. Holcomb e Thomas K. Holcomb apresentam um total de 111 piadas e anedotas contadas por surdos nos Estados Unidos. Eles explicam o conteúdo do seu livro³:

As piadas a seguir passaram por gerações de surdos e são amplamente conhecidas entre indivíduos da Comunidade Surda dos EUA. Geralmente estão entre as primeiras a serem compartilhadas com recém-chegados à Comunidade Surda. Enquanto pode haver muitas versões quanto aos contadores, as seguintes histórias são apresentadas em suas formas básicas. (1994, p.3)

Certamente, nas comunidades de surdos de vários países existem piadas que passam de geração em geração e se pode chamar de “piadas clássicas surdas”, com algumas variantes. Como se procurou mostrar, elas não são traduções de piadas dos ouvintes e, também, não são piadas que sejam “traduzíveis” para formas escritas ou faladas. São produções culturais que fortalecem a Cultura Surda e valorizam sua Língua. Lane (1992, p.31) afirma sobre a transmissão de valores de geração para geração de surdos: “É por intermédio da literatura da ASL que uma geração passa à seguinte a sua sabedoria, os seus valores e o seu orgulho, reforçando deste modo os laços que unem a geração mais jovem”.

5. PALAVRAS FINAIS

O estudo do Humor Surdo nos ajuda a entender a importância das Línguas de Sinais dentro das Culturas Surdas, uma vez que este humor é transmitido pelas Línguas de Sinais, mostrando a sua riqueza e suas possibilidades. Morgado (2011), estudiosa portuguesa, aborda o humor em línguas gestuais. Ela faz a seguinte afirmação:

O humor em língua gestual, seja qual for o país, parece apresentar sempre as mesmas características. Este tipo literário das línguas gestuais perde o seu valor e qualidade se for traduzido para a língua oral ou escrita. Para compreender o sentido do conteúdo de um bom humor em língua gestual é necessário ser fluente naquela, caso contrário, dificilmente perceberá as sutilezas linguísticas (p.52)

Pensamos que o estudo do humor e das piadas surdas têm importância para a questão da valorização das Línguas de Sinais e da Cultura Surda, porque mostra a riqueza e a plasticidade dessas línguas, que não servem apenas para comunicar, simplesmente, mas para fazer rir, chorar e para fortalecer as Comunidades Surdas. E a valorização das Línguas de Sinais é uma dimensão essencial para o estabelecimento de políticas linguísticas, como as políticas de

² Autores são pai e dois filhos surdos que buscaram as piadas surdas contadas pela Comunidade Surda durante anos nos Estados Unidos. Esta obra é um registro importante sobre piadas surdas antes da tecnologia avançada.

³ As traduções são de responsabilidade de Iuri Abreu.

educação e ensino de Libras, no caso do Brasil. Sempre se deve lembrar que, quando se ensina uma língua, se ensina uma cultura e se valorizam identidades. O Humor Surdo não pode ficar fora dos estudos e do ensino das Línguas Gestuais.

Há quase oitenta anos, em 1940, o filósofo Henri Bergson (1980, p.13), em um livro clássico sobre o riso, já questionava: “já não se notou que muitos efeitos cômicos são intraduzíveis de uma língua para outra, relativos, pois, aos costumes e às ideias de certa sociedade?” E ele acrescenta: “O riso parece precisar de eco”, querendo apontar o quanto o riso é algo compartilhado; como também exemplifica Gomes, quando afirma (2009, p. 152-153): “o riso em grupo possui uma significação pessoal para aquelas pessoas envolvidas no grupo. Dessa forma, se não rimos nesta situação, é porque não nos sentimos pertencentes ao grupo.”

A valorização e o aproveitamento do Humor Surdo como importante elemento de identidade da Comunidade Surda não podem ficar em segundo plano, tal a importância que ele tem – historicamente – entre os surdos. Neste sentido, se está dando continuidade às lutas que têm como marco histórico, o V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para surdos, em especial seu Pré Congresso e o documento nele produzido. Para finalizar, chamamos a atenção para aqueles itens que mais se relacionam com nosso estudo. Uma das bandeiras do documento afirmava a máxima importância da aquisição da Identidade Surda. Para corresponder ao projeto de aquisição de tal identidade, relembramos mais uma vez dois tópicos então propostos. No primeiro, tópico 73, se afirmava a necessidade de que se incluíssem no planejamento curricular conteúdos que promovessem o desenvolvimento do surdo e a construção de sua identidade. Já no item 74, conforme mostramos no início deste artigo, se afirma a necessidade de que “a escola de surdos insira no currículo as manifestações da/s Cultura/s Surda/s: pintura, escultura, poesia, narrativas de história, teatro, piadas, humor, cinema, história em quadrinhos (...)”. O Humor Surdo, sempre respeitando o que é adequado para crianças e adolescentes, pode fazer parte dos tópicos curriculares, recordando, conforme Gomes (2009, p. 153), que

é por meio do riso que convertemos estranhos em amigos, que celebramos ocasiões. O riso é uma insensibilidade afetuosa, que nos une, nos identifica e nos faz mortais.

Referências

- A EDUCAÇÃO QUE NÓS SURDOS QUEREMOS.** Documento elaborado pela comunidade surda a partir do pré-congresso ao V congresso latino-americano de educação bilíngue para surdos, realizado em Porto Alegre/rs, no Salão de Atos da reitoria da UFRGS nos dias 20 a 24 de abril de 1999. Disponível em: <http://inclusao-jane.blogspot.com/2012/01/educacao-que-nos-surdos-queremos.html> . Acesso em: 26 fev. 2019.
- BERGSON, Henri. **O riso** – ensaio sobre a significação do cômico. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- GOMES, Vítor. Um diálogo com o humor a partir de Freud, Nietzsche e Bergson. In: LINS, Maria da Penha Pereira; CARMELINO, Ana Cristina (org.) **A linguagem do humor** – diferentes olhares teóricos. Vitória, PPGEL/UFES, 2009. p. 144-157.
- HOLCOMB, Roy; HOLCOMB, Samuel; HOLCOMB, Thomas. **Deaf Culture** – Our Way: Anecdotes from the Deaf Community. 3. ed. San Diego, California: Dawn Sign Press, 1994.
- KARNOPP, Lodenir Becker; SILVEIRA, Carolina Hessel. Humor na literatura surda. **Educar em Revista** (Impresso), p. 93-109, 2014.
- LADD, Paddy. **Em busca da surdidade 1:** Colonização dos Surdos. Lisboa: Surd’Universo, 2013.
- LANE, Harlan. **A Máscara da Benevolência:** a comunidade surda amordaçada. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.
- MORGADO, Marta. **Literatura das línguas gestuais.** Lisboa: Universidade Católica Editora, 2011.
- POSSENTI, Sírio. **Os humores da língua** – análises linguísticas de piadas. Campinas-SP, Mercado de Letras, 1998.
- RUTHERFORD, Susan D. **The Journal of American Folklore**, v. 96, n. 381, p. 310 – 322, jul. - set. 1983.
- SILVEIRA, Carolina Hessel. **O currículo de Língua de Sinais na Educação de Surdos.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006.
- SILVEIRA, Carolina Hessel. **Literatura Surda:** análise da circulação de piadas clássicas em Língua de Sinais. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

A HISTÓRIA DE NOSSA PEDAGOGIA SURDA: PEDAGOGIA CULTURAL

The history our deaf pedagogy: cultural pedagogy



Gisele Maciel Monteiro Rangel

Professora do Instituto Federal do Rio Grande do Sul/
Campus Alvorada - IFRS; Doutora em Educação pela
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL; Mestrado em
Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul -
UFRGS; Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade
Luterana do Brasil - ULBRA.

Resumo

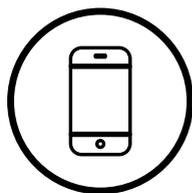
A pedagogia dos surdos se apresenta como algo fundamental na história da educação dos surdos. Ela surgiu naqueles anos de 1998-2000 como Pedagogia dos Surdos. É fruto de reflexão e ação dos professores e pesquisadores surdos do sul. Os constantes estudos e debates fizeram com que superasse as tramas do bilinguismo e se incorporasse como educação bilíngue. Ela veio para ficar e para fortalecer o Lugar de Fala Surdo.

Palavras chave:

Pedagogia dos Surdos. Educação bilíngue. Cultura Surda. Libras.

Abstract:

The deaf pedagogy presents itself as something fundamental in the history of deaf education. It has started in the years 1998 and 2000 as deaf pedagogy. It is a result of the reflection and the action of deaf teachers and researchers from the south of Brazil. The constant studies and debates made it able to overcome the bilingualism plot and to incorporate it as bilingual education. It has come to stay and to fortify the place of deaf speech.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**

https://www.youtube.com/channel/UCosR0a_gJVuT-26VxiR3cTQ

Canal do DDHCT INES no YouTube



1. INTRODUÇÃO

Com a Constituição de 1988 favorecendo os movimentos sociais, também ao Movimento Surdo foi surgindo uma nova mentalidade a respeito da educação, bem como aos demais deficientes. Aqueles ainda eram anos em que o tratamento dado deixava nítida a exclusão e o preconceito social. Os surdos **iniciamos a participação** e houve o esforço de todos no reconhecimento dos nossos direitos educacionais. O principal direito refere-se à preservação da dignidade e à busca da Identidade Surda. Esse direito estava em expectativa e com as discussões internacionais tínhamos duas perspectivas: uma pelo direito à inclusão, que era falado por Salamanca; outra, a criação do Bilinguismo perpassava o velho continente e pegava raízes nas Américas.

Enquanto isso aqui no Rio Grande do Sul - RS, iniciávamos trabalhos como surdos e conquistávamos¹ experiências nas escolas de surdos. Neste solo gaúcho tem várias escolas surdas² já fortalecidas e que hoje estão abandonando os campos do método da Educação Especial.

Nós estávamos convidados a estudar no grupo de Estudos Surdos, onde o nosso orientador Carlos Skliar iniciou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - os Estudos Surdos em Educação. Foi aí que iniciamos e passamos a usar uma nova epistemologia a nosso respeito. Foi aí também que apareceu para nós o conceito de “Pedagogia dos Surdos”. A partir daí fomos descobrindo como fazer a política verter a nosso favor. Lutamos para incluir a Pedagogia do Surdo no povo surdo e suas escolas.

Neste capítulo, as minhas intenções são de escrever sobre os desdobramentos e legados da história da Pedagogia dos Surdos, sua presença em nossa história cultural, sua lenta evolução no que se iniciou após construirmos nosso documento, o desenrolar posterior, as pesquisas, as aplicações e as reflexões.

Alguns autores ajudam a colocar nestas páginas as conceituações teóricas. Entre eles: Hall (2003), Thompson (2005), Bhabha (1998), Skliar (1998), Silva (2000), Perlin (2006).

Senti ser um assunto de muita importância para a Comunidade Surda a história cultural da Pedagogia dos Surdos. Escrivê-la requer um esforço

1 O bilinguismo entre os surdos do RS já estava em discussão nos idos de 1987 com os professores surdos Wilson e Jefferson Miranda.

2 O RS tem aproximadamente 15 escolas de surdos.

em lembrar. Foi necessário pegar os caminhos percorridos por ela desde o documento “Que educação nós surdos queremos?” e sua descoberta posterior, mediante teorias que comprovam sua existência, a pesquisa nas fontes, atenção aos fatos sucedidos. Espero ser fiel ao pensamento da Pedagogia dos Surdos.

2. OS PRELIMINARES DA PEDAGOGIA DOS SURDOS NO RS

A educação dos surdos sempre esteve presente nas preocupações do Povo Surdo. Muitos líderes surdos se aventuraram no campo do ensino. Naquele dia do inverno de 1998, nós, surdos gaúchos, tivemos um momento marcante em que olhávamos sobre os Direitos Humanos Surdos. Estávamos em Conferência. Era a nossa I Conferência dos Direitos Humanos³. O local era a Sociedade de Surdos do Rio Grande do Sul - SSRS. A maioria dos líderes surdos estava presente, a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos - FENEIS em peso, alguns representantes de associações de surdos, das escolas surdas e alguns intérpretes. Nosso horizonte era a criação de um norte para o nosso documento dos Direitos Humanos Surdos versando muitos paradigmas políticos, visto que nós participávamos das discussões feitas na Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e Altas Habilidades no Rio Grande do Sul - FADERS, sobre a temática, mas que não tínhamos voz, pois nos tratavam com preconceito e nossa defesa era fraca; portanto, precisávamos do documento. O documento da Conferência seria o primeiro passo para nos encaminhar com nossa voz e nos fazermos respeitar. Um dos assuntos discutidos no documento foi sobre a educação de surdos, e foi um primeiro momento a discutirmos em um grupo grande de surdos sobre a situação de nossa educação. Era o primeiro momento de nossa reflexão sobre a Pedagogia dos Surdos. Além dessa discussão, reunimos vários temas sobre os Direitos Surdos.

Em 1999, estávamos no Núcleo de Pesquisas Políticas Educacionais para Surdos - NUPPES/UFRGS com toda Força e Representatividade Surda perante a comunidade acadêmica. Este Núcleo organizou em Porto Alegre o V Congresso Latino-americano de Educação Bilíngue para Surdos. Fomos convidados a organizar um Pré-Congresso. Pensamos nos organizarmos nos moldes de nossa Conferência dos Direitos Humanos, pois queríamos um documento referente a questões de nossa educação. Queríamos lançar em papel um documento com nossa voz, nossas questões educacionais. Um documento que dissesse como queríamos a educação. Um documento onde estaria como nosso lugar de fala em educação. A FENEIS, tendo a frente seus principais⁴ líderes organizou os trabalhos.

³ Mais tarde, em 2000, teve a II Conferência, onde o primeiro documento foi ampliado para ser entregue à II Conferência Municipal dos Direitos Humanos.

⁴ Os principais representantes dessa pedagogia eram: Andre Reichert, Carlos Alberto Goes, Gisele Rangel, Marianne Stumpf e Wilson Miranda.

O documento começou a ser feito imediatamente depois da I Conferência dos Direitos Humanos, em 1998. Foram feitas inúmeras reuniões na UFRGS e na FENEIS, visando às temáticas da Educação de Surdos. Para isso foram criados diferentes grupos de trabalho - GT- visando aos paradigmas diversos. Os GT visavam principalmente ter presença de surdos e daí os que tinham mais experiência na temática debatiam, os que estavam como participantes falavam sobre suas experiências vividas nas salas da Educação Especial que, por hora, também estava usando a comunicação total para início de experiência de um bilinguismo crítico⁵, pouco simpatizante com o que é do surdo. A educação girava em torno das clínicas de fonoaudiologia. Nisso percebia-se que a fala era o mais importante dos conhecimentos.

Deste evento originou-se o documento importantíssimo para descoberta posterior da Pedagogia do Surdo: “Que educação que nós surdos queremos?”. Este documento é fruto do que nós, surdos, almejávamos e precisávamos em educação. Assim sendo, norteou muitas das discussões que depois envolveram a educação de surdos, principalmente as conquistas que hoje vislumbramos presentes entre nós. O documento cria uma ideia do novo como ato da tradução de nossa pedagogia cultural para “[...] ser parte de um tempo revisionário, um retorno ao presente para redescrever nossa contemporaneidade cultural; reinscrever nossa comunidade humana, histórica; tocar o futuro do lado de cá” (BHABHA, 1998, p. 26).

Com Bhabha dá para perceber que nosso fazer acontecer a Pedagogia dos Surdos estava emergindo no momento em que começamos a traçar linhas de ação política pela educação de surdos. A nossa pedagogia, expressa no documento, foi fator de início de um movimento que pôde fazer oposição à educação inclusiva proposta mais tarde pelo MEC. Trata-se de uma pedagogia surgida entre os surdos e que se tornou lugar de fala do Povo Surdo.

O Pré-Congresso teve participação expressiva com a vinda dos surdos de outras regiões: nos constituímos num grupo de 300 surdos a aprovar os quesitos propostos. A comissão do Pré-Congresso organizou os GT para, no dia, contribuírem e aprovarem as questões, aproveitando a contribuição de outros Estados em torno dos temas. Estes GT trabalharam na manhã do dia 20 e à tarde iniciou a conferência, onde todos os temas foram colocados, e continuou até o início no dia 21 pela manhã.

3. O DOCUMENTO PRECURSOR

Os tópicos da Pedagogia dos Surdos, sua didática, currículos e política foram

5 O bilinguismo não é a educação bilíngue como muitos afirmam ou misturam. Ele se divide em muitos e cada divisão apresenta um método característico. No bilinguismo, de acordo com Skliar (1998), se apresentam quatro métodos diferentes: 1. bilinguismo tradicional; 2. bilinguismo humanista e liberal; 3. bilinguismo crítico. 4. bilinguismo progressista. A partir desses dados podemos perceber a diferença com a educação bilíngue.

identificados como linhas de ação e organizados pelos coordenadores de GT para serem debatidos pelos surdos presentes.

Para mim era diferente, pois não eram os ouvintes⁶ debatendo, eram os surdos coordenando e fazendo a construção do documento. Iam pensando, descobrindo, se descobrindo, fazendo valer suas ideias, partilhando suas experiências e seus conhecimentos adquiridos em educação. O que chama atenção é que o uso do lugar de fala se iniciava. Isto é importante, pois atribui legitimidade cultural diante das epistemologias usadas pela Educação Especial e as hierarquias sociais. E o discurso do lugar de fala fez firmar o Discurso Surdo, as experiências, a forma de vida e de aprendizagem dos surdos.

Os negros tiveram semelhante experiência, com o uso de epistemologia própria. Cito aqui o que nos conta uma filósofa negra, Djamilla Ribeiro:

[...] quem possui o privilégio social possui o privilégio epistemológico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e, assim, inviabilizando outras experiências do conhecimento. (RIBEIRO, 2017, p.15-16).

Segundo a autora, o racismo se constituiu “como a ‘ciência’ da superioridade euro cristã (branca e patriarcal) para as feministas negras”. (RIBEIRO, 2017, p. 16). Essa reflexão nos dá uma pista sobre nós, surdos, a importância de resgatar nossas vozes e fazer valer nossa voz. Foi assim que os surdos chegamos à nossa descoberta epistemológica da Pedagogia dos Surdos.

Foi assim que por nossas próprias ferramentas de luta fizemos surgir e colocamos no papel nossa pedagogia. E nós colocamos lá naquele documento a pedagogia que queríamos e que devia existir para os surdos. Já tínhamos em mente chamá-la de Pedagogia dos Surdos e dar-lhe uma base de como deveria ser na educação dos surdos. Foi assim que nasceu esta pedagogia.

4. A PEDAGOGIA DOS SURDOS E SEU DESENVOLVER

Disse que a Pedagogia dos Surdos surgiu em decorrência direta dos Estudos Culturais e Estudos Pós-Estruturalistas e Estudos Foucaultianos em educação aos quais nos dedicávamos e que deu compreensão mais apurada pelos surdos em torno da expressividade própria. Esse estudo envolveu pesquisadores surdos e ouvintes em pesquisas em torno da relação entre sujeito surdo e identidade cultural. Ela se firmou nos aspectos culturais dos estudantes surdos e também envolveu o «que fazer» do professor surdo em sua compreensão do método de ensinar. A compreensão foi a partir de estudos e entendia que os surdos compomos

⁶ Alguns nomes de ouvintes participaram e opinaram no documento. Entre eles Carlos Skliar, Lodenir Karnopp, Márcia Lunardi, Otmar Teske, Madalena Klein, Liliane Giordani, Adriana Thoma, Maura Lopes, Ricardo Ernani Sander.

um povo, o Povo Surdo e temos como principal característica o uso da visão e não da audição e, com isso, temos a mesma característica em várias etnias, nacionalidades e Línguas de Sinais, bem como o jeito de aprender. E nosso jeito de aprender é através da visão. Somos leitores e não audientes.

Mencionei que a partir de 1998 estavam presentes alguns professores surdos⁷ e eles sabiam o jeito surdo de aprender, uma vez que a comunicação total lhes abriu espaço e as questões do bilinguismo proporcionaram frestas penetráveis à questão do ser surdo. Tanto assim que essas frestas foram importantes para determinarem a Pedagogia Surda.

Esta pedagogia surgiu a partir das experiências dos professores surdos em sua compreensão do método de ensinar. A compreensão foi a partir de estudos e entendia que os surdos compomos um povo, o Povo Surdo e temos como principal característica o uso da visão e não da audição e, com isso, temos a mesma característica em várias etnias, nacionalidades e Línguas de Sinais, bem como o jeito de aprender.

A descoberta da Pedagogia dos Surdos fez com que em torno dela, envolvendo o sujeito na sua cultura como sinal de valorização e o preparar-se diante de estereótipos crescentes a que está sujeito no meio ouvinte, ao mesmo tempo distingue e o leva à sua autenticidade e diferença.

Nesses contextos pedagógicos, os sujeitos surdos percebem a necessária “marcação da diferença” entre eles e os sujeitos ouvintes. Parafraseando Davis (1996), a Pedagogia dos Surdos considera o surdo como “*sujeito leitor*”. O surdo é um sujeito leitor no sentido de que o indivíduo surdo se utiliza dos olhos para compreender e significar o mundo. Temos uma forma de leitura do mundo, ou seja, uma cultura visual que possibilita construir conhecimento e compreender o ambiente ao nosso redor. Diferentemente, o ouvinte é um sujeito verbal/oral - a audição e a fala são seus meios principais de entender o mundo, muito antes da existência da escrita. O sujeito ouvinte-falante se utiliza da cultura visual em menor intensidade do que o surdo.

A visão pedagógica não diz que a Pedagogia dos Surdos é estável, única, imutável. Ela é conduzida como Pedagogia da diferença e se apoia em questões culturais, surdas, sem no entanto ser fixa. É uma diferença múltipla; não uma diferença diversa, mas uma diferença cultural.

5. PEDAGOGIA DOS SURDOS E EPISTEMOLOGIA

Tomaz Tadeu da Silva, professor da UFRGS no ano de 2000, espalhou a ideia de a Pedagogia ter sua teoria de acordo com o contexto em que é dada; por

7 Tanto assim que na década de 2000 teve uma corrida para a Pedagogia. Destacamos alguns destes surdos que fizeram o curso no RS, sem contar que também em outras partes do país o mesmo aconteceu: André Reichert, Ana Luiza Caldas, Cláudia Magnus, Fernanda Magnus, Márcia Magnus, Natasha Soares, Tibiriçá Manieri, Margarete Cardoso, Carlos Martins, Juliana Reinheimer e Augusto Shallemerger.

exemplo, a Pedagogia da diversidade utilizada nos espaços da Educação Especial.

Este professor, por sua vez, nos apresenta a Pedagogia como diferença quando centrada no debate cultural “Pedagogia significa precisamente diferença” e prossegue com o pensamento de Blanchot (1969):

[...] fazer Pedagogia significa procurar acolher o outro como outro e o estrangeiro como estrangeiro, acolher outrem, pois em sua irredutível diferença, em sua estrangeiridade infinita, uma estrangeiridade tal que apenas uma descontinuidade essencial pode conservar a afirmação que lhe é própria (Silva, 2000, p. 101).

Quando começamos a refletir sobre este pormenor, nos encontramos com nossa Pedagogia da Diferença⁸ e lhe damos o nome de Pedagogia do Surdo.

Daí foi surgindo uma nova linguagem na Pedagogia: experiência visual, uso da Língua de Sinais, preocupações com a formação dos professores, o uso de professores surdos em sala de aula para oferecer a língua natural. Nós entramos no debate entre Pedagogia de Surdos e Pedagogia para Surdos. Queríamos, na verdade, a Pedagogia dos Surdos.

A entrada no Pós-Modernismo estava feita. Estávamos pensando em nós. Estávamos pesquisando a Pedagogia dos Surdos. A Pedagogia da diferença e os surdos estava clara, era precisamente em 2001. Já discutíamos a Pedagogia dos Surdos e nosso sonho.

Anos mais tarde, provável em 2010, um longo currículo⁹ foi elaborado pela Comunidade Surda para elucidar esta pedagogia da Diferença Surda. Sempre notamos que existia a urgência em fazer mudanças.

6. A CONTRAPROPOSTA DO MEC

Em 2003, o Programa Educação Inclusiva foi adotado pelo MEC, cuja perspectiva propõe o delineamento de ações educacionais que visam superar a presença da exclusão entre os deficientes. A inclusão passa a ser adotada e implementada pela Educação Especial¹⁰. A educação inclusiva é oriunda da Pedagogia crítica. Thompson nos ajuda a percebê-la em sua ambivalência. Segundo Thompson, ela se movimenta em torno de “uma gama de valores e normas que moldam suas estratégias para indicar as habilidades que eles acreditam serem necessárias para os cidadãos consumidores” (THOMPSON, 2005, p. 34). Era isso. Tínhamos que continuar na cultura ouvinte, pois nosso documento foi apenas aceito de leve. Era difícil conquistar espaço para introduzir uma Pedagogia feita por surdos e nas linhas da Pedagogia da Diferença e por nós denominada Pedagogia dos Surdos. Um ou outro professor surdo conseguia introduzir a Pedagogia

8 Perlin, 2006, escreveu um artigo (publicado pela Universidade de Santa Cruz) mostrando esta ligação.

9 O Currículo pela Comunidade Surda na UFSC; posteriormente foi feito numa das salas do Instituto Bilíngue de Palhoça, SC.

10 Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - a Educação de Surdos sempre se situou como parte mínima da Educação Especial. Esta adota o sistema da educação inclusiva constante na LDB.

de Surdos. Porém, seu trabalho era abafado pela Pedagogia que respeitava os dizeres da Educação Especial. Prevalencia o currículo que era feito e idealizado por ouvintes, sem espaços para o Lugar de Fala Surdo. E estes Espaços Surdos eram negados e a Libras não era creditada como língua de instrução.

Constatávamos sempre um fato, como atestam Rangel e Stumpf (2004): infelizmente, a maioria das pessoas ouvintes, e também muitos surdos, nem conhecem a vida, a pedagogia, as histórias do povo surdo e seus movimentos no RS.

Perante os professores ouvintes, a visão dos surdos é diferente em vista que, segundo as mesmas autoras publicam mais tarde:

Os alunos surdos, muitas vezes veem o professor ouvinte como um sujeito que não os reconhece em sua completude. O mesmo, infelizmente, também acontece na relação com os pais, seus irmãos, seus parentes, os adultos, quase todos ou todos os ouvintes com quem o surdo convive. Quando essas pessoas não se inserem na Comunidade Surda ou não aprendem a Língua de Sinais, os surdos não podem projetar-se neles. Suas expectativas de vida ficam reduzidas a espelhar-se na realidade dos surdos com quem têm oportunidade de conviver. (RANGEL E STUMPF, 2010, p.115)

O mesmo acontece atualmente, mesmo que em menor escala, nas escolas, nos cursos de Libras, em dissertações e teses ou mesmo em Congressos, Seminários ou outros: conta-se a história de surdos e esta história é sempre a mesma, sempre citam Milão de 1888, citam os ouvintes como desbravadores dos surdos. Triste isto e, de nossa parte, muitas vezes recorremos à advertência de Skliar:

O outro da educação foi sempre um outro que devia ser anulado, apagado. Mas as reformas atuais pedagógicas parecem já não suportar o abandono, a distância, o descontrole. E se dirigem à captura maciça do outro para que a escola fique ainda mais satisfeita com sua missão de possuir tudo dentro do seu próprio ventre (SKLIAR, 2003, p. 27).

Nisso posso enxergar claramente os esforços das políticas de diversidade nas escolas, da inclusão, concordando que parece haver um incômodo que faz emergir dadas imagens ou reproduções construídas, ou seja, representações identitárias do outro surdo e sobre ele.

7. O ENCONTRO EM CAXIAS DO SUL...

Momento muito importante teve no Seminário “Surdos: um olhar sobre as práticas de educação”. Ele aconteceu nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2001, no salão da Universidade de Caxias do Sul – UCS –, na cidade de Caxias do Sul/RS, e foi uma realização da Prefeitura Municipal, promovido pela Secretaria Municipal de Educação.

Esse encontro ocorreu porque os instrutores¹¹ e alguns pesquisadores

11 Instrutores: na época não tinha faculdade Letras-Libras.

surdos quiseram compartilhar as experiências e aprofundar a reflexão sobre o espaço pedagógico e cultural para a prática em educação.

Este seminário teve como objetivos: Socializar a metodologia pedagógica sobre o trabalho dos Surdos e debater as práticas pedagógicas para a educação.

A comissão organizadora do evento que providenciou os debates foi composta por: Tibiriçá Vianna Maineri, Natacha Soares, Margarete Cardoso, Gustavo Perazzolo e Gladis Perlin. Também a SMED de Caxias do Sul e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Helen Keller foram parte da organização.

Os palestrantes foram de vários locais do Brasil: Tibiriçá Maineri (RS), Marianne Rossi Stumpf (RS), Gladis Perlin (RS), Wilson Miranda (RS), Gisele Rangel (RS), Luciane Rangel Rodrigues (RJ), Patrícia Luiza F. Pinto (MG), Nelson Pimenta (RJ) e Rosani Suzin (PR).

Entre as temáticas do encontro se destacaram: Cultura Surda, Práticas em Educação, Ensinando na sala de aula, Formação para a Educação, Professor/Instrutor, O Instrutor Surdo.

Este encontro também ofereceu aos participantes oficinas que abordaram as seguintes temáticas: Ensino através da Língua de Sinais, Práticas na sala de aula, Práticas na creche, Ensino da escrita em Língua de Sinais, Poesia e Teatro, Escrita e Leitura.

Cabe dizer aqui que a língua oficial do seminário foi a Libras neste evento e que não foi programado intérprete para a Língua Portuguesa. Verdade é que arrancou protestos por parte dos ouvintes, mas precisávamos ter um momento nosso e mostrar como nos sentíamos no caso da falta de intérpretes.

Contamos com a participação de surdos, em sua maioria. Eles eram de várias cidades do Brasil, como: Municípios do RS - Caxias do Sul, Canoas, Porto Alegre, Gravataí, Novo Hamburgo, Pelotas, Rio Grande, Torres, Passo Fundo, Santa Maria, Flores da Cunha, Bento Gonçalves, Santo Ângelo, Erechim, Carazinho, Sapiranga, Esteio, Canela e Nova Petrópolis; Municípios de Santa Catarina - Itajaí, Palhoça, São José, Criciúma, Chapecó, Camboriú e Florianópolis; Municípios do Paraná - Toledo, Londrina e Curitiba - e de outros Estados - Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, São Paulo, Maranhão, Alagoas e Pará.

O Seminário foi um sucesso. Foi realizada avaliação na qual se obteve um bom aproveitamento de todos os temas abordados. Isto nos estimulou a continuar lutando pela melhora da ideia da Pedagogia de Surdos, bem como a desenvolver pesquisas na área pedagógica.

8. UMA PESQUISA SURDA NA UFSC

Queremos continuar mostrando aqui algumas de nossas pesquisas. Perlin, por sua vez, em 2005, desenvolveu na UFSC um projeto de pesquisa para o qual convidou alguns pesquisadores surdos. O projeto teve como título “Surdos: por

uma pedagogia da diferença”. Os objetivos inicialmente propostos no projeto foram preservados no desenrolar das investigações, tendo sido uns mais intensificados pelo uso constante, outros menos explorados. Aqui são transcritos como constavam inicialmente:

- o processo da Pedagogia dos Surdos com base teórico-cultural discutida por diferentes autores.
- Estudar as formas como esta Pedagogia dos Surdos se apresenta.
- Pesquisar a Pedagogia da Diferença como ela se apresenta em relação aos surdos, a fim de identificá-la em suas conjecturas e estratégias políticas.
- Identificar a Pedagogia dos Surdos que está aí nas Narrativas dos Surdos e nas suas práticas.
- Conhecer o processo de construção desta Pedagogia entre os surdos.
- Estudar as diferentes faces dessa Pedagogia dos Surdos.
- Identificar e coligar os elementos constantes desta Pedagogia.
- Identificar perspectivas desta Pedagogia em vista das alteridades, das diferenças e Identidades Surdas.

A pesquisa de Perlin ocupa-se do campo teórico que privilegia os Estudos Culturais. Ela escolhe alguns autores que dão rumos para um contato direto com esta teoria escolhida, muitos dos quais bastante conhecidos, como Stuart Hall (1997; 2003), Kenneth Thompson (2005), Carlos Skliar (2003), Tomaz Tadeu da Silva (2000) e Marisa Vorraber Costa (2005). Cada qual se situa a partir de um contexto em que se consegue sustentar uma diferença e uma convergência de especificidade e prever “manobras” para a Pedagogia da Diferença.

Os resultados da pesquisa mostram que os surdos estavam num tempo de transição, que se mostra longo e onde se notam descentramentos como sujeitos culturais que sentem a presença da cultura própria. Esses descentramentos se localizam num tempo de desafios da diferença que, com suas concepções e práticas, mostram a existência do diferente. Diferentes surgem as culturas, as pedagogias, entre os que não tiveram lugar, os que foram ‘borrados”. Daí que encontramos pedagogias essencialmente outras, não idênticas, e que lutam para serem reconhecidas como autênticas, como nostálgicas, como inerentes às políticas culturais. Sobressaindo-se como diferentes, elas moldam suas diferenças pedagógicas na intenção de se emancipar daquilo que chamamos de velho princípio da identidade universal.

É então que a Pedagogia da Diferença Surda se apresenta simplesmente aos olhos da pesquisadora atenta aos afazeres de diferentes professores/sujeitos surdos como a tentativa da emancipação cultural e pedagógica negada desde séculos inteiros em que o surdo se arrasta sob o dever de se narrar ouvinte, devido primeiramente à norma que Foucault tem identificado como constante da normalidade.

Dentre as muitas conclusões, Perlin cita que os educadores surdos, mesmo que alguns sem saber, sem perceber, são conduzidos naturalmente para a Pedagogia dos Surdos. Eles se empenham em construir uma Pedagogia que coloca os pontos de vista sobre a vida dos surdos a partir dos próprios surdos e excluem pontos de vista dos ouvintes. De tal forma que torna capaz de integrar o sujeito como detentor de uma diferença e como não isolado geograficamente, mas como sendo pertencente a uma nação diferente. E estes constroem a Pedagogia dos Surdos com seus elementos culturais.

9. NO CONTEMPORÂNEO

Dessa forma, aquilo que entendemos por bilinguismo ficou para trás. Citei que o bilinguismo em vigor entre os anos 1985-2013 não é o mesmo da educação bilíngue. A descrição do bilinguismo em suas diferentes modalidades, conforme foi feita por Skliar (1998), mostra que não há possibilidade de a educação bilíngue se enquadrar no bilinguismo. Numa ocasião nós o interrogamos sobre a possibilidade e ele, Skliar, foi enfático em afirmar que o bilinguismo não é a educação bilíngue e que ele termina onde terminam as questões do método adotado pela Educação Especial. Ele difere, devido aos diferentes métodos articulados. Isso significa dizer que a Pedagogia de Surdos não é uma mistura, ela segue a Identidade Surda. A educação bilíngue absorve por inteiro a Pedagogia de Surdos, o Jeito Surdo de aprender e de ensinar. Dessa forma, a Pedagogia dos Surdos se diluiu com o nome de Educação Bilíngue.

Ao findar a segunda década deste início de século, muita discussão sobre a Pedagogia do Surdo já foi absorvida pela Comunidade Surda e hoje abarcada sob o título de Educação Bilíngue. A Educação Bilíngue foi feita em documento e entregue como Relatório ao MEC pelo GT MEC/FENEIS (2014) e, atualmente, as possibilidades de implementação já estão sendo assumidas. Queremos registrar aqui a criação de uma Secretaria de Educação Bilíngue em 2019 no MEC, mediante articulações políticas realizadas pela FENEIS, bem como no ano de 2021 a introdução na LDB da Educação Bilíngue de Surdos.

Sentimos na pele o que foi viver todo esse tempo lutando e refletindo como Povo Surdo pela nossa Pedagogia, mostrando ao mundo quem somos e do que precisamos. Criamos algo de dentro de nossa subjetividade, nosso povo. Tínhamos a representação do que era nosso, nos víamos em nossa Pedagogia, e acertamos dentro da previsão do pós-moderno. Acertamos em matéria teórica do que constituía a subjetividade daquilo que Hall (2003) denomina participantes da cultura e que Bhabha (1998) denomina como saídos do colonialismo. Nossa ideia e reflexão não terminam aqui, continuamos na reflexão e na luta profunda em nossa língua, em nossa Pedagogia, reflexões em nossas cabeças com a Língua de Sinais.

10. POR FIM, CONCLUINDO...

A história não terminou, a Pedagogia do Surdo prossegue linda e forte. Aprendemos com a luta que os caminhos que se fazem juntos são fortes e consistentes, mais ainda sob o impacto cultural.

A língua e a cultura nos deram raízes as quais não conseguiremos arrancar tão facilmente; raízes fortes.

O passado e o presente têm raízes distintas. As mudanças que acompanham cada época ao longo destes mais de 20 anos são fortes e precisas.

Já vinte anos de mudanças? Sim! Vinte anos de conquistas importantes na Pedagogia dos Surdos. Vinte anos que caminham em solo forte, apesar dos difíceis passos; difíceis pelas frestas abertas nos espaços da modernidade, dos quais todos convenhamos ter percorrido.

As mudanças destes 20 anos nos mostram certezas e incertezas do que está por vir.

Preocupa-nos, como surdos, não somente nossa caminhada, preocupa-nos o problema social de hoje, onde não entram somente a criança e o adulto surdo mas também o governo que pode nos tirar destes caminhos e o encontro com o outro, o estranho, o diferente, com sua força e poder, se voltem e é inevitável o conflito, os confrontos e a hostilidade que podem nos tirar a Pedagogia dos Surdos; nos tocam, nos rompem, trazem de volta pontos de dor, de desafios imensos, abismos os quais mal conseguimos ultrapassar.

Preocupa-nos em articular com as outras etnias, denominadas “minorias”, com as quais digladiamos com as presentes forças crescentes, manipuladoras e globalizantes, os ventos do neoliberalismo. Este Pós-Modernismo é atuante ora a favor, porém também bastante desafiador e cheio de armadilhas.

Referências

- HALL, S. A questão multicultural. In: HALL, S. **Da Diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- DAVIS, Lennard J. **The politics of deafness**. Washington, DC: Gallaudet University Press, 1996.
- LACERDA, C. B. F. et al. **Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos**. Material didático ou instrucional - Livro de apoio para a Disciplina Introdução à Língua Brasileira de Sinais Educação à Distância. São Carlos: UFSCAR, 2011.
- PERLIN, G. **Surdos: cultura e pedagogia**. 2006. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/88378969/Surdos-Cultura-e-Pedagogia-Gladis-Perlin>. Acesso em: 13 abr. 2020.
- RANGEL, G.; STUMPF, M. A pedagogia da diferença para o surdo. In: LODI, Ana Claudia Balieiro et al (org.). **Leitura e escrita no contexto da diversidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- RANGEL, G.; STUMPF, M. A pedagogia da diferença para o surdo. In: LODI, A. C. B; MÉLO, A. D. B; FERNANDES, E. (org.). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. Porto Alegre: Medição. 2012.
- RELATÓRIO GT. **Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue: Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SECADI, 2014. Disponível em: <http://www.biblioteca digital.unicamp.br/document/?down=56513>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- SILVA, T.T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SKLIAR, C. **Una mirada crítica sobre la educación de los sordos**. Política de las identidades sordas y multiculturalismo. I Congreso Ibero-Americano de educación bilingüe, 1998.
- SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença**. E se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.

A CONSTRUÇÃO DO PROFESSOR SURDO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA CULTURAL

The construction of the deaf teacher: trajectory cultural history



Prof.ª. Dra. Flaviane Reis (UFU)

Mestra/UFSC e Doutora em Educação/UFU. Concursada pública na Universidade Federal de Uberlândia/UFU.

Diretora Política Educacional e Linguística/Feneis (2021 - atual).

Email: flavianereis@yahoo.com.br



Resumo

Esse texto demonstra uma importância sobre a construção do professor surdo dentro da sua trajetória histórica e cultural dos professores surdos que desafiam as relações de poder na Educação Superior. Os processos dos professores surdos desafiam, preocupam e geram debates sobre problemas que afetam a participação desse público em práticas das relações de poder na Educação Superior. A investigação partiu da questão: Como os professores surdos se posicionam politicamente nas relações de poder estabelecidas para a construção de suas narrativas na Educação Superior? O objetivo descrito neste artigo foi uma trajetória cultural da construção dos professores surdos na Educação Superior. Assim, os dados advieram de relatos em Língua de Sinais Brasileira, assim como do trabalho dos participantes diretos: professores surdos. Foucault (2004); Hall (2009); Bhabha (1998); Touraine (2009); Veiga-Netto (2010) embasam o conceito das relações de poder que permeia este estudo. Perlin (2003) e Ladd (2002) subsidiam o enfoque cultural. Os resultados apontam não só condições iniciais de angústia, dúvida e dificuldade, mas também a vontade de discutir mais as redes de poderes travadas cotidianamente pelos professores surdos. As identificações das narrativas confirmaram o valor do reconhecimento cultural e linguístico como estratégia das relações de poder no

contexto universitário.

Palavras chave:

Professor Surdo. História Cultural. Educação Superior. Língua Brasileira de Sinais. Relações de Poder.

Abstract

This text demonstrates the importance of the construction of the deaf teacher within their historical cultural trajectory of deaf teachers who challenge power relations in Superior Education. The processes of deaf teachers challenge worry and generate debates about problems that affect the participation of this public in practices of power relations in Superior Education. The investigation came from the question: How deaf teachers make their political stands in power relations established to the construction of their narratives at Superior Education? The objective of this article described was a cultural trajectory of the construction of deaf teachers in Higher Education. Thus, the data came from reports in Brazilian Sign Language, as well as from the work of direct participants: deaf teachers. Foucault (2004); Hall (2009); Bhabha (1998); Touraine (2009); Veiga-Netto (2010); underlie the concept of power relations that permeate this study. Perlin (2003); Ladd (2002) subsidize with the cultural focus. The results point to not only initial conditions of anguish, doubt and difficulty, but also to the desire to further discuss the networks of powers held daily by deaf teachers. The identifications of the narratives confirmed the value of cultural and linguistic recognition as a strategy for power relations in the university context.

Key Words

Deaf Teacher. Cultural History. Higher Education. Brazilian Sign Language. Power Relations.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**

https://www.youtube.com/channel/UCosR0a_gJVuVT-26VxiR3cTQ

Canal do DDHCT INES no YouTube



INTRODUÇÃO

Este discurso movido pelo ser surdo em nós requer o acolhimento da diferença ou, simplesmente, compreender nosso ser surdo. Definir nossa subjetividade de alto a baixo na decisão de ser surdo, uma decisão de quem pode realmente dizer: Eu sou surdo.

Perlin e Reis

A trajetória histórica e cultural que o professor surdo construiu ao longo do tempo é descrita nesse capítulo, o qual explica a trajetória histórico-cultural discutindo as relações de poder e, conseqüentemente, a rede de poderes em que vivemos. Foucault (2004) entende “poder” como uma prática social atrelada ao conjunto de relações sociais. Essas relações de poder não se restringem ao governo, mas a toda a sociedade através de um conjunto de práticas essenciais à manutenção do estado, moldando assim no professor surdo, seus comportamentos, atitudes e discursos.

Esse capítulo discute “a história cultural de Michel Foucault”, em que busco mapear e identificar a construção que os professores surdos moldaram, pois poderá acontecer uma transformação da história cultural na Educação Superior, tentando, a partir de Foucault, construir uma interpretação da história. O importante é perceber: a relação entre Foucault e os professores surdos; conquistas e fracassos de resistência e resiliência; a influência de Foucault – e a perspectiva narrativa cultural sobre os professores surdos na Educação Superior.

Ao analisar a minha trajetória histórica e cultural nos últimos quinze anos, a partir das minhas vivências de lutas, percebo que, no começo da minha inserção na associação dos surdos em 1992 e que até hoje perdura o mesmo discurso sobre cultura, identidade e diferença, entendo que isso ocorreu alicerçado nos Estudos Culturais, História cultural, Antropologia Cultural e na Sociologia da Cultura. Assim, Burke (2001) assinala que haveria, hoje, um momento de efervescência dos chamados Estudos Culturais; no entanto, aponta para a fragmentação desses estudos e para a dificuldade em definir o que é “cultura”. Nesse capítulo, apresento como o professor surdo construiu sua trajetória histórico-cultural. Vê-se que a história sempre foi atrelada à cultura; era considerada uma riqueza e pairava no ar enquanto uma unidade transcendente, deslocada da economia, da política e das relações de poder que constituem o sujeito surdo como diferente na história cultural, segundo Chartier (1990), uma história cultural que busca o confronto, localizar as lutas discursivas e de poder no campo do saber.

Entendo que Foucault (1999) já tenha nos alertado para a positividade das relações de poder e, também, para a possibilidade de resistência aos processos de sujeição, bem como nos mostra a noção de poder como repressão e opressão de uma classe sobre outra. Hall (2005) também assinala que não podemos classificar os processos de discriminação a partir de uma única categoria: gênero, raça ou classe. Uma mulher pobre branca pode exercer domínio sobre uma mulher pobre negra; um homem branco rico não letrado pode ser humilhado por um outro homem branco rico letrado; um adolescente europeu pode sentir-se superior a um latino, mesmo que pertencentes à mesma classe social. As relações não são determinadas, em primeira instância, por uma esfera unicamente econômica. No entanto, falar de uma determinação cultural ou social seria, ainda, permanecer em um ponto de vista causal.

Além de Foucault e Hall terem se preocupado com a questão da singularidade, que poderíamos dizer que é a marca unificadora dos estudos culturais na atualidade, no entanto, em nenhum momento, Foucault (1984) propôs uma análise histórico-cultural dos processos de subjetivação determinista. Ele nunca afirmou que a cultura era uma entidade metafísica, pairando acima dos homens. A subjetivação é uma prática concreta, imanente às práticas de poder e às discursivas. Foucault (1984) não pensou as práticas culturais isoladas das práticas econômicas, políticas, sociais e das históricas. O outro autor, Hall (2004), em nenhum momento, falou da singularidade enquanto uma essência; não

afirmou uma política da diferença como identidade alternativa. O que o autor afirma é a existência de um processo de subjetivação constante, de diferenciação, de produção de modos de existência (Deleuze, 2000).

Este é o desafio que nos é colocado hoje, como afirma o autor:

A subjetivação apresenta-se historicamente porque ela se embaraça nos poderes e saberes. [...] De um modo geral, pode-se dizer que os processos de subjetivação dependem, antes de mais nada, da maneira como a linha de subjetivação escapa às relações de poder e aos arquivos do saber (CARDOSO JR., 2002, p. 192).

A trajetória histórico-cultural escapa ao controle, os caminhos escoam pelos lados, ou seja, o processo de modelação é constante. Somente acreditando no fazer acadêmico, podemos mover novos acontecimentos.

É claro que, neste movimento de reconhecimento da subjetivação, há necessidade de haver espaços de negociação dos professores surdos com os ouvintes. Estes precisam reconhecer e valorizar o jeito cultural, por exemplo, espaço para surdos utilizarem a Língua de Sinais Brasileira como a primeira língua de instrução, de comunicação e de desenvolvimento humano.

Os surdos desejam instaurar um espaço de escolarização pautado no bilinguismo, no qual a Língua de Sinais Brasileira e Língua Portuguesa escrita ocupem o espaço universitário para surdos acadêmicos. No entanto, as relações de poder existentes agem no sentido de destituir as condições de empoderamento¹ do grupo de profissionais surdos, sendo possível perceber estas situações na medida em que existe um movimento no qual se continua duvidando das condições de saber acadêmico presentes em nossa atuação profissional, como afirma a pesquisadora surda:

A situação ocorrida tem a mesma natureza motivadora de preconceitos a qual aconteceu com a Dra. Gladis Perlin, quando, ao receber um convite em conjunto com a Dra. Ronice Quadros para uma palestra, por uma instituição de São Paulo, e no tratamento dirigido para as duas foi feita uma distinção, evidentemente de caráter discriminatório, em que a primeira foi referida apenas como “Senhora” e a segunda como “Doutora”, sendo que as duas possuem exatamente o mesmo nível de formação: a diferença é que a primeira é surda e a segunda ouvinte (REZENDE JUNIOR; PINTO, 2007). É evidente que o reconhecimento perpassa outras instâncias além das oficiais. E a formação pode ser questionada apenas porque o sujeito que a possui é surdo (ANDREIS-WITKOSKI, 2011, p. 26-27).

Fica a dúvida se os surdos, ao passarem pela universidade, assimilaram os

¹ Empoderamento é uma palavra que deriva da palavra “poder”. É um conceito muito importante para surdos, pois nós, os surdos, precisamos de empoderamento em relação à Língua de Sinais, Identidade, Cultura, Comunidade, Movimentos Surdos. Conforme Chaveiro e Barbosa (2004, s/p), a LIBRAS se torna uma ferramenta de empoderamento que permite ao surdo maior mobilidade e fluidez nas formações discursivas, como também fornece subsídios que o ajudam na constituição de suas identidades frente às imposições (culturas e outras) do ouvinte. Como eles observam, a LSB permite aos surdos adquirirem melhor a linguagem, facilitando a compreensão, a obtenção de informações, que vai permitir o empoderamento dos surdos. (SILVEIRA, 2006, p. 38)

conhecimentos que lhes foram apresentados como aos demais alunos, como se houvesse garantias de que um grupo pudesse se sobrepor ao outro. Para entender estas relações e encontrar algumas respostas nas quais as razões para estas compreensões sejam expostas, há que se perguntar para os professores ouvintes: há elementos nesta situação que justifiquem a nossa resistência, resiliência ou nossa intelectualidade? Como aparecem nos discursos dos professores ouvintes as questões relacionadas com as relações de poder existentes entre profissionais surdos e ouvintes neste contexto? Como devemos fazer para construir neste espaço as negociações devidas para a construção de nosso ser professor universitário surdo?

Por isso, ao iniciar a minha vida profissional como professora, sendo surda, na universidade me senti imersa nessa relação complexa com os ouvintes. Sempre me sinto obrigada a seguir com os padrões estruturais curriculares definidos pela universidade, mas, onde se encontra presente neste contexto a visão cultural dos surdos² e dos que pensam diferente? Por exemplo, a possibilidade ou garantia de utilização, pelos professores surdos da Língua de Sinais Brasileira como primeira língua nas atividades nas quais os mesmos estejam envolvidos, seja no campo da Graduação e /ou na Pós-Graduação, bem como em qualquer outra área como a extensão, pesquisa, participação em eventos, etc.

Com essa garantia da possibilidade de utilização, como no decreto 5.626 de 2005 já está previsto o direito à Língua de Sinais, como no caso da extensão, somente o edital e o relatório final são de praxe entregar em Língua Portuguesa; mas, no desenvolvimento do projeto, o professor surdo tem a mesma autonomia que o professor ouvinte para o desenvolver, podendo ser todo em Língua de Sinais Brasileira. E a questão do relatório, vejo como justificável, pois precisa-se prestar conta em relação especialmente aos custos para o desenvolvimento do projeto. E considero que, diante da realidade atual, se os relatórios fossem entregues em Língua de Sinais Brasileira, como a maioria não sabe esta língua, como poderiam ter acesso às informações sinalizadas? É provável que a pessoa responsável chamasse um intérprete para fazer a tradução; contudo, como o pesquisador surdo, autor do projeto, teria a certeza de que a tradução foi feita de forma correta. Desta forma, a entrega do relatório escrito, seja redigido pelo próprio professor surdo ou por um intérprete com a supervisão do mesmo, constitui-se uma segurança para o professor surdo.

Esta, porém, não é uma situação existente apenas na UFU, mas com certeza encontra-se presente na maioria das instituições do país. Há desconhecimento das produções existentes nas diferentes áreas, tais como Educação, Linguística e Tradução voltada para Língua de Sinais Brasileira e os processos de escolarização de Surdos, Estudos cujo foco trabalhado é Língua de Sinais Brasileira como

² É um novo campo de saber, os Estudos Surdos em que se desenvolvem novas teorias sobre a Cultura, a Linguística, a Diferença, a Alteridade, a Narrativa, a Política, o Povo, a Pedagogia, entre outros Artefatos Culturais Surdos e neste campo de saber enquadra a pesquisa de minha tese.

pesquisa científica, artigos publicados em Língua de Sinais Brasileira, como acontece na UFSC, na área de Linguística no curso de Letras/Libras³.

As outras universidades, porém, não avançam ao usar o espaço dos surdos, nos quais os professores surdos se encontram imersos. Seguem o padrão que impõe o Ministério da Educação (MEC), como no caso da Educação Especial. Como os professores surdos se sentem no espaço universitário, pois apenas ensinam a disciplina Língua de Sinais Brasileira? Por que a maioria não atua, como os outros profissionais, sendo coordenadores dos projetos, curso de extensão, pesquisa e no ensino de outro componente curricular?

1997 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: PRIMEIRO PROFESSOR SURDO

Anterior à Lei 10.436 de 2002, que reconhece a língua como segunda do país, e o Decreto em 2005, que regulamenta a lei da Língua de Sinais Brasileira, no ano de 1997 a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) efetivou em seu quadro funcional o primeiro professor surdo para ministrar a disciplina de Língua de Sinais Brasileira na Faculdade de Letras - Departamento de Linguística e Filologia, uma história marcante para a nossa Comunidade Surda e que não pode ser esquecida.

A vaga para professor de Libras, ocupada pela pioneira professora surda na UFRJ, foi fruto do trabalho da professora Lucinda Ferreira Brito⁴ que, naquela época, era coordenadora pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), coordenadora do grupo de linguagem e surdez da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPLL) e do Grupo de Estudo Linguagem e Educação de Surdos (GELES). Naquela ocasião, a professora Lucinda tinha grande prestígio e era a pioneira dos Estudos Linguísticos sobre as Línguas de Sinais no Brasil.

A professora Lucinda, com base em sua pesquisa, fundamentou o pedido para a obtenção de uma vaga de docente e a UFRJ, por sua vez, entendeu a relevância do pedido e todo o trabalho de pesquisa continuou com a entrada da

³ Nesse curso faz-se a utilização de materiais didáticos disponíveis em um ambiente virtual de aprendizagem. Nesse ambiente, parte dos textos bases de estudo estão traduzidos para a Libras, a Língua Brasileira de Sinais. Os atores que fazem a filmagem dos conteúdos em Língua Brasileira de Sinais, em sua maioria, são surdos e alguns são intérpretes de Língua Brasileira de Sinais. Curso esse que tem professores surdos ministrando aulas para alunos surdos. É um espaço do curso de Letras/ Língua Brasileira de Sinais da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - o primeiro curso de graduação em Libras oferecido no País. Os alunos do Letras/ Libras receberam a titulação da UFSC como licenciados em Língua Brasileira de Sinais para atuarem como professores dessa língua em diferentes espaços educacionais. Esse curso forma o professor para o ensino da Libras como primeira língua, ao lecionar para alunos surdos, e como segunda língua, ao lecionar para falantes da Língua Portuguesa.

⁴ Doutora em Linguística, Departamento de Linguística e Filologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi a primeira linguista a pesquisar sobre Língua de Sinais Brasileira no Brasil e iniciava seus importantes Estudos Linguísticos em 1982 sobre a Língua de Sinais dos índios Urubu-Kaapor da floresta amazônica brasileira.

primeira professora surda para o quadro de professores efetivos da UFRJ.

Ressalto que a UFRJ foi pioneira no Brasil e implantou, em 1997, a disciplina optativa “Estrutura e Funcionamento da Língua de Sinais Brasileira” nas grades curriculares dos cursos de Letras e Fonoaudiologia. Sinto-me motivada a pensar nas condições em que as relações de poder estabelecidas entre professores surdos e ouvintes atuam no movimento de negociação ocorrido neste espaço acadêmico.

Nesta pesquisa da tese, no entanto, para aprofundar e ampliar o conhecimento da relação de poder entre os professores surdos e ouvintes nas universidades, pretende-se realizar um estudo de análise desta realidade no Brasil. Como este espaço se constitui? Como são as relações de poder estabelecidas entre profissionais surdos e ouvintes neste espaço?

Como ocorre o espaço de negociação sobre a visão dos professores surdos relacionando com as relações de poder, de resistência, resiliência, pensamento político e negociação na produção do próprio discurso político dos profissionais surdos?

Ao introduzir esta reflexão, apresento este tema que considero de suma importância, pois se refere aos professores surdos na Educação Superior. Busco objetivar nessa pesquisa as narrativas dos professores surdos na Educação Superior e, assim, compreender como são estabelecidas as relações de poder entre surdos e ouvintes no espaço universitário.

Durante minha trajetória de trabalho, atuando em palestras em vários congressos no exterior, muitas inquietações surgiram a respeito das políticas de inserção dos surdos na Educação Superior no Brasil e que conquistaram avanços importantes no campo dos Estudos Surdos. Porém, de todas elas, a que mais me motiva a investigar é a intrigante luta política, as resistências e as redes de poderes estabelecidos pelos profissionais surdos e ouvintes para perceber se os professores surdos na Educação Superior receberam uma marca de representação estereotipada na história da Educação em performances⁵ da sua subjetividade.

É no espaço intelectual que os professores surdos se situam na universidade. Existem professores surdos se politizando para conquistar o espaço acadêmico universitário. Enquanto surdos e, conseqüentemente, intelectuais, demanda entender-se na reflexão de si mesmos, de ser surdo diante do mundo. Há que se demonstrar a necessidade de compreender que somos diferentes sob a perspectiva cultural, que é um processo de tornar-se e de manter-se surdo em todos os espaços que utilizamos somente como sujeitos leitores⁶.

5 A performance é uma arte híbrida que rompe as fronteiras com as demais artes 40. A performance ou “*performance art*”, apesar de não apresentar um conceito estável, poderia ser entendida como uma manifestação artística que se vale da literatura, teatro, música, dança, arquitetura, pintura, cinema, fotografia, narração etc. e que pode ocorrer em qualquer lugar que acomode atuantes e espectadores (MASUTTI, 2007, p.84).

6 Em pesquisa antecipadamente realizada, em conjunto com Perlin (2012), referente aos surdos serem tomados como “sujeitos leitores”, palavra utilizada por Silva e Davis (1997). Entendemos que sujeito leitor segue em Estudos Culturais com vistas à diferença e sob este aspecto adotamos também o termo “sujeito auditor”, quando nos referimos aos ouvintes. Experiência visual é outro termo que ao nosso ver se refere a um aspecto mais complexo.

O que senti naquele momento ao encontrar os professores surdos, momento de perceber as narrativas referentes aos professores surdos, momento de identificação em relação ao espaço universitário que funciona como o espaço de negociação, de resiliência e de resistência, bem como entender como nos relacionamos uns com os outros em nossas diferenças e as relações de poder; tudo isso me lança uma inquietação: Como se movem os professores surdos na Educação Superior em relação à diferença organizadora do totêmico⁷ relacionando com as políticas, nas lutas, nas resistências com vistas à negociação de sua formação e defesa de sua intelectualidade? Ao se aliar ao totêmico, quer dizer que há algo natural de atração entre surdos; reflito no sentido de compreender a ligação dos professores surdos na Educação Superior. Existe alguma forma pela qual se atraem naturalmente a partir da sua diferença que, aliás, se reflete no uso da Língua de Sinais Brasileira que sinalizam e leem no ar e não no ser de si mesmo, mas nada de aprofundar sobre o totêmico, apenas relacionado com as políticas.

As performances dos professores surdos, no espaço das Universidades, atuam como representações culturais para facilitar a Língua de Sinais Brasileira, esclarecer possíveis dúvidas no momento de aprendizagem e de estudos dos alunos surdos e ouvintes, como também elevar os surdos à condição de intelectuais. No entanto, esta ruptura histórica está produzindo uma nova política cultural, como afirma o autor:

(...) ela abre-se a estudos os mais variados como a 'cultura popular', a 'cultura letrada', as 'representações', as práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, a mediação cultural através de intelectuais, ou a quaisquer outros campos temáticos atravessados pela polissêmica noção de 'cultura'. (BARROS, 2004, p.55)

Por conseguinte, a política educacional para a formação dos professores surdos na Educação Superior é considerada uma nova ruptura em que se faz referência ao Povo Surdo dando lugar à sua cultura, aos seus valores, hábitos, Língua de Sinais Brasileira e não mais à valorização problemática da história registrada sob as visões do colonizador:

Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo.

⁷ O totêmico é um organizador, como é citado por escritores em algumas áreas do conhecimento. O totêmico constitui o aspecto natural, não é o sujeito em si. O totêmico representa aqui o natural que agencia, identifica e une ao natural. Assim as forças de atração surdo-surdo podem se constituir em forças do "organizador totêmico". Trata-se de um agenciador simbólico. Desta forma, como usuários da visão, vamos constituindo os signos por ela captados e nos constituímos em leitores por excelência, de acordo com Lennard J. Davis, professor na Binghamton University of New York (1996). Sendo o totêmico, segundo o conceito definido, é aquilo que nos puxa para uma direção, para o natural e, em nosso caso, para o ser surdo. O totêmico não é o surdo em si. Eu não posso dizer que o surdo é um sujeito totêmico. Mas, posso dizer que o totêmico atrai o surdo para os grupos de pessoas que sinalizam e leem no ar. Grupos de pessoas que não usam a audição e/ ou que não a possuem. O totêmico sempre estará presente para nós, quer queiramos, quer não. Significativamente ele é uma consequência de não sermos ouvintes, não uma maldição, como poderiam supor, mas uma benção, um mundo novo para nós; ele é um agenciador de grupos, de marcas de diferença, porque contém o simbólico, porque é heráldico, é cultural, isto é, a origem, o agenciador de uma cultura diferente. O deslize totêmico foi analisado por Freud diante do fato de um filho ser excluído do clã pelo pai e adotar um animal como companheiro para suavizar sua exclusão. (PERLIN; REIS, 2012, p. 30)

A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto, já um significado e uma apreciação valorativa. (PESAVENTO, 2005, contracapa)

Essa cultura reflete a luta da política educacional para registrar o aspecto da política em si, de uma representação e prática discursiva dos professores surdos, mas também, envolve aspectos sociais e culturais que complexificam ainda mais as mudanças nas histórias e narrativas de uma forma que foram mascaradas; o sentimento que compartilham os surdos do Brasil durante o processo de aprendizagem nas universidades.

Com essa reflexão sobre as relações de poder, resistências, resiliências, pensamento político e negociação para os professores surdos surgem a partir da exploração nos discursos realizados pelos professores surdos através dos artigos publicados, palestras e aulas de algumas disciplinas voltadas à área de educação de surdos e Estudos Linguísticos em Língua de Sinais Brasileira nos momentos históricos dos movimentos da Comunidade Surda com suas lutas e conquistas.

1999 - DOCUMENTO: A EDUCAÇÃO QUE NÓS SURDOS QUEREMOS

A Comunidade Surda que teve início junto às Lideranças Surdas no III Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para surdos⁸, em parceria da FE-NEIS E UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nos dias 19 e 20 de abril em 1999, realizado em Porto Alegre, o qual contou com a participação de surdos de todo o Brasil, posicionado com o tema central de “Identidade, Cultura e Educação” em que foi cumprido o Regimento do evento. Foi destinado um espaço para o debate, coordenado por quatro Profissionais Surdos, como ANDRÉ REICHTER, GISELE RANGEL, GLADIS PERLIN, MARIANNE STUMPF E WILSON MIRANDA, que organizaram os três temas centrais discutindo os seguintes temas: 1) Políticas e Práticas Educacionais para Surdos; 2) Comunidades, Culturas e Identidades Surdas; 3) Profissionais Surdos. Todos temas pertinentes aos surdos, sua Comunidade e sua Cultura. Amplamente discutidos pela própria Comunidade Surda, uma vez que no congresso, nos grupos ou na plenária, havia também outro grupo, este sem direito à voz e ao voto. Eram participantes ouvintes ali presentes, entre eles profissionais e familiares com participação restrita à assistência e à observação, em respeito às discussões dos problemas relacionados aos Surdos. Contamos com 300 Representantes Surdos de diversos estados brasileiros e também do estrangeiro, em que se destacaram os observadores surdos Ben Bahan, dos Estados Unidos, e José, do vizinho Uruguai. No Congresso houve uma discussão

⁸ É um espaço utilizado, a fronteira de língua em duas línguas como a Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, mas respeitando ao utilizar uma nova metodologia de ensino como a nossa primeira língua, a Língua Brasileira de Sinais.

longa e cheia de detalhes em cada um dos grupos temáticos, com o objetivo de elaborar o documento “A educação que nós surdos queremos”⁹ (FENEIS, 1999), respeitando os seus direitos linguísticos, culturais, educacionais e sociais, bem como sobre as necessidades de políticas educacionais e os possíveis novos desafios à educação dos surdos frente às prescrições de uma política educacional bilíngue para surdos. Nesse sentido, o documento insere entre suas demandas a formação profissional dos professores surdos (FENEIS, 1999, Seção 3 – Formação do Profissional Surdo). Aqui destacamos alguns dos itens que constam no referido documento:

EDUCADORES SURDOS

- 114 - Buscar a formação de profissionais surdos a nível acadêmico, nas áreas afins, tendo em vista o direito que os surdos têm em serem educados na sua própria Língua.
- 115 - Recomendar ao professor surdo a reflexão sobre a representação de sua Identidade Surda, uma vez que ele é, fundamentalmente, um modelo de identidade para a criança surda.
- 117 - Assegurar que no curso de formação para os professores surdos exista currículo específico sobre todas as implicações da surdez (educacionais, culturais, vocacionais...), bem como sobre Língua de Sinais (estrutura, morfologia, sintaxe...).
- 118 - Considerar que a formação específica e o trabalho do professor surdo, enquanto profissional, são necessários. É importante que o professor surdo esteja engajado nas lutas da Comunidade Surda.
- 119 - Incentivar na Comunidade Surda a escolha pelas carreiras de licenciatura.

OS SURDOS UNIVERSITÁRIOS

- 138. - Lutar para que a comunidade científica das universidades reconheça a Língua, a Cultura e a Comunidade Surda.
- 140 - Caso seja aceito pela comissão organizadora, discutir a estrutura das provas do vestibular, levando em conta as especificidades da Comunidade Surda.
- 145 - Nas universidades que acolhem surdos, lutar para que seja organizado um centro de apoio onde possam ser divulgadas informações referentes à surdez, para a comunidade universitária.
- 146 - Dentro das universidades e cursos de graduação, assegurar a criação de uma disciplina que informe aspectos gerais que fazem

⁹ Um documento como referência para a discussão nas políticas educacionais para surdos e para os professores surdos.

parte da Comunidade Surda.

O documento, primeiramente, foi entregue ao MEC sem cerimônia, pois nos vimos frente aos seus representantes que solicitaram uma cópia dele. Também foi entregue uma cópia ao Governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, pelo presidente da FENEIS, Antônio Campos de Abreu, depois de uma passeata com aproximadamente 2000 pessoas que estavam presentes no III Congresso, que culminou em uma nova mudança, uma nova realidade, uma nova transformação, uma nova oportunidade para a nossa Comunidade Surda Brasileira, principalmente, no que se refere à importância da capacitação dos professores em Língua de Sinais Brasileira. Foi um grande momento e um grande avanço, no qual as universidades abriram espaço para a formação dos professores surdos, para discussões e deixando de lado a visão tradicional da educação especial no campo da educação de surdos, privilegiando, assim, uma visão cultural. Esses avanços abriram oportunidades para que mais professores surdos conquistassem espaços nas universidades como professores que, até o momento desta pesquisa, somam mais de 305 professores surdos efetivados por meio de concurso público; espaços dados, instrumentos e períodos já estão explicados na parte do capítulo sobre concurso público, provocando grandes mudanças, movimentos e discussões principalmente nos congressos voltados para área de professores surdos nas universidades.

Podemos começar a contar da nossa história de experiência dos movimentos dos professores surdos na Educação Superior com as possibilidades de mostrar uma forma de significação e de representações dos professores surdos depois da luta pelo documento reconhecido em 1999.

Esse documento leva-nos a acreditar que os casos de sucesso nas universidades narrados pelos professores surdos podem trazer os resultados muito mais valorizados para proporcionar políticas educacionais e linguísticas que tenham garantido sua permanência nas universidades. Suas experiências nas universidades mostram seus resultados, marcas que impressionam nas lutas e também nas discussões nos Congressos e que, posteriormente, foram materializados no Documento, como temos mostrado. Desde a realização do III Congresso até hoje, alguns dos itens apresentados acima, referentes aos profissionais surdos, foram conquistados no espaço universitário, mas a luta continua para que a formação dos professores surdos seja reconhecida.

Por meio desse documento, muitas conquistas foram alcançadas, o que nos levou a caminhar objetivando a formação dos profissionais surdos para atuarem no ensino de Língua de Sinais Brasileira. O primeiro passo para essa realidade aconteceu com o curso de formação dos instrutores e agentes multiplicadores.

2001 - FORMAÇÃO DOS INSTRUTORES E AGENTES MULTIPLICADORES

Desde o documento do Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue¹⁰ se foi construindo o que é uma Identidade Surda, diferente da estigmatizada, que lhes tem sido imposta há séculos, como “deficiente auditivo” – aquela na qual a falta de audição precisa ser superada. Desde então os surdos vêm conseguindo o reconhecimento da Língua de Sinais Brasileira em municípios e estados brasileiros e mostrado em várias áreas de atuação a sua capacidade e eficiência.

Já por anos a FENEIS vem lutando, trabalhando e, por meio do Grupo de Pesquisa¹¹, capacitou os surdos para serem professores de Língua de Sinais Brasileira e estes recebem todo o material didático a que faz referência; é a Libras em Contexto para essa atividade.

A segunda parte desta história foi a realização do curso de Formação dos Instrutores e Agentes Multiplicadores. Foram momentos incríveis e inovadores de aprendizado e de aquisição de conhecimentos indispensáveis para ampliar e melhorar as metodologias de ensino que vinham sendo desenvolvidas há anos pelo Grupo de Pesquisa em Língua de Sinais Brasileira/Feneis. Foi um grande desafio para os professores surdos e favoreceu grandes oportunidades para que esses profissionais se sentissem valorizados para atuar nas escolas, nos cursos profissionalizantes ou mesmo em universidades.

Esboçarei agora uma pequena história sobre esse curso, que aconteceu nos dias 13 a 17 de agosto de 2001, na cidade de Brasília, com o objetivo de capacitar os 76 Representantes Surdos de todos os estados brasileiros, para que estes se tornassem Instrutores e Agentes Multiplicadores. Nesse curso, as aulas aconteciam das 8h da manhã às 17h da tarde, com os professores surdos Paulo André Martins Bulhões, Myrna Salerno Monteiro e as ouvintes Emeli Marques e Tanya Amara Felipe, onde os representantes dos professores surdos tiveram suas dúvidas esclarecidas, traçaram estratégias conjuntas, para que a Língua de Sinais Brasileira pudesse ser efetivamente, a língua prioritária da Educação dos Surdos Brasileiros.

O Projeto Capacitação de Instrutores de Língua de Sinais Brasileira através de Agentes Multiplicadores é um Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Língua de Sinais Brasileira: o idioma que se vê. O objetivo desse projeto de capacitação era a divulgação de informações e conhecimentos na área de Educação de Surdos, bem como a profissionalização de jovens e adultos surdos para atuarem como instrutores de Língua de Sinais Brasileira. Após o término do curso, houve um melhor reconhecimento da postura dos Instrutores Surdos

10 V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos - 1999 - Porto Alegre.

11 Não especificamos o nome do Grupo de Pesquisa, iniciado em meados de 1991, em função de não se pensar à época nesta possibilidade. O grupo se reunia na sede da FENEIS/RJ para formulação e discussão da proposta de educação pelos surdos, que assumiam aulas sem preparo acadêmico. O estudo foi finalizado no ano de 2001 com a elaboração do livro LIBRAS EM CONTEXTO.

nas escolas, universidades e instituições onde estavam inseridos. As instituições estavam carentes de profissionais qualificados com domínio em Língua de Sinais Brasileira, materiais didáticos, informações e esclarecimentos sobre as Comunidades Surdas.

Um grande desafio foi apresentado aos professores surdos: desenvolver métodos de ensino e materiais didáticos que oferecessem aos alunos surdos uma educação de qualidade. Outro desafio apresentado a toda sociedade é a divulgação da garantia de ingresso dos professores surdos nas universidades em igualdade de condições com os ouvintes. A maioria dos instrutores surdos que ensinavam a Língua de Sinais Brasileira ainda precisava ter uma formação acadêmica mínima de Graduação para aprimorar seus conhecimentos e metodologia de ensino. Era preciso também desenvolver materiais didáticos e informativos teóricos referendados nos Estudos Surdos em Educação de Surdos e nos Estudos Linguísticos em Língua de Sinais Brasileira. Saliento que esta época foi um grande marco na minha vida, momentos de aprendizado, pesquisas em conjunto com outros profissionais da educação que nos fizeram perceber que a nossa Língua é complexa como qualquer Língua e que precisávamos ter conhecimentos linguísticos para entender e trabalhar mais adequadamente e não ensinar somente o léxico, como eu fazia. Ao final do curso, formaram-se os trinta Instrutores Surdos de todos os estados brasileiros, que atuariam ensinando a Língua de Sinais Brasileira a professores da rede pública que lecionavam para alunos surdos.

Além destes, formaram-se oito Instrutores Surdos como Agentes Multiplicadores (eu fui uma das oito) para atuarem na capacitação de outros novos instrutores. Nas disciplinas do curso para Instrutores de Língua de Sinais Brasileira, o material didático estava disponível em Língua de Sinais Brasileira e em Língua Portuguesa. Alguns dos objetivos do curso eram o ensino do idioma a pessoas ouvintes; divulgar a Língua de Sinais Brasileira e Cultura Surda; contribuir para o rompimento de bloqueios de comunicação entre surdos e ouvintes; estimular o debate científico na área de Surdos e da Cultura Surda e intensificar a integração entre os surdos brasileiros.

Este momento transformou a minha vida. Fui aprovada como Agente Multiplicadora; aprendi e entendi como seria o trabalho na área de ensino da Língua de Sinais Brasileira. Uma valiosa, porém pesada responsabilidade de ser professora surda – este foi o primeiro passo na construção da minha formação profissional. Logo comecei a pesquisar as bases teóricas relacionadas ao mundo dos surdos, bem como metodologias para o ensino da Língua de Sinais Brasileira em aulas práticas para ouvintes. Isso me desafiou e me motivou a me preparar melhor para ministrar minhas aulas, valorizando-me enquanto professora surda.

Tive pleno êxito em minha missão, de formar professores ouvintes da rede pública e os novos Instrutores Surdos de Língua de Sinais Brasileira pela

Secretaria da Educação no estado de Goiás.

Devido ao avanço da formação dos Instrutores Surdos em vários estados do Brasil, 2001 foi marcado como ano nacional de reconhecimento do Instrutor Surdo, o que abriu novas oportunidades para desenvolvermos outras atividades até que pudéssemos nos preparar para ingressar nas universidades como professores de Língua de Sinais Brasileira, principalmente no que se refere à formação de professores surdos para atuarem no Ensino Fundamental, Médio e na Graduação, utilizando as disciplinas de Língua de Sinais Brasileira como a língua de instrução reconhecida pelas Comunidades Surdas. E foi pelas conquistas reconhecidas pelo MEC que foi criada a Lei de Língua de Sinais Brasileira, após a realização da formação dos Instrutores e Agentes Multiplicadores Surdos.

2002 - CRIAÇÃO DE LEI DE LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA

A luta pela oficialização da Língua de Sinais Brasileira foi um marco histórico extremamente importante para os Movimentos Surdos que aconteciam naquele momento no estado do Rio Grande do Sul, a qual se iniciou com a elaboração do documento em 1999. Outra notável contribuição foi o reconhecimento profissional dos Instrutores e Agentes Multiplicadores realizado em Brasília. A partir daí percebeu-se a importância de oficializar a Língua de Sinais Brasileira no Brasil. O pedido de oficialização foi encaminhado ao Senado pela senadora Benedita da Silva (PT - RJ), que se encarregou da tramitação do mesmo junto a Brasília – foi a realização de um sonho para os surdos brasileiros!

Todos estes momentos históricos são registros do passo a passo de nossa luta pela Causa Surda, e é por meio dela que hoje nós temos a Lei que regulamenta a Língua de Sinais Brasileira; isso garante os nossos direitos linguísticos na sociedade, seja em instituições públicas ou privadas. Essa Lei é um instrumento que defende o direito dos surdos à comunicação. Neste sentido, algo muito importante nos chama a atenção: os professores surdos que atuam em instituições públicas podem ensinar utilizando a Língua de Sinais Brasileira diversas disciplinas voltadas para área de Educação de Surdos, Estudos Linguísticos ou Estudos para a formação de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais Brasileira. O professor surdo não precisa se ater somente ao ensino da Língua de Sinais Brasileira; ele pode ir além: assumir disciplinas como Português, Matemática, História, Ciências, Geografia em escolas de surdos ou escolas bilíngues, ou ainda outras disciplinas acadêmicas em universidades.

Com a oficialização da lei que reconhece a Língua de Sinais Brasileira e sua regulamentação por meio do decreto 5.626/05, surgem inúmeras oportunidades no âmbito acadêmico, tanto na Graduação como na Pós-Graduação; mas, antes mesmo de a Lei entrar em vigor, alguns graduandos surdos já se beneficiavam do direito ao intérprete. No entanto, foi somente depois da promulgação do

decreto de 2005 que este direito de fato foi expandido a todos os surdos, criando assim mais oportunidades de ingresso nas universidades em diversas áreas do conhecimento. Alguns surdos possuem graduação, no entanto sonham em fazer uma Pós-Graduação e almejam que outras Universidades abram espaço para que possam cursar mestrado e doutorado, assim como as pioneiras, UFRGS e UFSC. Muitos são os avanços na formação de professores surdos, mas se faz necessário continuar essa luta pela busca de mais profissionais surdos e que estes possam se qualificar como Mestres e Doutores.

2003 - MESTRADO E DOUTORADO: UFRGS E UFSC

Historicamente, a luta pela criação da Lei que oficializa a Língua de Sinais Brasileira foi a realização do sonho de todos os professores surdos. No ano de 1990, na UFRGS, Carlos Skliar coordenava grupos de pesquisadores ouvintes e surdos, com o objetivo de orientar os surdos no programa de Pós-Graduação em Educação. Tais pesquisadores tinham como interesse o objetivo de desenvolver investigações e estudos no campo da Educação Especial; essas pesquisas ganharam espaço no meio acadêmico e, por fim, passaram a integrar o Programa de Pós-Graduação em Educação daquela universidade.

A inclusão de tais pesquisas no campo da Educação Especial possibilitou que muitos outros surdos pudessem ingressar no mestrado e no doutorado; entre estes podemos citar, Gladis Perlin na área da Educação, e algum tempo depois Marianne Stumpf na Informática, Wilson Miranda e Gisele Rangel na Educação – todos militantes políticos¹² em prol das causas da Comunidade Surda. A linha de pesquisa que mais se fortaleceu foi a de pesquisa em Estudos Culturais em Educação, que já fazia parte do programa de Pós-Graduação em Educação. Com isso abriram-se novos espaços para a entrada da Comunidade Surda na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o que facilitou o desenvolvimento de pesquisas, publicações científicas, cursos sobre Educação e Língua de Sinais Brasileira ministrados em todo o Brasil, fóruns de discussões, eventos nacionais e internacionais, assessorias às escolas brasileiras, participação na construção de política educacional para surdos etc.

O fortalecimento dos pesquisadores surdos e ouvintes propiciou a criação do campo de Estudos Surdos que passou a ser a base teórica indispensável na área de educação dos surdos. Foi um momento histórico de conquistas na UFRGS em torno da Identidade e da Cultura Surda, bem como da educação de surdos, e que abriu espaço para que estes pudessem cursar mestrado e doutorado, propiciando seu envolvimento com a formação de professores, pesquisadores e com a educação de surdos; no entanto, os progressos não param por aí, em 2003 foi a vez da

¹² Militância política: práticas discursivas que correm o risco de, em nome da diferença, generalizar uma categoria, reproduzindo práticas de normalização (ainda que em nome de uma identidade), justamente para poder afirmar o direito a uma diferença.

UFSC. Na UFSC, as lutas em prol das Causas Surdas tiveram início com Ronice Quadros no campo da Educação. Primeiramente a luta foi para que fosse realizado um concurso público para professor surdo na UFSC, concurso esse que teve o cargo ocupado pela então Doutora surda Gladis Perlin em 2004. Seu ingresso nessa instituição foi de extrema importância, pois agora a Universidade contava com uma professora surda efetiva para orientar alunos surdos no mestrado e no doutorado, além do ensino de Língua de Sinais Brasileira nas Licenciaturas e em alguns cursos de Bacharelado. Por meio da dedicação e do empenho de Ronice e Gladis foi possível abrir a linha de pesquisa Estudos Culturais e Estudos Surdos no Programa de Pós-Graduação. Finalmente Ana Regina Sousa e Campello e Rodrigo Rosso Marques foram os primeiros surdos a ingressarem no Doutorado em Educação na UFSC, no segundo semestre do ano de 2004, juntamente com mais três surdos na área de Mestrado em Educação, sendo estes Flaviane Reis, Karin Strobel e Carolina Hessel e as ouvintes Silvana Aguiar dos Santos e Mauren Medeiros, no segundo semestre do mesmo ano. Em 2005, entraram mais alguns doutorandos – Patrícia Rezende (surda); Paulo e Vilmar Silva (ouvintes) – e no mestrado adentraram os surdos Mariana Campos, Fabiano Souto, Simone Silva, Fábio Silva, Dionísio Schmidt na UFSC.

A entrada de professores surdos concursados no ambiente universitário fortaleceu a Comunidade Surda; mostramos a que viemos, provamos que podemos ser mestres e doutores, temos professores e orientadores bilíngues em algumas disciplinas e em outras utilizamos intérpretes de Libras bem qualificados. Por meio dos Estudos Surdos, entendemos quem nós realmente somos, independentes do olhar clínico. Inúmeros debates sobre questões relacionadas à educação foram realizados, além de cursos ministrados aos alunos surdos do mestrado e do doutorado. Estes cursos contaram com a presença de professores surdos e ouvintes da Universidade de Gallaudet, uma universidade organizada por e para surdos com sede nos Estados Unidos. Esses surdos doutores tornaram-se um exemplo para a Comunidade Surda, mostrando que outros também podem concorrer a uma vaga em concursos públicos nas universidades. Isso motivou também outros surdos a se empenharem pela sua qualificação e buscar uma graduação. Mesmo antes do Decreto que regulamenta a Língua de Sinais Brasileira, nós já articulávamos os primeiros passos como mestrands e doutorands em favor de metodologias adequadas para ensinar o idioma. Muitas mudanças na Comunidade Surda iniciaram a partir da entrada desses profissionais nos cursos de mestrado e doutorado. Isso propiciou a formação de professores e de pesquisadores surdos junto à comunidade científica.

Atualmente o Brasil tem quatro surdos com pós-doutorados, inúmeros doutores e mestres surdos, além daqueles que ainda estão cursando o mestrado e o doutorado. A Lei 10.436/2002 apenas reconhece a Língua de Sinais Brasileira

como segundo idioma do país, e foi somente através dessa movimentação em torno da formação dos surdos em diversas universidades – como a UFSC, UFRGS, UFSM, UFSCAR, UFAM, UFBA, UFU, entre outras – que foi possível a conquista do Decreto que regulamenta a Língua de Sinais Brasileira, garantindo a formação dos professores surdos e formação dos tradutores intérpretes de Língua de Sinais Brasileira.

2005 - CRIAÇÃO DO DECRETO QUE REGULAMENTA A LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA

Com a criação do decreto 5626/2005 que regulamenta a lei 10436/02 onde a Língua de Sinais Brasileira ficou garantida, a formação de professores nas Universidades públicas e/ou privadas e a formação dos tradutores intérpretes ficou a cargo da Comunidade Surda por meio da Feneis e das Associações dos Surdos.

A Feneis participou desse movimento de luta, mobilizou reuniões desde a criação da Lei que oficializa a Língua de Sinais Brasileira, para que fosse possível a criação do Decreto para regulamentar a Língua de Sinais Brasileira. Esse foi um projeto aprovado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para garantir a formação dos professores de Língua de Sinais Brasileira. Foi uma luta árdua junto ao Ministério da Educação, mas que se tornou um registro histórico para os pesquisadores:

Os anos 90 do século XX podem ser lembrados como o tempo da mobilização e do fortalecimento dos Movimentos Surdos no Brasil. Os surdos gaúchos, em parceria com pesquisadores da área da Educação de Surdos, mobilizaram-se e engajaram-se nas lutas que, naquele momento, privilegiavam a necessidade de reconhecimento da Língua de Sinais como primeira língua dos surdos. Várias mobilizações, como passeatas, atos públicos em parlamentos e nas ruas, articuladas por associações e escolas de surdos marcavam os calendários das escolas e entidades representativas de surdos, familiares e educadores. A oficialização da Língua de Sinais Brasileira (Libras), primeiramente em alguns municípios e Estados, serviu de estratégia para o fortalecimento do Movimento Surdo no sentido de chegar ao Congresso Nacional, no ano de 2002, para a promulgação da Lei de Oficialização da Libras em todo o território nacional. (THOMA; KLEIN, 2010, p. 110)

O Decreto que regulamenta a Língua de Sinais Brasileira entrou em vigor no dia 22 de dezembro de 2005. Entre os muitos artigos que constam ali, selecionei aqueles que se relacionam com a minha pesquisa. Tal decreto mostrou-se ser um documento valioso, pois trata da formação dos professores de Língua de Sinais Brasileira e do Instrutor de Língua de Sinais Brasileira nas instituições. Ele destaca a importância da formação dos professores:

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda

língua. Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput¹³.

O decreto traz alguns esclarecimentos acerca dos professores de Língua de Sinais Brasileira, mas meu foco nesta pesquisa são os professores surdos que, na maioria das universidades, trabalham com a Língua de Sinais Brasileira e também em algumas disciplinas na área de Educação e Linguística. Como diz no artigo 4: vamos refletir a importância da formação dos professores para o ensino de Língua de Sinais Brasileira em nível superior em cursos de graduação de licenciatura plena em Letras/ Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua; vamos analisar e esclarecer quanto à formação não somente na área de Letras/Libras, mas em diversas áreas da Educação, já que o decreto deixa claro que o ensino da Língua de Sinais Brasileira deve ficar a cargo das licenciaturas e não da Linguística como a maioria das pessoas pensa.

Esse decreto é um instrumento importante para que a Comunidade Surda entenda como se constituem os espaços acadêmicos, as relações de poder, e mostra também que a intelectualidade independe do ouvido e que nós surdos somos tão intelectuais quanto os ouvintes e o que nos difere são questões linguísticas, de identidade e cultural. Assim, o decreto é um dispositivo legal a favor dos professores surdos; contudo, entendo que no decreto não existe a afirmação de que a intelectualidade independe do ouvido. Neste sentido, vejo que ele dá respaldo aos surdos em várias frentes, como a prioridade para ensinar Língua de Sinais Brasileira; no entanto, nele é mantida distinção entre os surdos e deficientes auditivos via perda auditiva, de modo que, no Capítulo 1, Art. 2, afirma que:

Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. (BRASIL, 2005)

E no parágrafo único, define “Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (db) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz e 3.000Hz. (BRASIL, 2005)

Este decreto nos permite transitar por espaços antes inacessíveis e também nos dá a oportunidade de discutirmos nossas diferenças linguísticas com outros pesquisadores. Dessa forma, deixamos claro que somos usuários da Língua de Sinais Brasileira e que podemos atuar, não pela imposição de um modelo ouvintista¹⁴, mas por sermos capazes, intelectuais, e que podemos transitar por

13 Onde encontra o documento de Decreto 6.626/2005 que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras; e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, em anexo.

14 Segundo Skliar (1998:15), esse termo se refere “as representações dos ouvintes sobre a surdez e sobre os surdos (...) a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte”. Com

todos os espaços na academia, como na pesquisa, no ensino e na extensão.

O decreto foi aprovado em 2005 e somente depois de dez anos, conforme diz o artigo 7º da obrigatoriedade de ter os professores surdos com formação em licenciatura em Letras/Libras ou de outras áreas afins, é que conseguimos um número expressivo de professores surdos. Atualmente, já temos mais de mil e quinhentos professores formados de Letras/Libras; assim, o decreto beneficiou a Comunidade Surda. É como se a Comunidade Surda estivesse presa, trancada em um baú e depois libertada para conhecer uma nova perspectiva: o mundo acadêmico. Essa pesquisa me faz refletir nas diferentes representações dos professores de Língua de Sinais Brasileira que circulam nos diversos espaços acadêmicos que constituem seu modo de ser e agir, visando à sua construção profissional docente. No artigo 7º do decreto destaca o perfil do profissional; dessa forma, precisamos mostrar, pensar e refletir quem é este professor de Língua de Sinais Brasileira responsável apenas por essa disciplina? É claro que o foco da minha pesquisa são os professores surdos, incumbidos de ensinarem somente a disciplina de Língua de Sinais Brasileira. Neste contexto, como acontecem as relações de poder e o espaço de negociação e resistência surda entre tensões nas universidades? Que tensões podem acontecer entre os professores surdos e a universidade?

O decreto não fala que são somente os professores surdos que podem atuar no ensino da língua; no entanto, ele é claro em dizer que os surdos têm prioridade para atuarem no curso de formação de professores no ensino, pesquisa e extensão: como diz o artigo 7, “nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras”.

O decreto em seu artigo 8º, inciso 3, salienta que o exame de proficiência em Língua de Sinais Brasileira deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento em Língua de Sinais Brasileira, constituída por docentes surdos e linguistas de instituições de Educação Superior; no entanto, resguardar esse direito aos professores surdos nas universidades se transformou em uma luta nada fácil para os professores, porque em algumas situações há bancas examinadoras em que alguns de seus membros não possuem conhecimento acerca da Língua de Sinais Brasileira, não respeitando assim o decreto. Tal situação tem gerado polêmica na Comunidade Surda, pois seus direitos linguísticos deixam de ser respeitados quando alguns dos avaliadores não possuem domínio do idioma para avaliar os professores de Língua de Sinais Brasileira. É claro que há alguns surdos que compõem essas bancas, no entanto falta representatividade da comunidade dos professores surdos nesses espaços acadêmicos. São eles que detêm o melhor conhecimento do idioma.

Ademais, está narrando acontecimentos reais entre algumas universidades onde não há um cuidado criterioso ao selecionarem os membros das bancas ao

esse termo, se faz uma analogia ao colonialismo-colonialista.

usarem tradutores intérpretes para auxiliarem esses que não detêm conhecimentos da Língua de Sinais. Parece-me um tanto quanto contraditório, pois é totalmente contrário ao que o decreto diz.

Ao rever o artigo 10º do decreto, entendemos que as instituições de Educação Superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa; assim, esse artigo é de extrema importância, pois dá respaldo legal aos professores surdos em seu trabalho, permite à Comunidade Surda entender através da experiência dos professores surdos, como se posicionam nas relações de poder e negociações estabelecidas na construção de sua intelectualidade na Educação Superior, conquistando o espaço da Língua de Sinais Brasileira como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para que tenhamos respeitada a nossa Língua de Sinais Brasileira. E também estimular tradutores e intérpretes de Língua de Sinais Brasileira a se aprofundarem no campo da tradução e da interpretação no ambiente acadêmico, auxiliando os professores surdos em palestras, reuniões e em aulas teóricas.

Atualmente há vários cursos de pós-graduação voltados para a área de Língua de Sinais Brasileira, pois já tínhamos professores surdos formados em Pedagogia ou Letras/Libras em cumprimento ao decreto, um ano após sua publicação. O estudo desse decreto acerca da formação dos professores surdos e o compromisso e responsabilidade ao usar o ensino, pesquisa e extensão ligadas aos interesses públicos ao qual se destinam culminou em outra grande conquista, a criação do curso de Letras/Libras.

2006 - CRIAÇÃO DO CURSO DE LETRAS/LIBRAS

A Universidade Federal de Santa Catarina, numa parceria entre o Centro de Comunicação e Expressão (CCE) e o Centro de Educação (CED), criou o curso de licenciatura em Letras/Libras na modalidade de Educação a distância, como dizem os autores e pesquisadores:

A licenciatura em Letras Língua Brasileira de Sinais - Libras - é um curso de graduação que passa a fazer parte do rol de licenciaturas únicas em Letras oferecidas pelo Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, a saber, português, alemão, espanhol, inglês, francês e italiano que tem por objetivo formar professores qualificados para atuar no ensino de línguas. Os alunos do Letras Libras receberão a titulação da UFSC como licenciados em Língua Brasileira de Sinais para atuarem como professores desta língua em diferentes espaços educacionais. Esse curso forma o professor para o ensino da Libras como primeira língua ao se lecionar para alunos surdos e como segunda língua ao lecionar para falantes de português. É um curso que está sendo oferecido na modalidade a distância. A modalidade a distância visa à democratização desse processo de formação. Diferentes regiões do país estão tendo a oportunidade de formar professores de Língua de Sinais dispondo da competência pedagógica e técnica de um

grupo de profissionais com excelência na área, o que visa garantir o êxito do programa que atenderá a comunidade surda. O curso está sendo oferecido em nove polos brasileiros: a Universidade Federal do Amazonas, a Universidade Federal do Ceará, a Universidade Federal da Bahia, a Universidade de Brasília, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Estado de Goiás, a Universidade de São Paulo, o Instituto Nacional de Educação de Surdos no Rio de Janeiro, a Universidade Federal de Santa Maria e a Universidade Federal de Santa Catarina. Os convênios foram firmados com todas as instituições de ensino e instaurou-se o processo seletivo. O curso de Letras Libras é uma ação da Universidade Federal de Santa Catarina juntamente com essas instituições conveniadas e com o MEC, por meio da Secretaria de Educação à Distância e a Secretaria de Educação Especial. Cada instituição tem 55 alunos e no polo UFSC são 60 alunos. O curso está organizado na forma de rede, integrando 9 polos em diferentes regiões do país, totalizando 500 vagas. (QUADROS; CERNY; PEREIRA, 2008, p.33).

Dada a importância dessas políticas educacionais para os professores surdos na Educação Superior, considero pertinente atentar para observações e pesquisas políticas e perceber como os surdos usuários da Língua de Sinais Brasileira conseguiram conquistar o espaço educacional nas Universidades.

Compreender a história de luta dos professores surdos é um processo complexo, dinâmico e inédito, principalmente quando há um esforço do Movimento Surdo, a fim de conseguir avanços nas políticas públicas atreladas à Educação Superior, o que está provocando uma marca da representação de luta dos professores surdos.

Ao entrarem nessas lutas, os Professores Surdos tornaram-se os principais agentes nas equipes do Curso de Letras/Libras no Brasil, cuja filosofia nas historiografias, ou seja, linguísticas culturais, é que estes têm contato em Língua de Sinais Brasileira e que tal afirmação era possível de ser comprovada, já que possuem uma marca de representação dos professores, demonstrando assim a importância da identificação de ser surdo e da história para outros países.

As identidades dos professores surdos são importantes para que todos os alunos se identifiquem com as mudanças educacionais, históricas, linguísticas e culturais, para a produção de discursos, construção de conhecimentos e para a heterogeneidade e naturalização das Línguas de Sinais.

As lutas das representações dos professores surdos estão em constante processo de mudanças históricas, o que ocorre, no entanto, por uma força local provocada pela luta por políticas educacionais na Educação Superior. Esses professores, não necessariamente, estão conscientes de que tais mudanças históricas estão ocorrendo, pois uma fonte externa à Comunidade Surda está influenciando a história cultural e provocando uma modificação nessa comunidade. Essa fonte atua sobre o desempenho da representação e da subjetividade dos professores surdos do curso de licenciatura em Letras/Libras. Para estabelecer uma ruptura com essa forma de “ver” a história da construção de subjetividade dos professores surdos, é necessário compreender que esses são os agentes principais e fluentes na Língua de Sinais Brasileira, mas que estabelecem uma

relação bastante complexa de representações dos professores surdos na Educação Superior.

Para cada luta histórica há uma mudança da realidade da visão clínica¹⁵ para a visão cultural de novas relações e questões a serem levantadas relacionadas com a nova posição dos professores surdos. Não existem diferenças padronizadas, mas podem acontecer, recebendo o modelo de luta dos professores surdos ao longo da história, influenciando a partir da Língua de Sinais Brasileira para ter um contato visual no espaço educacional no curso de Letras/Libras.

Nesse sentido, é importante verificar e entender a luta e a política educacional para formação dos professores surdos na Educação Superior em contato com os alunos surdos nas Universidades, a partir da influência da nossa primeira língua, a Língua de Sinais Brasileira, e perceber se há mudança com relação à sua utilização. É fundamental analisar como essa representação do professor surdo chegou ao campo universitário e abordar as especificidades históricas políticas de representações de significação social e cultural.

A importância de analisar a questão da representação e práticas narrativas é a de dar um primeiro passo na compreensão dos processos históricos e políticos dos professores surdos, permitindo visualizar se nessas produções culturais, de luta da Comunidade Surda por políticas que resguardem o direito linguístico, cultural e social do sujeito surdo nas Universidades, há um compromisso de mudança, de romper com as dificuldades de comunicação no momento dos estudos na Universidade, e que podem mudar de uma forma natural, de onde vem a luta dos professores surdos nas Universidades. Esse estudo poderá contribuir para o entendimento de como as políticas públicas são organizadas no sentido de contribuir ou não para os avanços dos Estudos Surdos na Educação Superior e que pode enriquecer a pesquisa no campo das políticas públicas na Educação Superior no que tange a essa área do conhecimento.

Como já argumentamos anteriormente, o Documento “A Educação que nós Surdos Queremos” e as articulações dos movimentos dos professores surdos transgrediam uma nova mudança política e na legislação, como a oficialização da Língua de Sinais Brasileira por meio da Lei 10.436/2002 e do Decreto 5.626/2005 incentivará as conquistas dos surdos na Educação Superior e na formação de professores surdos em cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado, e também ainda institui-se como disciplina obrigatória o ensino de Língua de Sinais Brasileira nas áreas de Licenciaturas e no curso de Fonoaudiologia, e no Letras/Libras para formar profissionais para o ensino e para a tradução/interpretação (Bacharelado) na Educação Básica e na Educação Superior.

Esse documento defende a perspectiva da formação dos professores surdos

15 Na visão clínica-médica, os surdos são encarados como pessoas com deficiências e doentes, isto é, a surdez é considerada uma doença e, portanto, deve ser “curada”. Nessa visão, todo recurso tecnológico que procure minimizar os efeitos da surdez são extremamente valorizados, e a oralação, os aparelhos auditivos e o implante coclear, por exemplo, adquirem status de “cura” e/ou de minimização da “doença”, com forte incentivo à “normalização” dos indivíduos surdos. (REIS; SILVA; SOUZA, 2012, p.3)

e vem se constituindo como discurso hegemônico nas políticas de educação e linguísticas de surdos. É um grande desafio nos espaços acadêmicos, uma vez que é importante que nós tenhamos práticas favoráveis para aquisição e desenvolvimento da Língua de Sinais Brasileira como a nossa primeira língua. Ainda estamos em processo de construção e criação de várias disciplinas, como no caso do curso de Letras/Libras, especificamente, na área de Linguística para surdos, provando assim que a Língua de Sinais Brasileira deve ser valorizada e que todos precisam entender que os professores surdos utilizam suas experiências visuais. Isso é significativo para a Comunidade Surda, um desafio a ser transposto, a criação de políticas para garantir que professor surdo possa atuar numa perspectiva bilíngue dentro dos espaços acadêmicos.

É notável que, nos últimos anos, os professores surdos estejam conquistando seu lugar no espaço universitário em várias áreas. Do grupo de professores surdos brasileiros, alguns se consideram ativistas na Comunidade Surda, profissionais com a titulação de doutorado atuam em nível acadêmico no curso de Letras/Libras envolvidos no ensino da disciplina de Língua de Sinais Brasileira, não somente esta, mas também várias disciplinas voltadas para a área de Linguística.

Ao meu entender, com a base teoria de Estudos Culturais vinculada com os Estudos Foucaultianos já estão funcionando diante da política que ilumina a Comunidade Surda, principalmente relacionada à estratégia política, tema problema nesse capítulo, tornando-se referência para o debate contemporâneo que vem criando o legado teórico na constituição política para os professores surdos atuarem na Educação Superior.

1997 A 2015 - CONCURSOS PÚBLICOS: A ENTRADA DOS PROFESSORES SURDOS

Antes de tudo gostaria agradecer a Deus e Nossa Senhora Aparecida por iluminar meus caminhos. Mas não estaria aqui sem o apoio da minha família, amigos e também da UFSC pelos maravilhosos professores que tive durante o curso de Letras Libras. Mais um sonho conquistei: Professora Federal (Thaís Abreu, Status do Facebook, 2015).

No comentário feito pela professora Thaís, percebemos a alegria descrita por ela com base em sua conquista ao ser aprovada em concurso público para PROFESSORA FEDERAL. Podemos definir concurso público como um processo seletivo que permite o acesso a cargo público de modo amplo e democrático. É um procedimento impessoal no qual é assegurada igualdade de oportunidades a todos os interessados em concorrer para exercer as atribuições oferecidas pelo Estado, a quem incumbirá identificar e selecionar os mais adequados mediante critérios objetivos, como diz no dicionário Wikipédia. Os concursos públicos para área de Língua de Sinais Brasileira são conquistas inovadoras para a Comunidade Surda, os primeiros concursos iniciaram no ano de 1997, mesmo antes da Lei que regulamenta a Língua de Sinais Brasileira; no início eram poucos professores

surdos, e depois, com os concursos públicos, houve um grande aumento de professores.

O concurso público na área de Língua de Sinais Brasileira é um concurso que objetiva a contratação efetiva de professor de Língua de Sinais Brasileira. Esta tese tem mostrado a valorização do professor surdo na Educação Superior. Atualmente vários professores surdos são efetivos nas universidades na área de Educação e Linguística, no campo de ensino, pesquisa e extensão voltados para Língua de Sinais Brasileira.

Fiz um levantamento para saber quantos professores surdos estão nas universidades; foi realizado através de conversa pelo recado do facebook, com professores surdos engajados nas lideranças dentro das universidades, contemplando os dados atuais de efetivações em concurso público federal para professores surdos com as seguintes perguntas: Quantos professores surdos efetivos na Universidade? Hoje em dia, até dezembro de 2022, temos 314 professores surdos efetivos nas Universidades e Instituições Federais, conforme a fonte da minha pesquisa atualizada no Excel¹⁶, em que poderão atualizar os dados assim que tomarem a posse. Esse documento garantirá para o resto da vida coletar os dados assim que for atualizando.

16 <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1T78qRXVhIaq0aCHfjlzXlakeJ4z5zJntjKlaszY1Zt0/edit#gid=187171314>

Referências

- BURKE, P. **Variedades da história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CARDOSO JR., H. R. Foucault e Deleuze em co-participação no plano conceitual. In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. (org.). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias deleuzeanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- CHARTIER, R. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.
- FENEIS. **Documento 008561/1999** - A educação que nós surdos queremos. Elaborado pela Comunidade Surda a partir do Pré-Congresso ao V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, realizado em Porto Alegre, na UFRGS, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- PERLIN e REIS, Flaviane. Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas. In: PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne (org.). **SURDOS: cultura e transformação contemporânea**. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2012.
- SILVA, T.T. A política e a epistemologia do corpo normalizado. **Revista Espaço** informativo técnico científico do INES, Rio de Janeiro, n.8, dez. 1997.
- THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. **Cadernos de Educação/faculdade de Educação** - UFPeL, Pelotas, RS, v.19, n. 36, p. 107-131, mai.- ago. 2010.
- SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos (org). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

ESCOLA BILÍNGUE DE SURDOS: COMUNIDADE LINGUÍSTICA OU COMUNIDADE SEGREGADA?

*Bilingual deaf school: do they form a linguistic
or a segregated community?*



Patrícia Luiza Ferreira Rezende-Curione

Doutora em Educação pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina; Pós-doutora em Educação pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas; Professora Associada lotada no Departamento de Ensino Superior do INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos.



Resumo

O presente artigo aborda questões inquietantes e litigiosas sobre as Escolas Bilingües de Surdos que são espaços que propiciam formação e constituição de comunidades linguísticas conforme emanam as legislações internacionais e nacionais, mas que são constantemente rotuladas como espaços de segregação. O artigo tem o propósito de levar a debates necessários e que levem à reflexão por todos os envolvidos com a Educação de Surdos e com as outras modalidades de ensino que moldam a Educação Brasileira.

Palavras-chave

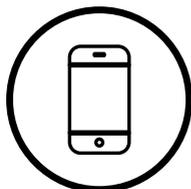
Comunidade Linguística. Educação Bilíngue. LDB. Libras. Surdos.

Abstract

This paper addresses unsettling and litigious issues about the Bilingual Deaf Schools which are primarily defined as spaces where the constitution of a linguistic community becomes possible and are created, as it has been oriented by international and national laws. Despite of all this, bilingual schools are still comprehended and labeled as spaces of segregation. This paper aims to do a necessary debate that may promote reflection to all the professionals that are found involved in Deaf Education and the others educational modalities that compose the Brazilian Education System.

Keywords

Linguistic Community. Bilingual Educaion. LDB. Libras. Deaf.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**
[https://www.youtube.com/channel/UCosR0a
gJVuvT-26VxiR3cTQ](https://www.youtube.com/channel/UCosR0a
gJVuvT-26VxiR3cTQ)

Canal do DDHCT INES no YouTube



Começo neste artigo indagações contemporâneas emergentes no debate sobre as Escolas Bilíngues de Surdos: As escolas de surdos são espaços que constituem comunidades linguísticas ou comunidades segregadas? Como se iniciou esse assunto polêmico? O assunto é litigioso; por um lado, o ativismo das Comunidades Surdas luta por espaços escolares com real aprendizado e que possam constituir comunidades linguísticas para as crianças surdas e, por outro, os inclusivistas infamemente dizem que as escolas bilíngues de surdos constituem comunidades segregadas.

No ano de 2021, em plena pandemia, inicia uma nova etapa na história de nossa luta para incluir a modalidade de Educação Bilíngue de Surdos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, que é o principal dispositivo legislativo que monitora, estrutura e molda a Educação Brasileira. Então essa lei é muito cara não só para nossas crianças, jovens e adultos surdos. Não foi fácil a nossa luta. Almejamos o melhor da educação para as próximas gerações surdas.

A educação de surdos é uma das principais lutas da Comunidade Surda. Trata-se de uma história secular de lutas por visibilidade, acessibilidade linguística, por um espaço que vem sendo conquistado, pouco a pouco, e remonta a nossos ancestrais surdos.

As pesquisas mostram que os surdos já resistiam e lutavam para serem educados ao lado de nossos pares surdos, um registro do Movimento Surdo, que tentaram apagar da história. Essa luta ressurgiu entre a Comunidade Surda do sul do Brasil, em 1999, quando pesquisadores e professores surdos se desdobraram para defender a Pedagogia de Surdos que depois se transformou na Educação Bilíngue de Surdos. Essa Pedagogia surgiu nas bases culturais da Comunidade

Surda de Porto Alegre e se expandiu, de forma a constituir nos anos seguintes, o lugar de fala de muitos Protagonistas Surdos.

Temos um legado de histórias de resistências e lutas que persistem até hoje. Esses marcos são muito importantes para as Comunidades Surdas do Brasil e do mundo. Nós, surdos, no Brasil, temos nos mobilizado em várias esferas governamentais para defendermos nossa causa. No Congresso Nacional, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados, levamos, entre nossas reivindicações, a solicitação de inclusão da Educação Bilíngue de Surdos como modalidade escolar específica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Resultado desse pleito foi a recente sanção da Lei nº 14.191, em 03 de agosto de 2021, que alterou a Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), instituindo a modalidade de Educação Bilíngue de Surdos. A Educação Bilíngue de Surdos é, agora, uma modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua e, em Língua Portuguesa escrita, como segunda língua.

Até chegar à sanção dessa lei, foi preciso uma luta grande que mobilizou todas as Comunidades Surdas, em todo o Brasil, das redes sociais às intensas articulações com parlamentares (Senadores/as e Deputados/as Federais), a partir do aceite do Senador Flávio Arns, que acatou a proposta de grupo de trabalho instituído pela Feneis com membros pesquisadores/as e doutores/as da área de Educação de Surdos e da Linguística em Libras¹.

O pleito foi encaminhado a vários parlamentares, via e-mail enviado pela Diretoria de Políticas Educacionais da Feneis. O Senador Flávio Arns foi o único que respondeu. Com base no texto recebido, o Senador propôs o Projeto de Lei nº 4.909, em outubro de 2020. O PL ficou parado em decorrência da pandemia, enquanto o Congresso priorizava outras pautas que tinham mais urgência.

Para dar celeridade ao processo, nós surdos aderimos a uma mobilização nacional intensa para que o Projeto de Lei referido fosse tramitado em regime de urgência, para que tivéssemos a Lei sancionada. O esforço conjunto de nossas Lideranças Surdas, das nossas Comunidades Surdas, das nossas crianças surdas, dos nossos Doutores e Mestres surdos das áreas de Educação, Tradução e Linguística, com estudos voltados à educação de surdos, à Libras, ao ensino de Língua Portuguesa como segunda língua, e, acima de tudo, sob o apoio e articulação da nossa principal entidade representativa, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - Feneis -, levou-nos a várias audiências públicas e a mais essa conquista.

A luta dos surdos não acou o desrespeito dos ativistas inclusivistas², que

1 Membros: Adriano Gianotto, Magno Soares, Marisa Lima, Patrícia Luiza Ferreira Rezende-Curione e Sandra Patrícia de Nascimento Faria.

2 Pela LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, antes da Lei nº 14.191/2021, nós, surdos, éramos atendidos pela Educação Especial, que destaca as diferenças, mas adota uma educação inclusiva que exclui as diferenças, como é o caso de nós, surdos. A Educação Especial excluía a nossa língua e nos

não são surdos, não sabem o que significa ser surdo, não têm empatia com os surdos que precisam da Educação Bilíngue de Surdos e julgam saber o que é melhor para nós, surdos. Durante a tramitação do Projeto de Lei 4.909/2020, os inclusivistas publicaram notas de repúdio contra a proposta; tentaram, por meio dos parlamentares do Congresso Nacional, articular manobras que descaracterizavam a Educação Bilíngue de Surdos, sob a alegação de que a criação de outra modalidade específica provocaria segregação dos surdos, conforme registra o trecho da justificativa de três emendas modificativas apresentadas ao PL nº 4.909/2020:

Ao retirar a Educação Bilíngue de Surdos do âmbito da educação especial na perspectiva da educação inclusiva para alçá-la à condição de nova modalidade de ensino, no entanto, o PL não deve fomentar a segregação, uma vez que os educandos com deficiência têm direito à educação escolar inclusiva, ofertada na rede regular de ensino.³

O direito inalienável à educação deve ser garantido na forma que melhor atenda ao estudante, sob a escuta do estudante ou de quem já esteve em posição idêntica a esse estudante, que é o nosso caso, quando fomos obrigados a acompanhar um ensino impositivo que não considerava o nosso lugar de fala, nossos anseios e necessidades vistos sob o nosso olhar.

Urge um questionamento: Nós, surdos, deveríamos ser eternamente “enquadrados” na educação especial, que tem a Língua Portuguesa como primeira língua, se a nossa identificação primeiramente se dá com a Libras, fato que clama a atenção à oferta de uma Educação Linguística para nós, surdos, em Libras, com o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua e, portanto, uma educação bilíngue?

A LDB, antes da Lei 14.191/2021, contava com sete modalidades de ensino – a saber: a Educação do Campo, dos Quilombolas, dos Indígenas, a Educação Especial, a Educação Profissionalizante e Tecnológica, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação a Distância – e agora temos a oitava, que é a Educação Bilíngue de Surdos. E por que a Educação de Surdos não poderia ser uma modalidade independente da Educação Especial? Além de garantias educacionais, nós surdos precisamos de garantias LINGUÍSTICAS. Nossa educação é bilíngue, envolve duas línguas (a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa escrita). A Educação Indígena também envolve questões linguísticas, pois duas línguas também precisam estar

excluía da nossa comunidade. Os inclusivistas desmerecem as Escolas Bilíngues de Surdos como espaços de formação e constituição de Identidade Linguística das Comunidades Surdas, ou seja, de maneira simplista, são totalmente contrários à ciência dos pesquisadores e mais de 60 doutores surdos brasileiros que comprovaram e comprovam, em suas pesquisas, a tese de que as Escolas Bilíngues de Surdos são os melhores espaços linguísticos e culturais para os surdos e as Comunidades Surdas.

3 Foram incluídas três emendas modificativas sob os números 6, 8 e 9, mas devido à nossa intensa articulação com o líder de bancada do PT, Senador Paulo Rocha, bem como diante das intensas mobilizações e articulações de outras Lideranças Surdas com os Senadores de seus Estados e com a equipe de assessoria do Senador Paulo Paim, que já conhecia as especificidades linguísticas e culturais da Comunidade Surda, as emendas foram retiradas antes da votação da plenária do Senado. Segue o link no menu “emendas”: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/145112>

presentes para eles, a Língua Indígena e a Língua Portuguesa. É uma questão linguística e não de oferta de uma educação especial.

O que não se pode confundir é que um estudante surdo, assim como um estudante indígena, pode ter uma deficiência associada, que demandará, além da educação bilíngue, uma educação especial, mas não é o caso geral.

O artigo 24º da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto 6.949/2009) estabelece a obrigatoriedade de o Estado Brasileiro prover:

b. Facilitação do aprendizado da Língua de Sinais e promoção da Identidade Linguística da Comunidade Surda;

c. Garantia de que a educação de pessoas, inclusive crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas Línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados às pessoas e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

Não há motivos para se contestar a modalidade de educação bilíngue de surdos instituída na Lei nº 14.191/2021. Essa lei apenas ratifica a Convenção, que considera nossas especificidades linguísticas e culturais, nossa luta de muitos anos por Escolas e Classes Bilíngues de Surdos, espaços nos quais a Língua de comunicação, instrução, ensino e interação é a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa escrita como segunda língua. Estes são os melhores espaços acadêmicos para o aprendizado real e significado dos estudantes.

Os meios legais promovem a formação da Identidade Linguística da Comunidade Surda, conforme emana a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência. Se a convenção nos garante o direito a uma educação condizente com nossa identidade linguística, por que esses espaços de aquisição linguística e convivência mútua entre os pares sinalizantes da Língua de Sinais poderiam ser entendidos e rotulados como espaços de “segregação”? Segregar seria não conviver, nunca! A maioria dos surdos nasce em famílias de ouvintes. Afastar os pais dos filhos seria segregação, afastar os surdos do convívio social com os ouvintes, na igreja, no mercado, nas redes sociais, seria segregação. Por outro lado, incluir surdos e não surdos em salas de aula, onde a língua de ensino é a Língua Portuguesa oral, inacessível aos surdos, isso sim é segregação.

Como podem as Comunidades Linguísticas de Surdos serem consideradas comunidades segregadas? A pseudoinclusão de surdos com não surdos priva-nos da convivência com nossos pares, nossa língua, nossa cultura. Por que nós, surdos, não poderíamos conviver com nossos pares, com a Língua de Sinais e com a Cultura Surda? A Convenção da ONU exige que o Estado Brasileiro ofereça condições favoráveis para constituição e formação da Identidade Linguística da Comunidade Surda. Como constituem as Comunidades Surdas? Como constituem as comunidades linguísticas? Como constituir e formar Identidade Linguística e Comunidade Surda em espaços que limitam e desconstroem o encontro de crianças, jovens e adultos surdos?

A Declaração sobre Direitos Linguísticos da UNESCO, de 1996, assegura o

direito de cultivar e desenvolver a própria cultura, bem como o direito à educação na própria língua e na própria língua. A referida declaração promove a cultura e a língua e pede convivência harmoniosa. A convivência harmoniosa inclui a Pedagogia, o Jeito Surdo de aprender a conviver. Como essa convivência pode ser segregacionista? O artigo 24 é taxativo e definitivamente finaliza qualquer argumentação que possa ser contrária à nossa reivindicação:

Todas as comunidades linguísticas têm direito a decidir qual deve ser o grau de presença da sua língua, como língua veicular e como objeto de estudo, em todos os níveis de ensino no interior do seu território: pré-escolar, primário, secundário, técnico e profissional, universitário e formação de adultos.

Nós, das Comunidades Surdas, somos e fazemos parte dos Direitos Linguísticos da humanidade; queremos e exigimos a educação em Libras. A UNESCO nos dá a liberdade para reivindicar a educação entre nossos pares surdos. Diante disso, repito a pergunta inicial: Somos comunidades linguísticas ou comunidades segregadas? Seria justo continuarmos a ser obrigados a conviver exclusivamente com a Língua Portuguesa, inacessível para a maioria de nós, desmerecendo nossa Língua? Temos direitos linguísticos como os cidadãos de outros grupos linguísticos, de outras comunidades, de outras etnias!

Por que reivindicamos e insistimos tanto pelos nossos espaços linguísticos e culturais a serem constituídos em Escolas Bilíngues de Surdos? Por que queremos aprender e apreender conteúdos escolares, como Ciências, História, Português, Matemática, entre outras tantas disciplinas que compõem o currículo escolar nacional em língua de sinais? Os alunados surdos, em sua maioria, nascem em famílias de ouvintes; então como ficaria a aquisição de Língua de Sinais para o acesso mais cedo e para o melhor desenvolvimento em termos cognitivos, linguísticos, culturais e sociais? Os melhores espaços para esse desenvolvimento estão nas Escolas Bilíngues de Surdos, desde que constituídas por professores surdos e professores ouvintes comprovadamente bilíngues (Libras e Língua Portuguesa).

Ativistas inclusivistas querem enquadrar a Educação Bilíngue de Surdos na modalidade de Educação Especial e dentro de escolas comuns, que são escolas inclusivas, e insistem em caracterizar, equivocadamente, Escolas Bilíngues de Surdos como espaços de segregação. Pergunto: Nessa lógica, a Educação Bilíngue Indígena se constituiria em espaços de segregação? Claro que não! Por que dois pesos e duas medidas?

A Convenção da ONU exige que o Estado Brasileiro ofereça condições para que seja facilitada e formada a Identidade Linguística da Comunidade Surda. Por que a Convenção não destaca a Comunidade Autista, a Comunidade com Síndrome de Down, a Comunidade de Cadeirantes, e nem a Comunidade de Pessoas com Deficiência Visual? Por que a Convenção da ONU enfatizou apenas a Comunidade Surda? O que diferencia os surdos das demais pessoas com deficiência? A questão

linguística! A Comunidade Surda tem a língua de sinais! Questão de preservação e riqueza de uma língua! Onde a língua de sinais pode melhor ser desenvolvida e preservada? A Comunidade Surda é, essencialmente, uma Comunidade Linguística.

Importante destacar a fala do Ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Luis Barroso, quando na ocasião da suspensão liminar do decreto PNEE – Política Nacional de Educação Especial sobre questão de educação de surdos, afirmou:

Não obstante, considero relevante pontuar que existe um amplo debate a respeito da adequação das escolas bilíngues para surdos que utilizam a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Há entidades representativas da Comunidade Surda que sustentam que tais alunos se desenvolvem melhor nas escolas que adotam a LIBRAS como primeira língua e o Português como segunda língua, e registram a existência de estudos nesse sentido. Existem, inclusive, entidades que sustentam que os surdos se identificam como uma minoria linguística, de forma que as escolas bilíngues de surdos poderiam ser comparadas a escolas internacionais (e.g. escolas americanas e francesas que funcionam no Brasil). Nesse sentido é a manifestação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS (Doc. 207), do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES e, no contexto internacional, da Federação Mundial de Surdos, da Federação Mundial de Surdocegos e da International Disability Caucus (IDC).

Como bem o Ministro explicitou, existem as escolas internacionais que são bilíngues, como as escolas americanas, as escolas bilíngues que têm Língua Francesa, Língua Alemã, Língua Inglesa, juntamente com a Língua Portuguesa, como línguas de uso e de compartilhamento no seio da escola. Então, repito, por que os surdos não podem ter escolas próprias e específicas? E ainda existem dados científicos e teses defendidas por doutores surdos das áreas de tradução, educação de surdos e linguística da Libras; estudos que defendem as pesquisas dos seus campos de atuação, que é Educação de Surdos.

Então, por que nos considerar segregadores/segregacionistas? Por que nos acusar de fomentar espaços de segregação? Pergunto mais uma vez: nós somos comunidades linguísticas ou comunidades segregadas? Temos a ONU e a UNESCO que nos defendem e propagam a importância de espaços que facilitem a formação da Identidade Linguística da Comunidade Surda. A ONU e a UNESCO seriam instituições segregadoras por isso? Claro que não!

Também é muito importante destacar a fala da Indígena, Deputada Federal, Joenia Wapichana, no dia da votação do PL 4.909/2020:

Presidente (Arthur Lira), a REDE orienta “sim”, até porque os povos indígenas já têm garantida em legislação uma modalidade de ensino bilíngue. Sabemos como é importante garantir a primeira língua e os idiomas brasileiros, que são dos povos indígenas. Para quem não sabe, Deputada Professora Dorinha, Profa. Soraya, nós temos 274 línguas indígenas. O ensino da educação escolar indígena é bilíngue. Isso é lei, está na LDB. Então, eu sei muito bem a importância de se ter essa modalidade para quem precisa usar a Libras, como os surdos. Enfim, ela é importante justamente nessa inclusão. Da mesma forma que defendemos essa modalidade para o ensino bilíngue na escola indígena, entendemos a necessidade da sua garantia em lei. Parabéns à Relatora!⁴

4 Votação no dia 13 de julho de 2021.

A Deputada Indígena enfatizou que a LDB também tem a modalidade de Educação Bilíngue para os povos indígenas; destacou que existem 274 línguas indígenas no Brasil e que é muito importante incluir a modalidade de educação bilíngue de surdos na LDB, pois entende que os surdos também precisam de ensino bilíngue. Eu pergunto: os ativistas inclusivistas teriam a coragem de acusar os indígenas de segregadores e segregacionistas por terem suas escolas bilíngues? Se os povos indígenas podem ter, por que nós surdos não podemos? Assim como os povos indígenas, nós, surdos, também somos da resistência. A História mostra que a luta por uma educação de melhor qualidade é secular, remonta aos primórdios, como já foi dito, a nossos ancestrais surdos. Sempre fomos uma resistência, sempre esbravejamos para termos nossos direitos reconhecidos e garantidos em todos os espaços e tempos possíveis. Assim, somos protagonistas de nossa história e nós mesmos nos defendemos, porque nós, surdos, não somos objeto da educação, nem objeto da história. Não só estamos na História, mas somos sujeitos e fazemos história. Fazemos a nossa História. Vale a pena lembrar o que disse o nosso ancestral surdo J.L.Smith, em 1900:

Vamos nos unir como um só homem para protestar contra aqueles educadores que consertariam nossos destinos sem nos consultar ou nos escutar. Aqui na capital da maior República do mundo antigo, os delegados [...] pedem a todos os presentes para se juntar, em uma nova declaração de direitos, o direito dos surdos à vida, à liberdade, à busca da felicidade do jeito que eles querem, e à garantia de que um bom sistema educacional deve ter o consentimento daqueles para quem é feito. Declaremos ao mundo inteiro que os surdos-mudos não serão crucificados na cruz de um único método.⁵

Essa fala, no alvorecer do século XX, proferida por um de nossos ancestrais surdos, nos impacta muito, pois nos tempos atuais também não nos deixam protagonizar a nossa educação, como aconteceu em 2010, durante a Conferência Nacional de Educação, organizada pelo Ministério de Educação – MEC. Na ocasião, estavam presentes seis delegados surdos no universo dos mais de três mil delegados ouvintes, que boicotaram a proposta dos delegados surdos pleiteando Escolas Bilíngues de Surdos. Esse episódio provocou muitas inquietações nas Comunidades Surdas. Os delegados presentes procuraram a Feneis, que perguntou à então Diretora de Políticas de Educação Especial do MEC sobre o porquê de não atender às reivindicações dos surdos na CONAE 2010. Ela, sumariamente, respondeu:

Do ponto de vista da educação inclusiva, o MEC não acredita que a condição sensorial institua uma cultura. As pessoas surdas estão na comunidade, na sociedade e compõem a cultura brasileira. Nós entendemos que não existe Cultura Surda e que, esse, é um princípio segregacionista. As pessoas não podem ser agrupadas nas escolas de surdos porque são surdas. Elas são

5 Tradução feita por José Raimundo Rodrigues para o livro: Vieira-Machado, Lucyenne Matos da Costa. Na presença da outra, o encontro comigo: da história da educação de surdos à histórias de nossas vidas/ Lucyenne Matos da Costa e Leita Couto Mattos. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2019.

diversas. Precisamos valorizar a diversidade humana.” (Martinha Claret, em 2010)⁶.

Como pode uma Diretora de Políticas de Educação Especial do MEC alegar e menosprezar a Cultura Surda como parte primordial para as Comunidades Surdas? Como pode nos acusar de sermos diversos? Onde a Diretora se fundamenta? Mesmo cega nada lhe impedia de ler e saber que a Cultura Surda é garantida pela Convenção da ONU, conforme explicitado no artigo 30:

As pessoas com deficiência farão jus, em base de igualdade com as demais pessoas, a terem reconhecida e apoiada sua identidade cultural e linguística específica, inclusive as Línguas de Sinais e a Cultura Surda.

O Estado Brasileiro assumiu o compromisso de garantir esse artefato. Não se trata de opção do gestor público, está na legislação máxima e cumpre o compromisso, conforme emana a referida convenção.

Defendemos a importância das Escolas Bilíngues de Surdos para a promoção e formação da identidade linguística da Comunidade Surda, conforme exige a convenção ONU art. 24 b. As Escolas Bilíngues de Surdos se constituem como o espaço mais adequado para se garantir a promoção e a formação da Identidade Linguística dos Surdos.

A então Diretora do MEC, Martinha Claret, também esteve presente em 2011, na reunião do Conselho Diretor do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. Ela exigiu o fechamento do colégio de aplicação e a transferência dos estudantes surdos para escolas comuns⁷. Ela não esperava, e experimentou a reação forte da Comunidade Surda de todo o Brasil, que fez passeatas em Brasília contra essa ameaça do MEC para fechamento do INES e de várias escolas de surdos Brasil afora.

Dados no INEP demonstram que houve uma grande evasão escolar e muitos surdos estão fora do sistema escolar. Cansamos de ver estatísticas avassaladoras de nossos alunos surdos fora das escolas. A evasão escolar dos alunos surdos é uma realidade assustadora. Cansamos de ver Escolas de Surdos com turmas de jovens e adultos surdos (EJA) se avolumando pelo Brasil; muitos adultos surdos bem acima da faixa etária esperada. Por que essa realidade? Esses estudantes surdos não estão encontrando espaços propícios, onde possam desenvolver sua IDENTIDADE LINGUÍSTICA como membro de uma COMUNIDADE SURDA como garante a Convenção da ONU.

No Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, onde sou professora, temos recebido muitas matrículas de estudantes surdos, mas MUITOS são jovens e adultos. As turmas do Ensino Fundamental, do turno noturno, vivem lotadas, enquanto temos recebido poucas matrículas de crianças surdas para a

6 Publicação na revista periódica trimestral da Feneis (setembro/novembro, 2010).

7 Registrado em ata da sétima reunião ordinária do sétimo Conselho Diretor do Instituto Nacional de Educação de Surdos, realizada no dia 17 de março de 2011.

educação infantil! Isto é resultado de uma política de educação inclusivista e não inclusiva, que não tem oferecido espaços propícios para a formação da identidade linguística dos estudantes.

Em 2017, os surdos alcançaram uma grande visibilidade, em face de o tema da redação do Enem ter tratado da Educação de Surdos no Brasil. No comando da prova foi apresentado um gráfico do INEP no qual estava demonstrado o declínio e a evasão escolar de surdos. O INEP demonstrou também que o desempenho dos surdos foi muito baixo, mesmo quando as provas do ENEM passaram a ser traduzidas. Isso significa que a educação básica não tem conseguido oferecer educação qualificada e acessível aos estudantes surdos. Os estudantes surdos sempre foram relegados a segundo plano. Por isso a importância da inclusão da modalidade de Educação Bilíngue de Surdos na LDB.

A Lei 10.436/2002 e o decreto 5.626/2005 possibilitaram a criação de curso de Letras: Libras, Pedagogia Bilíngue, Prolibras, a inserção da disciplina de Libras nas licenciaturas e nos cursos de Fonoaudiologia. Houve a expansão de Programas de Pós-Graduação com abertura de vagas para surdos, no Mestrado e no Doutorado. A primeira “Doutora Surda” na área da Educação de Surdos defendeu sua tese em 2003. A Professora Doutora Gladis Perlin é nossa musa inspiradora no âmbito acadêmico. Ela tem se dedicado a pesquisas sobre a educação bilíngue de surdos desde 1998.

Paulo Freire explica que a educação é empoderadora. A inserção da Libras em nossas universidades resultou na oferta de uma formação acadêmica empoderadora! Fomos tão longe que hoje somos mais de 70 doutores surdos, com teses defendidas nas áreas de Educação, Tradução e Linguística. Nós estudamos muito, nós pesquisamos muito, nós lemos muito! Nós, Doutores Surdos, chegamos até aqui graças às Políticas Públicas que nos foram garantidas com a nossa luta, mesmo diante de tentativas de imposição de impedimentos. Nós somos a Ciência! E, acima de tudo, somos surdos, sujeitos de nossas próprias histórias.

Muitos inclusivistas se acham no direito de legislar sobre os surdos, mas os surdos não dependem de uma carta de alforria dos inclusivistas, porque, nós surdos não somos tutelados pelos ouvintes, como os ouvintes querem que sejamos. Historicamente, por séculos, fomos objetos da medicina, objetos dos ouvintes inclusivistas, objetos da educação especial, objetos dos que nada sabem sobre nossa Língua de Sinais, objetos dos que nos acusam de sermos segregadores e segregacionistas. Basta!

Daqui a 100 anos os historiadores estarão recontando essa história, lembrando que nós conseguimos a vitória de incluir a modalidade de EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS NA LDB, garantindo o direito de termos a educação que nós surdos queremos, pois somos sujeitos e não objetos da nossa História.

Referências Bibliográficas

BARROSO, L. R. **Voto com ressalva na medida cautelar decidida na ADI 6590**, julgamento do Supremo Tribunal Federal, divulgado em 21/12/2020. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1265081139/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-6590-df-0106743-4720201000000/inteiro-teor-1265081143>. Acesso em: fev. 2022.

BRASIL. Lei Federal Nº 14191, de 03 de agosto de 2021, que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em: fev. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: fev. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Plenário de Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual) em 13 de julho de 2021. **Discurso da Deputada Federal Joenia Wapichana**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2284931>. Acesso em: fev 2022.

LUCAS, Regiane. Conferência Nacional de Educação rejeita proposta que apoia a escola de surdos. **Revista da Feneis**. Publicação trimestral da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, n. 40, set./nov. 2010. (ISSN 1981-4615)

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**, 1996. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/deco-nu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf. Acesso em: fev. 2022.

A HISTÓRIA DOS TILS ANTES DO V CONGRESSO DE 1999

*A history of sign language interpreters before the
V Congress of 1999*



Ricardo Ernani Sander

Professor de Libras do Departamento de Humanidades da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, em Campo Mourão. Doutor em Educação pela UNESP de Marília. ricsander@gmail.com



Resumo

As linhas a seguir são partes das minhas memórias que foram construídas a partir de vivências marcadas durante os dois anos que antecederam ao majestoso e importante evento internacional – o V Congresso Latino-americano de Educação Bilíngue para Surdos, em Porto Alegre, de 20 a 24 de abril de 1999. Foi um apogeu que vivemos, surdos e intérpretes, com pleno apoio da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos/escritório regional do Rio Grande do Sul. Apresentarei alguns fatos pontuais que marcaram o período de 1997 a 1999, fatos descritos pelos registros dos meus olhos e pela minha constituição empírica enquanto tradutor/intérprete da Libras e militante dos Movimentos Surdos. Há uma grande visibilidade da língua, dos surdos e da figura deste profissional intérprete, que está se construindo. Existia um agito e uma expectativa que ainda não sabíamos dos desfechos. Há três marcos fundamentais na história da construção da profissão de tradutor/intérprete de Língua de Sinais (Tils), nestes dois anos: a vinda do professor Carlos Bernardo Skliar para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); o primeiro curso de formação para Tils do Brasil, em 1997 e o grande evento do V Congresso. Para este estudo, usei a história oral como fonte, cujos relatos pessoais recortados são fundamentais para que a história dos nossos movimentos como Tils seja registrada e consolidada. Destarte, destaco a

preciosa colaboração da professora doutora Madalena Klein, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, da profissional Tils da UFRGS, Ângela Russo, e da presidente da Associação Gaúcha dos Intérpretes da Língua de Sinais (AGILS), Maria Cristina Viana Laguna. Sinto muito orgulho de ter feito parte desse grupo que colaborou para que a educação bilíngue de surdos no Brasil fosse consolidada. Os Tils tiveram reconhecido seu primeiro curso de formação. Esses fatos estão em nossa história e que hoje nos constituem.

Palavras-chave

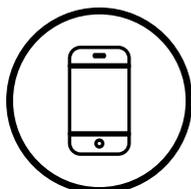
História dos tradutores intérpretes de Libras. Primeiro curso de formação. Movimentos Surdos. Congresso de 1999.

Abstract

The following lines are parts of my memories that were built from experiences marked during the two years that preceded the majestic and important international event - the V Latin American Congress of Bilingual Education for the Deaf, in Porto Alegre, April from 20th to 24th, 1999. It was a heyday that we lived through, deaf and interpreters, with the full support of the National Federation of Education and Integration of the Deaf/regional office of Rio Grande do Sul. I will present some specific facts that marked the period from 1997 to 1999, facts described by the registers of my eyes and by my empirical constitution as an interpreter - Tils, of Brazilian sign language - Libras, and a militant of the interpreters and deaf movements. There is a great visibility of the language for the first time, the deaf and the figure of the interpreter sign language as a professional. This profession is being built from the 80's in a more visible way. There was excitement and a very high expectation that we still didn't know about the outcome. There are three fundamental milestones in the history of the construction of the sign language interpreter profession in these two years: the arrival of Professor Carlos Bernardo Skliar to the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS); the first training course for Tils of Brazil in 1997 and the major event of the V Congress. For this study, I used oral history as a source, whose personal accounts are essential for the history of our movements as Tils, to be recorded and consolidated. Thus, I would like to highlight the precious collaboration of Professor Madalena Klein, from the Faculty of Education of the Federal University of Pelotas, a Tils from UFRGS Ângela Russo and the president of the Gaucho Association of Sign Language Interpreters (AGILS), Maria Cristina Viana Laguna. I am very proud to have been part of this selected group that helped to consolidate bilingual education for the deaf in Brazil and the profession of sign language interpreter. Tils had their first recognized training course. These facts are in our history and that constitute us today.

Keywords

History of Libras interpreters. First training course. Deaf movements. 1999 Congress.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**
[https://www.youtube.com/channel/UCosR0a
qJVuvT-26VxiR3cTQ](https://www.youtube.com/channel/UCosR0a
qJVuvT-26VxiR3cTQ)

Canal do DDHCT INES no YouTube



INTRODUÇÃO

Estamos no ano de 1997. Nesse ano dão-se início as preparações para o evento que aconteceria em 1999 – o V Congresso Latino-americano de Educação Bilíngue para Surdos, nas dependências da UFRGS, Porto Alegre, nos dias 21 a 24 de abril. O chamado pré-congresso aconteceu no dia 20 de abril, com o credenciamento dos participantes e uma passeata, organizada pelo movimento dos surdos, os intérpretes e demais simpatizantes.

Conforme as autoras Thoma e Klein (2010, p. 5):

A finalidade desse Pré-congresso foi criar um espaço de discussão dos surdos, ou seja, um espaço propositivo de temáticas de interesse do Povo Surdo, tendo como ênfase discutir e tomar posição com relação às Identidades Surdas, à Cultura Surda e à Educação de Surdos.

Assim, nos dias que se seguiram, aconteceu o grande evento tão idealizado e aguardado por todos nós: o V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos. Nunca houve algo tão grandioso até então no Brasil. Os dias do Congresso eram cheios de palestras, apresentações e discussões sobre a educação bilíngue para surdos. Os palestrantes convidados vieram de diversos países, em especial, em sua maioria dos países latinos. O auditório da reitoria, com amplo espaço, foi destinado às palestras com os temas principais e as apresentações culturais aconteciam no período da noite. Havia uma programação paralela de minipalestras que aconteciam em auditórios menores.

A preparação do evento foi alicerçada em muitas expectativas, organizada por muitas mãos que sonhavam com uma educação de surdos de qualidade, em que os surdos estavam à frente nas discussões, defendendo a sua língua e mostrando toda a sua capacidade. Em 1997, quando estávamos no início do curso para Tils, organizado pelo NUPPES e FENEIS, não imaginávamos que, em 1999, nossa formação culminaria em um evento internacional que marcou a Comunidade Surda Brasileira, os Tils e todos os profissionais que atuam na área da educação de surdos. Por isso, falo que não tínhamos noção da importância dessa trajetória no momento da mesma, porém, olhando agora para trás, temos a clareza dos acontecimentos, que marcaram a educação de surdos. A vinda do professor Dr. Carlos Bernardo Skliar como professor convidado da UFRGS foi um dos marcos que mobilizou todos os envolvidos (surdos e ouvintes). Falo aqui dos professores ouvintes que trabalhavam nas escolas especiais da época, cuja filosofia educacional chamada Comunicação Total¹ estava no auge, mas já dando indícios de que não dava conta das necessidades de comunicação dos surdos. A chegada do bilinguismo, preconizada pelo professor Skliar e de seus discípulos do NUPPES trazem novos olhares para a área da educação de surdos.

1 Comunicação Total - Filosofia confusa de comunicação onde se fala a língua oral e os sinais vão de carona. Conhecido como Pidgin.

Segundo Skliar (1998, p. 29)

Os Estudos Surdos em Educação podem ser pensados como um território de investigação educacional e de proposições políticas que, através de um conjunto de concepções linguísticas, culturais, comunitárias e de identidades, definem uma particular aproximação – e não uma apropriação – com o conhecimento e com os discursos sobre a surdez e sobre o mundo dos surdos.

Falo também dos próprios surdos que foram incentivados a estudarem, conhecerem sua língua, o universo das possibilidades enquanto seres humanos, usando a sua Língua de Sinais. Falo também dos Tils, que até o momento se constituíam amadores e sem formação nenhuma. O grupo de Tils se viu incentivado pela primeira vez e considerou a possibilidade da sua atuação ser profissional, com uma formação e com visão de futuro promissora.

A visão de Skliar era outra, olhava os surdos a partir da sua diferença linguística e não mais pelo modelo clínico da surdez. Não era uma visão deficiente a respeito dos surdos, e sim visão de respeito, de capacidade, de empoderamento, de igualdade, que os Estudos Surdos apresentavam.

Quero citar aqui alguns participantes desse grupo, cujas imagens estão em minhas memórias: Adriana Thoma (in memoriam), Gladis Teresinha Taschetto Perlin, Liliane Ferrari Giordani, Madalena Klein, Márcia Lise Lunardi-Lazzarin, Maura Corcini Lopes, Ronice Müller de Quadros, Lodenir Becker Karnopp, Ottmar Teske, Nídia Regina Limeira de Sá. Esse grupo estava muito empolgado, cheio de perspectivas e novos horizontes, motivados pelo professor Skliar. Eram novos tempos e novos olhares em relação aos Estudos Surdos e políticas de educação bilíngue. Pelo fato de surdos estarem no grupo, havia intérpretes de Libras que faziam voluntariamente a acessibilidade às discussões. Eu também participava como intérprete de Libras. Penso que, naquele momento, a legislação brasileira estava se espelhando nesse Grupo ao construir e solidificar, em um futuro breve, leis que garantiriam a Libras, as políticas de acessibilidades, da formação de Tils e das escolas bilíngues. Os discípulos de Skliar concluíram seus programas de mestrado e doutorado. É muito importante mencionar que a primeira professora surda a obter o título de doutora em Educação foi Gladis T.T. Perlin, cujo orientador foi o professor Carlos B. Skliar, e cuja tese foi intitulada “O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade”. Foi um marco no grupo e na história da educação de surdos no Brasil, além de ser um enorme aprendizado para todos nós e o pontapé inicial para novos olhares a respeito da pessoa surda, da Língua de Sinais e da atuação dos Tils. Eram novos horizontes!

O diferencial e a inovação do NUPPES foram a abertura para a participação de surdos no grupo de pesquisa; igualmente a parceria que se solidificou com a FENEIS/RS2. A parceria entre NUPPES/UFRGS e FENEIS/RS materializou-se e resultou no primeiro curso para TILS do Brasil, com uma carga horária de 80

2 FENEIS/RS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, regional do Rio Grande do Sul.

horas e que seria ministrado nos meses de maio a setembro de 1997.

1. O PRIMEIRO CURSO DE TILS DA NOSSA HISTÓRIA

O primeiro curso para Tils foi preparado pelo NUPPES, com a participação de professores da UFRGS na área da Linguística, com carga horária de 80 horas em duas etapas – a teórica e a prática. A maior carga horária era de prática. Os surdos, como Carlos Alberto Góes, Gisele Rangel e André Ribeiro Reichert, foram nossos professores nas aulas práticas. Foram aulas muito importantes e divertidas, ancoradas em situações cotidianas que se criaram e nas quais atuamos como Tils com papéis dos mais diversos.

Houve a divulgação do curso e uma inscrição prévia para os interessados, que passaram por exame de currículo e as perspectivas de trabalho futuro dos alunos. Deveriam saber Libras como pré-requisito. Havia apenas 20 vagas. Lembro de reuniões com o professor Carlos B. Skliar, Ronice Müller de Quadros e os professores surdos Gisele Rangel, André Ribeiro Reicher e Carlos Alberto Góes, com os quais elaboramos todo o “Curso de Formação de Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais”. Esse foi o nome dado ao curso. O local das aulas seriam as salas de aulas da UFRGS.

Figura 1 - Capa do folder com as informações do primeiro curso de Tils do Brasil. Vemos na capa a apresentação do “Curso de Formação de Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais. I Semestre de 1997”. Uma parceria entre a Universidade Pública (UFRGS) e a FENEIS.

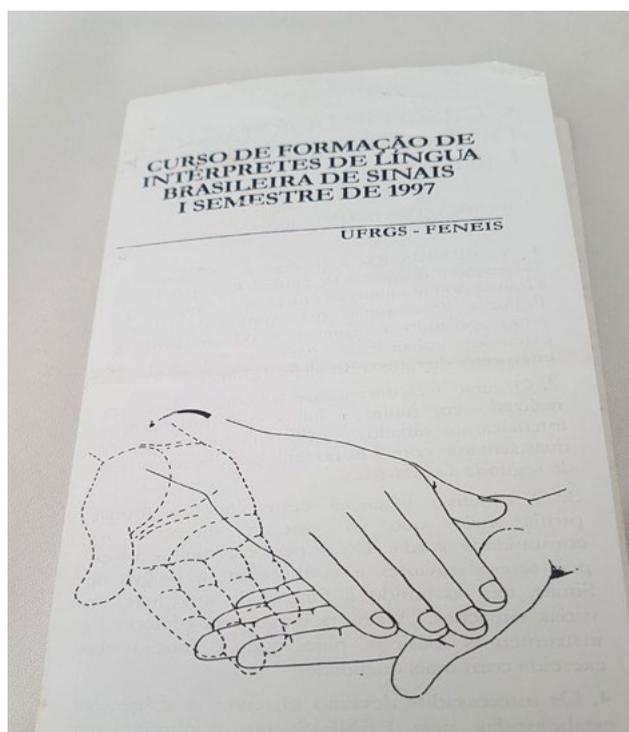


Figura 2 - O programa geral do Curso de Formação de Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais. As informações da carga horária, conteúdo, datas e justificativas estão descritas. Todo o curso teve uma carga horária de 80 horas, oferecido em duas etapas - Teoria e Prática.

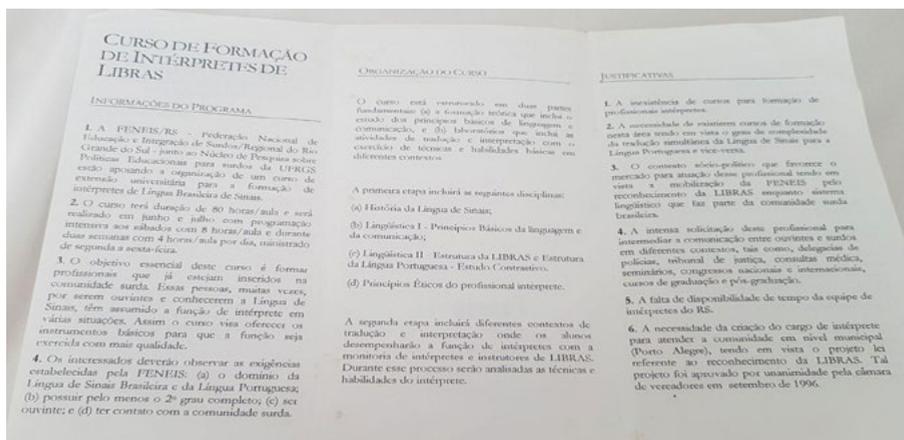
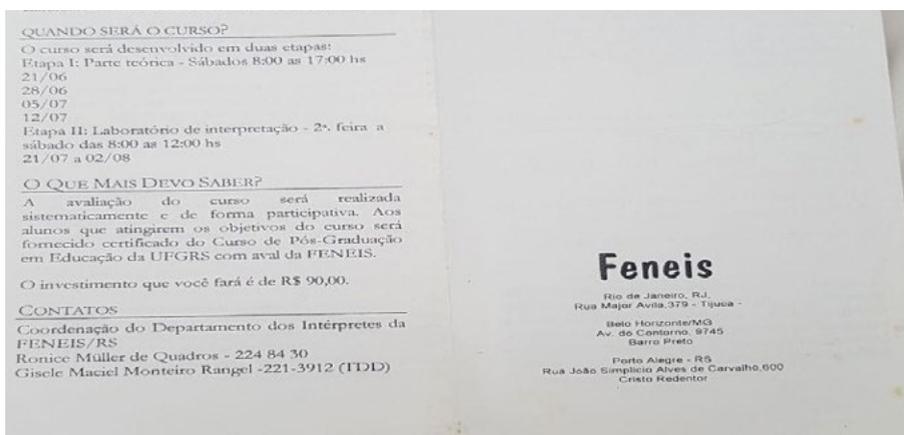


Figura 3 - O primeiro curso de Tils foi organizado em parceria entre UFRGS e FENEIS/RS e o valor foi de R\$90,00 pelas 80 horas de curso.



Inicialmente, foram marcadas as datas dos nossos encontros. O início do curso foi dia 21 de junho de 1997 e o término foi o dia da formatura, que aconteceu no dia 7 de setembro do mesmo ano. Procuraram-se adequar as datas possíveis dos professores e dos alunos. Um dos pré-requisitos do aluno para poder se matricular era sua fluência em Libras. Isso contribuiu muito para que o curso partisse de um nível avançado e pudéssemos teorizar as práticas já consolidadas pela nossa formação empírica anterior, construída nas situações cotidianas. A grande maioria dos alunos já tinha vivenciado experiências de interpretação ao longo da sua vida.

Quero registrar aqui as valiosas contribuições dos filhos ouvintes de pais surdos – Cotas –, como Sandra N. Angellini e Diana Schoenell, para as quais a Libras foi sua primeira língua, e que participaram como alunas do Curso. Ronice Müller de Quadros foi uma das professoras do Curso. Desta forma, tivemos

um espectro diverso de olhares e experiências compartilhadas no Curso, entre professores surdos e ouvintes e alunos Cotas e não Cotas.

As aulas eram muito divertidas devido à participação dos alunos, à compreensão em relação aos Movimentos Surdos, justamente pelas suas militâncias e comprometimento, e pelo desejo de sermos reconhecidos enquanto usuários da Língua de Sinais, surdos e profissionais, na área da tradução/interpretação Libras/Língua Portuguesa.

Figura 5 - Esse é um documento raro, que se conservou durante esses anos todos em uma caixa na minha prateleira, no escritório da minha casa. Podemos ver os nomes dos alunos e algumas outras informações desatualizadas, como os endereços e os contatos telefônicos. Algumas anotações pessoais estão no documento, como o dia de aniversário.

Figura 5 - Verso da lista oficial dos participantes do Curso. No verso está o cronograma do curso com o nome dos professores surdos que ministraram as aulas práticas e as datas.

(H) HORÁRIOS EXCLUSIVOS

LISTA DE ENDEREÇOS DOS INTERPRETES

NOME	ENDEREÇO	TELEFONE
Ana Maria Almeida	Village da Orla, 200 - Fátima/Panambi	375.2519 22-0
Angela Russo	Rua Duval, 824/88 - Centro/P.O.A	226.2251 27-4
Carina R. Cruz	Zefirino Dias, 131/236 - POA	343.9823 3/12
Osana Schoenell	Lauro de Souza, 148/126 - POA	223.6107 3/11
Eliane Silveira	Henkel, 335/204 - POA	594.1402 (com) 22/6
Grécia S. dos Santos	Felicíssimo de Azevedo, 627/102 - POA	343.1730 24/10
Lúcia e Klaus Kopperbecker	Marista Maria Barreto, 200/001 BLD POA - CEP: 91660-000	351.5233 06/11 24/10
Liliane Giordani	Fernando Machado, 964/1607 - Centro/POA cep: 90012-320	224.0410 +21 2/12
Luciane Krueche Jung	Bento Hugo Haack, 175/104 B.L. 58 Carudos- Novo Hamburgo - cep:	580.1465 29/8
Luis Fernando Tavares	Luis Pasteur, 3485- Estão - cep: 91.360-340	2/1/10
Marcos Lunardi	Espirito Santo, 9503- Centro/POA	228.1318 12/8
Marcos A. Souza	Brasil, 208- Estão cep: 93260-220	473.1863 19/11
Monica D. de Oliveira	Carvalho, 36- Chuzinho do Sul/Caxias cep: 95074-190	0585212.1504 09/12/2004 10/2
Ottmar Teske	Sunick, 76205- Jd. Botânico/POA cep: 91.620-290	599.2059 18/11
Ricardo Sander	Cx. Postal 1011 Cep. 93800-000- Sapiranga	342.9082 24/2
Regina Bonato Neves	Jóko Inácio, 1472001 cep: 90230-181 POA cep: 90.430-787	331.8130 3/5
Ronice Müller de Quadros	Santo Antonio, 262/203 cep: 90220-010 POA	470.2861/9231 341.2039 14/11
Sandra N. Angelini	Passe João XXIII, 603/201 BLD Cachoeirinha cep: 94910-170	0545223.7922 0545223.9834 30/4
Silvana Ferri	Rio de Janeiro, 1229 Cascavel/PR cep: 91.140-030	334.3367 14/3
Tania Fleck	Profa. Alyne, 8500/204 B.L.P. POA cep: 91.140-030	217.7315 11/10
Wagner Hornem de Vasconcelos	General Castelli, 1127/403 cep: 90130-981 POA	227/6

6/08/11
3/11/11
13/11/11

DR. ANDRÉ REICHERT
Av. Carlos Caspary, 4493/348
CEP: 910.480-003
F: 328-3007

CARLOS ALBERTO GOMES
R. 13/008 Caspary, 600/60
12, Tr. 8011. POA.

RISALE MARCELO MONTEIRO RUIZ
AV. CRISTÓVÃO COLOMBO, 508/608
CEP: 90560-000
F: 224-3912 (com)

Foto 1 - Ronice e eu, numa das aulas práticas do Curso, em 28 de julho de 1997.



Foto 2 - Aulas práticas com o professor surdo Carlos Alberto Góes, no Curso de Formação de Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais. Parceria entre NUPES/UFRGS e FENEIS/RS. Dia de formatura do Curso de Formação de Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais.



Foto 3 - Dia da formatura da primeira turma do curso de Tradutores/Intérpretes de Libras, do Brasil. Data: 7 de setembro de 1997. Porto Alegre. Vemos alunos e professores. Da esquerda pra direita em pé: Greice, André Ribeiro Reicher, Luis Fernando, Carina, Liliane, Ana, Márcia, Ângela, Ronice, Sandra, Wagner, Diana e Ricardo. Sentados da esquerda para a direita: Mônica, Carlos Alberto Góes, Tania, Marco Antônio, Regina, Liége, Klaus, Silvana, Luciane e Elisane.



Podemos ver a irmã Silvana Ferri na foto, foi a única aluna vinda de fora do estado do RS que participou do Curso. Ela é de Cascavel/PR e atua na Escola de Surdos de lá. É importante observar que a formatura ocorreu na Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul³, diante dos surdos da Associação, com a presença da diretoria da mesma e de alguns professores do curso. Foi um dia importante na vida de todos nós!

A fisionomia de todos é de vitória, superação e alegria pelo curso completado. Uma nova etapa para todos se iniciava. Há um orgulho pelos cursos de Tils atuais, nas universidades que são muito mais elaborados e com um número de horas bem superior ao primeiro. Porém, o primeiro curso de 1997 serviu de fundamento para os demais futuros cursos, como por exemplo, um segundo curso para Tils que aconteceu em 2000, patrocinado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

2. 1998 - LANÇAMENTO LIVRO - A SURDEZ: UM OLHAR SOBRE AS DIFERENÇAS

O lançamento de livro intitulado “A SURDEZ: um olhar sobre as diferenças” é para mim um fato importante, pois demonstra o trabalho de uma equipe de nove autores (alunos de mestrado e doutorado), além do professor Skliar, que trouxeram e discutiram questões importantes e que são reais até hoje. Como, por exemplo, a visão da alteridade, da diferença em relação à surdez, às Comunidades Surdas, à Língua de Sinais, do empoderamento dos surdos, do respeito à diferença etc.

O livro é uma prévia para que os participantes que virão ao V Congresso possam se preparar com os temas mais atuais do momento. O livro permite que as pessoas possam refletir sobre temas atuais antes de chegarem ao V Congresso, para que um documento sólido e maduro pudesse ser construído e que servisse de instrumento de lutas. Este documento foi elaborado posteriormente durante o V Congresso intitulado “A Educação que nós Surdos queremos”.⁴

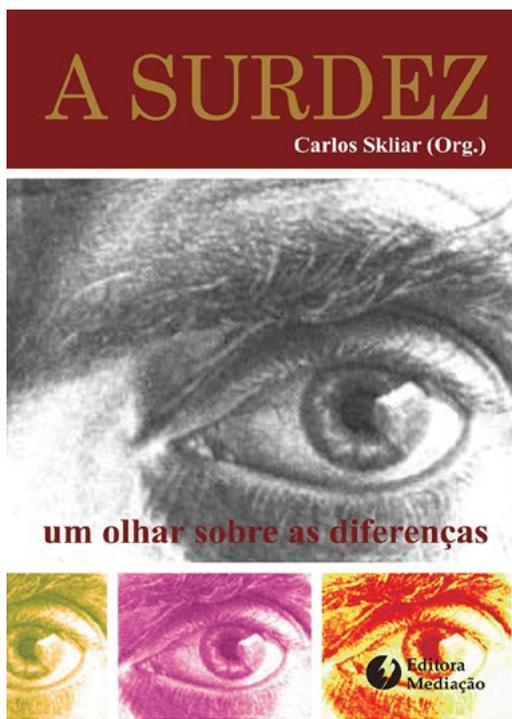
Foto 4 - Lançamento do livro “A SURDEZ: um olhar sobre as diferenças”, num dos auditórios da UFRGS, em 1989. Na foto, o professor Carlos B. Skliar, representante do NUPPES. Ricardo E. Sander, intérprete na ocasião. Vemos na assistência alunos do NUPPES e demais convidados de outras universidades de Porto Alegre.



3 SSRS - Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul, fundada em 14 de abril de 1962, cujo endereço é o mesmo até hoje: na Av. Dr. Salvador França, 1800 - Jardim Botânico, Porto Alegre/RS.

4 “A Educação Que Nós Surdos Queremos”, disponível em: <https://docplayer.com.br/18634121-A-educacao-que-nos-surdos-queremos.html>. Documento que serve de política para a educação de surdos hoje.

Figura 6 - Capa do livro "A SURDEZ: um olhar sobre as diferenças". Editora Mediação, Porto Alegre, em 1998, um ano antes do V Congresso.



3. PREPARAÇÃO DO V CONGRESSO

Lembro-me da fala do professor Carlos Skliar um dia para todo o grupo no NUPPES. Faltava um ano para o início do V Congresso e ele disse que haveria muito trabalho pela frente. Deveríamos ser uma equipe e que era preciso trabalharmos sem descanso. Uma das tarefas a mim atribuída foi a de preparar um grupo de Tils que atuaria no V Congresso. Que ele exigiria o envio de todas as palestras que seriam apresentadas no V Congresso, por parte dos palestrantes convidados. Teríamos palestrantes de outros países, como da Inglaterra (prof. Dr. Jim Kyle, da Universidade de Bristol), dos Estados Unidos (profa. Dra. Bárbara Gerner de Garcia, da Universidade Gallaudet), o professor Dr. Carlos Sanchez da Venezuela, o professor Dr. Luis Behares do Uruguai, a professora Kristina Svartholm da Suécia, dos muitos participantes da América Latina e centenas de participantes surdos e ouvintes do Brasil.

Destarte, os participantes palestrantes teriam que enviar com, pelo menos, um mês de antecedência as falas para que nós, os Tils, pudéssemos estudar as palestras antes e nos preparar bem para a interpretação. No evento também participaram palestrantes surdos. Lembro de alguns nomes: Gladis T.T. Perlin, Marianne Rossi Stumpf, Gisele Rangel, André Reichert e do presidente da FENEIS Antonio Campos de Abreu, que veio acompanhado pela sua intérprete, Geralda

Eustáquia Ferreira. Ela viajava a todos os eventos da FENEIS para atuar como intérprete para o presidente. Foi uma referência fundamental, além da sua competência, era a “mala” do presidente da Feneis que viajava junto para todos os eventos. Nós, intérpretes, queríamos ser a “mala do presidente”.

Esta era uma novidade para todos nós Tils. Pudemos nos preparar para a interpretação com estudos, discussões, leitura e nos inteirar da mesma. Com algumas exceções, todos os palestrantes enviaram a tempo suas palestras, para que pudéssemos ir até nosso retiro, na praia de Capão da Canoa/RS e nos prepararmos. Foi um final de semana memorável e de muita concentração para todos nós. Isso aconteceu entre 27 e 28 de março de 1999.

A casa da professora e amiga Madalena Klein serviu de abrigo para todo o grupo. Entre uma rodada de chimarrão e guloseimas, o grupo todo se empenhou para compreender os textos das palestras do V Congresso, que aconteceria no mês de abril.

Um dos aspectos importantes foi a participação de surdos neste retiro, que ajudou o grupo de Tils na preparação. Havia textos em inglês, espanhol, além de Língua Portuguesa. Ainda algumas palestras em Libras, que também foram estudadas.

As despesas da alimentação foram cotizadas entre nós e a hospedagem foi gentilmente oferecida pela anfitriã. Fomos com nossos carros e dividimos as caronas. O fortalecimento do grupo foi fundamental para nossa excelente atuação no V Congresso.

Figura 7 - Carta para os Tils combinando nosso retiro para a preparação das palestras em Libras e em Língua Portuguesa. Foram nomeados 11 Tils para a equipe de Tils do V Congresso.

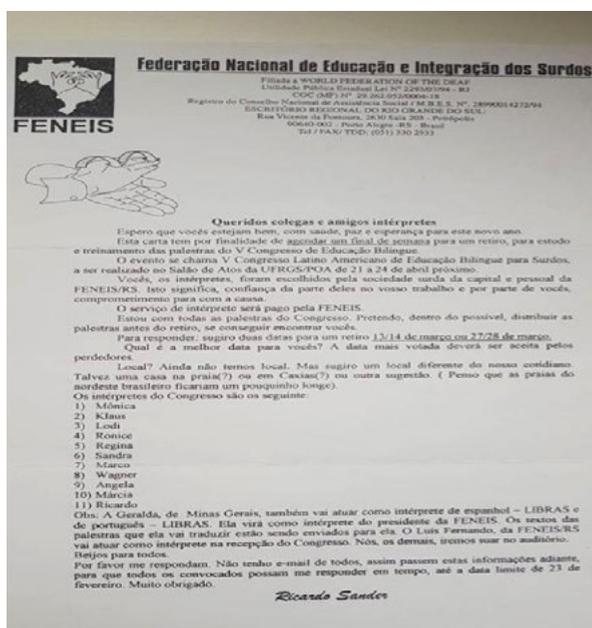


Figura 8 - Cronograma com programa de atividades no retiro de preparação dos Tils para o V Congresso. Data e detalhes da programação. Autoria própria.

Meu nome: Ângela Rums Capão da Canoa, 27 e 28 Março 1994

RETIRO DOS INTÉRPRETES DA LIBRAS
(Rua Maurício Boianofski, 600 - Fone: 625-4260 - Casa da Mada)

SEXTA, 26 ☾ - Chegada e organização do retiro dos anfitriões.

☀ **SÁBADO, 27**
- Chegada e boas-vindas aos colegas intérpretes e instrutores.

🕒 **Início das atividades:**

1. Saudações iniciais de boas-vindas
2. Preliminares - Conhecendo-nos um pouco mais ...☺☺☺
3. Apresentação do programa do V Congresso Latino-Americano de Educação Bilingüe para Surdos no Salão de Atos da UFGRS, de 21- 23 de abril, e o Prê-Congresso no dia 20, mesmo local.

🕒 🍽️ Almoço - O *menu* é segredo da Mada. 🍷 🍰 🍴 🍷 🍰

🕒

1. Reinício das atividades - Distribuição dos textos e organização das duplas.
2. Estudos dos textos (vamos levar a sério este momento de estudos, enquanto intérpretes com senso de ética e profissionalismo).

🕒 🍷 Livre pra descontração, brincadeiras e etc. ☾

🕒 Chimarrão e seção de piadas.

🕒

1. Janta 🍷 🍰 🍴 🍷 🍰
2. Retomada dos estudos de textos - Versão e oralização.

☀ **DOMINGO, 28**

🕒

1. O "Bom dia" e a continuação dos estudos dos textos ...
2. Ponderações sobre nossa performance no Congresso: ética, coleguismo, paciência, vestimentas, posicionamento, cuidados, *empiricamente*, etc (o grupo gaúcho de intérpretes da Libras é visto como seletivo, muito admirado e reconhecido pela Feneis e intérpretes de todo o país.)

🕒 🍽️ Almoço 🍷 🍰 🍴 🍷 🍰

🕒

3. Agendamentos, considerações finais e encerramento. (obrigado, abraços e bênçãos)

Foto 5 - Quem aparece nesta foto: sentados - André e Ângela; em pé, sentido horário - Klaus, Carlos Alberto, Lodi, Ronice, Regina, Wagner, Márcia, Ricardo, Sandra, Luiz Fernando e Marco Antônio.



Foto 6 - Grupo de tradutores/intérpretes de Libras em retiro para a preparação para o V Congresso Latino-americano de Educação Bilíngue para Surdos. Casa da família de Madalena Klein, em Capão da Canoa/RS. 27 e 28 de março de 1999. Altas horas da noite...já cansados.



4. A ATUAÇÃO DOS TILS NO V CONGRESSO

Foto 7 - Na foto acima vemos os participantes da passeata durante o V Congresso. A caminhada iniciou nas intermediações da UFRGS e a manifestação coletiva seguiu até o Palácio Piratini, no centro da cidade de Porto Alegre. O Tils Wagner Homem de Vasconcellos (in memoriam) sentado em cima da caixa de som, interpretando para Libras.



Esse movimento dos surdos é visto por mim como um dos mais fortes que já vivenciamos na história contemporânea da educação de surdos do Brasil, pois ele se concretiza, alguns anos mais tarde, na própria legislação brasileira, pela oficialização da Libras e do profissional Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais. A força da corrente formada pelos congressistas, coordenada por Ana Luiza Paganelli Caldas, influencia o futuro da legislação e políticas públicas, das

práticas pedagógicas, da atuação dos Tils e dos Movimentos Surdos, pelo direito, pela força, pelo reconhecimento.

Escreve Thoma e Klein (2010, p. 6)

Durante a realização do V Congresso, aproximadamente 1.500 inscritos, entre os quais, os 300 surdos participantes do pré-congresso, tomaram as ruas centrais da cidade de Porto Alegre/RS para uma passeata, que deu visibilidade ao Movimento Surdo. Nesse ato, que se encerrou em frente ao Parlamento e ao Palácio do Governo Estadual, o documento foi entregue às autoridades locais (Governador, Secretária de Educação do Estado e representantes da Assembleia Legislativa).

Foto 8 - Passeata em andamento. Os guardas municipais orientam os participantes. Wagner interpretando as palavras de ordem do Luis Fernando



Houve participação maciça dos participantes do V Congresso na passeata. O alarido foi grande e quem esteve presente pôde sentir confiança e enorme expectativas em relação aos temas que estavam sendo discutidos no evento (como, por exemplo, Cultura e Identidades Surdas, Língua de Sinais, políticas públicas, acessibilidade e formação dos surdos, etc.), e as mudanças reais em nosso país.

Figura 9 - Grupo de surdos americanos que participaram da passeata em 1999.



Foto 10 - Este registro foi o fim da passeata, no Palácio Piratini, com a entrega de um documento com reivindicações da Comunidade Surda Brasileira, pelo presidente da FENEIS, Antônio Campos de Abreu (no centro), para uma das secretárias do governador do estado do RS, Olívio Dutra. Vemos a Tils Geralda Eustáquia Ferreira (no primeiro plano da foto, de vermelho), interpretando para o grupo de surdos presentes.



Durante os dias do V Congresso, o trabalho dos Tils foi intenso, suado, tenso em algumas situações. Porém, foi a primeira vez que recebemos pela nossa atuação em grupo. Meu pagamento foi de aproximadamente R\$90,00, os quais foram orgulhosamente recebidos. Foi a FENEIS que custeou os honorários dos tradutores/intérpretes de Libras. Os registros de todos os pagamentos devem estar arquivados na FENEIS/RS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tecer as considerações finais, que são a minha visão sobre os fatos vivenciados nos anos de 1997 a 1999, não pretendo aqui dizer que o melhor olhar é o único, mas um dos muitos olhares diferentes nesses anos históricos.

Naquele tempo não éramos preocupados com os registros, até porque não havia a tecnologia que temos hoje, acessível a todos. Alguns documentos como fotos e figuras são do meu acervo, outros de Ângela Russo, gentilmente oferecidos para que pudesse deixar registrados alguns pontos do universo dessa nossa história, enquanto trajetória dos tradutores/intérpretes de língua de sinais.

Esse nosso início, como a organização do primeiro curso para Tils do Brasil, em 1997, respaldado pelo NUPPES da UFRGS e pela FENEIS/RS, está registrado como um marco histórico para as associações dos Tils de hoje e para o Movimento Surdo.

A preparação para o V Congresso, por parte dos Tils, mostra a responsabilidade e o trabalho sério para que a atuação dos mesmos fosse bem-sucedida em todos os momentos do grandioso evento, tanto nas interpretações para Libras, quanto para a Língua Portuguesa.

Participantes de diversos países, como da Europa e das três Américas, estiveram presentes com suas vozes e seu apoio na discussão e na construção de um documento que foi publicado com o seguinte título “A Educação que Nós Surdos Queremos” Este documento, assinado pelos congressistas, serviu como forte influência nas políticas públicas e pedagógicas da legislação do país, na visão em relação à Língua de Sinais, Cultura e Identidades Surdas e à visualidade do Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais, até os dias atuais.

A história vivida deixa seu legado para as futuras gerações. Somos a própria história pela incansável peleja, lapidada pela coragem e suor, em prol dos ideais, pelos sonhos e pelas realizações.

Referências

FENEIS. **Documento 008561/1999** - A educação nós surdos queremos? Elaborado pela Comunidade Surda a partir do Pré-Congresso ao V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, realizado em Porto Alegre, na UFRGS, 1999. Disponível em: <https://docplayer.com.br/18634121-A-educacao-que-nos-surdos-queremos.html> Acesso em: 28 fev. 2019.

SKLIAR, Carlos B. (org.). **A SURDEZ: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. **Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil**. Cadernos de Educação, Pelotas, n. 36, p. 107-131, maio/ago. 2010.

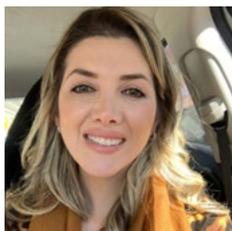
MOVIMENTOS SURDOS E PRÁTICAS EM AÇÃO, APRENDENDO COM AS TRAJETÓRIAS E COM AS LUTAS

*Movimientos sordos y prácticas en acción, aprendiendo
con las trayectorias y con las luchas*



Ana Paula Gomes Lara

Mestra em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Especialista em Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora de Libras na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).
E-mail: analara@unipampa.edu.br



Roberta dos Santos Messa

Mestra em Educação pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. Especialista em Língua Brasileira de Sinais pela Universidade Tuiuti do Paraná- UTP. Pedagoga pela Universidade da Região da Campanha.
E-mail: robertamessa@unipampa.edu.br

Resumo

Este relato de experiência tem como objetivo abordar o contexto cultural no qual se produziram os Movimentos Surdos no município de Alegrete/RS, procurando resgatar os principais marcos da educação de surdos no Brasil e suas implicações para essa comunidade. A aproximação ao tema é motivada pela nossa prática profissional voltada à Educação, à Libras e à Extensão Universitária na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Consideramos fundamental mencionar o caminho e o processo de construção de identidades desses sujeitos atores dos Movimentos Surdos, assim como as profundas mudanças sociais, culturais e políticas que ocorreram nesse período. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso, de cunho qualitativo, que utilizou a interação de sujeitos surdos, ouvintes, professores e intérpretes, os quais apresentaram narrativas e depoimentos acerca dos Movimentos Surdos ocorridos no I Fórum da Comunidade Surda de Alegrete. Inicialmente, visamos identificar quais os obstáculos e os avanços enfrentados pelos sujeitos que dele participaram. Os achados deste trabalho apontam para aspectos relevantes, tais como a necessidade de ampliar as discussões acerca das Lutas Surdas, bem como inserir novas ações que visem à garantia dos direitos dos sujeitos surdos e a importância da extensão universitária na promoção de conscientização e cultura da Comunidade Surda.

Palavras-chave

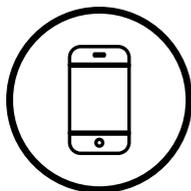
Comunidade. Libras. Lutas. Movimentos. Surdos.

Resumen

Este relato de experiencia tiene como objetivo abordar el contexto cultural en el que se desarrollaron los movimientos de sordos en la ciudad de Alegrete/RS, buscando rescatar los principales hitos de la educación de sordos en Brasil y sus implicaciones para esta comunidad. El abordaje del tema está motivado por nuestra práctica profesional enfocada en Educación, Libras y Extensión Universitaria en la Universidad Federal del Pampa (UNIPAMPA). Consideramos fundamental mencionar el camino y el proceso de construcción identitaria de estos sujetos actores de los movimientos sordos, así como los profundos cambios sociales, culturales y políticos que se dieron en este periodo. Metodológicamente, se trata de un estudio de caso, de carácter cualitativo, que utilizó la interacción de sujetos sordos, oyentes, docentes e intérpretes, quienes expusieron relatos y testimonios sobre los movimientos sordos que tuvieron lugar en el I Foro de la Comunidad Sorda de Alegrete. Inicialmente, nuestro objetivo es identificar los obstáculos y los avances que enfrentaron los sujetos que participaron en él. Los resultados de este trabajo apuntan aspectos relevantes, como la necesidad de ampliar las discusiones sobre las luchas de los sordos, así como insertar nuevas acciones encaminadas a garantizar los derechos de los sujetos sordos y la importancia de la extensión universitaria en la promoción de la conciencia y cultura de la Comunidad Sorda.

Palavras Clave

Comunidade. Libras. Luchas. Movimentos. Sordos.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**
https://www.youtube.com/channel/UCosR0a_gJVuvT-26VxiR3cTQ

Canal do DDHCT INES no YouTube



1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho enfatizamos as mudanças, avanços e experiências dos Movimentos Surdos, bem como o impacto da Comunidade Surda de Alegrete nesse processo. Para tal, consideramos fundamental revisitar a trajetória dos Movimentos Surdos que constituíram a educação de pessoas surdas no Brasil, a partir dos estudos culturais, Identidade Surda e Língua de Sinais.

A partir da década de 1990, acentuou-se a defesa de uma política educacional de inclusão, propondo a ampliação de mecanismos de escolarização, assim como a concepção sobre as pessoas com deficiência e novas definições sobre as políticas educacionais. Houve um movimento maciço para as práticas de inclusão a partir desse período. Sobretudo para a educação de surdos o efeito foi devastador; a maioria dos alunos surdos sofreu por conta de uma escolarização pouco responsável e ainda vigente, apesar dos muitos avanços. Como bem explica Skliar (2005, p. 18):

O que fracassou na educação dos surdos foram as representações ouvintistas acerca do que é o sujeito surdo, quais são os seus direitos linguísticos e de cidadania, quais são as teorias de aprendizagem que refletem as condições cognitivas dos surdos, quais as epistemologias do professor ouvinte na sua aproximação com os alunos surdos, quais são os mecanismos de participação das Comunidades Surdas no processo educativo, etc.

A partir de discussões que circundam a respeito da peculiaridade do Povo Surdo, especialmente no Brasil, relembramos marcos da história cultural dessas minorias, bem como as significativas conquistas ocorridas por meio das lutas e articulações das Comunidades Surdas e os problemas ainda existentes, com foco na cidade de Alegrete/RS.

No que diz respeito aos pampas gaúchos, a Comunidade Surda se fez política a partir dos pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Educação, Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais para Surdos (NUPPES) e a Federação Nacional de Educação de Surdos (FENEIS), que colocaram em pauta o reconhecimento da Língua de Sinais como língua natural e primeira língua dos surdos.

As Políticas Surdas, organizadas pelas Comunidades Surdas, incluem as negociações pelos seus espaços, nas lutas pelos direitos à diferença cultural na educação e nos direitos humanos. As Políticas Surdas produzem significados culturais com os quais podemos nos identificar e constroem, assim, suas Identidades Surdas (STROBEL, 2012, p. 97).

A experiência visual para o sujeito surdo é a ponte para o conhecimento e acesso à informação; conseqüentemente esta experiência pode levar ao pertencimento de uma Identidade, Cultura e Povo Surdo. Dessa forma, é possível que o surdo tenha visibilidade para buscar, garantir e criar sua própria história;

como apontam Perlin e Reis (2012, p. 34): “[...] compete-nos construir nossa cultura, descobri-la, publicá-la, enfatizá-la, elevá-la ao nível de cultura e construir um povo encorajado e forte”. A ligação do sujeito surdo com o Povo Surdo está intrinsecamente atrelada à sua língua para assim estabelecer sua Identidade.

Perlin (2005) afirma que a Identidade Surda é uma construção, podendo ser mutável e que norteia diferentes caminhos ao sujeito surdo. O campo dos Estudos Surdos compreende o Mundo Surdo a partir da diferença cultural e não da deficiência, perspectiva defendida por vários pesquisadores surdos e ouvintes (QUADROS; KARNOPP, 2004; PERLIN 2005; SKLIAR, 2005; LOPES, 2007; STROBEL, 2012). Tal perspectiva possui grande impacto na construção de políticas educacionais e sociais para surdos, pois o desenvolvimento e a transformação da vida dos surdos se deu em referência ao reconhecimento de sua identidade, enquanto sujeito surdo dotado de direitos sociais, culturais e linguísticos e não mais ligado a um modelo ouvinte. Sobretudo, esta não é a realidade vivida por muitos surdos, especialmente em regiões mais isoladas ou em cidades do interior que ainda vivem o reflexo do passado.

Considerando a realidade da Comunidade Surda da cidade de Alegrete, o presente relato apresenta uma revisão teórica sobre alguns marcos históricos da educação de surdos com foco nas narrativas, lutas e espaços de negociações dos surdos no RS e uma breve exposição das ações realizadas com a Comunidade Surda de Alegrete, bem como os resultados obtidos.

2. REVISÃO TEÓRICA

Detemo-nos inicialmente nas lutas travadas pela Comunidade Surda gaúcha e entre esses movimentos está a realização do V Congresso Latino-americano de Educação Bilíngue para Surdos ocorrido na cidade de Porto Alegre no ano de 1999 com o objetivo de promover uma rede temática em vários níveis: político, científico e comunitário, visando estabelecer as bases para um projeto Latino-americano de Educação Bilíngue para Surdos. Conseqüentemente, as discussões desencadeadas a partir desse movimento despertaram diferentes atos públicos articulados por associações e escolas de surdos em diversas regiões do Brasil (PERLIN; STUMPF, 2012).

Imbuídos de expectativas e anseios, aproximadamente mil e quinhentos congressistas, pesquisadores brasileiros e estrangeiros, professores, estudantes e comunidade em geral, puderam presenciar a luta que imperava nas discussões da Comunidade Surda, que era o reconhecimento da Língua de Sinais como língua materna dos surdos, dentre outras temáticas igualmente importantes (FENEIS, 1999).

Precedendo ao Congresso, foi realizado um Pré-Congresso, em que participaram aproximadamente 150 educadores surdos. o tema central desse

encontro foi a luta pela participação dos surdos no que diz respeito à educação de surdos, direitos linguísticos, culturais e sociais. Os surdos também contestavam a predominância de palestrantes e congressistas ouvintes nas discussões em torno dos Interesses Surdos. O NUPPES teve papel fundamental como núcleo que fortaleceu e ampliou os Estudos Culturais em Educação, abrindo assim novos espaços para a entrada da Comunidade Surda na Universidade (LOPES, 2007).

No Pré-congresso ocorreu ainda a elaboração do documento “A Educação Nós Surdos Queremos”. Nesse documento, constam esclarecimentos pertinentes à forma como os surdos queriam que fossem narrados Diretrizes Surdas para a educação, políticas e práticas educacionais, discussões em torno da necessidade de legitimidade da Língua de Sinais, atuação de profissionais surdos e intérpretes, dentre outras perspectivas emergenciais da Comunidade Surda. O documento “A Educação que Nós Surdos Queremos” (FENEIS, 1999), composto por cento e quarenta e sete (147) artigos, teve como objetivo principal o fim da política de inclusão/integração e enfatizou a urgência de criação de escolas para surdos. Citaremos aqui dois artigos que representam grandes conquistas, o artigo cinquenta e nove (59) e cento e quatorze (114).

O artigo 59 dispõe: “Considerar que as Línguas de Sinais são línguas naturais das Comunidades Surdas, constituindo línguas completas e com estrutura independente das línguas orais” (FENEIS, 1999).

Posteriormente a esse movimento, no ano de 2002, a Língua de Sinais foi reconhecida oficialmente como meio de comunicação e expressão das Comunidades Surdas brasileiras, por meio da Lei nº 10.436/2002, considerada um marco para os surdos de todo o Brasil. A partir da Lei ocorreram diversos desdobramentos; dentre eles, o mais relevante ocorreu com a regulamentação dessa Lei pelo Decreto nº 5.626, em 2005.

Outro ponto na agenda política desse Movimento Surdo foi o artigo 114 que estabelece “Buscar a formação de profissionais surdos a nível acadêmico, nas áreas afins, tendo em vista o direito que os surdos têm em serem educados na sua própria Língua” (FENEIS, 1999).

Assim, em resposta a esse registro e a outras Lutas Surdas, no ano de 2006, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em parceria com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET-SC) elaboraram a proposta para realização do curso de Graduação em Letras/Licenciatura, habilitação em Língua Brasileira de Sinais na modalidade à distância.

São longos anos de Movimentos Surdos que marcaram significativamente a história da Educação de surdos. Para Thoma e Klein (2010, p. 114),

Essa mobilização produziu efeitos políticos importantes para mudanças em direção a uma Educação de Surdos, materializados no Documento de 1999. Esse Documento subsidiou debates e provocou a necessidade de mudança tanto na legislação de forma geral, quanto nas escolas mais especificamente, através da reestruturação de projetos político-pedagógicos e projetos de formação de professores.

A primeira turma de Licenciatura em Letras-Libras ingressou no ano de 2006, formando, no ano de 2011, 450 professores para o ensino de Libras. Assim, o curso foi se fortalecendo e se expandindo em redes públicas e privadas oportunizando aos surdos e ouvintes a formação acadêmica no campo de educação de surdos.

O uso e a difusão de Libras, assim como a formação de docentes no campo da Educação de surdos, resultaram na ampliação de vagas em concursos públicos para sujeitos surdos no âmbito do Ensino Superior. Nessa perspectiva, a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), que está aliada à Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), assume o compromisso com a inclusão educacional, à luz do entendimento contemporâneo para a inclusão educacional e da legislação vigente. A instituição tem como objetivo ministrar ao Ensino Superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

A UNIPAMPA conta atualmente com nove docentes surdos e onze intérpretes de Libras. O provimento dessas vagas é uma conquista para a instituição, pois a Libras é disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura e optativa nos demais cursos da UNIPAMPA, conforme dispõe o Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005).

Buscamos relatar neste trabalho especialmente a interação dialógica construída por meio da Extensão Universitária que vem ocorrendo entre o Campus Alegrete e a comunidade em seu entorno, envolvendo a Comunidade Surda. Dessa forma, o intuito é o de atender as necessidades da Comunidade Surda do município de Alegrete-RS, tais como o distanciamento na relação entre surdos e ouvintes gerado pelo desconhecimento da Libras, o desrespeito de seus direitos educacionais e sociais, assim como a pouca valorização de sua cultura. Portanto, “[...] a Cultura Surda, assim como qualquer outra, é uma cultura que jamais conhecerá a tranquilidade do viver sem luta” (LOPES; VEIGA-NETO, 2006, p. 91).

O projeto de extensão “I Fórum da Comunidade Surda de Alegrete: problemas, desafios e propostas” foi motivado pela professora e pesquisadora Gládis Perlin, que incentivou que mobilizássemos discussões sobre a educação de surdos com os próprios surdos e demais integrantes da comunidade.

De acordo com Lara, Messa e Rodrigues (2017, p. 129):

O fórum foi desenvolvido com o objetivo de criar um espaço em que a Comunidade Surda de Alegrete pudesse compartilhar experiências e apresentar propostas para efetivar sua participação na comunidade ouvinte da localidade. A motivação para a realização do projeto surgiu das inquietações que envolvem os desafios vivenciados pela Comunidade Surda de Alegrete, dentre eles as barreiras de comunicação que dificultam a participação do surdo na sociedade, assim como a pouca difusão da Libras na região.

A trajetória das quatro edições do Fórum de Educação de Surdos promoveu palestras, cursos, oficinas, dentre outras atividades, sobre diferentes temas pertinentes à Comunidade Surda, cultura, movimentos, políticas, direitos, trabalho e cidadania. Os temas abordados em cada encontro estão dispostos na sequência em quadros, conforme cada edição. No Quadro 1, apresentamos as atividades realizadas destacando os problemas da comunidade local e a viabilidade para dirimi-los.

Quadro 1 - I Fórum da Comunidade Surda: problemas, desafios e propostas - ano 2015

AÇÃO	PALESTRANTE
Palestra: Ser Surdo e o papel da Libras na participação do Surdo em sociedade.	Profa. Dra. Gladis Teresinha Taschetto Perlin (surda) - UFSC.
Palestra: Escola Bilíngue para Surdos.	Prof. Jeferson de Oliveira Miranda (surdo) E. E. E. E. Doutor Reinaldo Fernando Cóser.
Palestra: Educação Infantil da Escola de Surdos de Santa Rosa.	Prof. Especialista Keli Krause (surda) - UNIPAMPA e Prof. Telci Rusch Krause (ouvinte) Colégio Concórdia.
Palestra: Escrita de Língua de Sinais.	Prof. Sonia Therezinha Messerschmidt (surda) - E.E.E.E. Doutor Reinaldo Fernando Cóser.
Palestra: Associação de Surdos de Santa Maria - RS e Relato sobre o esporte como meio de inclusão, uma	Prof. Paula Maiane da Silva Cavalheiro (surda) - E.E.E.E. Doutor Reinaldo Fernando Cóser e Professora Josie dos Santos
experiência com a Comunidade Surda de Alegrete.	Pillar (ouvinte) - URCAMP em Alegrete

Fonte: Elaborado pela autora.

As atividades extensionistas ocorreram em seis momentos diferentes. As temáticas foram apresentadas por palestrantes surdos e ouvintes, contando com a participação e o envolvimento da Comunidade Surda e ouvinte nas discussões. Como organizadoras do Fórum da Comunidade Surda, buscamos construir um espaço de mediação que favorecesse a aprendizagem e o desenvolvimento dos participantes com palestras e reflexões acerca dos desafios vivenciados pelos surdos no município de Alegrete.

Figura 1: I Fórum Fonte: Arquivo das autoras



Durante a execução do projeto, ao término de cada palestra, fizemos a mediação das discussões. Um dos aspectos mais relevantes desse estudo foram os posicionamentos dos sujeitos surdos, bem como a participação da equipe executora composta por docentes, técnicos e discentes da UNIPAMPA, incluindo intérprete de Libras e voluntários (LARA; MESSA; RODRIGUES, 2017). No que diz respeito ao público-alvo, participaram membros da Comunidade Surda e também da comunidade ouvinte, professores de alunos surdos e familiares, assim como a comunidade acadêmica da Universidade.

As experiências vivenciadas nesse projeto de extensão contribuíram principalmente para a construção e ampliação do conhecimento que envolve os Estudos Surdos, motivando o interesse por surdos e ouvintes nas temáticas abordadas, gerando a escrita de artigos e monografia por parte dos acadêmicos ouvintes e oportunizando aos sujeitos surdos exprimirem seus anseios sendo protagonistas de suas histórias de vida.

As entrevistas foram realizadas em Libras, gravadas e traduzidas para a Língua Portuguesa. Durante a análise das entrevistas, elaboradas com base no objetivo deste trabalho, levando em consideração os aspectos efetivamente importantes para a compreensão do fenômeno estudado, destacamos o relato do sujeito C:

Recordo que no ano de 2008 eu observava a construção de um prédio, mas não sabia se era um hospital ou escola, depois de pronta lembro que vi o nome UNIPAMPA, mas não sabia o significado, então alguns amigos me disseram que era uma Universidade. Um tempo depois conheci duas pessoas que trabalhavam na universidade e fui convidado a participar do Fórum, e lembro que gostei muito da palestra sobre associação de surdos.

O relato demonstra como ponto negativo a falta de acessibilidade, assim como a falta de informação; e como ponto positivo, o projeto realizado na universidade que trouxe para a comunidade temas pertinentes à Cultura e à História dos Surdos.

Quadro 2 - II Fórum da Comunidade Surda de Alegrete: Cidadania e Políticas Públicas. Ano de 2016

AÇÃO	PALESTRANTE
Palestra: Literatura Surda.	Profa. Me. Juliana de Oliveira Pokorski (ouvinte) Mestre em Educação - UFRGS
Palestra: Liderança Surda.	Profa. Especialista Loreni Lucas dos Santos Chagas (ouvinte) - E. E. E. F. Wolmar Antonio Salton e Apas (Associação pais e amigos); Profa. Me. Tatiane de Souza (surda) - Estadual Nicolau de Araújo Vergueiro e Universidade de Passo Fundo.
Palestra: Cultura Surda e Cidadania.	Profa. Ana Cláudia Fagundes Antunes (Surda). UNIPAMPA Campus Itaqui.

AÇÃO	PALESTRANTE
Palestra: O Uso dos Classificadores na Libras.	Prof. Daniel Lopes Romeu (surdo) - UNIPAMPA Jaguarão
Palestra: O Uso dos Classificadores na Libras.	Prof. Daniel Lopes Romeu (surdo) - UNIPAMPA Jaguarão

Fonte: Elaborado pela autora.

O II Fórum da Comunidade Surda ajustou os conteúdos abordados conforme demanda da comunidade, assim tivemos maior participação dos atores surdos nas discussões, correspondendo às diversas indagações geradas diante dos problemas que foram apresentados, especialmente na área da educação. Nesta edição, iniciamos as discussões a respeito da Educação de Jovens e Adultos - EJA - para alunos surdos. Então nos deparamos com uma difícil realidade, especialmente no que se refere a currículo, prática pedagógica e comunicação nas escolas locais. Conforme o Parecer da Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE) nº 11/2000, a EJA busca resgatar, por meio do processo educacional, sujeitos que se encontram à margem da sociedade letrada, visando à garantia do direito à educação (BRASIL, 2000).

Figura 2 - Grupo de Estudos Surdos na UNIPAMPA Fonte: Arquivo das autoras



Em articulação com a Escola Estadual de Educação Básica Dr. Lauro Dorneles, direção e demais membros da equipe gestora assumiram responsabilidade em tornar a EJA para alunos surdos uma realidade em parceria com a UNIPAMPA. No ano de 2017, iniciamos uma turma com 13 alunos surdos e 5 alunos ouvintes que concluíram a primeira etapa de alfabetização da EJA. A intérprete voluntária parceira do projeto de extensão destacou:

Me senti maravilhada em atuar na EJA para surdos. Torço pelo futuro da educação de surdos na cidade de Alegrete, tive grande prazer em conhecer as organizadoras do projeto e tenho orgulho de participar desse projeto. Obrigada por tudo!

Apesar de nossos esforços em discutir os conteúdos e propostas de um planejamento curricular na EJA para surdos, não havia professor fluente em Língua de Sinais. Alguns colaboradores do projeto de extensão apoiaram

voluntariamente nas atividades com a turma até a contratação de um profissional Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS) que acompanhasse as aulas. Mas os profissionais contratados pela Secretaria de Educação Estadual não tinham fluência na Língua de Sinais e os dois contratados para atuar com os alunos surdos utilizavam de práticas oralistas e ultrapassadas, desrespeitando o direito linguístico desses sujeitos e desmotivando os alunos a dar continuidade aos estudos.

Portanto, as escolas precisam se adequar, planejar e garantir a presença de profissionais bilíngues, possibilitando uma educação de qualidade por meio de uma pedagogia bilíngue.

Quadro 3 - III Fórum da Comunidade Surda de Alegrete: Língua de Sinais e o Direito à Educação Bilíngue - Ano 2017

ACÇÃO	PALESTRANTE
Palestra: O Papel do Intérprete de Libras nas escolas de educação inclusiva.	Prof ^ª Cássia Michele Virgínio (Surda) - UNIPAMPA - Campus Caçapava do Sul.
Palestra: Comunidade Surda da Fronteira - Experiência Compartida.	Intérprete Me. Mariana Pereira Castro Figueira (ouvinte) - Campus Santana do Livramento
Palestra: Produção cultural e cinema surdo.	Prof. William da Motta Brum (surdo) UNIPAMPA - Campus São Borja
Palestra: Acessibilidade Comunicacional para surdos, família de surdos e associação de surdos.	Prof ^ª Valéria Gonçalves Scangarelli (surda) - UNIPAMPA Campus Uruguaiana.

Fonte: Elaborado pela autora.

A proposta do III Fórum da Comunidade Surda trouxe à tona a discussão a respeito da Educação Bilíngue para surdos, bem como as discussões em relação à necessidade de estabelecer nessa comunidade Lideranças Surdas e a criação de uma associação, a fim de fortalecer algumas reivindicações necessárias.

Figura 3 - Grupo alunos do EJA em Alegrete Fonte: Arquivo das autoras



Considerando as experiências vividas no III Fórum, pudemos identificar que os sujeitos surdos envolvidos passam a ter uma consciência mais clara de comunidade e, como consequência maior, consciência de lutas sociais, educacionais e políticas. Esses espaços de discussão, oportunizados pela extensão universitária, tornaram-se altamente produtivos para o desenvolvimento da Comunidade Surda e para transformações individuais. Observe a seguir o depoimento do professor e palestrante J:

Agradeço o convite à professora Ana Paula e à Intérprete Roberta para participar desse projeto de extensão; ao resgatar as lembranças sobre a palestra ministrada, recordo que, no auditório, a maioria do público nesse dia eram surdos. Percebi certa ansiedade dos surdos com a temática abordada, realizei uma dinâmica que despertou bastante satisfação dos envolvidos, pois foi possível perceber que estavam tendo clareza do conhecimento abordado. Considero esses encontros extremamente importantes por tratar de temáticas pertinentes aos surdos.

Recordo, ainda, que ao final da palestra fui convidado a dialogar na Escola Estadual de Educação Básica sobre a EJA para surdos. Sei que muitas vezes a inclusão não é atrativa para o surdo, pois é necessário ter profissionais fluentes em Libras, assim como é essencial as relações entre pares em um mesmo espaço educacional para ampliar seus conhecimentos, assim como para a aquisição da Libras.

O processo educacional deve garantir os direitos dos surdos enquanto sujeitos pertencentes a uma comunidade linguística singular. Dessa forma, é necessário descartar qualquer aproximação dos surdos a um modelo ouvinte.

Quadro 4 - IV Fórum da Comunidade Surda de Alegrete: Reflexões sobre o desenvolvimento social, cultural e de valorização da Libras - Ano 2018

AÇÃO	PALESTRANTES
Palestra: Bem-estar familiar: Finanças e relações.	Intérprete Ronei Pinto da Silva (ouvinte) - Campus São Gabriel.
Palestra: Feminismo Surdo, Deficiências e Políticas Públicas	Prof ^a Me. Keli Krause (surda) - UNIPAMPA Campus São Borja.
Palestra: Totalidade de EJA para Surdos	Prof ^a Me. Ana Luiza Paganelli Caldas (surda) - UFRGS.

A IV edição do Fórum da Comunidade Surda tratou temáticas atuais correspondendo às demandas da comunidade, assim tivemos o depoimento da professora e palestrante S:

Parabenizo às organizadoras Ana Paula e Roberta na realização do Fórum, pois considero muito importante a divulgação das diversas temáticas que oportunizam conhecimento sobre: Ser surdo, Libras... Pois as cidades do interior têm poucas informações sobre esses temas.

Alguns Estados da região Norte já possuem avanços nos movimentos sociais, educacionais e políticos, mas na região Sul ainda são relativamente poucos esses movimentos. A prof^a surda Ana Paula é um exemplo de liderança e representação da Comunidade Surda em Alegrete. É fundamental o incentivo para auxiliar os surdos e apresentar informações, não só à Comunidade Surda, bem como aos alunos da UNIPAMPA, professores, funcionários e profissionais da Educação Básica. Assim, as pessoas surdas podem ter qualidade de vida e a cidade se tornar referência para outros surdos da região. Para mim, foi muito emocionante compartilhar de minha pesquisa e artigo na palestra. Assim a cidade irá se desenvolver no campo de educação de surdos.

Nesse contexto, o projeto a que pretendemos dar continuidade apresenta a influência do Fórum na Comunidade Surda de Alegrete, por meio da extensão universitária, a partir da UNIPAMPA Campus Alegrete, buscando diversos temas relacionados ao campo dos Estudos Surdos. Nesta edição, ofertamos um curso de 72 horas para a comunidade ouvinte com objetivo de difundir o uso de Libras na comunidade.

Para além dessas ações, realizamos diversas atividades, como palestras em escolas estaduais, municipais, privadas, universidades privadas, graduação de Letras - Libras, entrevistas em rádio, formações, reuniões com a secretaria municipal na tratativa de políticas educacionais para surdos no município etc.

3. CONCLUSÃO

Analisando as narrativas apresentadas, convém observar como elas vão sendo construídas a partir das diferentes ações empreendidas por meio de diferentes atividades de extensão.

Assim, é urgente mobilizar os surdos da região para o fortalecimento de discussões que tratem sobre seus direitos sociais, políticos e educacionais, que ainda possuem grandes falhas. Para tanto, é necessário observar e intervir na realidade atual para garantir que a Cultura e a Identidade Surda sejam respeitadas.

É nesse sentido que o projeto de extensão sustenta tamanha relevância para compreender as Realidades Surdas e assegurar o protagonismo desses sujeitos na construção da história da Comunidade Surda de Alegrete/RS.

Ainda há muito o que investigar, registrar e aprofundar acerca de discussões sobre os direitos e lutas das Comunidades Surdas, bem como inserir novas práticas que fortaleçam essa Cultura. Continuaremos vigilantes aos direitos do Povo Surdo e juntos continuaremos lutando.

Referências

- BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2000. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>. Acesso em: 02 mar. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEED, 2008.
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 11**, de 10 de maio de 2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 maio 2000. Disponível em: http://confinteabrazilmais6.mec.gov.br/images/documentos/parecer_CNE_CEB_11_2000.pdf. Acesso em: 20 jan. 2000.
- FENEIS. Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. **A educação que nós surdos queremos**. Documento elaborado no pré-congresso ao V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- LARA, Ana Paula G.; MESSA, Roberta S.; RODRIGUES, Flávia C. Impactos sociais, educacionais e culturais de uma ação extensionista com foco na comunidade surda. In: TOLFO, Cristiano (org.). **Interações Dialógicas**: ações extensionistas das engenharias e da computação com a sociedade. 1. ed. Bagé: Ediurcamp, v. 1, p. 119-136. 2017.
- SOUZA, Flávia C. LOPES, M. C.; VEIGA-NETO, A. Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. especial, p. 81-100, jul./dez. 2006.
- LOPES, Maura Corcini. **Surdez e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- PERLIN, Gládis. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 51-73.
- PERLIN, Gládis; REIS, Flaviane. Surdos: cultura e transformação contemporânea. In: PERLIN, Gládis; STUMPF, Marianne (org.). **Um olhar sobre nós surdos**: leituras contemporâneas. Curitiba: CRV, 2012. p. 12-18.
- PERLIN, Gládis; STUMPF, Marianne. (org.). **Um olhar sobre nós surdos**: leituras contemporâneas. Curitiba-PR: CRV, 2012. p. 5-9.
- QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodenir B. **Língua de Sinais Brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- SKLIAR, Carlos. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando anormalidade. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 7 - 32.
- STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.
- STROBEL, Karin. Os sobreviventes das políticas surdas: opressão da cultura surda e de seus valores linguísticos na educação. In: PERLIN, Gládis; STUMPF, Marianne (org.). **Um olhar sobre nós surdos**: leituras contemporâneas. 1. ed. Curitiba: CRV, 2012.
- THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. **Cadernos de Educação** - Educação de Surdos/Faculdade de Educação, Pelotas: UFPel, v.19, n.36, p. 107-131. maio-ago.2010.v

HISTÓRIA CULTURAL E POLÍTICA DOS SURDOS DE MATO GROSSO DO SUL: 1982 – 2022

Cultural and political history of the deaf in Mato Grosso do Sul: 1982 - 2022



Shirley Vilhalva

Professora Mestre em Linguística pela UFSC, Pedagoga,
Professora de Libras da UFMS e Doutoranda em Linguística
Aplicada - DINTER/UNICAMP/UFMS.



Elaine Aparecida de Oliveira da Silva

Professora formada em Letras Libras pela UFSC,
Especialista em Educação Especial, Professora de
Libras da UFMS e Mestre em Estudo de Tradução,
PGET - UFSC.

Resumo

O presente artigo apresenta o relato da história cultural e política dos surdos de Mato Grosso do Sul de 1982 a 2022. Ele traça uma linha de acontecimentos ao longo dos anos, mostrando as ações que foram realizadas antes, durante e depois do documento elaborado pela Comunidade Surda, a partir do Pré-Congresso ao V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, realizado em Porto Alegre/RS, no salão de atos da reitoria da UFRGS, nos dias 20 a 24 de abril de 1999, e da passeata que ocorreu, resultando no documento elaborado: A Educação que nós surdos queremos. É importante esclarecer que a referida pesquisa foi desenvolvida por duas pesquisadoras e militantes surdas envolvidas no processo histórico que será apresentado: através das Leis conquistadas; dos projetos implementados, que contemplam também os indígenas surdos; do movimento das mulheres surdas e efetivamente pelo Protagonismo Surdo de pesquisadores e professores surdos de Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave

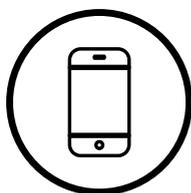
História. Cultura. Política Linguística. Movimento Surdo. Libras.

Abstract

This article presents an account of the cultural and political history of deaf people from Mato Grosso do Sul from 1982 to 2022. It traces a line of events over the years showing the actions that were taken before, during and after the document prepared by the deaf community, from the Pre-Congress to the V Latin American Congress for Deaf Bilingual Education, held in Porto Alegre / RS, in the hall of acts of the rectory of the UFRGS, on April 20-24, 1999, and the march that occurred, resulting in the document prepared: Education that we deaf want. It is important to clarify that this research was developed by two deaf researchers and activists involved in the historical process that will be presented: through the conquered laws; the implemented projects, which also contemplate the deaf indigenous people; the movement of deaf women; and effectively by the deaf protagonism of deaf researchers and teachers of Mato Grosso do Sul.

Keywords

History. Culture. Language policy. Deaf Movement. Brazilian Sign Language.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**

https://www.youtube.com/channel/UCosR0a_gJVuvT-26VxiR3cTQ

Canal do DDHCT INES no YouTube



1. INTRODUÇÃO

A História do Movimento Surdo de Mato Grosso do Sul teve seu início em 1982 com a fundação da Associação de Surdos de Mato Grosso do Sul - ASSUMS, pelo memorável Líder Surdo José Ipiranga de Aquino que foi para “Rio de Janeiro, a fim de estudar no Imperial Instituto Surdos-Mudos, onde cursou o ensino básico e aprendeu a Língua de Sinais e o ofício de tipógrafo. (ALBRES, 2015). José Ipiranga tinha vínculo familiar com vários surdos, inclusive com Elaine Aparecida de Oliveira da Silva, a segunda autora, que era filha de Ademir Soares da Silva e de Margarida Alves de Oliveira, prima de Ipiranga. Outros surdos também contribuíram com o Movimento Surdo de Campo Grande naquela época, sendo eles: Edgar Campos, Geraldo de Aquino, Manoel Francisco, Mariano Chaves, Joel Faraco e o próprio pai da segunda autora.

Uma personagem relevante neste início é a professora surda Shirley Vilhalva, primeira autora deste artigo, que foi introduzida neste meio por José de Ipiranga em 1982, fazendo parte da ASSUMS e, em 1986, aceitou fazer parte do movimento nacional, em busca de conhecer a trajetória em prol da Comunidade Surda do MS no cenário nacional. Essa experiência não foi fácil para Vilhalva; mas, dentre as dificuldades vivenciadas, a maior delas foi a autoaceitação para ser uma surda politizada. A convivência com outros surdos líderes foi crucial na compreensão da sua necessidade de fazer uso da Língua de Sinais perante uma sociedade ouvinte, se entendendo como uma pessoa surda com identidade própria, com direito de ser diferente, de descobrir e de pertencer ao fascinante Mundo dos Surdos.

Vilhalva, em sua trajetória, passou a representar a Comunidade Surda em âmbito estadual e nacional. Em 1985, participou da Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS). Essa participação trouxe contribuição para sua formação como militante dos Movimentos Surdos. Em 1986, assumiu a Presidência da ASSUMS (Associação de Surdos de Mato Grosso do Sul) e continua sua caminhada a nível nacional juntamente em busca de melhorias para os surdos do MS e do Brasil.

Vilhalva foi a primeira professora surda responsável por introduzir a Língua de Sinais na educação de Mato Grosso do Sul, em 1984, por meio de articulações da ASSUMS. Na época, convidada a trabalhar na Secretaria de Educação com lotação no CEADA, não pôde assumir por ser classificada como pessoa com deficiência auditiva severa e profunda, já que a pessoa com deficiência não era contratada neste período; porém houve uma oportunidade de substituição e, assim, ela pôde assumir a vaga de professora em 1986. De acordo com Gianotto:

[...] Após um ano atuando, a professora começou a viajar para conhecer os movimentos surdos como CBDS e FENEIS. Iniciando assim a sua liderança, ela estudou mais sobre política pública, Educação de Surdos do Brasil, na companhia do líder do movimento nacional Antônio Campos de Abreu, recebeu formação de como atuar no movimento dos surdos. Não havendo patrocínio para as suas viagens em busca de melhorias para a comunidade

surda de Mato Grosso do Sul, sempre a mesma arcou com suas despesas de transporte, hospedagem e alimentação. Quando seu salário não dava, escolhia um horário para tomar banho na rodoviária e chegar durante o dia para os eventos da FENEIS. Cada retorno ela trazia um novo projeto, levantava proposta para o governo e sugeria apoio para a associação de surdos. (GIANOTTO, 2016, p.65-66)

Shirley atuou como voluntária em 1984 no CEADA – Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação do estado de Mato Grosso do Sul – e, posteriormente, foi contratada pela Secretaria de Estado de Educação em 1985. Um começo bem temeroso, por ter que enfrentar os profissionais ouvintes que discordavam dos profissionais surdos. Aos poucos, devido às necessidades do momento, foi além da sala de aula, juntamente com a professora Maria das Graças Mattos, passando a ministrar palestras para pais e profissionais, principalmente para relatar experiências em Congressos e Encontros Nacionais e Internacionais, assessorando também algumas cidades do estado de Mato Grosso sobre a Educação de Surdos.

Em 1987, Shirley Vilhalva passou a compor a primeira diretoria da FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – no Rio de Janeiro, aprendendo nesse período sobre a importância do Protagonismo Surdo junto à Liderança Surda nacional. Na FENEIS, com uma liderança ativa, realizou em 1988, o primeiro “Encontro Sul-Mato-Grossense de Surdos”, trazendo para o estado pessoas surdas e ouvintes atuantes na Causa Surda. Este evento foi crucial para que a Comunidade Surda juntamente com a Associação de Surdos do Mato Grosso do Sul pudessem ganhar espaço dentro dos diversos tipos de segmentos.

Em paralelo, continuavam a buscar alternativas junto com a FENEIS para que pudesse Shirley Vilhalva ser diretora do Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação – CEADA, sendo a primeira professora e diretora surda em escola pública para surdo, em 1993. O CEADA foi:

[...] criado pelo Decreto n° 3546, de 17 de abril de 1986, constituía-se basicamente no trabalho educacional, funcionava em regime de externato, atendendo a pessoas com Surdez severa e profunda a partir dos primeiros meses de idade, na educação precoce, pré-escolar e primeiros anos do primeiro grau, contando para isso com avaliação social, pedagógica, audiológica e fonoaudiológica, sala de recurso e programas de competência social [...] (ALBRES, 2005, p. 4).

Dentre as várias ações em prol dos estudantes atendidos pelo CEADA, vale ressaltar o atendimento das pessoas com surdocegueira, que iniciou em 1997 com apenas uma sala e hoje conta com um centro de atendimento. A primeira professora que atendeu essa demanda foi a primeira autora e sua formação aconteceu por meio de cartas, vindas da professora doutora Shirley Rodrigues Maia, especialista nessa área, que encaminhava as orientações de como trabalhar com surdocego, inclusive de forma específica para cada estudante, conforme Projeto de Atendimento ao Aluno com Surdocegueira, coordenado pela Professora Iolanda Utuari.

O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais em Campo Grande se deu através da Lei municipal n.º 2.997 de 10/11/93 e da Lei estadual n.º 1.693 de 12/09/1996. Em 1995 deu início ao trabalho de intérprete na rede estadual, inclusive a segunda autora fez parte dessa primeira turma, que ficava na escola estadual Lúcia Martins Coelho, na cidade de Campo Grande. Posteriormente, essa turma foi transferida para a escola estadual Adventor divino de Almeida e, em 1999, iniciava-se a contratação de intérprete de Libras na rede municipal de ensino.

Em 1997, Vilhalva assumiu, como conselheira do CONSEP/MS, atual Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Mato Grosso do Sul, e mais tarde assumiu como a primeira surda conselheira presidente, no ano de 1999, trazendo mais visibilidade para as Pautas Surdas.

Neste cenário, a primeira autora participou da discussão do documento elaborado pela Comunidade Surda a partir do Pré-Congresso ao V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para Surdos, realizado em Porto Alegre/RS, no salão de atos da reitoria da UFRGS, nos dias 20 a 24 de abril de 1999, presente na passeata, que ocorreu com o seguinte lema: “Educação que nós surdos queremos”. Os autores do documento destacam:

[...] entre outros aspectos, a importância de promover a capacitação dos professores surdos em relação à aprendizagem da Língua de Sinais, objetivando garantir a qualidade de ensino por meio da efetiva comunicação entre professor e alunos surdos, enfatizando também, o conhecimento da Cultura e da Comunidade Surda. (VILHALVA; ARRUDA; ALBRES, 2014, p.16)

Após esse movimento e a elaboração do documento “A Educação que nós surdos queremos”, toda a história compôs um novo cenário e, assim, os surdos militantes puderam exalar novas esperanças que despontaram com a passeata e com o documento.

Após 1999, as perspectivas do sistema de ensino, que era regulamentado e referenciado pelo ouvinte, começam a inverter. Os surdos da militância despertam e passam a constituir novas lideranças na busca de fazer valer o que consta no documento que foi elaborado e entregue às autoridades competentes. Assim, inicia-se o Protagonismo Surdo em busca de um ambiente que construa a história cultural com infinitas possibilidades de desconstruir um velho campo, onde os professores de surdos, ao invés de ensinarem, atuavam como cuidadores de surdos, por não saberem a Língua de Sinais.

Fotografia: Ronice Oliveira e Shirley Vilhalva na Passeata de 1999. Fonte: Arquivo da primeira autora.



Em julho de 2000, o CEADA organizou o I Seminário de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais - com o tema “Em Tempos de Comunicação”, para avaliação do Programa de Libras no CEADA, com o objetivo de apresentar propostas inovadoras e também colher ideias para superar as dificuldades, com a presença da intérprete de Libras. Nesse mesmo ano, o Telecurso 2000 do ensino médio, também passou a contar com presença de intérprete de Língua de Sinais, para funcionários do Estado com a presença de três funcionários surdos, com o apoio do CEADA, que concedeu intérprete para a interação do surdo nas aulas. A partir de maio deste mesmo ano, com a Resolução da SEMED nº 31, foi garantido o intérprete de Libras no espaço educacional das salas de aula; sendo publicado no Diário Oficial de Campo Grande a Lei nº 3755 de 8/6/00, em 12 de junho de 2000, instituindo o “Dia do Surdo”, a ser comemorado anualmente em 26 de setembro, seguindo as legislações nacionais como Lei nº 10.436/ 2002, Decreto 5626/2005, Decreto 6949/2009 e por meio de projetos idealizados pela Comunidade Surda, por representantes surdos e ouvintes da academia, e após a elaboração do documento de 1999, houve a legalização e reconhecimento da Libras por meio da Lei n. 10.436/2002, no seu Art. 1º, a saber:

É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2001, p.1).

Importante relatar que em 2002, o documento de 1999 (A Educação que nós Surdos queremos) norteou em Campo Grande, o “Projeto de Famílias de Surdos” e também em algumas cidades do interior do estado. Esse projeto teve início a partir de um trabalho-matriz a ser destacado: a oficina intitulada “Meu filho com surdez”, iniciada no ano letivo de 2002 na escola CEADA pela Professora Shirley Vilhalva.

Nesse período Vilhalva atuava como técnica educacional da Secretaria de Estado de Educação - SED /MS - e, simultaneamente, participava do programa nacional de apoio à educação de surdos do MEC - Ministério de educação - que tinha como uma das metas, o curso de Libras para professores, para ser realizado em parceria com as secretarias municipais de educação. Essa ação foi muito importante, pois oportunizou à Shirley a ida para as Aldeias atender as escolas indígenas e divulgar a possibilidade de os estudantes indígenas também serem contemplados com intérprete da Língua de Sinais e que esses profissionais poderiam conhecer a Língua de Sinais emergente, a Língua de Sinais indígena, bem como as particularidades, considerando que cada etnia tem uma cultura própria, que ela seria respeitada, passando o conhecimento da ancestralidade e que todos os momentos que envolvessem a língua materna pudessem desenvolver a Língua de Sinais, a língua escrita e a língua falada da etnia.

2. MULHERES SURDAS CONSTRUINDO HISTÓRIA EM MATO GROSSO DO SUL

O Grupo de Mulheres Surdas de Campo Grande, juntamente com a Secretaria do Estado de Saúde e o Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento à Pessoa com Surdez - CAS/SED/MS - organizaram a primeira mobilização de Mulheres Surdas da referida capital, sendo considerada um “exemplo pioneiro e de fundamental importância” (FENEIS, 2005, p.17). De acordo com a Revista da FENEIS:

No dia 30 de outubro de 2004, aconteceu o I Encontro de Mulheres Líderes de Campo Grande/MS que teve o objetivo de apontar as necessidades e elaborar as propostas a serem encaminhadas para o I Encontro Latino Americano de Mulheres Surdas Líderes, nos dias 18 e 19 de novembro de 2004, em Belo Horizonte/MG. A Coordenação do Grupo de Mulheres Surdas de Campo Grande contava com Clara Ramos, Helen Ballock e Shirley Vilhalva. (FENEIS, 2005, p. 17)

A partir desse encontro surgiu a oportunidade de participação no Encontro de Líderes Surdas Latino-Americanas. O Encontro de Mulheres Líderes Surdas em Campo Grande resultou em um importante Projeto - “Amamentação em Libras” - em parceria com a Secretaria do Estado de Saúde de MS e CAS/SED/MS com o objetivo de orientar e capacitar os profissionais da saúde e o atendimento das Mulheres Surdas, através de um trabalho realizado por Silva, segunda autora deste artigo, criando uma cartilha e gravando vídeos com informações em Libras

sobre amamentação.

Importante destacar que, no Brasil, a FENEIS foi responsável por incentivar a Organização das Mulheres Surdas, através da Professora Pós-doutora Surda Gladis Perlin, que atuou como representante legal da FENEIS, em 2003, no Curso Womens International Leadership, promovido pela Mobility International Development and Disability – Mobility International USA (MIUSA). Depois da articulação de Perlin, foram escolhidas as mulheres líderes que passariam a compor a equipe. Nessa oportunidade, Vilhalva, por fazer parte do Movimento de Mulheres Líderes Surdas, inicia os encontros em Mato Grosso do Sul juntamente com CONSEP e Secretaria de Saúde. O I Encontro Latino-Americano de Mulheres Surdas Líderes aconteceu nos dias 18 e 19 de novembro de 2004, na cidade de Belo Horizonte (MG), no qual muitas mulheres de diferentes nacionalidades estiveram presentes.

3. CONQUISTAS LEGAIS DAS MULHERES SURDAS DE MATO GROSSO DO SUL

Foram várias as conquistas legais das mulheres surdas de MS, dentre elas, o Protocolo de Atuação Conjunta nº 01/2004 – “Capacitação em Libras”, o qual cria a oportunidade de a gestante surda ter atendimento através do SUS com Libras, conforme DO/MS 6364 de 11/11/2004 e o Protocolo de Atuação Conjunta nº 02/2004 “Amamentação sem Fronteiras”, que cria a possibilidade de realização de palestras e/ou atividades educativas pertinentes ao aleitamento materno, através das equipes multiprofissionais que trabalham com o Aleitamento Materno em Libras.

O I e o II Encontro de Mulheres Surdas Líderes: Mulheres Surdas Construindo a História, que ocorreu em Campo Grande, respectivamente nos anos de 2004 e 2006, teve como objetivo principal debater a realidade social da mulher surda com ênfase na História; na Língua de Sinais; na Cultura Surda; na Comunidade Surda; na Arte Surda; na Educação de Surdos; na saúde; no trabalho; na sexualidade; na violência; na política; nos direitos e cidadania. O intuito principal deste evento foi de desencadear movimentos de luta pelas mulheres surdas nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. A Coordenação das ações estava sob a Coordenação da Líder Elaine Aparecida de Oliveira da Silva, a segunda autora. Importante registrar que as Mulheres Surdas Líderes desse movimento que vêm construindo história, contaram com a atuante liderança de Salete Fernandes Neves, “*in memoriam*”, no Espaço Mulheres Deficientes Auditivas e Surdas de São Paulo. Neves incentivou a criação da primeira Associação de Mulheres Deficientes Auditivas e Surdas de Goiás – AMDASGO –, sendo essa a primeira associação de mulheres surdas do Brasil.

4. PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À EDUCAÇÃO DE SURDOS EM MATO GROSSO DO SUL

Durante o período de 2001 - 2005 foram realizadas várias atividades do Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos pelo MEC, juntamente com o CEADA e posteriormente com o CAS/MS - Centro de Apoio ao Surdo. O CAS/MS realizou formações na área da surdez e visitas a diversas cidades no interior do estado em parceria com as secretarias municipais de educação. Com a divulgação e disseminação de informações, houve o aumento de solicitações pelas escolas indígenas de intérpretes da Língua de Sinais para os alunos indígenas surdos das Comunidades Indígenas de Mato Grosso do Sul.

Além destas ações, de acordo com as metas do Ministério da Educação, para a formação de professores surdos, a demanda só foi contemplada com a criação do Curso de Letras Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - em 2006. A graduação Letras Libras contou com nomeados professores surdos e ouvintes, possibilitando a emergência da comunidade científica em reconhecer a Língua de Sinais, a Cultura Surda, a Identidade, a Arte Surda e demais estudos ramificados dos Estudos Surdos e Culturais.

O Curso de Letras Libras contou e conta com diversos polos. O aumento da graduação Letras Libras se consolidou em algumas Universidades Federais e Estaduais e nos Institutos Federais, os quais atualmente incorporam o curso efetivamente. Em Mato Grosso do Sul a parceria ocorreu através da UFSC e da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD -, que acolheu estudantes de diferentes localidades, inclusive um desses alunos foi a segunda autora deste artigo, que concluiu sua graduação com êxito.

O curso de Letras Libras realizado em várias cidades brasileiras, por meio da parceria com a UFSC, abriu caminho, agregou e ainda agrega acadêmicos surdos de todo Brasil. O Letras Libras é um grande marco histórico da educação de surdos, após o documento "A Educação que nós Surdos queremos - 1999".

Vilhalva teve oportunidade de estudar a Pós-graduação em Linguística na UFSC, onde também foi tutora e depois coordenadora do sistema de acompanhamento aos estudantes do curso de Letras Libras até 2012. Essa experiência proporcionou novas vivências e a possibilidade de conhecer novos horizontes como pesquisadora de indígenas surdos, contribuindo em minha formação pessoal e profissional, visto que já atuava no Projeto Índio Surdo em Mato Grosso do Sul. Esse projeto teve início por meio da FENEIS, com o objetivo inicial de realizar levantamentos da existência de indígenas surdos dentro das terras indígenas do Brasil, inicialmente com a parceria da Associação de Surdos do Mato Grosso do Sul - ASSUMS - e FENEIS, onde começaram os eventos e visitas. Posteriormente as ações passaram a ser realizadas pelo CEADA com os estudantes das aldeias urbanas de Campo Grande e em seguida pelo CAS/MS, onde a equipe iniciou com a primeira autora e a Intérprete Suliane Kelly

Aguirre de Barros, no ano de 2006. A proposta do projeto tinha como um dos seus objetivos viabilizar aos alunos surdos o direito à acessibilidade, principalmente com a presença do intérprete da Língua de Sinais da etnia e da Língua Brasileira de Sinais, para uma comunicação efetiva no âmbito escolar.

Cabe registrar que não há projeto específico, até o momento, em âmbito nacional, direcionado aos indígenas surdos no Brasil. É muito necessário termos esse tipo de projeto nacionalmente e principalmente levantamentos de indígenas surdos de todas as idades, conforme a convenção dos direitos das pessoas com deficiência, para que se possa garantir aos estudantes indígenas surdos o direito de receber todos os atendimentos específicos que se fizerem necessários. Um outro avanço que vale ser ressaltado aqui é que o Plano de Ação Global da Década Internacional das Línguas Indígenas (IDIL 2022-2032) incluiu também as Línguas de Sinais Indígenas que vêm sendo registradas no Brasil, plano este de que a primeira autora faz parte.

A segunda autora desse artigo, Elaine de Oliveira, teve sua atuação na coordenação pedagógica do CAS/MS de 2008 a 2014, contribuindo com a mudança do panorama da educação de surdos de Mato Grosso do Sul. Uma trajetória brilhante como protagonista. Atuou com a intérprete Suliane Kelly Aguirre de Barros, que era a Coordenadora Administrativa do CAS/MS, e percorreram os 79 municípios com a proposta de um atendimento bilíngue aos surdos das escolas estaduais.

5. CONQUISTAS ACADÊMICAS E OUTRAS CONQUISTAS SURDAS EM MATO GROSSO DO SUL

Em Mato Grosso do Sul, após toda a trajetória de lutas pelos surdos, grandes foram as conquistas: Leis, Decretos, Projetos, entre outros. Um importante registro a ser considerado está relacionado à formação acadêmica dos surdos deste estado. Através da pesquisa de Monteiro (2018), intitulada: “Mestres e Doutores Surdos: sobre a crescente formação especializada de pessoas Surdas no Brasil”, foi possível elencar a seguir pesquisadores surdos.

Shirley Vilhalva foi a primeira professora surda, sul mato-grossense, a concluir em 2009, o mestrado em Linguística pela UFSC; hoje, docente da UFMS. Na sequência, em 2015, a professora Eliane Francisca Alves da Silva Ochiuto, deficiente auditiva, concluiu o mestrado em Letras - Estudos Linguísticos, pela UFMS/CPTL (Campus Três Lagoas); hoje docente da UFGD. Em 2016, o professor surdo, Adriano Gianotto concluiu seu mestrado em Desenvolvimento Local de Mato Grosso do Sul, pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), sendo atualmente professor da UFMS. No ano seguinte, 2017, Ana Paula Oliveira e Fernandes foi a primeira professora surda a obter o título de mestre pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD; na atualidade, é professora desta Universidade.

No ano de 2018, o professor João Paulo Romero Miranda iniciou seu mestrado na UFSC, em Linguística, atuando hoje como docente na UFMS. Já o professor Carlos Magno Leonel Terrazas ingressou no mestrado na Universidade de Brasília - UnB, na área de Estudos de Tradução, finalizando em 2021 e nos dias atuais é professor IFMS.

Em 2017, a Secretaria de Estado de Educação (SED) de Campo Grande (MS) implementou o Projeto “Escola Polo Linguístico de Libras” em algumas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino de MS, levando em consideração as particularidades linguísticas, culturais e identitárias dos estudantes surdos.

Em 2011 foi organizado um movimento idealizado por Vilhalva e Eudália Gonçalves Vieira, intitulado de “FABAS - Família Bilíngue e Amigos de Surdos” de Mato Grosso do Sul, no qual as famílias e amigos se uniram para realizar um dos maiores eventos de famílias, com uma equipe de voluntários e parceiros não governamentais, governamentais e instituições privadas. Esse movimento ganhou forças e, da união desses familiares, nasceu a AFAPSMS - Associação de Famílias, Amigos, Profissionais e Pessoas Surdas de Mato Grosso do Sul, que hoje atua efetivamente.

Outras ações foram realizadas na área cultural, com objetivo de dar continuidade à proposta de desenvolvimento da educação de indígenas surdos. A partir do ano de 2011, a equipe organizada pela primeira autora, com os professores Jeferson Soares Candia e Ingrid da Silva Witzel, juntamente com o responsável pelo acervo de arqueologia do MCDB, Dirceu Mauricio Van Lonkhuijzen, e Claudia Ester Candia que atuava também como intérprete da Libras, buscou encontrar formas de alcançar a acessibilidade cultural e linguística para as Comunidades Surdas, incluindo o surdocego e o indígena surdo, de forma a contemplar as especificidades destas categorias; para tanto, foi elaborado um projeto no Museu das Culturas Dom Bosco em parceria com CAS/MS.

Para finalizar, foi desenvolvido em MS, no ano de 2019, o Projeto intitulado: “Literatura em Libras”, para crianças dos Centros de Educação Infantil e escolas da rede pública de Dourados, incluindo as aldeias. Este projeto estimula a inclusão da Libras, sendo bastante inovador, pois busca romper barreiras na comunicação, criando um ambiente bilíngue, e ainda auxilia na formação da Identidade Surda, conforme Loubet e Lima afirmam, “a literatura surda promove no indivíduo um sentimento de identidade e de pertencimento ao grupo de surdos”. (LOUBET; LIMA, 2016, p. 205).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo abordou a trajetória antes e depois dos Protagonismos Surdos pós V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para Surdos, que resultou no documento: A Educação que nós Surdos queremos. A trajetória

contada oportunizou uma viagem ao tempo desde as primeiras legislações da Libras, os projetos, os programas e até as conquistas de espaços nas diferentes esferas institucionais. Essas conquistas estão entrelaçadas desde a educação, saúde e direitos ao trabalho, bem como outros direitos.

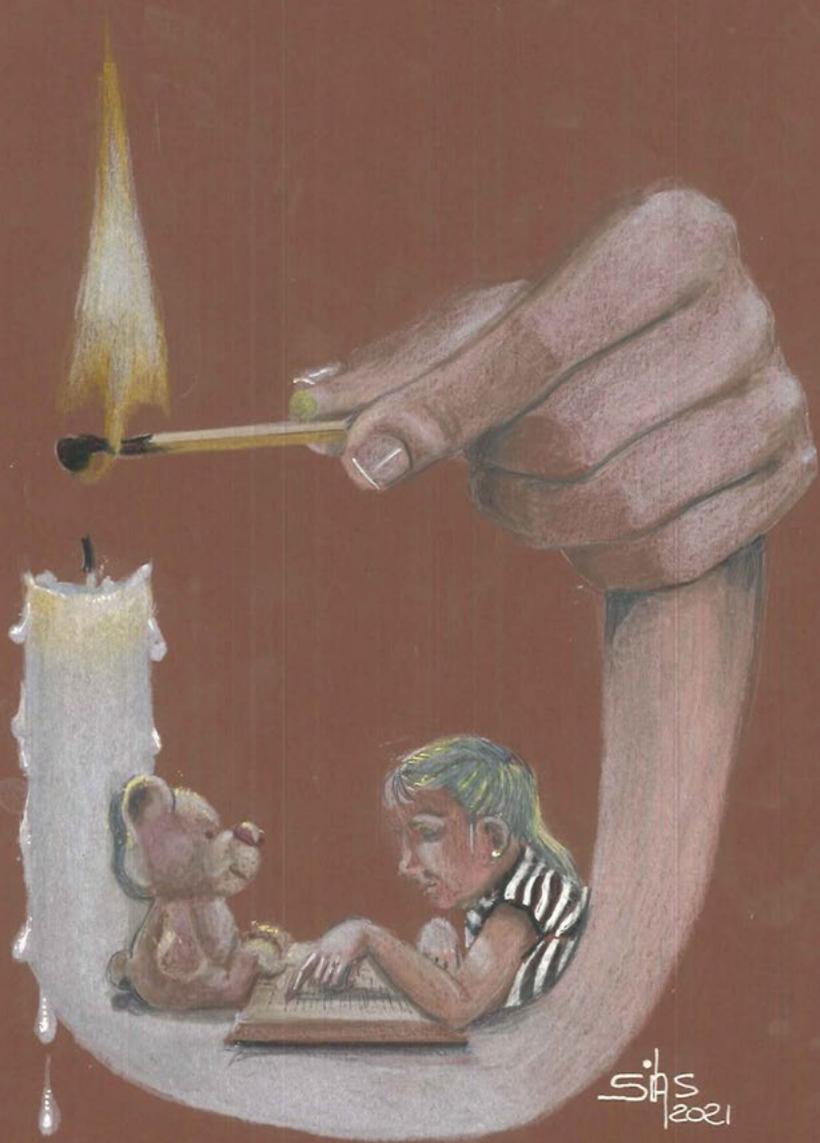
Vale ressaltar que a luta é contínua, que a grande oportunidade para a Comunidade Surda de Mato Grosso do Sul será realizada pela segunda geração de surdos e surdas que estudaram no CEADA, já que a primeira foi fruto da geração dos líderes que estudaram no INES.

Apesar de os documentos estarem contribuindo para elevar o processo de novos ganhos dentro da comunicação da Língua de Sinais, há necessidade de estudos mais detalhados, buscando a prática e a conscientização do que ainda precisa ser realizado, pois a história cultural e a política ainda demandam muitas pesquisas nesta área. Portanto, é essencial um novo olhar, uma nova compreensão e a aceitação de uma perspectiva baseada no Protagonismo Surdo, tendo em vista que a luta desse povo é legítima e necessária.

Referência

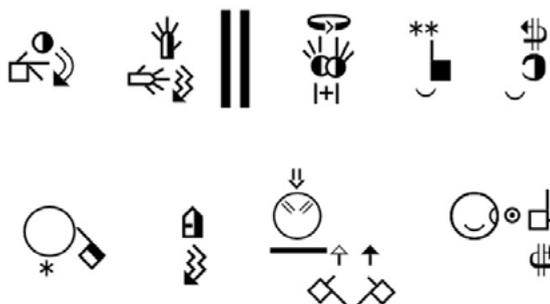
- ALBRES, N. A. **História da Língua Brasileira de Sinais em Campo Grande** – MS. 2005. Disponível em: <http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=7&idart=60>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- BRASIL. **Decreto 6949/2009 de 25 de agosto de 2009**. Dispõe sobre a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências e seu Protocolo Facultativo, assinado em nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 14 mar. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 6.861 de 27 de maio de 2009**, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6861.htm. Acesso: 14 mar. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, regulamentada pelo Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 14 mar. 2019.
- FENEIS. **O despertar das mulheres surdas no Brasil**. *Revista FENEIS*, v. 5, n. 24, Jan/mar. 2015. Disponível em: https://issuu.com/feneisbr/docs/revista_feneis_24. Acesso em: 14 mar. 2019.
- FENEIS. Documento de Acessibilidade e Direitos Humanos dos Surdos Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS, Porto Alegre, 2005.
- FENEIS. Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. **A educação que nós Surdos queremos**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Disponível em: https://issuu.com/feneisbr/docs/documento_a_educacao_que_nos_surdos. Acesso em: 01 fev. 2022.
- GIANNOTTO, A. O. **Ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como Fator de Desenvolvimento Local em Contextos de Territorialidades**. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/22498-dissertacao-adriano-de-oliveira-gianotto.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.
- LONKHUIJZEN, D. M. V.; CANDIA, C. E. S.; VILHALVA, S. **Iniciativas de acessibilidade no Museu das Culturas Dom Bosco** – Museu das Culturas Dom Bosco, apresentado no Fórum do Instituto Nacional dos Surdos – INES, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.mcdb.org.br/materias.php?subcategoriaId=8&usarAgenda=true>. Acesso em: 11 mar. 2019.
- LOUBET, M.; LIMA, C. A. Literatura surda e educação: em busca de diálogos em língua de sinais, In: SANTOS, R.; NASCIMENTO, G. V. S. (org.). **Libras e educação de surdos: retratos do Mato Grosso do Sul**, São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 205.
- MATO GROSSO DO SUL. **Secretaria de Estado de Educação. SED inicia processo de implementação da Escola Polo Linguístico de Libras**. Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/sed-inicia-processo-de-implementacao-de-escola-polo-linguistico-de-libras/>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- MONTEIRO, M. S. Mestres e Doutores Surdos: Sobre a Crescente Formação Especializada de Pessoas Surdas no Brasil. **Revista Virtual de Cultura Surda**, Centro Virtual de Cultura Surda, n. 23, maio 2018. ISSN 1982-6842 Disponível em: http://editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes. Acesso em: 01 fev. 2022.
- VILHALVA, S.; ARRUDA, C. C. C.; ALBRES, N. A. Desafios na formação continuada de profissionais para educação inclusiva de surdos? O CAS como política de ação do MEC. In: ALBRES, Neiva de Aquino; NEVES, Sílvia Lia Grespan (org.). **Libras em estudo: formação de profissionais**. São Paulo: Feneis, 2014.

DEBATE TÉCNICO- PEDAGÓGICO



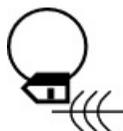
ENEM EM LIBRAS: A CONQUISTA É DA FENEIS E DA COMUNIDADE SURDA BRASILEIRA

ENEM IN LIBRAS: the conquest belongs to Feneis and of the Brazilian Deaf Community



Bruno Meirinho

Advogado em Curitiba, Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná.



Patrícia Luiza Ferreira Rezende

Doutora em Educação pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina; Professora Associada do curso de Pedagogia Bílingue do INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos; Diretora de Políticas Educacionais da Feneis no período de 2009 a 2014.



Resumo

O presente artigo relata o percurso da atuação da Feneis para a reivindicação da tradução do ENEM em Libras, descrevendo desde a pressão realizada perante as autoridades governamentais até o esgotamento do diálogo quando a Feneis adotou a via judicial, com amparo em convenções internacionais e normas brasileiras, e obteve decisões judiciais que obrigaram o governo brasileiro a realizar a tradução do ENEM para a Língua Brasileira de Sinais

Palavras-chave

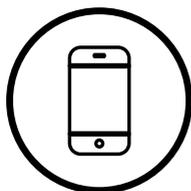
Libras. ENEM. Feneis. Defesa de direitos linguísticos.

Abstract

This paper reports the efforts made by Feneis to demand the translation of ENEM into Libras, describing from the pressure exerted on government authorities to the exhaustion of dialogue when Feneis adopted the judicial route, based on international conventions and Brazilian standards, and obtained court decisions that forced the Brazilian government to translate the ENEM into Brazilian Sign Language.

Keywords

Libras. ENEM. Feneis. Defense of linguistic rights.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**
<https://www.youtube.com/channel/UCosR0agJVuvT-26VxiR3cTQ>

Canal do DDHCT INES no YouTube



Introdução

No presente artigo apresentaremos as circunstâncias jurídicas e políticas que envolveram a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em Libras no ano de 2017, que foi fruto de uma ação judicial da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), por meio da qual a justiça federal determinou ao Ministério da Educação que garantisse a plena acessibilidade em Libras na realização do exame e, também, anteriormente à ação judicial, a Diretoria de Políticas Educacionais se posicionou em várias instâncias, como as audiências com os Ministros de Educação, com o CONADE, com a Presidência do INEP, resultando em várias reuniões técnicas da Feneis com o INEP ao longo do ano de 2013, em Brasília.

A providência decorrente da ação judicial se concretizou por meio do avançado recurso de videoprova em Libras, com a tradução integral em Libras das questões da prova escrita, além de receberem a versão escrita da prova.

O percurso para esse resultado foi longo, certamente muito mais longo que os três anos de tramitação da ação judicial, que nem se comparam às décadas de concepção, reconhecimento e aceitação da Língua Brasileira de Sinais (Libras),

caminho que deu fruto a referências teóricas que fundamentam a necessidade do reconhecimento dos direitos linguísticos da População Surda.

Nós, autores deste artigo, fizemos parte desse conjunto de contribuições; Patrícia, como Diretora de Políticas Educacionais da Feneis, e Bruno, como Advogado na ação judicial em questão.

Organizamos o texto em três partes: na primeira, “antecedentes”, abordamos o estado da arte do problema e das soluções no momento em que a Feneis resolveu levar a questão à justiça; na segunda, “construção”, explanamos sobre os diversos aspectos enfrentados e as instâncias institucionais que estiveram no percurso da realização do objetivo final; e na terceira, conclusões, apresentamos os resultados atuais e as perspectivas futuras para a questão, encenando aberturas para novas sendas para a garantia da plena igualdade às pessoas surdas.

ANTECEDENTES

A Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecida como meio de comunicação e expressão para os surdos, como resultado da Lei 10.436/2002 (BRASIL, 2002), chamada de Lei de Libras, propiciou que, ao longo dos anos, a Libras fosse ofertada como disciplina obrigatória nos cursos de Licenciatura e de Fonoaudiologia, bem como fossem criados cursos de Letras Libras em todo o Brasil. Essas iniciativas aumentaram a visibilidade da Língua de Sinais no país e a obrigatoriedade de colocação de intérpretes de Libras para os alunos surdos nas escolas inclusivas e em vários cursos de ensino superior.

Com isso, os alunos surdos puderam acessar, com maiores condições de igualdade, a educação escolar em níveis mais avançados (na maioria das vezes os alunos provenientes do EJA - Educação de Jovens e Adultos). Esse fenômeno ganhou expressão nas últimas duas décadas, sendo resultado da maior aceitação e oficialização da Libras, ocorrida a partir da segunda metade dos anos 1990.

Nas palavras de Fernandes e Moreira (2017, p. 138) “a geração de estudantes surdos que concluiu o ensino médio nos anos 2000 vivenciou a transição de um sistema educacional que inviabilizava (...) a Língua de Sinais para a incorporação da Libras nas práticas escolares.”

De fato, o surgimento da perspectiva bilíngue na educação de surdos no Brasil permitiu que a Comunidade Surda - este “país”, na metáfora de Fernandes (2003, p. 6) - encontrasse os meios para seu pleno desenvolvimento, com toda a potência cultural, social e institucional que o bilinguismo proporciona, em antagonismo à perspectiva audiológica, médica e terapêutica expressa na abordagem “oralista” combinada com a visão limitada da surdez como deficiência.

Com a Lei de Libras reconhecida como língua de acesso, as Secretarias Estaduais e Municipais foram obrigadas a alocar intérpretes de Libras nas escolas comuns onde foram matriculados alunos surdos, apesar da precária formação da

maioria dos profissionais. Ainda há muito para se percorrer para que o acesso a uma educação plena e linguística que atenda de fato às peculiaridades linguísticas e culturais do alunado surdo, mas é certo que a grande maioria dos surdos que frequentam escolas comuns já têm, ao menos, acesso a um profissional intérprete de Libras para assegurar a compreensão das aulas. Entretanto, se por um lado as aulas são proferidas oralmente pelos professores, o que, evidentemente, inviabiliza o acesso dos alunos surdos ao conteúdo a não ser que tenham à disposição o profissional em tradução e interpretação em Libras, as provas são, em regra, escritas, situação que igualmente gera obstáculo ao acesso dos surdos.

Considerando que o texto escrito é, em tese, acessível a quem não pode ouvir, muitas vezes os examinandos surdos são submetidos a provas sem qualquer espécie de acessibilidade em Libras, sob o fundamento de que a acessibilidade em Língua de Sinais estaria limitada à tradução da Língua Portuguesa oral.

Esse entendimento representa um grande empecilho para o acesso dos estudantes surdos aos níveis mais avançados de educação, pois desconsidera a premissa básica da educação bilíngue, que considera a Língua Portuguesa como segunda língua, em relação à qual os estudantes surdos não têm a mesma proficiência e fluência que os ouvintes.

Aliás, é bastante consensual que os estudantes surdos possuem déficit na leitura e no uso da Língua Portuguesa escrita, razão pela qual a avaliação dos surdos submetidos a provas escritas deve considerar critérios diferenciados para provas discursivas e de redação, de modo a assegurar que a qualidade linguística do texto seja avaliada com ênfase no aspecto semântico e de conteúdo, bem como considerando as influências formais da Língua de Sinais que podem estar associadas a inversões de organização sintática pelo examinando com um estilo distinto do usual pelos fluentes em Língua Portuguesa (FERNANDES, 2013).

Assim, os exames escritos, se não forem traduzidos para Libras, colocam o examinando surdo em condição de desigualdade em relação aos concorrentes ouvintes e representam um constrangimento aos direitos linguísticos da pessoa surda. Este problema ainda é generalizado, a começar pelos concursos públicos, ainda pouco acessíveis.

E é surpreendente que ainda existam obstáculos dessa natureza em concurso públicos, especialmente considerando que o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CONADE) editou, em 2010, a Recomendação nº 001 (BRASIL, 2010) que estipulava, com fundamento na Legislação Brasileira e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, ratificada pelo Decreto 6.949/09 (BRASIL, 2009), a necessidade de tradução em Libras nos editais e no conteúdo das provas escritas. Vejamos alguns trechos relevantes desta recomendação:

Quanto à aplicação de provas objetivas, discursivas e/ou de redação

3.1. As provas devem ser aplicadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, com recursos visuais, por meio de vídeo ou outra tecnologia

análoga, conforme as normas técnicas em vigor, disponibilizando, inclusive, intérprete habilitado para permitir o acesso ao conteúdo das provas, sempre que solicitado pelo candidato surdo ou com deficiência auditiva.

3. Quanto à aplicação de provas objetivas, discursivas e/ou de redação

3.1. As provas devem ser aplicadas em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, com recursos visuais, por meio de vídeo ou outra tecnologia análoga, conforme as normas técnicas em vigor, disponibilizando, inclusive, intérprete habilitado para permitir o acesso ao conteúdo das provas, sempre que solicitado pelo candidato surdo ou com deficiência auditiva.

3.2. As instituições utilizarão como referência, sem dele depender, o programa anual PROLIBRAS, instituído pelo MEC e ordenado pelo Decreto 5.626/05, no qual todas as provas são aplicadas em LIBRAS, por meio de terminais de computadores.

4. Quanto aos critérios de avaliação

4.1. O edital deverá explicitar os mecanismos e critérios de avaliação das provas discursivas e/ou de redação dos candidatos surdos ou com deficiência auditiva, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística da LIBRAS.

4.2. Deve-se considerar que a pessoa surda educada na Língua de Sinais, necessariamente sofrerá influências desta na sua produção escrita, tornando necessário o estabelecimento de critérios diferenciados de correção de provas discursivas e de redações, a fim de proporcionar tratamento isonômico aos candidatos surdos. Nesse sentido, deverão ser instituídos critérios que valorizem o aspecto semântico (CONTEÚDO) e sintático em detrimento do aspecto estrutural (FORMA) da linguagem, fazendo-se a distinção entre “conhecimento” e “desempenho linguístico”.

4.3. Deverão ser previstos, na aplicação de prova discursiva e/ou de redação, mecanismos que indiquem ser o candidato com deficiência auditiva, sem que seja ele identificado nominalmente.

4.4. As provas de redação e/ou discursivas, aplicadas a pessoas surdas ou com deficiência auditiva, deverão ser avaliadas somente por Professores de Língua Portuguesa para Surdos ou professores de Língua Portuguesa acompanhados de um intérprete de Libras. (BRASIL, 2010)

A situação ganha contornos mais graves quando se trata de um exame de promoção e acesso para o ensino superior, como é o caso do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que, além de ser critério para a obtenção de bolsas, é utilizado por várias instituições públicas como vestibular para o acesso às vagas dos cursos de graduação.

Até 2013, a Feneis já havia formulado inúmeros requerimentos e reuniões técnicas perante o Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para garantir que as provas do ENEM fossem acessíveis aos alunos surdos. A Feneis defendia que a prova fosse efetivamente traduzida para Libras, o que sempre foi rejeitado pelos órgãos responsáveis pela aplicação da prova.

A Diretora de Políticas Educacionais da Feneis, recebia inúmeras reclamações por parte de examinandos surdos do certame ao longo de vários anos, assim em maio de 2013. Em razão desse quadro, a Feneis pediu audiência com o Presidente

do INEP para explicar sobre a necessidade de se fazerem ajustes necessários para que o exame seja acessível plenamente aos candidatos surdos.

O Presidente do INEP pediu, então, ao Diretor de Avaliação de Educação Básica que procedesse ao atendimento da Feneis, providência para a qual foram organizadas reuniões técnicas, convidando, sob indicação da Diretoria da Feneis, os pesquisadores surdos e ouvintes renomados na área de Linguística e Educação de Surdos, entre os quais se destaca a Prof.^a Dra. Ronice Quadros, do curso de Letras Libras da Universidade Federal de Santa Catarina, que apresentou os trabalhos feitos na tradução dos vestibulares dessa universidade.

A partir desse caso, ficou demonstrado à Direção de Avaliação de Educação Básica a real viabilidade técnica do trabalho, isto é, a tradução integral das provas do ENEM. Mas o INEP sempre resistiu às soluções, antevendo obstáculos, ora dizendo ser de grande complexidade, ora apontando dificuldades burocráticas, ora manifestando receio de riscos de vazamento de provas.

A despeito das diversas tentativas e tratativas da Diretoria da Feneis, amparada por vários pesquisadores e profissionais da área de tradução, educacional e linguística de surdos, o INEP negava a possibilidade de traduzir a prova do ENEM para Libras. Inclusive, o próprio INEP recebeu de sua Comissão Assessora de Adaptação de Provas uma recomendação para que as provas realizadas pelo INEP fossem traduzidas integralmente e, mesmo assim, não houve resultados práticos nesse sentido. A Feneis reivindicou diretamente ao Ministro da Educação Aloízio Mercadante, mais uma vez sem sucesso. Em 2014, a Diretora de Políticas Educacionais novamente reivindicou ao Ministro da Educação, agora José Henrique Paim, mas a providência foi novamente negada, sob a alegação de “grande complexidade do exame”.

Diante de todos esses esforços, a FENEIS entendeu que não havia mais abertura para o diálogo e, em 2014, a partir das inúmeras reclamações de estudantes surdos que se submeteram ao exame, foi decidido propor uma ação judicial para obrigar o INEP, o MEC e o Governo Federal a realizarem o ENEM em Libras.

CONSTRUÇÃO

A Feneis, através da então Diretora de Políticas Educacionais, tomou conhecimento de uma ação judicial proposta em favor de seis estudantes surdos do Paraná que saíram prejudicados nas provas do ENEM do ano de 2013 (ação vitoriosa em 2015, sendo o INEP obrigado a reaplicar as provas para os estudantes surdos). A partir dessa informação, a Diretora entrou em contato com o advogado para que uma ação judicial fosse elaborada em nome da Feneis, abrangendo todos os candidatos surdos que foram prejudicados no certame.

Para propor a ação judicial, a Feneis reuniu o repertório de fundamentos

técnicos desenvolvidos ao longo das últimas décadas. Foram elaborados pareceres específicos, recomendando a tradução da prova do ENEM em Libras, pelas pesquisadoras Sueli Fernandes (2014) e Sandra Patrícia do Nascimento (2015) e reunidas reclamações individuais específicas de estudantes surdos que realizaram a prova.

A Feneis apurou que os relatos dos estudantes surdos davam conta de que, em algumas salas, os tradutores-intérpretes limitavam-se a traduzir para a Língua de Sinais as instruções gerais da prova, que são comunicadas oralmente aos demais examinandos. Outros intérpretes, seguindo conduta distinta, traduziam palavras isoladas dos enunciados escritos, afirmando que seria proibido traduzir frases inteiras.

Diversos relatos indicavam também que os tradutores-intérpretes sequer dominavam a Língua de Sinais, fazendo sinais inexistentes. De fato, algumas informações indicavam que não havia critério técnico para a seleção dos tradutores-intérpretes que trabalhariam nas provas do ENEM, mas somente o INEP teria a documentação que comprovaria, ou não, que os profissionais eram habilitados para a função.

Ressalte-se que a profissão de Tradutor-Intérprete de Língua de Sinais é regulamentada pelo Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005), sendo privativa do bacharel em Tradução e Interpretação com Habilitação em Libras - Língua Portuguesa e, durante um período de transição previsto no Decreto, poderia ser também exercida por profissionais sem formação superior que tivessem frequentado cursos de extensão, educação profissional ou formação continuada com proficiência atestada em Libras, por meio do exame organizado pelo Ministério da Educação denominado Prolibras.

Com essas informações, a Feneis ingressou com ação judicial na Justiça Federal de Curitiba solicitando que fosse determinada uma ordem, com efeitos nacionais, para que o MEC e os órgãos associados responsáveis pela aplicação do ENEM assegurassem a tradução integral da prova em Libras, por meio do recurso videoprova, que já era utilizado em algumas instituições de ensino superior, como a Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal de Santa Catarina, etc.

Além disso, a Feneis denunciou que os profissionais que trabalharam como tradutores-intérpretes na aplicação da prova aparentavam não ter a habilitação profissional obrigatória e solicitaram que fosse determinado ao MEC que comprovasse que os profissionais tinham a formação mínima para exercer a função.

Ainda foram solicitados esclarecimentos a respeito de qual seria a função pretendida pelo MEC para os Tradutores-Intérpretes, já que os estudantes surdos relataram diversas versões conflitantes, como profissionais que teriam traduzido apenas as instruções iniciais da prova e profissionais que traduziram apenas palavras isoladas dos enunciados.

Em resposta, o MEC não trouxe nenhum comprovante de que os profissionais que atuaram no exame tinham alguma habilitação para a profissão de Tradutor-Intérprete de Língua de Sinais. A respeito das funções pretendidas para esses profissionais nos locais de prova, departamentos distintos do MEC deram respostas conflitantes.

Um dos departamentos justamente informou que a orientação dada era para que fossem traduzidas apenas as instruções gerais da prova, enquanto outro departamento ressaltou que os tradutores eram necessários para assegurar a compreensão dos enunciados escritos pelos estudantes surdos, traduzindo os conteúdos da prova para a Língua de Sinais.

A contradição interna no órgão responsável pela aplicação da prova atestou a falta de planejamento e de orientação clara para o atendimento dos estudantes surdos durante o ENEM. Mas também é importante ressaltar que parecia bastante inviável a pretensão de que os Tradutores-Intérpretes cumprissem a função de traduzir os enunciados escritos da prova para Libras, afinal, o conteúdo da prova do ENEM envolve vocabulário especializado em várias áreas do conhecimento de nível médio e mesmo um profissional habilitado pode não ter os recursos necessários para a tradução imediata do conteúdo.

Quanto a esse ponto, também foi perguntado se havia alguma preparação dos Tradutores-Intérpretes a respeito do conteúdo da prova, o que também foi respondido não existir, até mesmo para garantir o sigilo e impedir vazamentos de perguntas e respostas.

Na realidade, as respostas oficiais davam reforço às reclamações da Feneis e de toda a Comunidade Surda, insatisfeita com a falta de acessibilidade na realização do ENEM, afinal, não havia tradução dos conteúdos da prova e, mesmo que houvesse a orientação para que o conteúdo fosse traduzido, os Tradutores-Intérpretes sequer eram habilitados para a profissão. Além disso, por diversas razões, havia obstáculos que impediam o bom trabalho de Tradutores-Intérpretes, quando existiam, uma vez que o vocabulário específico não era previamente treinado. Apenas o recurso de videoprova em Libras, uniforme para todos os examinandos, seria capaz de suprir a demanda por acessibilidade.

Estudantes surdos e Tradutores-Intérpretes foram ouvidos em todo o Brasil para esclarecerem os problemas técnicos e de acessibilidade para os surdos na aplicação do ENEM, sendo confirmado o transtorno generalizado na aplicação da prova para os surdos.

O MEC e o INEP rapidamente adotaram uma posição técnica contrária à perspectiva do bilinguismo, o que contradizia até mesmo reuniões públicas anteriores dessas instituições com a Feneis. Já que, até então, as únicas justificativas para não traduzir a prova para Libras seriam questões operacionais. A Diretoria da Feneis relembra, contudo, que no dia 9 de dezembro de 2013, em reunião com o Inep e a FEBRAPILS, o então Diretor de Avaliação de Educação Básica do INEP afirmou que muitas decisões só são tomadas quando forçadas pela justiça.

Mas durante o processo judicial, o MEC e o INEP passaram a sustentar que as avaliações não poderiam dispensar a obrigação dos surdos de dominar a Língua Portuguesa escrita, retrocedendo na perspectiva linguística do bilinguismo e no amplo conhecimento que os educadores possuem a respeito das especificidades do domínio dos surdos sobre a língua escrita.

Assim sendo, apesar das tentativas do próprio Juiz Federal da 11ª Vara de Curitiba, Dr. Flávio Antônio da Cruz, não houve qualquer possibilidade de conciliação nas audiências convocadas. Paralelamente ao processo judicial, a Feneis, por meio da então Presidenta Ana Regina e Souza Campello e do advogado Bruno Meirinho, buscou reunir-se com o INEP para discutir as possibilidades de solução, ainda que não fosse imediata; mas a posição dos realizadores do ENEM passou a ser a de contrariar os direitos linguísticos dos surdos, contrariando também as próprias normas internas do MEC e da Política Nacional de Educação Inclusiva e, por que não dizer pior, a legislação vigente que garante direitos linguísticos dos surdos neste país.

Realizadas as audiências e apresentados todos os argumentos, a Justiça Federal deu sentença favorável à FENEIS no dia 6 de junho de 2016, dois anos após o início do processo. Na sentença, o Juiz Federal Flávio Antônio da Cruz trouxe a lição de Sidney Madrugá:

A igualdade formal traz dois significados importantes, um dirigido ao legislador e outro aos aplicadores do Direito. O primeiro é que ao legislador está vedado tratar de forma distinta aos que se encontrem na mesma situação, sob pena de incorrer em arbitrariedades e discriminação. O segundo determina que a igualdade seja aplicada, direcionada, da mesma maneira que a anterior, ou seja, sem distinguir pessoas ou situações que se encontrem numa mesma circunstância, não havendo que se estabelecer diferenciações, senão as que estão presentes na norma.

A igualdade material, por seu turno, pressupõe um trato diferenciado e não consiste em um tratamento igualitário, sem distinção, a todos. Um dos desdobramentos da igualdade fática são as políticas de ação afirmativa, que dispensam medidas destinadas a determinados grupos socialmente excluídos de forma a oportunizar uma verdadeira igualdade de tratamento e de oportunidades àqueles. A legitimação de tratamentos jurídicos diferenciados em função de determinadas desigualdades fáticas é hoje uma realidade em muitos países, a exemplo das políticas antirracistas estadunidenses e do tratamento preferencial dado a mulheres e pessoas com deficiência, sob determinadas circunstâncias, no Brasil e na Espanha. (2013, p. 121-122, *apud* CRUZ, 2016).

Ou seja, não se pode tratar igualmente os desiguais. Se existem situações específicas que afetam os estudantes surdos, a estes deve ser assegurado o tratamento diferenciado, de modo a mitigar a desigualdade, assegurando a igualdade material, também chamada de isonomia. Adotando a mesma referência e buscando o exemplo de casos americanos, o Juiz Federal responsável pelo julgamento da causa da FENEIS encontrou um caso emblemático para fundamentar o direito dos estudantes surdos no caso do ENEM:

Nesse mesmo ano (1971), a Suprema Corte, no caso *Griggs v. Duke Power Company*, estabeleceu a doutrina do impacto inverso (*disparate impact*

theory) ao entender que o Título VII do Civil Right Act de 1964 previa não só casos de discriminação intencional, direta, **como também aquela baseada em critérios, em princípio neutros, mas que fundavam por discriminar certo grupo em benefício de outro**. *In casu*, testes de aptidão para o desempenho de determinadas funções estendidos a todos os empregados de forma indiscriminada, que aparentemente seriam neutros em sua concepção, mas discriminavam os de raça negra, que possuíam baixo nível educacional, quanto a acesso e melhor remuneração, em benefício dos candidatos brancos. (MADRUGA, 2013, p. 165, *apud* CRUZ, 2016)

Neste sentido, entendendo que o caso pode ser o de aplicação de um critério “neutro”, mas que é extremamente prejudicial aos estudantes surdos, com reconhecidas especificidades em provas escritas, merece atenção a obrigação do poder público assegurar o tratamento diferenciado, com a acessibilidade adequada que garanta a igualdade material entre os examinandos.

E neste caso não se trata apenas da adoção de uma acessibilidade que compense o déficit de acesso à língua escrita. Trata-se, na verdade, da garantia dos direitos linguísticos da Comunidade Surda, que tem como primeira língua a Libras, e não pode ser avaliada quanto à sua segunda língua com o mesmo critério que os usuários de Língua Portuguesa como língua materna. Vale pontuar o que diz a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) da UNESCO:

Artigo 1º

2. Esta Declaração parte do princípio de que os direitos linguísticos são simultaneamente individuais e coletivos, e adota como referência da plenitude dos direitos linguísticos, o caso de uma comunidade linguística histórica no respectivo espaço territorial, entendendo-se este não apenas como a área geográfica onde esta comunidade vive, mas também como um espaço social e funcional indispensável ao pleno desenvolvimento da língua.

(...)

Artigo 2º

1. Esta Declaração considera que, nos casos em que diferentes comunidades e grupos linguísticos coabitam num mesmo território, o exercício dos direitos formulados nesta Declaração deve reger-se pelo respeito entre todos e dentro das máximas garantias democráticas.

Artigo 3º

1. Esta Declaração considera como direitos individuais inalienáveis que devem ser exercidos em todas as situações os seguintes: o direito a ser reconhecido como membro de uma comunidade linguística; o direito ao uso da língua em privado e em público; (...)

(...)

2. Esta Declaração considera que os direitos coletivos dos grupos linguísticos podem incluir ainda [...] o direito ao ensino da própria língua e da própria cultura; o direito a dispor de serviços culturais; o direito a uma presença equitativa da língua e da cultura do grupo nos meios de comunicação; o direito a serem atendidos na sua língua nos organismos oficiais e nas relações socioeconômicas.

(...)

Artigo 5º

Esta Declaração baseia-se no princípio de que os direitos de todas as comunidades linguísticas são iguais e independentes do seu estatuto jurídico ou político como línguas oficiais, regionais ou minoritárias.

(...)

Artigo 7º

1. Todas as línguas são a expressão de uma identidade coletiva e de uma maneira distinta de apreender e descrever a realidade, pelo que devem poder se beneficiar das condições necessárias ao seu desenvolvimento em todas as funções.

(...)

Artigo 10º

1. Todas as comunidades linguísticas são iguais em direito.

2. Esta Declaração considera inadmissíveis as discriminações contra as comunidades linguísticas baseadas em critérios como o seu grau de soberania política, a sua situação social, econômica ou qualquer outra, ou o nível de codificação, atualização ou modernização alcançado pelas suas línguas.

(...)

Artigo 11º

Todas as comunidades linguísticas têm direito a se beneficiar dos meios de tradução nos dois sentidos que garantam o exercício dos direitos constantes desta Declaração.

(...)

Artigo 13º

(...)

2. Todos têm direito a serem políglotas e a saberem e usarem a língua mais apropriada ao seu desenvolvimento pessoal ou à sua mobilidade social, sem prejuízo das garantias previstas nesta Declaração para o uso público da língua própria do território.

Estes trechos relevantes da Declaração pontuam que os surdos são considerados como membros de uma comunidade linguística e, portanto, fazem jus aos direitos linguísticos.

Indo mais além, ainda que o entendimento fosse no sentido de que o estudante surdo não pode deixar de ser examinado sobre seus conhecimentos de Língua Portuguesa na sua forma escrita, não há qualquer justificativa para submeter o examinando surdo a uma prova de História, por exemplo, que contém extenso e complexo conteúdo em Língua Portuguesa.

O estudante pode ter bons conhecimentos de História, mesmo não tendo pleno domínio da Língua Portuguesa escrita. Entretanto, a prova de História pode conter enunciados capciosos, ambiguidades e múltiplas interpretações mesmo que não tenha sido essa a intenção daquele que redigiu a questão.

O fato é que a perfeita compreensão da Língua Portuguesa escrita em um texto base para as questões de História que tenham 20 linhas pode ser um obstáculo maior para o estudante surdo do que o conteúdo da questão de História em si.

Assim, não haveria justificativa para manter inacessível em Libras os textos, enunciados e alternativas escritos da prova, já que estes textos representam a forma de acesso aos conteúdos, e não os conteúdos em si e, portanto, podem ser traduzidos para a língua que melhor assegure a compreensão do examinando. Importante pontuar os dizeres das pesquisadoras Fernandes e Nascimento que deram pareceres técnicos e acadêmicos para a ação judicial; vale destacar que elas são Doutoradas em Linguística, Professoras altamente especializadas em Língua Portuguesa como segunda língua para surdos:

[...] Importante que se destaque que essa situação singular envolvendo leitura e escrita em Língua Portuguesa como L2 pelos surdos expressa um processo sociolinguístico de línguas de contato que tem sido amplamente estudado por pesquisadores na área da Linguística e Educação, cujo direito à avaliação diferenciada nas provas, em concursos públicos, exames vestibulares e outros processos seletivos como é o caso do ENEM, já se encontra devidamente assegurado na legislação vigente em território nacional. (FERNANDES, 2014)

CONSIDERANDO-SE (a) que a Língua de Sinais é reconhecida como uma das categorias linguísticas a fazer parte do Inventário Nacional da Diversidade Linguística, um reforço ao status linguístico da Libras e ao reconhecimento desta como meio efetivo de comunicação, interação e acesso ao conhecimento por pessoas surdas; (b) o relato de que a política de oralização culminou com o fracasso escolar e finalmente a desescolarização de milhões de pessoas surdas, atestado em diversas pesquisas brasileiras; e (c) que um número inexpressivo de estudantes surdos tem tido acesso aos cursos de graduação nas universidades públicas do país, sem mencionar os exames seletivos de concursos promovidos por instituições públicas e privadas, mediante a falta de acessibilidade nos exames admissionais para o curso superior, quer seja em vestibulares, quer seja nas provas do ENEM, é justo que sejam aplicadas VIDEOPROVAS em Libras nos exames nacionais, em especial no ENEM, como também nos demais concursos públicos e de instituições particulares, sem discriminação e sem restrição ao direito de acesso a toda a prova traduzida para Libras antes da realização dos exames e apresentada em formato padronizado a todos os candidatos que optarem por tal formato e forem realizar a prova em qualquer sítio do Território Nacional. Há mais de um século, a Língua de Sinais vem sendo subjugada. É hora de mudar o curso da história. (NASCIMENTO, 2015)

A garantia dos direitos linguísticos da População Surda, além de ser decorrência da lei de Libras (BRASIL, 2002), também está presente nas convenções internacionais de direitos humanos, das quais o Brasil é signatário, como é o caso da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, acolhida no Brasil pelo Decreto 6949/09:

Artigo 3

Princípios gerais

Os princípios da presente Convenção são:

(...)

b) A não discriminação;

c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;

d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;

e) A igualdade de oportunidades;

f) A acessibilidade;

(...)

h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade;

(...)

Artigo 24

Educação

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos:

a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;

b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;

(...)

2. Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que:

a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência;

(...)

3. Os Estados Partes assegurarão às pessoas com deficiência a possibilidade de adquirir as competências práticas e sociais necessárias de modo a facilitar às pessoas com deficiência sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade. Para tanto, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas, incluindo:

(...)

b) Facilitação do aprendizado da Língua de Sinais e promoção da Identidade Linguística da Comunidade Surda(...) (BRASIL, 2009).

Durante o processo judicial a que nos referimos nesse artigo, que teve início em 2014, foi aprovado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei 13.146/15 (BRASIL, 2015), que trouxe relevantes inovações legais que confirmam os objetivos pretendidos pela Feneis:

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

(...)

V - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e

das comunicações;

(...)

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

(...)

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

(...)

VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras.

Como é possível ver, todo o conjunto de normas indica que essa providência é indispensável para garantir a igualdade no atendimento aos surdos.

Assim, o Juiz Federal Flávio Antônio da Cruz (2016) delimitou: “Isso evidencia, portanto, que os surdos não podem ser submetidos à mesma avaliação empregada para não surdos. E isso está muito longe de configurar privilégio.”

Com todas essas considerações, a Justiça Federal, em julgamento de primeira instância, deu sentença favorável aos pedidos da Feneis, e determinou que as provas seguintes do ENEM fossem inteiramente traduzidas para Libras, com o recurso videolibras.

Entretanto, ainda seria necessário saber o entendimento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a segunda instância, que julgaria o recurso apresentado pelo MEC e INEP contra a sentença.

No Tribunal, procuramos convencer os Desembargadores a seguirem a opinião do Juiz Federal. Os principais questionamentos que foram colocados diziam respeito à aparente “facilidade” que esses recursos de acessibilidade poderiam trazer para os surdos, retirando o caráter desafiador da prova, que é a sua essência.

A dúvida trazida revela, certamente, a falta de conhecimento especializado dos julgadores, o que é absolutamente normal. O fato é que a tradução em Libras não representa facilidade alguma quanto à resposta dos desafios da prova. Serve apenas para eliminar a barreira linguística, que tornaria a prova desigual e injusta com os surdos.

Fomos questionados também a respeito dos futuros profissionais que os surdos sinalizantes poderiam ser, afinal, haverá muitos momentos em que o mundo exige a língua escrita, não seria, portanto, mais adequado prepará-los para essas condições, em vez de assegurar os direitos linguísticos?

Essa questão, realmente desafiadora, depende em parte da realização do sonho da Comunidade Surda, que seria a maior divulgação da Libras, de modo

que essa forma de comunicação não seja exclusiva dos surdos e dos Tradutores-Intérpretes, mas também de todo cidadão comum, que aprenderia a língua na escola.

Além disso, certamente o caminho do futuro dos direitos linguísticos da Comunidade Surda é uma via de mão dupla: de um lado, a sociedade deverá adaptar seus meios de comunicação para melhor atender aos surdos, que progressivamente ganham força na garantia de seus direitos; de outro lado, na formação profissional, conforme a escolha de cada um, talvez haja maior necessidade de domínio da Língua Portuguesa escrita, o que em nada diminui a justiça de se reivindicar que o ENEM seja traduzido em Libras.

Vale ainda destacar o que diz a Declaração de Direitos Linguísticos que não pode haver predominância da língua oficial sobre as línguas de minorias linguísticas:

[...] esta Declaração toma como ponto de partida as comunidades linguísticas e não os Estados e inscreve-se no quadro do reforço das instituições internacionais capazes de garantir um desenvolvimento duradouro e equitativo para toda a humanidade, e tem como finalidade favorecer um quadro de organização política da diversidade linguística baseado no respeito, na convivência e no benefício recíprocos. (UNESCO, 1996)

Ao final, em decisão de 1º de junho de 2017, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região manteve na íntegra a decisão do Juiz Federal e determinou que o ENEM fosse traduzido integralmente em Libras (TRF4, 2017). Antes mesmo da decisão, o MEC e o INEP já haviam anunciado que o exame teria a acessibilidade em Libras a partir daquele ano, o que colocaria fim à questão. Foi após a decisão judicial da primeira instância, em junho de 2016 (CRUZ, 2016), que a Feneis se antecipou e pediu ao INEP que fizesse uma reunião com a UFSC, para ver a possibilidade da real viabilidade técnica para os trabalhos de tradução integral das provas do ENEM em Libras ainda em 2016, que só ofereceu simulado para os poucos candidatos surdos em novembro de 2016, mas que em 2017 foi abrangido para todo o Brasil para a grande vitória da Feneis, em especial da COMUNIDADE SURDA BRASILEIRA.

No processo judicial, não houve novos recursos do MEC e do INEP contra a decisão, que já é definitiva, garantindo permanentemente que os futuros exames sejam traduzidos em Libras. A experiência foi um importante precedente que pode assegurar a mesma providência para outros exames.

Enfim, queremos com o capítulo exposto mostrar que nada vai para frente quando não há luta, isso se deve em grande parte pela mobilização sem precedentes pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos.

Referências

BRASIL. **Avaliação em língua portuguesa para alunos surdos**: algumas considerações. Paraná: Governo do Estado, 2013. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/janeiro2013/otp_artigos/sueli_fernandes.pdf.

BRASIL. **Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm.

BRASIL. **Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm.

BRASIL. **Recomendação nº 001 de 15 de julho de 2010**. Brasília: 2010.

CRUZ, Flávio Antônio da. Juiz Substituto da 11ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **Sentença**. FENEIS x INEP E UNIÃO. Julgado em 06 jun.2016. Disponível em: <https://eproc.jfpr.jus.br>.

FERNANDES, Sueli. **Educação Bilíngue para Surdos**: Identidades, Diferenças, Contradições e Mistérios. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

FERNANDES, Sueli, MOREIRA, Laura Ceretta. Políticas de educação bilíngue para estudantes surdos: contribuições ao letramento acadêmico no ensino superior. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 3, p. 127-150, dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe.3/0104-4060-er-03-127.pdf>.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. Barcelona, 1996.

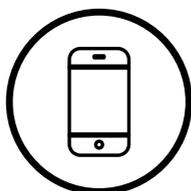
TRF4. Desembargador Relator Ricardo Teixeira do Valle Pereira. INEP E UNIÃO x FENEIS. **Acórdão**. Disponível em: <https://eproc.jfpr.jus.br>. Julgado em 01/06/2017.

“MAIS UM ANO, MAIS UMA VEZ...”



Liona Paulus

Universidade de Colônia (UzK) Alemanha



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**

[https://www.youtube.com/channel/UCosR0a
gJVuvT-26VxiR3cTQ](https://www.youtube.com/channel/UCosR0a
gJVuvT-26VxiR3cTQ)

Canal do DDHCT INES no YouTube



Meu nome é Liona Paulus e sou da Alemanha. Em 2004, vim a Porto Alegre como voluntária surda para fazer voluntariado em uma escola para surdos durante um ano e, ao mesmo tempo, conhecer o Brasil. Tão logo cheguei neste país, durante minha primeira longa estadia, percebi o enorme potencial da Comunidade Surda Brasileira e isso me fascinou tanto que sempre retorno a este lugar. Observei, e ainda observo, constantes e positivas mudanças (sociopolíticas). Farei uma descrição destas mudanças significativas, relacionando-as de forma cronológica (não exata, mas aproximada), sob minha perspectiva como uma estrangeira e pessoa próxima da Comunidade Surda Brasileira.

Eu tinha terminado o Ensino Médio e estava me preparando para meu ano de voluntariado no Brasil. Essa preparação incluía muitas leituras de obras sobre essa terra, o maior país da América do Sul, pesquisa em vários sites e aquisição de guias de viagem. No entanto, não encontrei quase nada sobre a Língua de Sinais e a Comunidade Surda no Brasil. Isto pode ser devido ao fato de que eu não dominava a Língua Portuguesa naquela época e, portanto, não conseguia encontrar nenhuma fonte, já que a maioria das informações eram nesse idioma. Por este motivo, eu tinha a crença de que o Brasil era um país muito pobre, e que, por isso, talvez não houvesse nenhum ou pouco esforço para o fortalecimento da Comunidade Surda Brasileira, bem como não havia uma Língua de Sinais, ou até mesmo existiria uma Língua de Sinais rudimentar. Resumindo, sem domínio da língua do país e com a ótica eurocentrista de uma cidadã de um país desenvolvido, julguei o Brasil como um país “em desenvolvimento”, não somente em termos socioeconômicos, mas também educacionais e políticos dentro do contexto da Educação Surda.

Essa teoria se mostrou totalmente errada nos meus primeiros meses de estadia no país; estava completamente equivocada e tive que desconstruir rapidamente meus conceitos. A Língua Brasileira de Sinais, a Libras, era largamente utilizada pela Comunidade Surda Brasileira, em todos os ambientes sociais e educacionais – como, por exemplo, nas escolas de surdos, principalmente pelos professores surdos – e isso se estendia na comunidade escolar: os funcionários, desde o diretor até a administração escolar, tinham um conhecimento relativamente bom da Libras. Minhas experiências na Alemanha não se aproximavam a essa realidade nas escolas surdas brasileiras: nos meus anos escolares, eu nunca tinha tido professores surdos; as aulas eram exclusivamente em língua oral; a administração e os demais funcionários não falavam a Língua de Sinais Alemã. Outro contraste nos ambientes escolares: pouquíssimas crianças da escola de surdos Frei Pacífico (localizada em Porto Alegre) usavam aparelhos auditivos e, ainda mais raro, um implante coclear (IC), e essa escola oferecia cursos de Libras para os pais. Na Alemanha era o oposto: quase todos os alunos surdos usavam aparelhos auditivos, vários tinham um IC e a escola não oferecia nenhum curso de Língua de Sinais para os pais dos alunos surdos. Essa diferença na posição da escola quanto à língua de sinais me impressionou: no Brasil havia uma valorização da Libras dentro e fora da escola e isso era perceptível na fluência das crianças surdas, de todas as idades, que se mostravam à vontade e felizes no espaço linguístico que ali havia. Na Alemanha, a maioria dos surdos de faixas etárias diferentes ficavam alocados em prédios diferentes, o que dificultava a aquisição da Língua de Sinais, pois não havia contato de crianças surdas com jovens surdos. Este desenvolvimento positivo das crianças surdas brasileiras se deve ao fato

de que elas estão ligadas umas às outras, possuem um espaço de identificação e fortalecimento da Identidade Surda, resultado de uma rede bem informada e estruturada pela Comunidade Surda Brasileira, composta pelas associações, e que promovia eventos (públicos) como o Setembro Azul e vários seminários como o 1º Encontro dos Líderes Surdos, entre outros.

Enquanto trabalhava voluntariamente na escola de surdos Frei Pacífico, constituí um círculo de amigos surdos que eram professores na mesma escola e ampliei este círculo com outros surdos da Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul (SSRS)¹. Notei que muitos de meus amigos e conhecidos surdos já estavam estudando na universidade, nas áreas de Educação, Esportes, Geografia, Informática e História. Eu, por outro lado, tinha poucos amigos surdos alemães universitários; no entanto, a maioria dos meus conterrâneos surdos preferiam não estudar na universidade, pois sempre enfrentávamos burocracia devido ao desconhecimento das empresas filiadas à universidade de como fornecer os tradutores intérpretes de DGS (Língua de Sinais Alemã) ou até mesmo resistência das universidades em contratar intérpretes. No Brasil, os intérpretes eram diretamente contratados pelas universidades sempre que havia um surdo matriculado no curso. Fiquei admirada que a presença de profissionais intérpretes atuando nos diversos espaços educacionais durante meus estudos no Brasil já estivesse bem regulamentada. Percebi que o ingresso no espaço acadêmico impactava de tal forma meus amigos surdos que eu percebia mudanças na postura: um ser mais crítico, mais sábio, mais empoderador, um perfil mais acadêmico. Esse sistema de acessibilidade ao ambiente universitário me deu esperança de estudar e me formar na universidade do meu país, pois minhas dúvidas da capacidade de ingressar, permanecer e formar em um curso superior sumiram após eu ter esses Modelos Surdos do Brasil. Se o Brasil consegue construir uma política que permita que os surdos ingressem em ambientes acadêmicos, certamente a Alemanha poderia fazer o mesmo.

O fato de crianças, adolescentes e jovens adultos surdos terem acesso à educação através da Língua de Sinais é uma característica que permite ao Brasil se destacar na área educacional. A Alemanha, apesar de ser um país rico, peca no quesito acessibilidade educacional e na promoção de Espaços Linguísticos Surdos. Há também o inegável fato de que, ao dominarem uma língua e cultura comuns desde muito cedo, a Comunidade Surda Brasileira é muito conectada, de tal forma que isso permite a construção e manutenção de uma rede extensa e unida, a despeito do tamanho do Brasil. Na Alemanha, muitas crianças surdas sofrem privação linguística e cultural ao não terem acesso à Língua de Sinais desde a tenra idade. Isso prejudica a Comunidade Surda Alemã, pois enfraquece as políticas linguísticas que permitem que os surdos se identifiquem como uma minoria linguística e cultural e se unam em torno de uma Identidade, Língua e

¹ Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer novamente à SSRS em Porto Alegre pela filiação gratuita de um ano, pois só recebi uma pequena mesada como voluntário naquela época, e pela hospitalidade extraordinariamente grande e calorosa da diretoria e de todos os membros. Vivi ali momentos inesquecíveis e fiz ali amizades inseparáveis que, após duas décadas, perduram até hoje.

Cultura próprias. O Brasil é um país que se destaca em comparação à Alemanha no que diz respeito ao fomento da Cultura e Língua de Sinais.

2006-2008

Em 2006, o curso de Letras-Libras na modalidade à distância foi inaugurado pioneiramente pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com encontros presenciais quinzenais. Fiquei sabendo sobre as decisões de muitos de meus amigos brasileiros de estudar Letras-Libras e também outras áreas, como Educação, Esporte ou Ciência da Computação. Muitos Líderes surdos se inscreveram no vestibular para ingressar neste curso de Letras. Um detalhe que me surpreendeu positivamente foi o fato de que as disciplinas do curso eram ministradas em Libras, além do material didático ser, também, em Libras: a Língua de Sinais era, neste espaço de ensino superior, a Língua de Instrução. Havia uma estrutura tecnológica de ponta que permitia as transmissões das aulas ao vivo, para 15 (em 2006) e 18 (em 2008) polos distribuídos nos principais estados brasileiros. A Alemanha não possuía, nem de longe, uma estrutura de ensino semelhante. Há a Universidade Gallaudet, mas a mesma não contava, na época, com um curso na modalidade à distância. Em 2008, retornei ao Brasil para uma visita aos meus amigos surdos e pude sentir as mudanças decorrentes da abertura do curso de Letras-Libras: os surdos estavam mais política e linguisticamente capacitados, mais conscientes de seus direitos linguísticos, além de o vocabulário ter se expandido consideravelmente. Isto se deu porque surgiram muitos termos e conceitos novos que demandaram as criações de sinais terminológicos. Com este conhecimento, os acadêmicos surdos e os surdos direta e indiretamente por eles influenciados foram se empoderando e aprimorando sua capacidade discursiva política e argumentativa, promovendo um grande impacto no engajamento dos surdos em vários segmentos sociais.

Em 2006, iniciei estudos na Alemanha e essa experiência me permitiu tecer algumas comparações entre o sistema educacional superior brasileiro e alemão. Por exemplo, eu estudava com a presença de um intérprete em sala de aula e em reuniões acadêmicas; a comunicação entre os professores e colegas nunca foi direta, sempre era mediada pelo profissional tradutor/intérprete e eu era a única estudante surda na minha universidade. Isso me deixava muito insegura, pois a universidade era um ambiente totalmente novo para mim, além do fato de não contar com um colega com quem compartilhar ideias. Já no curso de Letras-Libras, a maioria dos alunos era surda e fluente na Língua de Sinais; havia uma troca direta, rica, proveitosa e empoderadora entre os alunos e entre os alunos e professores. Portanto, havia um Espaço Surdo permanente que lhes dava um lugar para florescerem. Tanto que muitos se formaram na graduação e se sentiram motivados a entrar na pós-graduação, em nível mestrado e doutorado, oferecido na

UFSC. Isto me impressionou novamente, pois a esta altura eu já tinha chegado ao ponto de querer abandonar os estudos. Era muito frustrante e cansativo, também com os intérpretes, pois minha área temática (educação especial) não havia terminologia em Língua de Sinais, exigindo esforço para criar sinais específicos conforme os semestres iam passando, além de não ter profissionais na área com os quais eu poderia intercambiar ideias. E ainda havia o desgaste de ter que me defender constantemente da discriminação que eu frequentemente sofria. Tudo isso me fazia querer desistir e me desanimava de ter esperança para fazer um mestrado. Realmente, isso estava fora de questão para mim. Na minha visita ao Brasil eu compartilhei com meus amigos essa minha vontade de desistir do curso, mas todos eles me encorajaram a não fazê-lo, porque o aprendizado e a pesquisa eram bastante promissores e poderiam abrir portas para meu futuro profissional. Pude perceber que os estudos motivavam meus amigos a permanecerem no espaço acadêmico sempre aprimorando seus conhecimentos e esse entusiasmo me contagiou, de forma que decidi continuar na universidade, mas trocando de curso (Estudos de Mídia, Letras-Português e História da Arte).

Quando eu olho para trás, vejo que foi uma boa decisão, e isso graças aos meus amigos brasileiros e à sua imersão no espaço acadêmico politicamente desenvolvido. Neste período, os principais Líderes Surdos iniciavam sua pós-graduação, em nível de mestrado, e estavam em busca do doutorado, disparando o número de surdos mestres e doutores. Na Alemanha, não há o mesmo crescimento de ingresso de surdos no espaço científico-acadêmico como ocorreu no Brasil.

2010-2012

Durante este período, viajei ao Brasil duas vezes, com cerca de dois anos de diferença, para Fortaleza e Goiânia, para dar palestras no ENELL, o Encontro Nacional de Estudantes de Letras-Libras. Esse encontro teve a participação maciça de estudantes e de outros profissionais surdos relacionados à área e constituiu um Espaço Surdo intersetorial de médio prazo, ou seja, um espaço para futuros acadêmicos, professores surdos e estudantes universitários surdos. Nesse espaço pude observar como foram estabelecidas as primeiras redes profissionais e como foram discutidas as primeiras questões profissionais, tais como lidar com publicações em linguagem escrita ou em Libras, ou como criar uma rede de cooperação com colegas ouvintes e surdos na universidade. Assim, os primeiros marcos da profissionalização, principalmente o perfil de trabalho do acadêmico surdo e/ou do professor da Libras nas universidades, foram estabelecidos neste lugar e neste momento.

Durante este tempo, o número de doutorandos e doutores surdos continuou a aumentar, formando a primeira “geração” de doutores surdos. Também teve o marco do aumento expressivo de surdos egressos do Letras-Libras entrando

no serviço público como professores universitários, por meio de concursos, em grandes cidades como: Porto Alegre(RS), Santa Maria(RS), Florianópolis(SC), Recife(PE), Fortaleza(CE), Goiânia(GO), Uberlândia(MG), Rio de Janeiro(RJ), entre outras, e com a estabilidade provida por um cargo público como professor de Libras seu padrão de vida estava mudando muito positivamente, permitindo-lhes mais privilégios e oportunidades. Esses professores de Libras foram lotados nos primeiros campus onde havia o curso de Letras-Libras. Esta rápida ascensão, de graduação para pós-graduação, com investidura de cargo público e criação de campus com cursos de Letras -Libras é um feito político admirável, resultado de uma engenhosa política linguística no Brasil que é referência internacional: os surdos e seus direitos linguísticos estão em destaque, no centro. Em muitos países, inclusive na Alemanha, o caminho que se toma é o inverso: primeiro reduzem-se as barreiras que os surdos têm na acessibilidade aos espaços educacionais acadêmicos, por meio da formação de intérpretes de Língua de Sinais. Não há visibilidade dessa língua, pois não se prioriza a formação e o desenvolvimento de uma nova profissão: a do professor de Língua de Sinais. Essa formação permite a construção e a solidificação dos direitos linguísticos dos surdos, promove o status social e legal do surdo em seu país. Ou seja, esse caminho inverso mantém as pessoas surdas ainda sem acessibilidade. Um exemplo: na Alemanha existem oito universidades que formam intérpretes para DGS e alemão, mas há uma grande carência de professores universitários capacitados no ensino da DGS e Estudos Surdos. Obviamente, sem o ensino adequado de DGS e Estudos Surdos, a qualidade da formação acadêmica de intérpretes fica prejudicada. Não há um curso equivalente ao de Letras-Libras na Alemanha, além do ingresso dos surdos alemães no espaço universitário não ser acessível: não há provas na sua Língua de Sinais e é exigido domínio de línguas estrangeiras que quase não são ensinadas nas escolas de surdos.

Podemos ver, ao compararmos os dois caminhos tomados (pelo Brasil e pela Alemanha), o quão importante é a implementação político-linguística, em um primeiro momento, de uma Língua de Sinais, pois essa política guiará a promoção ou não da acessibilidade e da participação social do surdo na comunidade.

2014-2016

Em 2012, concluí meu mestrado (2012) e comecei a trabalhar como professora universitária em um programa de graduação para interpretação em DGS e Alemão. No entanto, eu era a única professora surda em toda a universidade. Em contato constante com meus amigos e colegas brasileiros, sempre fiquei impressionada com a quantidade expressiva de professores surdos, intérpretes e com a visibilidade que a Libras tinha nos espaços institucionais universitários. Ao mesmo tempo que havia aumento de professores surdos, havia o crescimento

do número de doutores e doutorandos surdos brasileiros, o que me motivou a fazer meu doutorado, na área de linguística, comparando a DGS e a Libras. Esse tema me interessou muito, pois eu tinha a fluência e dominava os diversos campos de conhecimento que esse tema exigia, além dos recursos e dos contatos. Para coletar os dados do meu projeto de tese, fui à UFSC, em Florianópolis, e fiquei um semestre, obtendo esses dados e participando de alguns seminários que eram em Libras, ou tinham a interpretação para a Libras.²

Isso foi em 2015, quando também pude notar a disseminação que a Libras tinha nos mais diferentes espaços públicos e privados, como em um aeroporto internacional brasileiro, com avatares e atendentes razoavelmente fluentes em Libras, capazes de realizar um atendimento claro e eficiente. Também observei os bancos, que ofereciam tradução dos textos em Língua Portuguesa para a Libras em seus caixas eletrônicos. Em restaurantes havia garçons ou gerentes sensíveis à diferença de comunicação que criavam estratégias como o uso de alfabeto manual, ou, pacientemente, caneta e papel, por meio da Língua Portuguesa escrita.

A introdução da Libras nas universidades e as crescentes pesquisas em Libras, a formação de professores e intérpretes e a oferta da Libras como disciplina optativa em muitos cursos permitiram que a Libras tivesse uma boa visibilidade no Brasil. Outro aspecto dessa política de acessibilidade e inclusão é o fato de que artigos científicos, teses e dissertações podem ser gravados e publicados em Libras. Isto promove e fomenta o desenvolvimento de vários gêneros textuais e terminologias nesta língua. Isso é motivador e excitante. É uma honra e um privilégio para mim, como linguista, acompanhar e observar esse processo (assim como todos os outros de médio e longo alcance que relato neste artigo).

Neste sentido, o Brasil está realmente se tornando uma sociedade mais inclusiva, mas em muitos outros países, incluindo a Alemanha, isto está acontecendo em um ritmo mais lento.

2018-2021

Para a etapa final da minha tese, retornei novamente ao Brasil por três meses, em 2018, para ter acesso mais direto a estudos na Língua Portuguesa e intercambiar ideias com colegas na área da Libras. Durante este tempo, iniciou-se a campanha eleitoral presidencial e essa política foi incluída nas pautas de conversas dentro da Comunidade Surda, porém esses debates começaram a ser travados de forma muito agressiva, gerando ataques uns aos outros dentro da comunidade. Esta agressividade me surpreendeu muito e me deixou triste. Por um lado, foi muito positivo ver que os surdos agora tinham um envolvimento mais ativo no processo político, o que é um sinal claro de uma maior participação

² Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer ao Dra. Ronice Müller de Quadros, Dr. Andre Ribeiro Reichert, Dra. Rachel Sutton-Spence e aos colegas e colegas estudantes da UFSC Florianópolis por me oferecerem a oportunidade de estudar lá por um semestre e de dar apoio à minha dissertação.

social dos surdos brasileiros, especialmente de muitos acadêmicos surdos. O lado negativo foi o aspecto emocional das discussões dentro da Comunidade Surda, e isto provavelmente se deve ao fato de ser uma comunidade minoritária e pequena, aglomerando pessoas com diferentes níveis de experiências e informações, deixando-a mais vulnerável, pois ela se sustenta sob uma rede de identificação e irmandade. Após as eleições de outubro de 2018, as coisas se acalmaram novamente e o foco se voltou para as questões em comum: a política de status da Libras e os direitos linguísticos dos surdos no Brasil.

Depois veio a pandemia do coronavírus, em 2019, que modificou significativamente a luta e a vida de todos os envolvidos. Não pude viajar para o Brasil por um longo período e tive que vivenciar tudo de longe através das mídias sociais e videochamadas com meus amigos e colegas. O entusiasmo pela tecnologia e a experimentação de novos formatos, como textos em vídeo em Libras (para artigos ou divulgações), já estavam no sangue dos brasileiros e isso se tornou muito evidente logo após a pandemia: na adaptação ao ensino remoto, muitos campi universitários, particulares e públicos puderam ampliar a disseminação da Libras por meio de palestras e eventos on-line – como conferências, seminários –, permitindo o aprimoramento do uso dessa tecnologia. A mídia visual atualmente permite a criação de um Espaço Surdo também na Internet e, assim, a luta, a pesquisa, os estudos e o ensino não são interrompidos, permitindo-lhes seguir o seu curso na história. Esta ferramenta tecnológica e midiática permite atingir locais mais remotos e distantes, como convidar e receber, de forma virtual, palestrantes e pesquisadores internacionais na área de Línguas de Sinais e/ou Estudos Surdos. O Brasil está, portanto, entrando na arena internacional.

Em meu país de origem, esse desenvolvimento que surgiu após a pandemia é semelhante, mas aconteceu e acontece de forma lenta, pois os alemães não possuem muita afinidade com a tecnologia midiática, o que demanda mais tempo para encaixar o uso no cotidiano profissional e acadêmico. O “boom” dos eventos on-line de surdos e da DGS ocorreu depois de seis meses, enquanto, nesse tempo, o Brasil já estava alguns passos à frente da Alemanha, tanto técnica como politicamente.

2022

Com o aumento das restrições impostas pelo nível de alcance da pandemia, minha primeira visita ao Brasil ocorreu após quatro anos e, dessa vez, eu iria como doutora. Fui para um grande evento que reuniu vários surdos doutores, pós-doutores, e doutorandos, na UFSC. O grande número de participantes me impressionou: em torno de 70 alunos surdos doutores e pós-doutores. Esse número continuou a crescer, apesar dos problemas políticos e econômicos e das consequências da pandemia. Em níveis internacionais, este é um desenvolvimento

absolutamente notável no empoderamento das pessoas surdas, especialmente no meio acadêmico. Com tantos acadêmicos surdos pesquisando e publicando ativamente, a Libras está experimentando um aprimoramento intenso dos estudos na linguística de textos e léxico (novos tipos de textos e termos técnicos), permitindo a consolidação do uso consciente da língua. Um exemplo disso é o lançamento do V-Book Gramática de Libras, publicado em março de 2022, um fato único no mundo: uma gramática gravada inteiramente em Língua de Sinais e apoiada com dados do corpus (o que lhe confere alto grau de autenticidade e representatividade). A experiência de produção de textos e a vivência de muitos acadêmicos surdos na sua Língua de Sinais certamente ofereceram uma base sólida para a publicação de obras inteiramente em Libras e, assim, garantiram a transferência de conhecimento para a Comunidade Surda por muito tempo, além de reafirmarem o status político-linguístico da Libras nos espaços governamentais e públicos.

Graças às mídias sociais e ao trabalho incansável de muitos acadêmicos surdos, o mundo também tomou consciência do intenso e rápido desenvolvimento que a Comunidade Surda no Brasil tem demonstrado até agora. Cito aqui dois exemplos: vários são os palestrantes internacionais convidados e confirmados em dois Congressos a serem realizados em junho e julho deste ano – o Congresso Nacional de Pesquisas em Linguística de Língua de Sinais e o Congresso de Pesquisas em tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa. O segundo exemplo é a representação da cidade de Caxias do Sul (RS) como sede das Deaflympics, que ocorrerá em maio. O Brasil ganhará ainda mais destaque e atenção internacional ao ser o primeiro local latino-americano a sediar as Olimpíadas Internacionais. Não podemos prever o nível e a qualidade do impacto que isto terá na Comunidade Surda do Brasil e na Comunidade Surda internacional, mas será interessante observar os frutos desse Espaço Surdo.

Na Alemanha, há poucos doutores e estudantes de doutorado surdos, e esses poucos são de áreas diferentes que, muitas vezes, não estão relacionadas entre si (como Medicina, Linguística, Biologia). A razão pela qual há tão poucos é devido ao sistema educacional rígido e cheio de barreiras no país, que mencionei brevemente nos parágrafos anteriores. Há poucos recursos humanos e acadêmicos aqui para gerar um livro gramatical comparável à Gramática da Libras com dados linguísticos autênticos e representativos. Entretanto, há esforços e planos para produzir algo semelhante para a DGS e o Brasil é um bom exemplo a ser seguido, graças aos estreitos contatos entre várias universidades do Brasil e da Alemanha. Isto não só impulsionará o desenvolvimento da DGS, especialmente do ponto de vista linguístico e lexical, mas também elevará o status do DGS a nível político-linguístico.

A Alemanha já sediou a Deaflympics, na cidade de Colônia, em 1981. O impacto de sediar as Olimpíadas Surdas sobre a Comunidade Surda Alemã quase não foi pesquisado até agora e só é tangível nas narrativas de muitas pessoas

surdas. Desta vez, graças à moderna tecnologia de vídeo e de comunicação, bem como ao pessoal treinado (gerando espaço para pesquisadores e estudiosos), o Brasil tem uma excelente oportunidade para documentar as Deaflympics e para pesquisar os efeitos antes, durante e após o término dos Jogos.

Apenas alguns exemplos de mudanças foram relatados aqui. Eu os escolhi porque eles foram os que mais me marcaram; são inúmeras transformações, mas não cabem em um simples artigo. O que posso concluir é que meu conceito inicial do Brasil como um país que ainda precisava se “desenvolver” estava completamente equivocado. Muito pelo contrário, os fatores que definem o Brasil política e economicamente o tornam um país desenvolvido para a Comunidade Surda e será, ou talvez já seja, um modelo para a maioria das Comunidades Surdas no mundo, atualmente e no futuro. Uma Comunidade Surda estável em grande número, com muitos Líderes Surdos fortes e bem competentes no uso empoderador da sua língua, um espaço para a Libras consolidado, na sociedade e na política brasileira. A política linguística focada no Povo Surdo, com oferta de bolsa de estudos e ensino em Libras, Estudos Surdos, interpretação em Libras e Língua Portuguesa, promoção e criação constante de Espaços Surdos em universidades, escolas e associações, isso tudo faz do Brasil um país desenvolvido no ponto de vista dos estudiosos das Línguas de Sinais e das Comunidades Surdas em todo o mundo. A cada ano, em cada visita ao Brasil, me impressiono e me surpreendo positivamente com todo esse crescimento.

**PRODUÇÃO
ACADÊMICA**



S.H.S.

IDENTIDADES POR MEIO DE NOVAS CATEGORIAS PELO TRABALHO EM TERRITÓRIOS EDUCATIVOS: SURDOS PROFESSORES

*Identities through New Categories for Work in Educational
Territories: Deaf Teachers.*



Elias Paulino da Cunha Junior (PUC/SP)



CUNHA JUNIOR, Elias Paulino da. **Identidades por meio de Novas Categorias pelo Trabalho em Territórios Educativos: Surdos Professores**. 2021. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

Resumo

Esta tese se organiza como uma discussão teórica sobre a realidade de professores Surdos no contexto atual. Focaliza uma teorização sobre a constituição desses trabalhadores a partir do viés da Linguística Aplicada. Para essa realização, recupera conceitos sobre Território, Fronteiras, Espaços, Lugar, Mobilidade, para defender a situacionalidade de professores Surdos. Além disso, lança mão dos conceitos de Identidade, para defender a Identidade do Professor Surdo não como modulações, mas em constatação enquanto categoria de Surd@s Professores para a legitimidade pelo trabalho educativo. Finalmente, recupera os conceitos que envolvem o processo linguístico: Monoglossia; Heteroglossia; Bilinguismo; Diglossia; Língua Adicional; Multilinguismo; Translinguagem e Repertório Linguístico. Assim como o Processo Pedagógico: Alfabetização; Letramento; Multiletramentos; Multimodalidade; Multiculturalismo; Língua Adicional Pedagógica e Repertório Pedagógico. Consubstanciados, em Contexto(s) Pedagógico(s) e em Identidade Linguística, explicitam o papel da constituição desses Indivíduos/Sujeitos por meio dos aparatos de significação e seus impactos nas formas como eles foram/são, historicamente, marginalizados. Por isso esta tese aponta caminhos para uma análise de contextos de ação de Surd@s Professores e das formas como suas práticas poderão ser interpretadas.

Palavras-chave

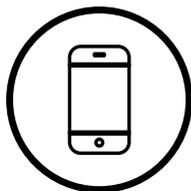
Professor Surdo. Linguística Aplicada. Identidade(s). Trabalho Educativo. Linguístico-Pedagógico.

Abstract

This thesis is organized as a theoretical discussion about the reality of Deaf teachers in the current context. It focuses on a theorization on the constitution of these workers from the bias of Applied Linguistics. For this realization, it recovers concepts about Territory, Borders, Spaces, Place, Mobility, to defend the situationality of Deaf teachers. In addition, it makes use of the concepts of Identity, to defend the Identity of the Deaf Teacher not as modulations, but as a category of Surd@s Teachers for legitimacy by educational work. Finally, it recovers the concepts that involve the linguistic process: Monoglossia; Heteroglossia; Bilingualism; Diglossia; Additional Language; Multilingualism; Translanguage and Linguistic Repertoire. Thus, as the Pedagogical Process: Literacy; Literacy; Multiliteracies; Multimodality; Multiculturalism; Additional Pedagogical Language and Pedagogical Repertoire. Substantiated, in Pedagogical Context(s) and Linguistic Identity, they explain the role of the constitution of these Individuals/Subjects through the sense acts and their impacts on the ways in which they have been/are historically marginalized. Therefore, this thesis points to ways for an analysis of Deaf Teachers' action contexts and the ways in which their practices can be interpreted.

Keywords

Deaf Teacher. Applied Linguistics. Identity(s). Educational Work. Linguistic-Pedagogical.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**

[https://www.youtube.com/channel/UCosR0a
gJVuvT-26VxiR3cTQ](https://www.youtube.com/channel/UCosR0a
gJVuvT-26VxiR3cTQ)

Canal do DDHCT INES no YouTube



**VISITANDO
A HISTÓRIA
DOS SURDOS**



Sigs 2021

MOVIMENTOS SURDOS: EFEITOS DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO DOCUMENTO *EDUCAÇÃO QUE NÓS SURDOS QUEREMOS*

Deaf movements: effects of the historical trajectory of the education document They we deaf want



Carilissa Dall'Alba

Professora Adjunta do Departamento de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Resumo

O presente artigo analisa os efeitos da trajetória histórica do Documento *Educação que Nós Surdos Queremos*, elaborado pela Comunidade Surda antes da realização do importante evento V Congresso Latino-americano de Educação Bilíngue na Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, no ano de 1999. O documento foi entregue ao governador do estado gaúcho, Olívio Dutra. O documento, que fez muita diferença na educação de surdos, tem mais de vinte anos e surtiu grandes efeitos. Neste trabalho trago alguns apontamentos importantes de alguns acontecimentos e realizações da Comunidade Surda após o documento referido; a oficialização da lei nº 10.436, a criação do Curso de Letras/Libras e os Movimentos pelas Escolas Bilíngues para Surdos; esses três citados são os efeitos centrais. Utilizei alguns recortes da minha Dissertação de Mestrado em Educação, realizado na Universidade Federal de Santa Maria, em 2013. Obtive três entrevistas para a composição desse trabalho, dos três sujeitos importantes que participaram nas organizações do documento e da passeata, que aconteceu dois dias antes do V Congresso Latino-americano de Educação Bilíngue. Os eventos do Setembro Azul também tiveram destaques nos efeitos. Finalizo com problematizações sobre a realidade da Educação Bilíngue para Surdos do Brasil e da luta que segue até hoje.

Palavras-chave

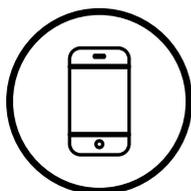
Movimento Surdo. Educação bilíngue. Educação de surdos: Libras.

Abstract

This article analyzes the effects of the historical trajectory of the Document *Education that we deaf want*, prepared by the Deaf Community before the holding of the important event V Latin American Congress of Bilingual Education at the Federal University of Rio Grande do Sul, Porto Alegre in 1999 the document was delivered to the governor of the state of Rio Grande do Sul, Olívio Dutra. The document that made a big difference in the education of the deaf is more than twenty years old and has had great effects. Un this work I bring some important notes of some events and achievements of the deaf community after the aforementioned document; the officialization of law n 10.436, the creation of the Letters/Libras course and the Movements for Bilingual Schools for the deaf, these three mentioned are the central effects. I used some clippings from my Master's Dissertation in Education held at the Federal University of Santa Maria in 2013. I obtained three interviews to compose this work, from the three important subjects who participated in the organizations of the document and the march, that took place two days before the V Latino Congress-American Bilingual Education. The events of the Blue September also had highlights in the effects. I conclude with problematizations about the reality of Bilingual Education for the Deaf in Brazil and the struggle that continues until today.

Keywords

Deaf Movement. Bilingual education. Deaf education: Libras.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**

https://www.youtube.com/channel/UCosR0a_gJVuvT-26VxiR3cTQ

Canal do DDHCT INES no YouTube



Introdução

Ao escrever este artigo sobre o Documento *Educação que Nós Surdos Queremos*, me passam filmes na cabeça sobre as muitas manifestações de que participamos. Está mais do que claro que o documento foi um momento muito significativo do Movimento Surdo do Brasil. Na minha Dissertação de Mestrado¹, realizada na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no ano de 2013, eu analisei quatro documentos importantes da Educação de Surdos e o documento *Educação que Nós Surdos Queremos* foi um dos mais importantes no trabalho, cujos fragmentos reproduzo neste artigo.

E, com muito orgulho, eu posso dizer que estive no V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue em 1999, aos treze anos, e foi nesse congresso que o documento *A Educação que Nós Surdos Queremos* foi redigido. Mesmo com pouca idade, eu já me interessava pela militância dos Movimentos Surdos,

1 Dissertação de Mestrado com orientação da Professora Dra. Márcia Lise Lunardi-Lazzarin.

que já estava em minha subjetividade. Fiquei sentida em não poder ficar todo o congresso; só fiquei um dia em Porto Alegre, no evento com meus pais ouvintes. Eles organizaram uma excursão com a Escola Helen² Keller, onde eu estudava, para uma pequena participação no congresso de que tanto se falava na escola e assistimos a uma produção de teatro de surdos da Suécia. Eu fiquei maravilhada ao ver sinais diferentes de Libras, embora naquela época não se falasse Libras, mas sim Língua de Sinais. No congresso, fiquei abismada ao ver várias Línguas de Sinais circulando no Salão de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – e havia grande quantidade de intérpretes delas. Antes de o congresso acontecer, uma professora de minha escola me convidou a participar da passeata para entregar o documento ao governo estadual, mas eu não pude ir, meus pais não acharam seguro eu participar; fiquei contrariada e tentei insistir, aí meus pais organizaram a excursão para o congresso. Foi nesse congresso que eu entendi a existência de várias Línguas de Sinais e que nem todos os países atendem 100% das necessidades das pessoas surdas; isso fortaleceu a minha identidade como Militante Surda.

A constituição da minha Identidade Surda foi se constituindo aos poucos nos Movimentos Surdos; tudo foi se articulando nesses espaços. Nesse sentido, a primeira doutora surda do Brasil, a gaúcha Gladis Perlin argumenta:

Identities surdas são presentes no grupo onde entram os surdos que fazem uso com experiência visual propriamente dita. Noto nesses surdos, formas muito diversificadas de usar a comunicação visual caracteriza o grupo levando para o centro do específico surdo [...] sua identidade fortemente centrada no ser surdo, a *identidade política surda*. Trata-se de uma identidade que se sobressai na militância pelo específico surdo. É a consciência surda ser definitivamente diferente e de necessitar de implicações e recursos completamente visuais (1998, p. 63).

Há grande coincidência de datas: o congresso foi realizado nos dias 20 a 24 de abril de 1999 e em 24 de abril de 2002 foi oficializada a lei nº 10. 436, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como língua oficial da Comunidade Surda do Brasil; uma grande vitória do Povo Surdo.

O DOCUMENTO

Este documento foi produzido no Pré-Congresso que antecedeu o V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue, em 1999, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, e que reuniu centenas de sujeitos surdos e pesquisadores. O evento foi organizado pelo Núcleo de Pesquisa em Políticas de Educação de Surdos ³- NUPPES, do Programa de Pós-Graduação em Educação da

² Escola Especial Municipal Helen Keller, localizada em Caxias do Sul/Rio Grande do Sul. Escola só para surdos, fundada em 1960.

³ O Professor Carlos Skliar foi professor do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e coordenou o NUPPES no período de 1997 – 2006.

Universidade Federal de Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e marcou a História Surda, contribuindo para a inscrição do Movimento Surdo entre movimentos sociais em prol do reconhecimento das diferenças culturais.

No pré-congresso, os sujeitos surdos se reuniram e elaboraram o documento *A Educação que Nós Surdos Queremos*. Nesse documento constam os esclarecimentos sobre a forma como os surdos queriam que fossem narrados, as Diretrizes Surdas para a educação, as discussões de Língua de Sinais, os direitos dos intérpretes de Língua de Sinais e o reconhecimento da Língua de Sinais pelo Estado.

Depois do documento *A Educação que Nós Surdos Queremos* pronto, foi organizada uma passeata que reuniu em torno de duas mil pessoas e o documento foi entregue ao governador do Estado Rio Grande do Sul na época, Olívio Dutra. Segundo Lopes (2007),

Esses acontecimentos trouxeram, para as discussões no campo da educação de surdos, outros atravessamentos teóricos que permitiram aos pesquisadores pensar a surdez dentro de novas bases epistemológicas, até então desconhecidas ou pouco divulgadas. Partidários da ideia de que a surdez é uma invenção cultural, eles introduziram em suas pesquisas e produções textuais novas reflexões sobre identidade, diferença, comunidade e diversidade (LOPES, 2007, p. 33).

O documento *A Educação que Nós Surdos Queremos* está composto por 147 artigos e tem como objetivo principal o fim da política de inclusão/integração, enfatizando a urgência de criação de escolas para surdos. Citarei aqui dois dos 147 artigos. O documento foi criado em 1999, já se passaram mais de vinte anos, alguns artigos não fazem mais parte das lutas da Comunidade Surda, ou seja, conquistamos, por exemplo, o que pretendiam os artigos 14 e 122.

O artigo 122 dispõe: “Buscar a regulamentação da profissão de Instrutor de Língua de Sinais, em parceria com Associações e Federações de Surdos, para obter o reconhecimento legal da profissão”. Esse ponto na agenda política do movimento surdo foi legitimado com a criação do Letras/Libras em 2006, pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que teve o objetivo de formar o Professor de Libras. Segundo o decreto 5.626/2005⁴, a função do professor de Libras é legalizada e ter proficiência de Libras complementa a profissão. Letras/Libras é uma graduação que abre as portas dos professores de Libras e hoje acontece em várias universidades do Brasil, inclusive nas privadas. No início, em 2006, o Letras/Libras só funcionava na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - na modalidade à distância. A criação do Letras/Libras ocorreu após o documento *Educação que Nós Surdos Queremos*. Mas nós surdos não tínhamos noção do que seria Letras/Libras, um curso pioneiro da América Latina que gradua professores de Libras.

Em 2001, os representantes surdos de todo o país se reuniram no “Seminário Nacional: Surdos um Olhar sobre as Práticas em Educação” realizado em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, com o objetivo de enumerar uma lista de recomendações. A principal recomendação era a criação de

4 O decreto que regulamenta a lei nº 10.346, de 24 de abril de 2002.

um curso de graduação de Língua Brasileira de Sinais, específico para os surdos, já que em 2001 a Libras ainda não havia sido oficializada. O movimento surdo lutava por isso sem imaginar que o Curso de Letras/ Libras seria criado em 2006. Neste mesmo ano, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é responsável pela iniciativa do projeto deste curso na modalidade da educação à distância, em parceria com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) e Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET/SC). (DALL'ALBA, 2013, p. 30)

Em 2001 não havia a lei nº 10.436/2002 e muito menos a lei que regulamenta a profissão de intérprete de Libras. O artigo 147 prevê a garantia de “intérprete com formação de 3º Grau possa atuar na tradução para Língua de Sinais nas universidades”. No entanto, a luta pelo direito a intérpretes ainda continua, pois há muitos espaços, entre eles universidades, que ainda não contam com a presença desse profissional no seu quadro de recursos humanos, ou possuem profissionais sem a qualificação exigida por lei. Em 01/09/2010 foi regulamentada a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais, pela Lei nº 12.319. Com essa lei, os intérpretes de Libras podem ter o nome da sua profissão na carteira de trabalho e na folha de pagamento, o que antes não era possível, já que não era uma profissão reconhecida. A atual luta de intérpretes é ter um plano de carreira e também os cuidados com a saúde, pois a maioria dos intérpretes que trabalham por muitas horas sofrem de LER - Lesões por esforços repetitivos, devido à falta de condições adequadas de trabalho e falta de revezamento. A nota técnica da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias Intérpretes de Língua de Sinais - FEBRAPILS - esclarece sobre o revezamento.

A interpretação de Libras e Língua Portuguesa corresponde à mobilização de textos predominantemente orais e sinalizados em situações de interação face-a-face. Esta atividade acontece em qualquer situação em que pessoas surdas precisem estabelecer comunicação imediata com não falantes de sua língua em quaisquer contextos possíveis. Recomenda-se que os intérpretes atuem em equipe, (minimamente em duplas) em situações comunicativas não dialogais com mais de 40 minutos de duração sendo necessário o revezamento a cada 20 minutos (FEBRAPILS, 2008, p. 4).

As professoras doutoras e pesquisadoras Adriana da Silva Thoma e Madalena Klein pesquisaram o andamento desse documento depois de dez anos de elaboração. Para fazer essa análise entrevistaram dez Líderes Surdos e professores que narraram suas experiências nas escolas de surdos, ou seja, sujeitos surdos que vivenciaram aquele momento histórico. A partir das respostas desses líderes, as professoras concluíram:

Percebemos nas respostas dessas Lideranças Surdas, um comprometimento que se estabelece entre seus membros, formando uma rede de trocas de comunicação, símbolos, imagens e outros dispositivos de identificação. Essa rede constitui-se através de um comprometimento com a Língua de Sinais, com a Cultura Surda e as estratégias de compreender e relacionar-se com outros indivíduos surdos e com o mundo (THOMA; KLEIN, 2010, p. 125).

São muitos anos de Movimento Surdo; alguns marcaram fortemente a história da educação dos surdos, a maioria das lutas realizadas pelo Povo Surdo é para garantir uma educação justa para surdos com profissionais qualificados. O documento entregue ao governador e feito no pré-congresso foi um marco histórico, como afirmam as pesquisadoras Thoma e Klein (2010).

Do movimento e das lutas surdas empreendidas, na metade dos anos 90 do século XX em diante, resultaram mudanças na Educação de Surdos, entre elas, a formação de professores surdos e sua inserção nos espaços escolares. Muitos desses professores narram experiências escolares de seu tempo como alunos surdos como potencializadoras para uma mobilização e articulação política de resistência às práticas educacionais vividas por eles. Essa mobilização produziu efeitos políticos importantes para mudanças em direção a uma Educação de Surdos, materializados no Documento de 1999. Esse Documento subsidiou debates e provocou a necessidade de mudança tanto na legislação de forma geral, quanto nas escolas, mais especificamente através da reestruturação de projetos político-pedagógicos e projetos de formação de professores (THOMA; KLEIN, 2010, p. 114).

São relevantes os efeitos do referido documento, que certamente colaborou para a oficialização da Libras (2002), a criação do Curso de Letras/Libras (2006) e o movimento de Escolas Bilíngues para Surdos (2011), entre outros efeitos importantes para a Comunidade Surda. Entendo esses pontos como práticas discursivas que movimentam aquilo que entendemos como lutas e bandeiras das Comunidades Surdas Brasileiras, ou seja, como importantes ferramentas de luta do Movimento Surdo e que tiveram efeitos na educação de surdos. Poupeau (2007) afirma que:

[...] estes movimentos transformam os meios em fins, o êxito é dado pelas conquistas, mas pelo número de participantes e seu impacto midiático na sociedade. O movimento torna-se dependente da opinião pública, pois é preciso que a sociedade manifeste o conhecimento da ação, precisa que se discuta e debata o que se está demandando, reclamando da ação ou denunciando, para que a ação coletiva venha a atingir reconhecimento e legitimidade social. A mídia e sua cobertura tornam-se elementos estratégicos a essa configuração; ela contribui para a direção do movimento, pois o movimento social precisa de visibilidade. As críticas aos altermundialistas destacam que, entre os participantes, nos megaeventos, quem detém de fato a fala são porta-vozes autorizadas, de certa forma já “profissionais na política”, detentores de um capital militante onde a luta política se trava um combate de idéias[sic] e ideais, a questão simbólica é mais importante que os problemas concretos. O processo de transformação social adquire facetas proféticas, místicas, sem objetivo definido. Os processos efetivos de dominação existentes não aparecem nos discursos (Poupeau, 2007, p. 47- 48).

A história das Lutas e dos Movimentos Surdos articulados com a educação de surdos tem caráter histórico e processual, ocorrendo dentro e fora de escolas, em espaços como associações, universidades e pela internet. As lutas pela educação fazem parte da construção da cidadania. As lutas, as manifestações, os movimentos, as reuniões e os encontros que fazem a História do Movimento

Surdo são compartilhados com a FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos –, WDF – Word Federation of the Deaf –, escolas, universidades, prefeituras etc. que apoiam a ideia das lutas. Segundo a Revista da FENEIS (1995, p. 10), “os Movimentos Surdos podem ser entendidos como movimentos sociais articulados a partir de aspirações, reivindicações, lutas das pessoas surdas no sentido do reconhecimento de sua língua, de sua cultura”. Esses movimentos partem dos espaços articulados pelos surdos, como as associações, as cooperativas e os clubes onde jovens e adultos surdos estabelecem o intercâmbio cultural e linguístico e fazem o uso oficial de Língua de Sinais.

Ao entender o Movimento Surdo articulado a outros movimentos sociais, podemos pensar o quanto esse movimento está conectado à contemporaneidade, pois estamos mais focados em preparar os líderes surdos e criar condições para a Militância Surda. Hoje há vários cursos de liderança e as associações buscam os líderes surdos para serem representadas nesses movimentos. Encontros, seminários, conferências, simpósios etc. são algumas das estratégias básicas para darem continuidade à história, buscando as atualizações necessárias.

É visível que a passeata que ocorreu dois dias antes do congresso foi um grande marco histórico, uma bagagem bem grande para a trajetória do Movimento Surdo que tanto lutava pela qualidade de vida dos sujeitos surdos. E trago aqui outro grande marco do Movimento Surdo: em 2011 presenciamos uma grande mobilização organizada em função da política de educação inclusiva, promovida pelo Ministério da Educação. Houve grande resistência; foi a maior manifestação da história de educação de surdos do Brasil.

Um exemplo significativo de resistências nos movimentos surdos vem se dando no campo da educação. As discussões emergentes sobre a participação de surdos nas decisões educacionais das escolas, os movimentos em direção à ruptura com o que até então se denomina educação especial, procurando redefinir novos espaços, novos sujeitos, são alguns dos exemplos de saberes, fragmentados e descentrados, às vezes, mas que vêm a contrapor os saberes oficiais, instituídos e considerados até então como verdadeiros (KLEIN, 1999, p. 88).

Um dos pontos mais nevrálgicos desse movimento foram as declarações da diretora de políticas educacionais especiais do MEC, Martinha Claret, acerca da Cultura Surda. Essas declarações causaram grande repercussão na Comunidade Surda e entre pesquisadores da área da linguística e da educação de surdos. Seguem as palavras da diretora:

Do ponto de vista da educação inclusiva, o MEC não acredita que a condição sensorial institua uma cultura. As pessoas surdas que estão na comunidade, na sociedade, compõem a cultura brasileira. Nós entendemos que não existe Cultura Surda e que esse é um princípio segregacionista. As pessoas não podem ser agrupadas nas escolas de surdos porque são surdos. Elas são diversas. Precisamos valorizar a diversidade humana (Martinha Claret, Diretora de Políticas educacionais especiais do MEC, Revista da Feneis, nº40, p. 23, 2011).

Na nota de esclarecimento da FENEIS sobre a educação bilíngue para surdos, a atual Política de Educação Especial do MEC não atende à Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Nova York, ONU 2012), particularmente no artigo 24, que prevê que os estados membros devem garantir “o aprendizado da Língua de Sinais e promoção da identidade linguística da Comunidade Surda”; e que

[...] a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdo-cegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

Tampouco obedece ao artigo 30, item 4, do mesmo documento, que determina que:

As pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as Línguas de Sinais e a Cultura Surda.

No que diz respeito a esse direito, a política do MEC de 2011 tem sido a de descuidos da especificidade linguística e cultural dos surdos, em desrespeito não só à convenção, mas também à lei 10.436/2002 e ao decreto 5.626/2005.

Eu, como líder da Comunidade Surda do Estado do Rio Grande do Sul, participei juntamente com líderes de outros Estados da organização da mobilização em Brasília. Na comunidade de organização havia pessoas surdas e ouvintes de todo Brasil, bem como surdos de outros países que apoiaram e contribuíram durante os meses de março, abril e maio de 2011. Para essa mobilização lançamos mão das redes sociais como importantes articuladoras do movimento “Organização de manifestações em defesa da Educação de Surdos”. Para isso, *youtube, facebook, twitter e MSN* constituíram-se em espaços de lutas e de organização do Movimento Surdo. Para Pinheiro (2011, p. 34), “a Internet toma agora um lugar além das trocas ou encontros virtuais, sendo mais que isso; é um lugar de produção de conhecimentos, culturas, identidades e resistências”.

Certamente a internet foi a grande ferramenta nesse movimento. As lideranças postavam nesses espaços vídeos em Língua de Sinais para divulgar e pedir colaborações, pois quando as informações são transmitidas em sinais facilita mais a acessibilidade aos surdos. Também foram postados vídeos de pessoas ouvintes que apoiam a Comunidade Surda: atores, artistas, políticos, educadores, intérpretes de Libras, médicos. O *youtube* foi um dos recursos mais utilizados para organizar a manifestação de 2011 e nesse dispositivo houve o depoimento da atriz Marieta Severo, que relatou no vídeo que tem uma irmã surda e sabe que a educação bilíngue é muito importante aos surdos, bem como da saudosa artista Elke Maravilha, que postou um vídeo animando o pessoal da organização e avisando que iria para Brasília apoiar o movimento. Conforme Ghon (2011), sobre a atualidade nos movimentos:

Na atualidade os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam muito dos novos meios de comunicação e informação como a internet (GHON, 2011, p. 335-336).

Na organização do documento *Educação que Nós Surdos Queremos*, no final dos anos 1990, a internet estava apenas começando. As trocas de correspondências de correios e reuniões presenciais foram as bases da organização. Quando estava elaborando este presente artigo tive oportunidade de entrevistar quatro sujeitos importantes da organização da passeata, quando foi entregue o documento *Educação que Nós Surdos Queremos* ao governo estadual. Seguem quatro narrativas que consegui para compor este trabalho. A primeira é da Patrícia Luiza Ferreira Rezende-Curione, que esteve na passeata de 1999, em Porto Alegre, e foi Diretora de Políticas Educacionais da Feneis em 2011, quando comandou a maior manifestação da Comunidade Surda do Brasil. Ela fez uma breve comparação do modo de organização; em 1999, era preciso fazer tudo ao vivo e atualmente quase tudo é virtual;

Passeata de 1999 era só empolgação em conhecer a Comunidade Surda do Brasil inteiro, e já começando a me politizar em questões da educação de surdos. Já em 2011 é outra perspectiva de visão, já politizada de corpo e alma e já quero urgentemente as políticas públicas em Educação de Surdos. Sob efeitos de tecnologia, comparando o de 1999 e 2011, realmente é muito diferente, pois em 1999 tínhamos que fazer tudo ao vivo e a cores, agora o de 2011 podíamos resolver tudo virtualmente para traçar documentos (REZENDE).

Ana Luiza Caldas hoje é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e por muitos anos professora das escolas de surdos de Porto Alegre. Segundo ela:

Em 1999 sempre havia reuniões presenciais na FENEIS de Porto Alegre; o diretor regional Carlos Alberto Góes me convidou para ser coordenadora da comissão para organizar a passeata e a entrega do documento *Educação que Nós Queremos* ao governo. Foi um momento muito importante, mas difícil porque não tinha internet como hoje; tivemos grande apoio da Maria Cristina Pereira, ouvinte que ligava aos nossos contatos, ajudava a escrever as cartas e documentos, avisou à imprensa e entre outras coisas. Tivemos apoio da deputada estadual Maria do Rosário e vereador João Motta. Com eles marcamos uma assembleia no palácio do governador para discutir o documento. Nunca esqueço que a organização foi perfeita, eu estava à frente da passeata com luvas brancas nas mãos e ao lado estava a deputada estadual Maria do Rosário. O governador Olívio Dutra recebeu o documento nas mãos (CALDAS).

Logo depois de entrevistar a Ana Luiza eu senti a necessidade de entrevistar o Carlos Alberto Goés, que trouxe a Feneis ao estado Gaúcho e, por muitos anos, foi diretor da Feneis do RS. Segue a narrativa dele:

Eu fui diretor regional da Feneis do RS e fundador da Feneis regional do RS, de 1996 a 2002. Sempre fazíamos reuniões no prédio da Feneis em POA. Num certo dia teve uma reunião para a organização do congresso que vinha a acontecer e vi muitas reclamações dos surdos pela falta

de direitos. Como eu morava no Rio de Janeiro e tive experiências com Movimentos Surdos lá, aí tive ideia de promover a passeata, mas sozinho não iria conseguir e de longe vi a Ana Luiza, sempre à frente com seus ideais; aí propus a ela ser coordenadora de comissão para organizar a passeata e tudo foi articulando com líderes surdos e ouvintes. Não adianta só falar, precisamos ser práticos e vi que a passeata seria uma oportunidade de chamar atenção às demandas que nós surdos queríamos naquele ano. Disse para a Ana Luiza que tenho total confiança da liderança dela e pedi para ela reunir surdos e ouvintes, professores e pesquisadores, faixas para passeata. Não foi fácil, tivemos muitas dificuldades, era tudo diferente de hoje, precisávamos esperar o amanhã para resolver as pendências; hoje podemos resolver pelo celular, não é? Risos. Chegava a casa e lembrava-se de algumas coisas, tinha que esperar amanhã para resolver, era tão ruim e perdemos muitas coisas por causa disso, faltava um contato imediato direto com os surdos. A Maria Cristina Pereira, ouvinte que nos ajudou muito ligando aos contatos para a articulação deste movimento. Foi maravilhoso e emocionante. Enfim, a passeata começou em frente da Faculdade de Educação da UFRGS e seguimos até ao Palácio do governador Olívio Dutra; lá entregamos o documento Educação que Nós Surdos Queremos e tivemos uma reunião no gabinete com o governador. Dias depois tivemos a assembleia e obtivemos aprovação nos projetos. No fim do ano de 1999 veio a oficialização de Libras no estado do Rio Grande do Sul, a Lei nº 11.405.(GÓES).

Após conversar com o Carlos Alberto, fui atrás da Maria Cristina Pires Pereira, que hoje é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e obtive o relato dela sobre a passeata por e-mail.

Não participei diretamente da elaboração do documento “A Educação que nós Surdos Queremos”, pois estava envolvida somente com a organização da passeata, que foi bem trabalhosa, nem consegui frequentar muito o próprio congresso. Por um lado, achei isto interessante, pois foi bem nesta época que as pessoas surdas começaram a efetivamente protagonizarem a direção que queriam para a sua Educação. O documento foi elaborado e entregue majoritariamente por pessoas surdas e as pessoas ouvintes, participantes da Comunidade Surda, estavam envolvidas como apoio. Eu nunca tinha visto tanto envolvimento em uma mobilização como foi aquela, nem depois. Na passeata, saíram todos do Campus Central da UFRGS, onde era o congresso, e tomaram as ruas em direção ao Palácio Piratini, na Praça da Matriz, em Porto Alegre, RS. No caminho, escolas de surdos, pessoas ouvintes e surdas de diversas partes do mundo percorreram o trajeto, portando cartazes, sinalizando etc. Na chegada em frente ao Palácio Piratini, antes de sermos recebidos pelo governador, na época Olívio Dutra, e pela secretária de Educação, houve pronunciamentos, sempre com interpretação. Nunca mais soube de um movimento tão forte e com tanta mobilização. Deveria ser parte da história dos surdos brasileiros, passada aos professores e alunos surdos em todas as formações. Não podemos esquecer este momento tão forte e importante no Brasil. (PEREIRA).

De certa forma todos nós da área de Educação de Surdos sentimos muita falta dos Movimentos Surdos que tínhamos, eram fortes e de muita união. Tempos mudam certamente. Para complementar as narrativas que consegui para este presente artigo, trago aqui um trecho da entrevista da Madalena Klein, que deu para a dissertação de mestrado da Luciane Bresciani (2017).

Naquele tempo, já tinha palestrantes surdos. Foi quando se teve a ideia de fazer o Pré-Congresso, que foi também um tiro no escuro... “Vamos ver o que dá”[...] Então, a Gladis e mais alguns surdos, como a Ana Luiza, Gisele,

Carlos Alberto, se reuniram... Principalmente aqueles surdos que já tinham uma aproximação com o campo da educação, sentaram e começaram a fazer uma discussão da primeira versão do documento sobre a educação. Não sabíamos quantos surdos apareceriam, mas já tínhamos definido que os ouvintes que participariam seriam aqueles intérpretes, que ajudariam na escrita do documento, estariam lá para escrever, os "escreventes" [risos], os escrivães. Quando vimos, eram 150 surdos que vieram antes para fazer essa discussão. Isso para nós já foi... [suspiro]... Imagina... Sem Facebook, em uma época em que as pessoas estavam começando a usar e-mail, lembro que eu estava pensando com os meus e-mails porque ainda não sabia usar muito bem [risos] (KLEIN, apud LOPES).

Essas ações demonstram as formas como a Cultura Surda vem sendo consumida e negociada, ou seja, a partir dos Movimentos Surdos vemos outras formas de entender o que vem sendo tomado enquanto Cultura Surda. Como afirma Pinheiro (2011):

A Cultura Surda é significada cotidianamente de forma a produzir identidades em sujeitos que experienciam o mundo visualmente por meio da Língua de Sinais. [...] consumo da Cultura Surda como forma de demarcação de espaço e poder. São produções discursivas de Resistência Surda que promovem o consumo da Cultura Surda para se reafirmarem como sujeitos culturais e serem assim representadas no campo político e educacional. (PINHEIRO, 2011, p. 30-31).

A maior manifestação do movimento surdo aconteceu na Capital Federal, nos dias 19 e 20 de maio de 2011. Foram mais de quatro mil pessoas, entre surdos e ouvintes, apresentando faixas com mensagens a favor da educação bilíngue, do respeito pela Língua de Sinais e pela Cultura Surda.

Foram dois dias de manifestações na Capital Federal. No primeiro dia em frente ao MEC, com muita gritaria, garra e luta dos participantes. Logo depois, todos os participantes do movimento foram ao Senado, onde alguns senadores receberam o grupo de militantes e deram apoio às reivindicações do movimento, entre as principais delas: respeito à Cultura Surda e a institucionalização da escola bilíngue como o lugar da educação dos surdos. Pela noite os manifestantes acenderam velas em frente ao Palácio do Planalto para relembrar um pedaço da história dos surdos.

No segundo dia de manifestação houve passeata nas principais ruas de Brasília e um pequeno festival de Cultura Surda próximo ao Palácio do Planalto. Nessa manifestação havia um carro elétrico onde os artistas surdos subiam para mostrar sua arte, em um contexto de respeito à Cultura Surda e à educação bilíngue. As lutas e reivindicações da Militância Surda que se movimentam a favor dessas causas vêm aos poucos conquistando mais espaço, tornando visível e possível a existência de uma escola desejada pela Comunidade Surda. As pesquisadoras Quadros e Sutton-Spence (2006) ressaltam:

A identidade e a cultura das pessoas surdas são complexas, já que seus membros frequentemente vivem num ambiente bilíngue e multicultural. Por um lado, as pessoas surdas fazem parte de um grupo visual, de uma Comunidade Surda que pode se estender além da esfera nacional, no nível mundial. É uma comunidade que atravessa fronteiras. Por outro lado, eles

fazem parte de uma sociedade nacional, com uma Língua de Sinais própria e com culturas partilhadas com pessoas ouvintes de seu país (SUTTON-SPENCE, 2006, p. 111).

Concordo plenamente com as autoras, pois aqui no Brasil o Movimento Surdo tem a influência das culturas regionais. Por exemplo, na manifestação em prol da educação bilíngue, havia um grupo grande de surdos do estado de Pernambuco, eles se fantasiavam com as cores da bandeira do estado e usaram frevos, um dos símbolos do folclore pernambucano. Já os surdos do Rio Grande do Sul desfilaram com chimarrão, tomando água quente mesmo sob sol forte e muito calor. Isso é Cultura Surda brasileira partilhada com as culturas regionais do Brasil. As autoras Karnopp, Klein e Lunardi-Lazzarin (2011), ao tratarem da noção de Cultura Surda, afirmam:

Os surdos brasileiros são membros de uma Cultura Surda; não significa que todas as pessoas surdas no mundo compartilhem a mesma cultura simplesmente porque elas não ouvem. Os surdos brasileiros são membros da Cultura Surda brasileira da mesma forma que os surdos americanos são membros da Cultura Surda norte-americana. Esses grupos usam Línguas de Sinais diferentes e possuem diferentes experiências de vida; no entanto, independentemente do local onde vivem, um dos fatores que os identifica é a experiência visual. Isso não se relaciona às perspectivas compensatórias como usualmente são descritos os surdos: pela falta de sentido da audição, eles desenvolveriam o sentido visual. A Experiência visual está relacionada com a Cultura Surda, representada pela Língua de Sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar e de conhecer o mundo (KARNOPP; KLEIN; LUNARDI-LAZZARIN, 2011, p.19).

É no Movimento Surdo que emergem os significados de Cultura Surda, pois surgiram muitas pesquisas que foram aprofundadas para entender os efeitos da Cultura Surda e isso deu a força para a existência dessa Cultura. Segundo Gomes (2011):

Justamente pela história de lutas e resistências de Comunidades Surdas, essa forma de enunciação discursiva (saberes sujeitos) vem tomando mais força e autenticidade, corroborando para o entendimento teórico da Cultura Surda (GOMES, 2011, p. 134).

A fim de defender a educação bilíngue para surdos veio a aprovação da meta nº 4.7 do Plano Nacional de Educação (PNE), lei nº 13.005/2014, que esclarece:

4.7) garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdoscegos.

Depois da grande manifestação em Brasília, outro movimento que marcou as ações em defesa da educação de surdos foi o projeto “Setembro Azul”, que recebe esse nome, pois setembro é o mês em que se comemora o dia do surdo e

azul por ser a cor simbólica dos surdos. O projeto teve o objetivo de apresentar o movimento para as autoridades locais e regionais, já que a grande manifestação foi realizada somente em Brasília. O projeto foi espalhado por todo o Brasil; cada estado preparou o seu evento. O Setembro Azul foi um grande sucesso, realizaram-se seminários, palestras, apresentações teatrais, passeatas, audiências públicas, exposições, festas etc. nos diversos estados brasileiros. Acontece até hoje.

O documento *Educação que Nós Surdos Queremos*, a Lei de Libras, Letras/ Libras e o Setembro Azul são os efeitos das reivindicações do Movimento Surdo e das lutas de pesquisadores envolvidos com as causas da educação de surdos. Vale reforçar que o Documento *Educação que Nós Surdos Queremos* foi um impulso para muitas coisas que temos hoje; se não fosse o documento certamente não teríamos histórias para contar nesse livro. Ressalto que nem tudo é um mar de rosas, ainda estamos na luta pelas escolas bilíngues para surdos com qualidade, a fim de respeitar o desenvolvimento linguístico adequado e ambiente linguístico aos alunos surdos.

Referências

- BRASIL, **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/L/lei/L13005.htm . Acesso em: 27 fev. 2019.
- DALL´ALBA, Carlissa. **Movimentos Surdos e Educação**: Negociação da Cultura Surda. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2013.
- FEBRAPILS. **Nota Técnica**. <http://febrapils.org.br/wp-content/uploads/2017/07/nota-tcnica-febrapils-feneis-materiais-audiovisuais.pdf> . Acesso em: 27 fev. 2019.
- FENEIS. Desenvolvimento integral do surdo “enquanto pessoa”. **Revista da FENEIS**, Belo Horizonte, 1995.
- FENEIS. Documento 008561/1999 - **A Educação que Nós Surdos Queremos**. Elaborado pela Comunidade Surda a partir do Pré-Congresso ao V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, realizado em Porto Alegre, na UFRGS, 1999.
- FENEIS. Brasil diz sim às Escolas Bilíngues para Surdos. **Revista da FENEIS**, Belo Horizonte, 2011.
- GOMES, Anie Pereira Goulart. A invenção da Cultura Surda e seu imperativo no plano conceitual. In: KARNOPP, Lodenir Becker; KLEIN, Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise (org). **Cultura Surda na contemporaneidade**: negociações, intercorrências e provocações. Canoas: Ed. ULBRA, 2011. p. 120 - 135.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.16, n.47, p. 333 - 361, maio-agosto/2011.
- KARNOPP, Lodenir Becker; KLEIN Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise. Produção, Circulação e consumo da Cultura Surda brasileira In: KARNOPP, Lodenir Becker; KLEIN, Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise (org). **Cultura Surda na contemporaneidade**: negociações, intercorrências e provocações. Canoas: Ed. ULBRA, 2011. p. 15 - 28.
- LOPES, Luciane Bresciani. **Emergência dos Estudos Surdos em Educação no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.2017.
- LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- PERLIN, Gládis T.T. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos. **A Surdez**: Olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 51 - 73.
- PINHEIRO, Daiane. Produções Surdas no Youtube: consumindo a Cultura. In: KARNOPP, Lodenir Becker; KLEIN, Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise (org.). **Cultura Surda na contemporaneidade**: negociações, intercorrências e provocações. Canoas: Ed. ULBRA, 2011. p. 29 - 40.
- POUPEPAU, Frank. **Dominación y movilizaciones**. Córdoba: Ferreyra Editor, 2007.
- PROPOSTA DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS/LICENCIATURA HABILITAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: UFSC, FENEIS, CEFET-SC. Coordenadores do projeto, Prof^ª. Dr^ª. Viviane M. Heberle e Prof^ª. Dr^ª. Ronice M. de Quadros. p 1 - 17.
- QUADROS, Ronice Muller de; SUTTON-SPENCE, Raquel. Poesia em língua de sinais: traços da identidade surda. In: QUADROS, Ronice Muller de (org). **Estudos Surdos I**, Petrópolis: Arara Azul, 2006. p. 110 - 165.
- THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. **Cadernos de Educação/faculdade de Educação** - UFPeL, Pelotas, RS, v.19, n. 36, p. 107 - 131, maio-ago. 2010 .

A CAMINHADA DO ORGULHO SURDO: REGISTROS E REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DO MOVIMENTO SURDO NO RIO DE JANEIRO

*The Deaf Pride Walk: records and reflections on history of the Deaf
Movement in Rio de Janeiro*



Adilson Magarão Buze

Especialista em “Educação de Surdos: aspectos políticos, culturais e pedagógicos” pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Servidor público federal como Professor de Libras da Educação Infantil no Departamento de Educação Básica do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES/MEC). Contato: adilbuze@hotmail.com



Rosana Duarte Grasse

Mestranda na Pós-graduação stricto sensu profissional em Educação Bilíngue pelo Departamento de Ensino Superior do INES (DESU/INES). Servidora pública federal como Professora de Libras da Educação Infantil no Departamento de Educação Básica do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES/MEC). Contato: rdgrasse518@hotmail.com



Roberta Santos Morais Gomes

Mestra em “Diversidade e Inclusão” pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Servidora pública federal como Professora de Libras da Educação Infantil no Departamento de Educação Básica do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES/MEC). Contato: betagomes06@gmail.com



Ramon Santos de Almeida Linhares

Mestre em Estudos da tradução (UFSC). Servidor na função de coordenador de projetos (INES/DDHCT). Atuou nessa pesquisa no complemento ao banco de imagens e conceitos em Estudos Surdos assessorando os autores principais na coesão progressiva do texto em Língua Portuguesa escrita debatido em Libras. Contato: ramon.sal08@gmail.com

Resumo

Esse texto propõe uma reflexão sobre os processos de autoconhecimento vividos por pessoas Surdas por meio do registro de manifestações públicas organizadas por Coletivos Surdos na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Além de destacar o protagonismo de pessoas Surdas na construção de um movimento social consistente, esse texto também apresenta um breve histórico sobre a construção de atos públicos que reforçam afirmativamente o “Orgulho de Ser Surdo” nos contextos da Comunidade Surda carioca: a Caminhada do Orgulho Surdo. Imagens e relatos que ilustram e embasam a trajetória de construção, difusão e consolidação dos ideais de autodeterminação e autoafirmação do Movimento Surdo como sociedade civil organizada. Esse percurso é marcado tanto por personalidades Surdas reconhecidas como lideranças, assim como descreve o quanto esses coletivos entrelaçam suas narrativas públicas com as histórias das instituições dedicadas aos Surdos nesse mesmo município. Sistematizar e apresentar esses elementos reforça os valores construídos no interior das Comunidades Surdas, assim como perpetua e atualiza esses modos de autorreferenciação na história de construção das identidades individuais e coletivas do Ser Surdo.

Palavras-chave

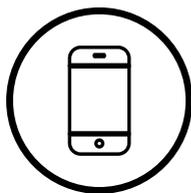
Comunidade Surda carioca. Movimento Social. História Cultural. Preservação. Autoconhecimento.

Abstract

This text proposes a reflection on the self-knowledge processes experienced by Deaf people through the registration of public events organized by Deaf collectives in the city of Rio de Janeiro, Brazil. In addition to highlighting the role of Deaf people in building a consistent social movement, this text also presents a brief history on the construction of public acts that affirmatively reinforce the “Pride of Being Deaf” in the contexts of the Rio Deaf Community: the Pride Walk Deaf. Images and reports that illustrate and support the trajectory of construction, diffusion and consolidation of the Deaf Movement’s ideals of self-determination and self-affirmation as organized civil society. This path is marked by both Deaf personalities recognized as leaders, as well as describing how these collectives intertwine their public narratives with the stories of institutions dedicated to the Deaf in that same municipality. Systematizing and presenting these elements reinforces the values built within the Deaf Communities, as well as perpetuates and updates these modes of self-referencing in the history of building the individual and collective identities of the Deaf Being.

Keywords

Deaf community in Rio. Social Movement. Cultural History. Preservation. Self-knowledge.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**

https://www.youtube.com/channel/UCosR0a_gJVuvT-26VxiR3cTQ

Canal do DDHCT INES no YouTube



INTRODUÇÃO

Este texto apresenta um relato a respeito da “Caminhada do Orgulho Surdo” organizada no Rio de Janeiro, de 2004 a presente data. *(paramos em 2020) Adilson- escreveria no período do ano 2020.* Essa manifestação pública é compreendida aqui como um forte dispositivo para construção de narrativas culturais protagonizadas por pessoas Surdas. Apontamos ainda que, para além de ser um ato de concentração e manifestação pública de suas próprias narrativas sobre o Ser Surdo, essa caminhada cooperou com a consolidação de uma data comemorativa nacional dedicada à afirmação e difusão dessas narrativas. Desenvolvemos uma descrição das relações entre o “Orgulho de Ser Surdo”, a “Caminhada do Orgulho Surdo” e o “Setembro Azul” como um processo cultural em constante desenvolvimento. Faremos essa descrição a partir de nosso próprio envolvimento nesse contexto como jovens Surdos formados no interior desse movimento nacional. Oferecemos aqui aos nossos leitores uma narrativa cheia de relatos e imagens que hoje se apresentam como memória e patrimônio das comunidades Surdas brasileiras; a saber, especificamente sobre uma parte da história das comunidades Surdas cariocas.

Nosso texto é aberto com um relato sobre os primeiros passos de uma caminhada (auto)investigativa que vivenciamos para chegarmos a esse recolhimento de dados. Seguimos debatendo a questão da Identidade Cultural Surda apontando as inspirações e contatos que consideramos ter despertado a Comunidade Surda carioca em promover seus próprios eventos. Focamos, então, na questão da Caminhada do Orgulho Surdo como acontecimento histórico até chegarmos ao uso das imagens como suporte de memória e apresentamos uma breve seleção de imagens. Concluimos apontando os desdobramentos e as repercussões e relatos de líderes Surdos sobre a luta.

1. OS PRIMEIROS PASSOS DE UMA CAMINHADA (AUTO)INVESTIGATIVA

Antes de apresentarmos os dados referentes ao nosso objeto de estudo, gostaríamos de apresentar os contextos nos quais iniciamos nosso interesse de pesquisa no tema. Em 10 de setembro de 2016, os três autores desse texto se reuniram para a formação de um grupo de pesquisa dedicado ao planejamento da comemoração do que formalmente chamaram de “Setembro Azul”. O evento foi desenvolvido no CAP/INES com o objetivo de promover a Cultura Surda entre os alunos. O CAP/INES funciona do Departamento de Educação Básica do Instituto Nacional de Educação de Surdos (DEBASI/INES/MEC). O INES¹ é uma instituição pública federal fundada em 1857 durante o Império e tem uma significativa

1 Cf.: www.ines.gov.br.

relevância histórica das comunidades Surdas brasileiras por ter sido a primeira instituição dedicada à educação de pessoas Surdas no Brasil.

O evento foi composto por atividades de exibição de vídeos, exposições, peças teatrais, jogos e dinâmicas em Libras (Língua Brasileira de Sinais). Sua finalidade foi estimular os alunos a interagirem em Libras em um espaço que os levasse a pensar a respeito de si como pessoa Surda no mundo. Desse modo, esperava-se promover mais caminhos para o autoconhecimento individual e coletivo. Um movimento essencial para a construção de uma identidade afirmativa que resiste e se opõe frente a muitas outras interpretações negativas sobre o Ser Surdo.

A data escolhida para o evento foi 26 de setembro, quando já se comemora o Dia Nacional do Surdo. O mês de setembro, cabe lembrar, se tornou especial para as Comunidades Surdas em diversos lugares do Brasil e do Mundo ao longo dos anos. No Brasil a data foi escolhida em decorrência da fundação do INES, fundado pela parceria entre o professor Surdo francês Huet e o Imperador Pedro II na data de 26 de setembro de 1857.



Figura 01 - Mosaico de imagens: E. Huet, Dom Pedro II, fachada do INES nos anos 60 e atualmente. Imagens do Memorial Institucional do INES. Última imagem do fotógrafo Surdo Renato Nunes.



Figura 02 - Panfleto da Feira do Surdo no mês “Setembro Azul”.

Em formato de feira, o evento foi organizado com uma programação de atividades unificadas e simultâneas. Para as atividades simultâneas, os professores se dividiram em grupos nos quais puderam compartilhar saberes e promover dinâmicas em subtemas relacionados com o tema geral do “Orgulho Surdo”. A atividade teve como público os alunos Surdos matriculados no CAP/INES do Departamento de Educação Básica (DEBASI) do INES, como parte de uma atividade especial de sábado letivo. Um exemplo de abordagem do tema central que compôs o evento foi a do tema do “Orgulho Surdo”, por meio da apresentação dos Movimentos Surdos, suas lutas e suas reivindicações, pesquisado pelos professores Surdos da instituição. Consideramos que tanto a preparação para o evento, que nos aperfeiçoou como professores-pesquisadores, como a troca com os alunos durante o sábado letivo, foram extremamente enriquecedoras para o que percebemos ser hoje uma pesquisa vivenciada sobre a história das Pessoas Surdas feita por Pessoas Surdas.

Figura 03 - Alunos e professores na feira do “Setembro Azul” na quadra CAP-INES.



Figura 04 - Professores de Libras Surdos presentes na feira.



Figura 05 - Os professores organizadores da pesquisa e apresentação na feira.’



Figura 06 - Pessoas Surdas presentes da feira em uma grande foto comemorativa.



No percurso da pesquisa para a organização dos conteúdos nas atividades do evento, fomos levados a recordar inúmeros outros momentos nos quais, nós mesmos como jovens Surdos, estávamos nas ruas pedindo visibilidade e reconhecimento da Comunidade Surda brasileira. Essa recordação motivou a construção da narrativa que apresentaremos neste texto. Uma narrativa que

retorna até antes desse evento no Cap/INES e vai até a lembrança de outras fases dessa nossa história. Uma recordação que, nesse texto, não tem a pretensão de criar uma descrição estritamente linear ou técnica. O que queremos é passear, ou melhor, fazermos uma CAMINHADA por essas memórias com a finalidade de apontarmos os Valores Culturais Surdos que elas tentavam reafirmar, comunicar e difundir como manifestação pública.

2. QUESTÃO DA IDENTIDADE CULTURAL SURDA

Afinal o que é Orgulho Surdo? Para se definir essa ideia é preciso conhecer as vivências que levam ao reconhecimento afirmativo de si mesmo como Pessoa Surda. Uma etapa significativa desse processo é aceitar-se como Pessoa Surda, pois existem muitas pessoas Surdas que não se reconhecem como Surdas. Tanto porque estão muito mais expostas às interpretações negativas da condição de surdez, como por não terem contato com os ambientes mais apropriados para vivenciarem seus próprios processos afirmativos e potentes de subjetivação como Pessoa Surda. Ou seja, ainda que sejam Surdos, não estão inseridos na Cultura Surda, uma experiência que tem como fundamento central conhecer o mundo por uma cultura da visualidade fundada pelo intermédio linguístico das Línguas de Sinais.

Portanto, sem desenvolvimento de uma subjetividade própria, o indivíduo Surdo provavelmente terá muitas dificuldades para desenvolver seus próprios processos de afirmação e autoconhecimento. O descobrimento do seu próprio Ser Surdo. Afastadas, essas pessoas Surdas, se tornam sujeitos tanto impossibilitados de compreender uma perspectiva afirmativa de si, como de exercitar essa compreensão pelas diversas formas de representação e declaração do Orgulho de Ser Surdo. Uma afirmação que se desenvolve por meio de uma identidade cultural linguística.

Reforçamos, desse modo, que, embora existam muitas pessoas que cresceram sabendo que são pessoas Surdas, elas não se reconhecem plenamente em suas potências até que estejam inseridas em uma Comunidade Surda. Compreendemos que o ato de subjetivação na condição de Ser Surdo passa pela aceitação de sua própria Identidade Surda. Algo que consiste em saber a Libras e se complementa no desenvolvimento de aspectos de habilidades visuais próprias aos Surdos. Um conjunto complexo de elementos, tais como: experiência visual, cultura visual, sentimento, empoderamento da Comunidade Surda. E esses são uns dos aspectos que mais fortalecem, preservam e instituem a valorização do Povo Surdo².

Este Orgulho Surdo é uma consequência da aceitação e exercício da

² Cf. Ladd, 2003.

identidade como prática cultural e linguística. E se apresentam como fundamento da identidade do Ser Surdo. Abrindo aqui um espaço para nos incluirmos no debate, afirmamos que, por isso, não nos aceitamos como deficientes, mas nós nos compreendemos como um grupo linguístico minoritário subjugado sob o olhar de uma maioria linguística. Adequar-se ao termo Surdo como identidade cultural implica aceitar que existe felicidade na realidade de Ser Surdo – e não tristeza de ser ou portar uma enfermidade. Afirmando mais uma vez que a diferença é comunicacional, de modo que aquilo que diferencia os Surdos dos ouvintes é a modalidade das suas línguas.

Vale a pena defender que, mesmo desenvolvendo descrições afirmativas a respeito do Ser Surdo, não ficamos subjugados a uma denominação, um rótulo homogêneo sobre o que “devem” ou não viverem ou serem os Surdos. Somos contra os rótulos e lutamos para que cada dia mais pessoas possam ver como é o Mundo Surdo. Assim mostramos quem somos, à medida que seguimos conquistando um espaço cada vez maior na sociedade. Ganhos sobre ganhos à medida em que alcançamos mais visibilidade e aceitação. Estudamos, trabalhamos e assim demonstramos que não estamos impedidos em nossa capacidade, mas sim que aquilo que nos impede é sermos negativamente rotulados como deficientes.

A afirmação do Orgulho Surdo é um modo para que nós, os próprios Surdos, possamos vivenciar e mostrar nossas competências, de modo que avancemos tanto em nossos objetivos pessoais como naquilo que a sociedade exige como cidadãos à medida que nosso modo de ser é aceito. O orgulho Surdo passa pela consciência que os Surdos têm da própria Língua e coletivo. Nessa lógica se assume que os Surdos têm um jeito de conhecer o mundo pelo olhar, que os Surdos têm sua própria história, têm seus próprios movimentos e conquistas. A Libras, Língua Brasileira de Sinais, nesse contexto, é sem dúvida o que nos une, é por ela que nos comunicamos e interagimos. Este, em sua complexidade, é o Mundo Surdo. Nossa principal força é nossa maneira de nos comunicarmos. Por ela nós nos unimos. Se os sujeitos Surdos saem dessa unidade, nós perdemos a força. Por isso, é importante ter essa união.

Será que após essa apresentação inicial podemos refletir melhor sobre o porquê de comemorarmos o Setembro Azul? Desde o início apontamos que existiram motivos que influenciaram na escolha desse mês como data comemorativa para celebrarmos os ganhos e existência dos bens culturais das Pessoas e Comunidades Surdas. Além das datas que apontamos até aqui, podemos pontuar outras datas e instituições que se envolveram na consolidação de datas e eventos comemorativos do Ser Surdo, das Línguas de Sinais e das Comunidades Surdas. O mês de setembro também abarca datas comemorativas como o dia Internacional das Línguas de Sinais (dia 23), Dia Nacional do Surdo (dia 26), Dia Internacional do Surdo (último domingo do mês de Setembro de cada ano). Atividades já foram desenvolvidas junto com instituições privadas e públicas, como a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência,

Secretaria dos Direitos Humanos e/ou ao Governo Federal.

Mas e a cor azul? Talvez você já tenha visto a cor azul turquesa sendo utilizada em inúmeros trabalhos ligados às Comunidades e Pessoas Surdas. Mas qual o motivo por trás da escolha dessa cor? Em várias manifestações públicas de diferentes Comunidades Surdas do mundo podemos ver a recorrência da cor e da fita azul. Esse símbolo (desenhado ou como objeto) pode ser usado como adereços ou em vários lugares do corpo, podendo adornar a cabeça, blusa, pinturas faciais, balões de ar, etc. Mas, retomando nossa pergunta: por que a cor azul? Essa cor, segundo registros de historiadores Surdos do mundo, foi uma marca histórica de opressão nos campos de concentração do Nazismo, para mostrar que aquela pessoa era deficiente, entre elas as pessoas Surdas.

Durante a era do nacional-socialismo na Alemanha, a discriminação contra os “doentes hereditários” estava no auge. A higiene racial era uma grande preocupação e a intenção de corrigi-la fez a Alemanha tomar medidas extremas. Pessoas Surdas e com deficiência auditiva e todos os deficientes eram considerados um “fardo social”. Adolf Hitler e muitos outros temiam que a surdez fosse um gene hereditário que pudesse ser transmitido da mãe ou do pai para a criança. A principal solução da Alemanha para diminuir os números foi através da esterilização. (WIKIPEDIA, 2019 - tradução nossa).

Isso significou para nós uma marca histórica na formação da história das pessoas Surdas. Um movimento de opressão que acabou incluindo como a proibição da Língua de Sinais ao Povo Surdo. A cor azul significa força e resistência; é para os Surdos lembrarem-se das suas lutas.

Algum ano antes do evento que descrevemos inicialmente nesse artigo, no mês de agosto de 2008, aconteceu o “2º encontro Nacional de estudantes de Letras-Libras”. Reconhecemos que uma das palestrantes que esteve presente nesse evento influenciou muito nossas noções a respeito dos conceitos de Movimento Social, Identidade e Cultura Surda.

Figura 07 – Folder (verso): programação de II Encontro Nacional do Curso de Letras/LIBRAS do Rio de Janeiro



Figura 08 – Folder (face): Programação II Encontro Nacional do Curso de Letras/LIBRAS do Rio de Janeiro

13 Quarta-Feira - INES

- 7h às 7h: Credenciamento - Biblioteca Pública do INES
- 8h às 10h30: Abertura Oficial do Encontro: UFSC - Renata Muller de Quadros (Coordenadora Geral)
- INES - Marcelo Cavalcanti (Diretor)
- PÓLO INES - Nevevete Ferreira (Coordenador)
- FENES - Karin Strobel (Presidente)
- BRADESCO - Renaldo A. Bortolero Jr. (Diretor)
- HINO NACIONAL

14 Quinta-Feira - FERJAN

- 8h às 9h: Coffee Break
- 9h às 12h: Pólos da UFSC
- 9h - Ana Regina Campello (SC) O que é Design Instrucional da Letras-LIBRAS
- 9h30 - Luciana Ruiz (RJ): O Papel do Professor de Libras no Pós-Decreto
- 10h - Elaboração e Discussão sobre a Formação dos Alunos da Letras-LIBRAS
- 10h30 às 12h: Discussão dos Pólos
- 12h às 13h30: Almoço
- 14h às 16h: Workshop - Nelson Pinna (RJ): Metáfora
- 15h às 16h15: Coffee Break
- 16h15 às 17h15: Momento Artístico
- 17h15 às 18h: QUIZ
- 18h às 18h15: Encerramento

15 Sexta-Feira - FERJAN

- 8h às 9h45: Workshop com Ella Lentz (EUA)
- 9h45 às 10h: Coffee Break
- 10h às 12h: Workshop com Ella Lentz
- 12h às 13h30: Almoço
- 13h30 às 16h15: Workshop com Ella Lentz
- 16h15 às 16h30: Coffee Break
- 16h30 às 18h: Momento Artístico: Grupo de teatro TBS - Tema: Gota de Mel
- 18h: Encerramento

16 Sábado:

- Momentos Livres (Lazer)
- 20h: 55 anos da Associação Alvorada

Comissão Organizadora

Local: INES
Rua dos Laranjeiros, nº 232 - Laranjeiros

Local: FERJAN
Avenida Graça Aranha, nº 1 - Castelo

Inscrição:
R\$40,00 sem prazo até 31 de julho.
A partir de 1º de agosto R\$100,00 até o dia 12 de agosto.
Limites: 400 vagas.
Os interessados deverão fazer a inscrição através do e-mail: dricontabeirsj@gmail.com

Andrico Moraes Xavier
Associação Miramar, nº 43 - Vila Leopoldina - Duque de Caxias - RJ
Cep: 25035-120

Conta Bancária:
Banco Bradesco
Agência: 2722-7
Conta Corrente: 7966-3

Contato:
Renise Conceição de Oliveira
e-mail: rc207@ig.com.br

Na época já organizávamos a caminhada do Orgulho Surdo, desde 2014, mas a ocasião renovou nossa compreensão sobre as possibilidades de movimentação política por meio de uma mobilização pública. Essa palestrante foi a pesquisadora e poetisa Surda Ella Mae Lentz, militante da Comunidade Surda americana. Este evento foi localizado e apoiado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), tendo sido promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) junto com a equipe e alunos do polo do curso de graduação em Letras-LIBRAS no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Rio de Janeiro.

Figura 09 – Palestrante Ella Mae Lentz (EUA)



Figura 10 – Apresentação do teatro “Museu de Surdez” em 2º Encontro aibras



Durante sua palestra, Lentz nos foi apresentando sobre um ato marcante de militância do Movimento Surdo mundial que ocorreu no Congresso Internacional de Pessoas Surdas (da *Word Deaf Federation* - WFD), que apresentava a *Blue Ribbon Ceremony* [Cerimônia da Fita Azul], no ano de 1999, na Austrália. Na ocasião narrada pela palestrante, foi explicado que o pesquisador Surdo britânico Paddy

Ladd (2003) idealizou um ato simbólico que tomava a fita azul como representação da Luta Surda. Então, a fita azul ficou como uma marca internacional do nosso movimento. E não é de um país, mas de todas as Comunidades Surdas de diversos países, pois todos nós Surdos reconhecemos compartilharmos de certa unidade no modo de sermos no mundo, reconhecemos que temos Identidade Surda e falamos Línguas de Sinais; embora língua com nacionalidades diferentes.

3. A CAMINHADA DO ORGULHO SURDO COMO ACONTECIMENTO HISTÓRICO

Por isso é importante conhecer o que há por detrás desse símbolo da fita azul e incentivar sua divulgação. Não só para os Surdos reconhecerem, mas para que os ouvintes também saibam mais sobre a história e luta dos Surdos.

Na pesquisa feita para o evento que iniciamos descrevendo nesse texto, e em decorrência do contato com a história do Movimento Surdo mundial, fizemos essa aproximação entre a caminhada do Orgulho Surdo e o simbolismo da Fita Azul. Nosso intuito era dar mais importância ao reconhecimento da opressão e dos sofrimentos que os Surdos viveram em sistemas que pouco se atentavam aos seus modos de existir. Assim como gerar mais visibilidade para as lutas históricas que deram às Pessoas Surdas, pouco a pouco, sua emancipação. Abrindo o nosso olhar, conhecendo nossa subjetividade, interligar-se às construções de uma luta histórica e cultural dada no contexto das Comunidades Surdas. Ao revermos os arquivos, alertamos para ciência de que o movimento da fita azul se iniciou em 2008, pois foi a partir daí que vemos a fita azul presente na Comunidade Surda.

Inicialmente, coloquialmente se falava usando o termo “passeata Surda” no Rio de Janeiro. Mas, com o tempo, o termo mudou para “caminhada”. Temos relatos de que algumas pessoas falam da mudança de denominação a partir do ano 1999, outros dizem 2002 e 2003. Não temos, contudo, registro para definição da data do surgimento dessa manifestação, que já se chamou passeata e caminhada, mas sempre se referindo ao Orgulho Surdo.

Instigados por essas questões mais minuciosas, decidimos revisar os registros de muitos desses momentos em que nós mesmos estivemos e vivenciamos sua potência. Então, iniciamos nossa pesquisa pelo que tínhamos de registros em vídeos e fotografias. Alguns dados e arquivos encontramos nos computadores de pessoas da comunidade e postados em redes sociais, como o *YouTube*. Outro movimento para recolhimento de possíveis registros foi criar um grupo de pessoas que participaram ou apoiaram esses eventos para discussão em outra rede social, o *FaceBook*. Isso nos ajudou a recolher e tentar pôr em ordem cronológica um pouco da história e do contexto dessa caminhada. Então, como um quebra-cabeça, fomos montando a linearidade dessa história. Identificamos o início a partir de 2004, com a 1ª Caminhada do Orgulho Surdo.

Figura 11 – Exemplos de registros nos arquivos gravados da 3ª Caminhada Orgulho Surdo, 2006.



Figura 12 – Autora Surda em pesquisa-investigação para coleta de dados em registro, 2016.



Figura 13 – Autora Surda em pesquisa-investigação para coleta de dados em registro, 2016.



Essa metodologia de pesquisa investigativa tem motivo em pesquisar sobre o poder registrar o acontecimento histórico para o Povo Surdo.

4. IMAGENS E MEMÓRIA: CONVOCAR, CAMINHAR E SER VISTO

A passeata do movimento de Orgulho Surdo, como foi inicialmente chamada, teve início no percurso do bairro do Leme a Copacabana. Os eventos contaram com os depoimentos de vários Surdos relatando acontecimento histórico, razões e ideias mediadas por um locutor sinalizante. Nessas falas foi contado sobre o surgimento da passeata e do lema do movimento “Orgulho Surdo”. Entre os convidados especiais destacamos Nelson Pimenta, Luciane Rangel Rodrigues, Ana Regina e Souza Campello que atuaram como idealizadores e incentivadores desse evento. Nas primeiras passeatas, destacamos a colaboração da Tradutora-Intérprete Gildete da Silva Amorim Mendes Francisco. Como divulgadora dos eventos e uma forte influência entre os Surdos cariocas, lembramos a importância de Ronise Conceição de Oliveira, por seu apoio ao movimento até os dias atuais – com destaque aos coletivos de Surdos da terceira idade.

Cabe destacar ainda que muitos dos dados e registros que apresentaremos neste texto são fruto da generosa atenção de manifestantes e militantes do Movimento Surdo que fizeram de seus registros pessoais uma rica fonte para um corpus imagético dos históricos dessa passeata. Destacamos Andrico Moraes Xavier, Fernanda Araújo Machado, Renato de Araújo Nunes, Camila Lopes Nascimento, Elaine Maria de Lima Bulhões, Ulrich Palhares Fernandes, Ricardo Boaretto de Siqueira, Alexandre Luiz Lopes Pinto, Bruno Ramos, Vanessa Miro Pinheiro, Ramon Santos de Almeida Linhares e Jean Pardal Ferreira de Brito, assim como outros que, por serem tantos, não teríamos como citar aqui.

Sobre o simbolismo da fita azul, destacamos que sua difusão pelo Brasil

se deu graças à vinda da líder e militante Surda Ella Mae Lentz, que difundiu as ideias de Paddy Lady sobre esse símbolo na luta contra o ouvintismo e a abertura para os tempos pós-colonização das Comunidades Surdas. Um símbolo que trata da defesa da autonomia da Comunidade Surda. De 2004 até 2007, a cor da camisa era um assunto em aberto pois não existia um padrão de cor a ser utilizado, não havia uma cor padrão da Caminhada. Isso, pois ainda não eram conhecidas as concepções de Lentz e Ladd sobre o uso da cor azul – como é conhecido hoje. O uso do azul foi progressivo, aos poucos foi adotado pelo movimento a partir de 2008. Para além do símbolo fita azul, com o passar dos anos a cor azul, em diferentes tons, já estava surgindo em outros objetos (arco, camisa, broche etc.) pelos manifestantes presentes. Essa escolha da cor foi difundida para outras regiões dos estados do Brasil. Isso mudou a questão da cor em aberto que passou para o azul até os dias de hoje.

Esse símbolo é utilizado como uma espécie de metáfora de empoderamento coletivo. Essa cor funciona como um “escudo” de autodeterminação que é oferecido aos Surdos pelos próprios Surdos como apoio para construção de mais autonomias, reflexão e poder de escolha em suas próprias vidas. A ideia é de que, se alguns Surdos perderem suas forças por causa da opressão vivenciada em uma sociedade excludente, sempre existirão outros Surdos que vão se levantar para dar força aos Surdos enfraquecidos – compartilhando conhecimento e empoderamento ou mesmo os acolhendo mais próximo da comunidade como um espaço de pertencimento e aceitação. Construir vínculos cada vez mais firmes e laços afetivos espontâneos entre Surdos como fruto da ação dos próprios Surdos se mostra uma atividade política em consonância com o que diz Paddy Ladd sobre os valores existenciais fortificados pela vivência em Comunidade Surda. Sobre sua própria experiência, o autor relata:

Tendo crescido isoladamente de outras pessoas Surdas, achei um imenso desafio pessoal para confortar e derramar aspectos do meu condicionamento oralista pessoal, mesmo que eu intelectualmente rejeitei sua razão de ser. No entanto, por perseverança e comprovada comprovação, cheguei gradualmente a ser aceito por pessoas Surdas e, simultaneamente, comecei a aceitar a sua visão de mundo e história muito diferentes, passando de Surdo (isto é, a condição de situar a minha visão de mundo em torno das perspectivas audiológicas) a Surdo (situando-o em torno de perspectivas culturais e linguísticas) durante esse processo (LADD, 1998, p.2).

Em meio aos diversos conteúdos produzidos no contexto das manifestações públicas do Movimento Surdo carioca, existe um texto (com autor desconhecido) no qual esses valores de unidade ficam explicitados: *“Uma história, uma cultura, um povo, uma língua, este um é o mês setembro azul!”*. Nesse sentido, cabe trazer um tema muito debatido no interior dos Movimentos Surdos que é o conceito de Surdidade. Esse conceito foi desenvolvido por Ladd nos anos 1990:

[...] a fim de iniciar o processo de definição do estado existencial do Surdo enquanto ser-no-mundo. Até agora, o termo médico “surdez” era

usado para incluir essa experiência dentro da categoria mais ampla de “deficientes auditivos”, a grande maioria dos quais eram pessoas idosas com “dificuldades auditivas”, de modo que a verdadeira natureza da existência coletiva de surdos ficou invisibilizada. A surdez não é vista como um estado finito, mas como um processo pelo qual indivíduos surdos passam na atualização de suas Identidades Surdas, compreendendo que esses indivíduos constroem essa identidade em torno de vários conjuntos ordenados de prioridades e princípios, que são afetados por inúmeros fatores como nacionalidade, período histórico e classe [socioeconômica]. (LADD, 2003, p. 19)

A profundidade desse conceito encontrou muita adesão nos Movimentos Surdos pelo mundo. Se, dúvidas, um conceito existencial forte que trouxe respostas muito significativas para as pessoas e Comunidades Surdas que compartilhavam de um sentimento e saber tácito ainda sem um nome específico. Revisto ao longo dos anos, principalmente por cientistas Surdos na Antropologia, Linguística, Tradução e Educação, o conceito é atualmente reconhecido como um marco importante do projeto político de difusão da Cultura Surda. Esses processos de revisão cooperaram também para a revisão desse conceito em uma abordagem mais socioantropológica e menos essencialista. Justamente nesse sentido que a organização de manifestações públicas idealizadas e gerenciadas pelos próprios agentes Surdos reitera o valor dessa caminhada tanto para construção individual das pessoas surdas, como para a revisão social do olhar dedicado a esses cidadãos.

Uma pequena seleção de fotos ilustra, ano a ano, o valor do agrupamento como um exercício de autoafirmação e divulgação dos Valores Surdos. Nessas imagens poderão ser vistos colegas Surdos da comunidade carioca, assim como, entre eles, inúmeros personagens importantes do cenário de Luta e Militância Surda nessa região; muitos ainda jovens na construção dos ideais e redes de afeto, trabalho e saberes que hoje defendem e elaboram com, cada dia, mais consistência.

Figura 14 - Registro da 1ª Caminhada do Orgulho Surdo na Praia de Copacabana, Rio de Janeiro, 2004.



Figura 15 - Registro da 2ª Caminhada do Orgulho Surdo na Praia de Copacabana, Rio de Janeiro, 2005.



Figura 16 – Registro da 3ª Caminhada do Orgulho Surdo na Praia de Copacabana, Rio de Janeiro, 2006.



Figura 18 – Estampa da camiseta no ano 2007



Figura 20 – Registro da 6ª Caminhada do Orgulho Surdo na Praia de Copacabana, Rio de Janeiro, 2009.



Figura 17 – Registro da 4ª Caminhada do Orgulho Surdo na Praia de Copacabana, Rio de Janeiro, 2007.



Figura 19 – Registro da 5ª Caminhada do Orgulho Surdo na Praia de Copacabana, Rio de Janeiro, 2008.



Figura 21 – Registro da 7ª Caminhada do Orgulho Surdo na Praia de Copacabana, Rio de Janeiro, 2010.



Figura 22 - Registro da 8ª Caminhada do Orgulho Surdo na Praia de Copacabana, Rio de Janeiro, 2011.



Figura 23 - Registro da 9ª Caminhada do Orgulho Surdo na Praia de Copacabana, Rio de Janeiro, 2012.



Figura 24 - Registro da 10ª Caminhada do Orgulho Surdo na Praia de Copacabana, Rio de Janeiro, 2013.



Figura 25 - Registro da 11ª Caminhada do Orgulho Surdo na Praia de Copacabana, Rio de Janeiro, 2014.



Figura 26 - Registro da 12ª Caminhada do Orgulho Surdo na Praia de Copacabana, Rio de Janeiro, 2015.



Figura 27 - Registro da 13ª Caminhada do Orgulho Surdo Museu de Arte do Rio (MAR), 2016. Foto com formato da Fita Azul, símbolo do movimento.



Figura 28 - Registro da 14ª Caminhada do Orgulho Surdo com iluminação em cor azul do teto do Museu de Arte do Rio (MAR), 2017.



Figura 30 - 16ª Caminhada do Orgulho Surdo no Museu de Arte do Rio (MAR), 2019. Foto comemorativa formando a Letra “S” em referência ao Orgulho Surdo.



Figura 29 - Registro da 15ª Caminhada do Orgulho Surdo - Museu de Arte do Rio (MAR), 2018.



Figura 31 - 17ª Caminhada do Orgulho Surdo em sua primeira versão virtual seguindo os protocolos de segurança devido à pandemia do COVID-19, em 2020.



Aproveitamos aqui para registrar que, com o advento das redes sociais e das tecnologias que nos permitem produzir e acessar produtos audiovisuais, as últimas edições contaram também com materiais de divulgação bilíngues (Libras/Português). Nessas condições, destacamos a 17ª Caminhada quando, por meio das ferramentas tecnológicas, contou-se com a participação de líderes Surdos de referência mundial como Paddy Ladd (ING), Mae Lentz (EUA), Emmanuelle Laborit (FRA), Mark Berry (DIN, atual presidente comissão de jovens Surdos da Federação Mundial de Surdos – WFD), David de Keyzer (FRA), Kasper Bergmann (DIN), assim como de diversos líderes regionais Surdos do Brasil.

Figura 32 – Cartaz de chamada para a 13ª Caminhada em 2016.



Figura 33 – Programação da 13ª Caminhada em 2016, realizada em parceria com o Museu de Arte do Rio (MAR).

PROGRAMAÇÃO 2 0 1 6	
13h	Encontro em frente o Museu do Amanhã
14h	Visitação da Exposição Leopoldina no MAR
15	OFICINA
16h	Informes, piadas e história pequena sobre o Movimento do Orgulho Surdo
17h	Iluminação AZUL do prédio do MAR Homenagem ao Orgulho Surdo
18h	Encerramento

Figura 34 – Imagens do vídeo de divulgação e chamada para a 14ª Caminhada do Orgulho Surdo, em 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=heimsMR-qUA>



Figura 35 – Cartaz de divulgação da 15ª Caminhada em 2018 com programação e código QR para o vídeo de divulgação em LIBRAS.



15ª CAMINHADA DO

ORGULHO SURDO

Convidamos Surdos e Surdas, de todas as idades, para marchar pelo **Orgulho de Ser Surdo!** Convidamos também aos ouvintes, sinalizantes ou não, para marcharem junto conosco em apoio e convicção de que os movimentos das Comunidades Surdas são essenciais para afirmação das vidas surdas e para construção da sociedade bilíngue que queremos!

13h	– Concentração no monumento central da Praça Mauá
14h	– Visita Guiada no Museu de Arte do Rio (MAR)
15h30	– Festejar o Orgulho Surdo - poesias, piadas e histórias
18h	– Fotos oficiais com as Luzes Azuis

REALIZAÇÃO



23
SETEMBRO
2018

Figura 36 – Imagens da transmissão ao vivo da 17ª Caminhada do Orgulho Surdo, em 2020.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=heimsMR-qUA>.



A produção de eventos, sejam virtuais ou presenciais, celebrando o orgulho de ser Surdo não parou nos últimos 17 anos no Rio de Janeiro. Muitas vidas foram modificadas pelo que se aprendeu, tanto na organização, como na execução desses encontros. A repercussão dessas formas de manifestar e reclamar o direito à autonomia são evidentes por sua repercussão, assim como pelo papel que têm na memória de seus participantes.

5. REPERCUSSÕES E RELATOS DE LÍDERES SURDOS SOBRE A LUTA

Durante o período do início do movimento, a caminhada do Orgulho Surdo foi realizada na maioria das vezes nos bairros de Copacabana ao Leme. Mas também aconteceu em outros lugares como, por exemplo, em Niterói. Isso porque foram organizadas mais de uma passeata no mesmo ano no Rio de Janeiro. A ideia da Caminhada em Niterói partiu da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (APADA), na qual existia uma grande representação de agentes Surdos. O conhecimento do Movimento Surdo no município do Rio de Janeiro impulsionou as Comunidades Surdas dessa região à promoção de seus próprios atos públicos. Uma repercussão que não dividiu os grupos, pois as pessoas Surdas participavam e apoiavam nas duas caminhadas nas diferentes regiões. Infelizmente, o evento na Cidade de Niterói deixou de ser realizado, concentrando as Comunidades Surdas apenas no evento em Copacabana, que seguiu sem interrupção até a presente data.

Cabe destacarmos, como pôde ser percebido nas imagens anteriores, que a caminhada migrou para outra localidade nos últimos anos. Da 1ª até a 12ª caminhada, o movimento foi realizado no Leme/Copacabana. A partir da 13ª caminhada, no ano de 2016, com o mesmo tema, “Orgulho Surdo”, o movimento foi transferido para o Museu de Arte do Rio (MAR) - órgão mantido em parceria dos órgãos públicos da cidade com a iniciativa privada, localizado em Boulevard Olímpico, na Rua Praça Mauá, no Centro, Rio de Janeiro. Essa mudança se deu por conta da parceria entre o MAR e o Centro de Integração da Arte e Cultura dos Surdos (CIASC) - uma das principais instituições de Surdos, promotoras e organizadoras da Caminhada do Orgulho Surdo.

Figura 37 - Registro da Caminhada do Orgulho Surdo no bairro Icaraí, Niterói.



Figura 38 - Logo do CIACS. Informações disponíveis em <https://www.instagram.com/ciacs.artes>



O CIACS tem o enfoque na promoção de artistas Surdos e atividades artístico-culturais para Coletivos Surdos e, por isso, desenvolveu essa parceria com o MAR, que respondeu com apoio efetivo à Comunidade Surda desde 2015 a 2019. Essa articulação entre as instituições Surdas e as instituições das suas cidades mostra o valor da identidade linguístico-cultural e afirma o quanto o ser feliz do Ser Surdo está relacionado às pautas do movimento dos Surdos; que podem ser potencializadas pela articulação ética e crítica com inúmeras esferas da sociedade.

No processo de construção das imagens que compõem essa apresentação do Movimento Surdo carioca, nos pareceu relevante trazermos também o relato traduzido de alguns líderes Surdos sobre suas lembranças a respeito da Caminhada. Começamos com o relato do hoje professor e doutor Nelson Pimenta de Castro, a respeito do lema “Orgulho Surdo”. Ele nos diz:

“Tudo bem? O sinal que usamos para nos referir ao “ORGULHO”, esse conceito, vocês sabem como surgiu a ideia de falarmos sobre isso? Usado assim junto com a palavra “SURDO” foi uma ideia que tive a colega Ronise [Oliveira]. Nós dois discutimos sobre nosso trabalho de coordenação do Grupo Arco-íris que lutava pela conscientização ligada à temática do ser homossexual. Durante o tempo que nos relacionamos e apoiamos esse movimento víamos inúmeras vezes a palavra Orgulho Gay. O termo era usado tendo em mente uma visão positiva e achamos isso muito interessante. O termo Orgulho é utilizado para apontar posturas sem preconceitos também por outros movimentos; como Orgulho Negro. Refletimos que esse sinal “ORGULHO” deveria também ser associado com a gente, com o Orgulho Surdo. Esta foi a ideia que veio na época para o tema da primeira caminhada. Confeccionamos camisas onde estampamos o desenho do sinal “ORGULHO” em Libras e “Orgulho Surdo” em português. Com o passar dos anos, o curso de Letras Libras foi inaugurado e dali em diante compartilhamos essas ideias com mais pessoas e resolvemos somar fita azul junto com esse tema; como ficou até hoje. É isso, ok?”

A militante Surda Ronise Conceição de Oliveira, em seu relato para nós, reforçou o que nos contou o professor Nelson, acrescentando o processo de

criação da imagem do lema:

“Oi, tudo bem? Explicarei um pouco sobre o lema “Orgulho Surdo”, porque optamos pelas palavras “ORGULHO” e “SURDO”. Eu e Nelson, sentados em uma reunião do Grupo Arco-íris de Conscientização Homossexual conversávamos sobre como iríamos nomear uma passeata da Comunidade Surda. O colega, então, me falou: “Já viu que muitos movimentos falam de orgulho, orgulho gay, orgulho negro? Sempre se fala de orgulho, orgulho...”. E pensamos juntar o termo SURDO com Orgulho. Foi por este motivo que começou o lema “Orgulho Surdo”; na época da causa gay, mas motivados, tendo como referência a ideia de ter ORGULHO de ser SURDO. Por que não ser orgulhoso de ser Surdo? Queria aproveitar e mostrar o registro do desenho que Nelson fez para fazer a estampa da camiseta branca que o Nelson fez. Olha só o lema “Orgulho Surdo” e essa arte. Foi próprio Nelson fez. Tchau!”

A imagem da estampa foi utilizada por alguns anos pelo movimento em seus



eventos públicos.

Figura 39 - Primeira camisa do ano 2004, ilustrada pelo militante e líder Surdo Nelson Pimenta Castro.

A abordagem *O orgulho de ser Surdo* estampou a primeira caminhada, mas já era uma ideia difundida entre Surdos cariocas por meio de professores Surdos que souberam trazer a temática para suas salas de aula, como nos relata a professora e doutora Surda Ana Regina e Souza Campello:

Há um tempo, no ano 2003, na APADA, a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Audição em Niterói, atuei como professora no ensino de Língua Portuguesa, aproveitei para orientar aos alunos lerem o livro “Vendo Vozes”, de Oliver Sacks. Em um exercício de interpretação de texto, discutimos sobre o movimento ocorrido em Gallaudet em 1998 [que pedia um presidente Surdo na maior universidade de Surdos dos EUA]. Lembro que, após a conclusão da minha explicitação, os alunos Surdos ficaram muito curiosos para saberem mais e pediram para continuarem a leitura desse texto. Os alunos Surdos compreenderam e se expressaram muito bem nessa experiência. A partir disso, eram um grupo motivado pela consciência da importância de sentir o orgulho de ser Surdo. Acredito que isso influenciou muito no movimento de 2004, quando se iniciou a caminhada, pois pude ver esses alunos lutarem junto com outros Surdos sob o lema do Orgulho Surdo.

A caminhada do Orgulho Surdo, ainda debatida no campo educacional, vem para consolidar a percepção de professores Surdos sobre a aparente passividade de alunos Surdos em salas de aula e na vida. A professora Surda Luciane Rangel Rodrigues nos relata isso em seu processo com educação de Surdos.

“Este é meu sinal, me chamo Luciane. Por volta de 1999 iniciei como coordenadora de supletivo com jovens e adultos Surdos. Neste período de trabalho observei, pude perceber, que alunos, a maioria dos alunos Surdos, não tinha facilidade para expressarem opiniões bem articuladas ou ideias próprias. Por isso, desenvolvi o maior número de ações que oportunizassem um ensino compartilhado, mutuamente assimilável e expressivo. Eram sempre oportunidades de vivenciar a escola de modo livre e autônomo. Fundamos uma feira sobre “Mundo Surdo”, isso foi em 2002. O objetivo de os alunos Surdos frequentarem a feira foi para conhecerem como o conceito de cultura pode ser amplo, mas também específico em relação à língua. Foi um espaço também aberto ao teatro em Libras e outras exposições. No ano 2003, foi iniciado o curso de formação Instrutor para adultos Surdos. Tivemos, então, mais pessoas Surdas aproveitando e compartilhando do espaço da feira de Mundo Surdo em continuação ao trabalho. Mas, com o tempo, percebemos a falta de falarmos para fora da feira, falarmos para que outras pessoas pudessem conhecer nossa Comunidade Surda. Eu, o professor Nelson Pimenta e a professora Ana Regina Campello conversamos e aceitamos o desafio de organizarmos uma passeata do Leme a Copacabana para que fôssemos vistos com importância e respeito pela sociedade. Uma estratégia para afirmar o valor positivo do ser Surdo com sua cultura e língua. Durou um ano ou dois anos. Então, Nelson deu a ideia de usarmos o lema “Orgulho Surdo”. Argumentávamos que nós Surdos temos direito de ter orgulho de quem somos e a oportunidade de aceitar Ser Surdo. OK? Tchau! Tchau!”

Espaços formativos liderados por docentes Surdos são significativos para a difusão dos saberes da Cultura Surda. Muitos dos jovens Surdos na imagem a seguir, nessa época em formação, se tornaram pessoas muito significativas e articuladoras do processo de defesa dos direitos Surdos no Rio de Janeiro e fora dele.

Figura 40 - Essa foi primeira turma de APADA-Niterói



sobre curso de instrutores Surdos de LIBRAS.

A cooperação no processo de desenvolver autoestima e autonomia promovidos pelos próprios Surdos entre si marcam muito do trabalho de bastidores que é realizado para que eventos públicos sejam realizados e se tornem símbolo do processo de luta vivido pelas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluirmos, gostaríamos de relatar que neste momento o debate sobre a “cor correta” ser azul claro ou azul turquesa ainda continua polêmico. Mas apontamos também a feliz coincidência em observar os logotipos de organizações da Comunidade Surda (como a FENEIS, FSERJ, CISS, WFD, entre outros) representa com azul sendo escuro ou turquesa, demonstrando que o recorrente e importante é azul, sem tonalidade dessa cor. Poderíamos inclusive lembrar que o símbolo da bandeira do INES também apresenta a cor azul.

Ratificamos a importância do que foi dito com o reconhecimento de que:

Essas experiências e crenças estão contidas fortemente no símbolo da fita azul-turquesa, que representa a memória de todos aqueles que têm sofrido opressão. E azul-turquesa foi a cor dada para as pessoas Surdas pelos nazistas. [...] Usar a fita azul turquesa não é apenas se empenhar em manter viva a memória de todos aqueles que sofreram opressão, mas é estar comprometido com a causa de todos aqueles que ainda estão sofrendo opressão em nossos dias. E isto é se obrigar a se comprometer a lutar para terminar esta opressão agora, a favor de todos os Surdos do mundo e daquelas crianças Surdas que ainda estão para nascer (LADD, 2003, p. 470- 471). [Tradução dos autores].

Percebemos com o tempo que somos todos iguais como Surdos, mas com diversidade nas diferentes formas de manifestarmos nossa identidade e língua. O que todo o movimento que descrevemos aqui prioriza é respeito e apoio na defesa do direito de a pessoa Ser Surda.

Referências

- CLEMENTE, M. R.; VIEIRA, R.; MARTINS, F.; ANDRADE, A. I. Linguistic diversity in Aveiro, Portugal: Exploring linguistic landscape methodologies in the “Beira Mar” neighborhood. **Internet Latent Corpus Journal**, v.3, n.1, p. 116 - 133, 2013.
- COSTA, A. P.; LOUREIRO, M. J.; REIS, L. P.; NERI DE SOUZA, F. Análise de Interações Focada na Colaboração e Cooperação do Modelo 4C. **Revista Lusófona de Educação**, v. 29, p. 19 - 39, 2015 .
- LADD, PADDY. **Blue Ribbon Ceremony Video**. Disponível em: <http://www.joeybaer.com/blue-ribbon-ceremony-video-1999/>. Acesso em: jan. 2019.
- LADD, Paddy. **Understanding Deaf Culture**: In Search of Deafhood. Multilingual Matters Ltd. 2003.
- TEIXEIRA-DIAS, J. J. C.; PEDROSA DE JESUS, H.; NERI DE SOUZA, F.; WATTS, D. M. Teaching for Quality Learning in Chemistry. **International Journal of Science Education**, v. 27, p. 1123 - 1137, 2015.
- WATTS, M.; ALSOP, S. A. Terms of Engagement: Learners and School Science. In: **Paper presented to the Annual Com**. 2000.
- WIKIPEDIA. **Esterilização de pessoas Surdas na Alemanha nazista**. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Sterilization_of_deaf_people_in_Nazi_Germany . Acesso em: 22 jun. 2019.

FENEIS - RS E A PASSEATA DE 1999: AS LUTAS E CONQUISTAS DA COMUNIDADE SURDA EM 20 ANOS

Feneis-RS y la marcha de 1999: las luchas y conquistas de la Comunidad Sorda en 20 años



Augusto Schallenberger

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor de Libras na Universidade Federal de Ciência da Saúde de Porto Alegre. Ex-Diretor Financeiro no escritório regional Rio Grande do Sul da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (gestão 2016 - 2020).



Carlos Roberto Martins

Mestre em Educação pela Universidade La Salle. Atua na Coordenação de Libras e na Educação à Distância na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. Professor de Libras na Universidade La Salle (Canoas), Universidade do Rio dos Sinos (São Leopoldo) e Faculdades EST (São Leopoldo). Ex-Diretor, Segundo Vice-presidente da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos e Ex-Diretor no escritório regional Rio Grande do Sul da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (gestão 2016 - 2020).



Maria Cristina Viana Laguna

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora de Tradução e Interpretação de Libras no Campus Alvorada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Diretora Administrativa no escritório regional Rio Grande do Sul da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (gestão atual).



Emanuelle Plotzky de Castro

Graduada em psicologia na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre- UFCSPA.

Resumo

O presente texto apresenta nossa história como diretores (gestão 2016 a 2020) da Feneis - Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos, escritório Rio Grande do Sul. No contexto, baseando-se pelo início da constituição da Feneis, no Rio de Janeiro (1987), e da Feneis - RS (1997), destacamos a importância da Feneis nos movimentos da Comunidade Surda. A Federação teve participação importante na passeata de 1999, em que um grupo de surdos entregou o documento intitulado "A educação que nós surdos queremos". Tal documento apresenta diretrizes educacionais na proposta de educação bilíngüe para surdos. A passeata tornou-se um marco histórico e elevou a visibilidade da Feneis diante do governo na época. A oportunidade de escrita sobre os acontecimentos da época e os acontecimentos atuais nos possibilitaram apresentar nossas histórias que, de alguma forma, nos fortaleceram e nos tornaram o que somos hoje, mais sensíveis, mais humanos, mais empáticos aos surdos de nosso estado. Sentimo-nos honrados de fazer e de ser parte desta história.

Palavras-chaves

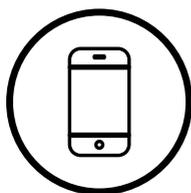
Passeata de 1999. "A educação que nós surdos queremos". Feneis - RS.

RESUMEN

En este texto se presenta nuestra historia como directores (directiva 2016 hasta 2020) de Feneis - Federación Nacional para la Educación e Integración de Sordos, oficina de Rio Grande do Sul. Basados en el principio de la constitución de la Feneis en Río de Janeiro (1987) y de la Feneis en Rio Grande do Sul (1997), destacamos la importancia de la federación en los movimientos de la comunidad sorda. La Federación tuvo un papel importante en la marcha de 1999, en la que un grupo de personas sordas entregó al gobierno el documento titulado "La educación que nosotros, los sordos, queremos". Este documento presentó directrices educativas en la propuesta de educación bilingüe para los sordos. La marcha se ha convertido en un hito y aumentó la visibilidad de la Feneis ante el gobierno de la época. La oportunidad de escribir sobre los acontecimientos de aquella época y sobre los acontecimientos actuales, nos permitió presentar nuestras historias que, de alguna manera, nos fortalecieron y nos han convertido en lo que somos hoy, más sensibles, más humanos, más empáticos con las personas sordas de nuestro Estado. A nosotros nos honra realizar y ser parte de esta historia.

Palabras clave

Marcha de 1999. "La educación que nosotros, los sordos, queremos". Feneis - RS.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**

<https://www.youtube.com/channel/UCosR0agJVuvT-26VxiR3cTQ>

Canal do DDHCT INES no YouTube



INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda sobre a passagem de 20 anos da passeata realizada pela Comunidade Surda no ano de 1999, ambientada a partir da fundação da Feneis - Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos - Nacional e do estado do Rio Grande do Sul (RS). O que nos move a escrever sobre esse período de 20 anos é o quanto nossas vidas pessoais, profissionais e como diretores da Feneis - RS, no período de 2016 a 2020, tiveram reflexos advindos da luta e das conquistas da Comunidade Surda, tanto na garantia de direitos para os surdos, como na garantia de direitos para os Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais.

O que se pode prever desta leitura é o contexto histórico comumente conhecido pela Comunidade Surda e, em paralelo, mostrar o quanto nosso trabalho na Feneis - RS trouxe conquistas importantes para os surdos gaúchos. Nosso trabalho, enquanto diretores da Feneis - RS, mostra os avanços com relação às políticas educacionais e o quanto ainda precisamos avançar em outros setores da sociedade.

O que apresentamos sobre a Feneis - RS é o que encontramos em nosso dia a dia enquanto diretores na gestão 2016 A 2020 e o quanto a nossa representatividade pessoal e profissional foi importante para debater a garantia de direitos para os surdos.

Nossas histórias de vida, nosso conhecimento acadêmico, nossa militância, são apresentadas de forma transparente, a forma como a Comunidade Surda nos vê, nos conhece e nos respeita. Foram momentos árduos e difíceis, mas também regozijantes e empolgantes. Muitas vezes nos sentimos frustrados por não podermos nos dedicar mais, porém faz-se importante entender que o trabalho que realizamos durante a gestão de 2016 a 2020 foi realmente significativo e estamos emocionados e orgulhosos por termos a oportunidade de falar sobre os 20 anos de luta da Feneis - RS após a passeata de 1999.

UM BREVE HISTÓRICO DA FENEIS

A Feneis é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos; toda a sua trajetória se baseia na luta, no movimento e principalmente na representatividade da Comunidade Surda perante os órgãos públicos, privados e toda a sociedade.

Quando a Feneis Nacional foi fundada em 1987, o Brasil passava por uma crise política e econômica e, neste cenário, destaca-se a coragem da Comunidade Surda liderada pela Doutora Ana Regina e Souza Campello que fundou e presidiu a Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos). Importante registrar que em 1977 foi fundada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos - Feneida, composta exclusivamente por ouvintes. Conforme

relatos, a Feneida defendia os interesses dos surdos, porém não acreditava que os mesmos fossem capazes de coordenar uma entidade como a Federação. Em 1983, um grupo de surdos criou uma comissão que lutava para serem ouvidos e participarem das decisões da diretoria. Mesmo diante dos embates e restrições de participações, o grupo lançou chapa em 1986 para concorrer à diretoria da Feneida. No ano seguinte, em 16 de maio de 1987, ocorreu a Assembleia Geral que trazia os problemas financeiros da Feneida, justificando seu fechamento e apresentando a proposta de uma nova Federação que, em votação, recebeu o nome de Feneis - Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos. “Essa mudança foi muito significativa, pois não se referiu apenas a uma troca de nomes, mas à busca de uma nova perspectiva de trabalho e de olhar sobre os surdos” (KLEIN, 2005).

A Feneis passou a ocupar diversos espaços de discussões políticas, com incentivos da antiga *Coordenadoria Nacional para a Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência - CORDE, do Ministério da Justiça*. Foram realizadas conferências para a inserção de surdos no mercado de trabalho. Nos anos iniciais de sua existência, a Feneis ocupou uma sala no Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. Mesmo sem espaço físico, a Feneis surge para representar a Comunidade Surda brasileira nas discussões políticas em educação, saúde, assistência social, jurídica, cultural entre outros, bem como na defesa de seus direitos. Em janeiro de 1993, a Feneis conquista sua própria sede na Tijuca-RJ e amplia seus serviços.

No primeiro parágrafo do relatório da FENEIS, em seu segundo ano de funcionamento (1988), com palavras da então presidente Ana Regina e Souza Campello, podemos encontrar o que pôde ser considerado como o “resumo” da situação da Comunidade Surda brasileira na época: “Consideramos da maior importância as colaborações que recebemos e queremos continuar recebendo das pessoas que ouvem. Mas consideramos também que devemos assumir a liderança de nossos problemas de forma direta e decisiva a despeito das dificuldades que possam existir relacionadas à comunicação” (RAMOS, 2004).

Consideramos relevante apontar a origem da proposta apresentada pela Feneis à Comunidade Surda. O próprio desenvolvimento da Feneis se deu a partir do contato com a World Federation of the Deaf (WFD), que transmitia à Federação brasileira todo o conhecimento necessário acerca da Língua de Sinais, baseado nas normativas estabelecidas para a Língua de Sinais Americana (ASL), possibilitando à Feneis promover formação e capacitação às Associações de Surdos, às escolas e à Comunidade Surda. Para os surdos brasileiros, foi uma surpresa descobrir que existia uma Federação de Surdos em nível mundial e que a Língua de Sinais deveria ser a língua de uso e de instrução dos surdos, assim como já ocorria em muitos países desenvolvidos.

Percebia-se que o Brasil estava muito atrasado em relação a essa temática, mas não havia a quem culpar por isso. Os surdos brasileiros não tinham conhecimento

sobre essas questões, por isso estavam indiferentes e sem iniciativa. Logo, a WFD veio despertar o interesse da Comunidade Surda às questões importantes relacionadas aos seus direitos.

1.1 A fundação da Feneis - RS

A Feneis era composta por membros de diferentes estados brasileiros, entre eles, o Rio Grande do Sul. Com a mesma determinação da Comunidade Surda no Rio de Janeiro, em 1997, no Rio Grande do Sul, um outro líder, Carlos Alberto Góes¹, carioca, tendo visto a luta da fundação da Feneis no Rio de Janeiro, escolhido e incentivado por Antônio Campos de Abreu², juntamente com Lodenir Becker Karnopp³, mobiliza a Comunidade Surda no estado do RS para fundar um escritório na capital gaúcha. Assim a Feneis - Escritório RS é fundada em abril de 1997.



Fonte: Acervo Feneis (1997).

Na imagem, vemos, desamarrando a fita, Antônio Campos de Abreu (à esquerda) e Carlos Alberto Góes (à direita), ao lado de camisa branca e gravata Ricardo Sander, que era professor de surdos e intérprete de Língua de Sinais.

1 Líder surdo. Nascido no Rio de Janeiro, mudou-se para o Rio Grande do Sul e tornou-se diretor regional da Feneis-RS de 1997 - 1999.

2 Foi Presidente por duas vezes da Feneis gestão 1993 e 2001. Fundou a Feneis - MG e incentivou a criação de outros escritórios no Brasil. Foi board member da Federação Mundial dos Surdos (WFD) de 1995 a 1999. Atualmente leciona as disciplinas de História e Geografia na escola de educação especial, Escola Estadual Francisco Sales, em Belo Horizonte.

3 Doutora em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do RS. Realizou pesquisas na Gallaudet University, em Washington, DC, Estados Unidos, na modalidade de Pós-Doutoramento no Exterior, com bolsa PDE-CNPq. Desde julho de 2015 é líder do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (GIPES), do DGP/CNPq. Foi Vice-diretora da Feneis -RS na gestão 1997 - 1999.

Atrás deles, o Diretor atual da Feneis-RS, Carlos Roberto Martins. Importante informar que a Feneis funcionou inicialmente numa sala cedida pela Escola Especial Concórdia⁴, onde só era possível realizar reuniões, e mais tarde alugou espaço maior para a execução das ações planejadas.

Quando o ex-presidente Antônio Campos de Abreu da Federação Nacional de Educação de Surdos e Integração - FENEIS convocou nossa pequena comissão no Rio Grande do Sul, tendo sido feitas várias reuniões nos diferentes lugares do estado até a fundação da FENEIS Regional no ano de 1997. O Carlos Alberto Góes surdo foi escolhido para ser primeiro diretor da FENEIS-RS, e a ouvinte Lodenir Karnopp como segunda diretora. A FENEIS foi fundamental no processo de crescimento da política surda. Não existem dúvidas de que os surdos têm voz pela sinalização e já conseguiram abrir várias portas, antes fechadas para eles. A trajetória do movimento político de luta e resistência contra a oralização e pela propagação da língua de sinais é histórica.(FENEIS-RS, 2005).

Chegou o momento de tornar a Feneis conhecida e reconhecida no estado do RS, pois muitos surdos não conheciam e cabe enfatizar que ainda há muitos surdos que desconhecem a Feneis. O ex- Diretor da Feneis- RS, Augusto Schallenberger, relata que não fazia ideia do que era a Feneis. Sua infância e juventude foi, na maioria das vezes, convivendo com ouvintes. Quando descobriu a Associação de Surdos, buscou aprender Língua de Sinais na escola Concórdia, onde se aproximou da Comunidade Surda e desenvolveu a língua. Sobre a Feneis, ele relata que a maioria dos surdos com os quais tinha contato não sabiam o que era a Federação, nem do que se tratava. O que se sabia na conversa informal é de que a Feneis era responsável pela regulamentação de assuntos relacionados ao contexto das pessoas surdas, que disponibilizava cursos de Libras e procurava mostrar o quanto era importante aprender Libras e fazer cursos afins.

Sabe-se que o encontro do surdo com a Comunidade Surda permite ao sujeito ressignificar suas experiências de vida, ou seja, o surdo produz novos significados para os elementos que fizeram ou farão parte de sua existência, e encontra um novo sentido para a sua vida. “O encontro surdo-surdo é essencial para a construção da Identidade Surda; é como um abrir o baú que guarda os adornos que faltam ao personagem” (PERLIN, 2013, p. 54).

A Feneis-RS iniciou um trabalho de divulgação sobre cursos, oportunidades e serviços prestados para a Comunidade Surda. Em seu escritório alugado, contratou funcionários, e os surdos que constituíam a Feneis-RS passaram a realizar palestras sobre a Feneis e sua representatividade. Seguindo os moldes da Feneis - RJ, foram ofertados diversos cursos de Língua de Sinais, e duas das ações mais importantes foram a formação de instrutores de Língua de Sinais e a formação de intérpretes de Língua de Sinais.

Nesse período até 1999, a Feneis - RS passou a intervir, expondo a necessidade e a obrigatoriedade de uma padronização para a atuação do intérprete

⁴ A Escola Especial Concórdia foi uma referência em educação de surdos, formando inúmeros profissionais e foi palco para a iniciação das militâncias de vários estudantes. A escola fechou as portas em dezembro de 2020, depois de 54 anos de história.

de Língua de Sinais. Logo, a postura do intérprete e sua sinalização deveriam ocorrer de modo formal e estruturado. Os surdos passaram a conhecer a Feneis - RS que contribuiu significativamente para a formação e a construção de uma nova realidade para os surdos gaúchos.

Desde então, a Feneis - RS se estabeleceu como uma organização forte e representativa da Comunidade Surda gaúcha, contribuindo para o desenvolvimento e para a consolidação desta. Construiu-se uma boa relação de aprendizagem e troca entre ambos. A FENEIS assumiu esse papel de fornecer conhecimento e suporte para o desenvolvimento pessoal e interpessoal dos sujeitos surdos.

1.2 Marcos históricos da Comunidade Surda gaúcha - do Rio Grande do Sul para o Brasil

Enquanto a Feneis - RS ascendia nas discussões políticas, proporcionando visibilidade para a Comunidade Surda, o grupo de pesquisadores do NUPPES (Núcleo de Pesquisa em Políticas de Educação para Surdos, criado em 1996, envolvidos com a educação de surdos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS), coordenado pelo professor argentino Carlos Skliar, organizou, em 1999, a realização do V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos.

Conforme Thoma e Klein (2010), o encontro deu origem a um pré-encontro entre educadores e Lideranças Surdas, em que criaram um espaço de discussão dos surdos com proposta de temas do seu interesse.

As atas e os relatos dos participantes registraram a presença de aproximadamente 300 surdos, de diferentes regiões do Brasil, da América Latina, da América do Norte e da Europa. A participação de ouvintes interessados (profissionais e familiares) durante o pré-congresso ficou restrita à assistência (intérpretes de língua de sinais atuaram como relatores dos debates) e à observação: pretendeu-se, assim, garantir a autonomia do debate a partir de uma perspectiva surda, o que, segundo os organizadores do evento, era necessário para marcar uma posição política. Os temas discutidos durante os dois dias de encontro foram: Políticas e Práticas Educacionais para Surdos; Comunidades, Culturas e Identidades Surdas; e Profissionais Surdos. (THOMA; KLEIN, 2010, p.111).

As autoras ainda afirmam que as demandas apontadas pela Comunidade Surda, representada pelos profissionais surdos, incluindo as lideranças da Feneis - RS, naquele pré-encontro, originaram o documento “A Educação que nós, surdos, queremos” (FENEIS, 1999). O documento se tornou referência para a discussão de políticas educacionais para surdos no Brasil. E foi durante a realização do V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue, realizado em abril de 1999, onde se fizeram presentes mais de mil pessoas, que se organizou uma passeata, na capital gaúcha, com 300 surdos para levar o documento às autoridades; destacam-se o governador, Secretaria de Educação do estado do RS e deputados da Assembleia Legislativa (THOMA; KLEIN, 2010, p. 112).



Fonte: Acervo Feneis (1999).

Na imagem acima, vemos Antônio Campos de Abreu e Carlos Alberto Góes sentados à mesa com o então Governador Olívio Dutra.

As transformações na Comunidade Surda seguiram, promovendo um cenário propício para mudanças sociais e quebra de paradigmas. Autores e líderes surdos começaram a incentivar seus pares a se unirem e reivindicarem projetos de lei que oficializasse a Língua de Sinais. No mesmo ano da passeata, a Língua de Sinais foi oficializada por meio da Lei Estadual nº 11.405, de 31 de dezembro de 1999. Esta Lei teve participação importante da Comunidade Surda. A professora Ana Luiza Paganelli Caldas⁵ foi uma das responsáveis pela movimentação política da Comunidade Surda. Também coordenou, como representante da Feneis, a comissão de acompanhamento dos projetos de leis referentes à temática.

De acordo com Thoma e Klein (2010, p. 112) o Documento “A educação que nós surdos queremos” foi “novamente debatido e atualizado anos depois, sendo entregue uma nova versão ao Governo do Estado, em outubro de 2005, para subsidiar a Política Estadual de Educação dos Surdos”. Todo o movimento e os discursos sobre a educação de surdos demonstraram, frente ao sistema político, a força da Feneis com a Comunidade Surda.

2 FENEIS - RS: 20 ANOS DEPOIS

Duas décadas após a passeata, a Feneis se fortaleceu e conquistou espaços importantes de discussão política. Com o aumento das atividades, a Feneis contratou mais profissionais, conquistou convênios importantes com órgãos públicos, favorecendo a inserção de surdos no mercado de trabalho. Porém, reconhecemos que houve enfraquecimento das lideranças, dos movimentos; percebemos uma mudança no cenário do país que, com as crescentes leis que asseguram os direitos dos surdos, ao mesmo tempo, outras lutas se fazem necessárias.

A política de educação inclusiva é um dos debates mais difíceis, visto que

⁵ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora de Libras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial.

há incompreensões equivocadas da educação bilíngue. A educação bilíngue para surdos está prevista na legislação brasileira, a começar com o Decreto 5626/2005 que regulamenta a Língua Brasileira de Sinais e dispõe, entre outras determinações, da educação bilíngue para surdos desde a educação infantil. Tal política de educação bilíngue foi apontada também na meta 4.7 do Plano Nacional de Educação (2014-2024), pois a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 não atendia às especificidades linguísticas da educação de surdos.

Assim, em 2014, o relatório do GT - Grupo de Trabalho definido pelo Ministério da Educação na Portaria nº 1060, de 31 de outubro de 2013, que elaborou os Subsídios para a Política Linguística de Educação Bilíngue - Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa - , se tornou documento orientador para as escolas que ofertam a educação bilíngue. A Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - também prevê a oferta dessa modalidade de educação. E, recentemente, a Lei Federal 14.191, de 03 de agosto de 2021 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Esse último foi com certeza um marco na história da Comunidade Surda e teve participação importante da Feneis.

Até o final dos anos de 1990, a discussão enfatizava a aquisição linguística das crianças surdas, proporcionando a aquisição da Língua de Sinais desde a primeira infância, antes do acesso à escola. No documento “A educação que nós surdos queremos”, elaborado durante o Pré-Congresso que antecedeu o V Congresso, envolveu professores, pesquisadores, intérpretes, familiares e estudantes surdos.

Foram muitas conquistas, como a inserção de professores de Libras nas Instituições de Ensino Superior devido à obrigatoriedade da disciplina de Libras nos currículos das graduações, os cursos de Letras/Libras Licenciatura e Bacharelado, bem como o curso de Pedagogia Bilíngue. No entanto, diante destas conquistas, percebemos também uma acomodação entre os líderes da Comunidade Surda que nos deixava incomodados, pois parecia que não havia mais pelo que lutar ou houve uma fadiga, um cansaço que fez com que muitos recuassem e seguissem suas vidas por rumos menos conflitantes.

Em 2018, a Feneis - RS convidou professores surdos para fazerem parte de Grupos de Trabalhos que pudessem pensar as políticas educacionais junto aos órgãos, às escolas, com equipe escolar e estudantes. Porém, notou-se que poucos realmente se empenharam nessa missão. Os grupos não foram à frente, não houve evolução, e a Feneis - RS seguiu atuando, de forma solo, representando a Comunidade Surda.

Cada um de nós que atua na Feneis, sabemos a necessidade da dedicação, porém, nossas atividades remuneradas, em outras instituições, nos impediam de fazer mais. Cada um de nós, sonhou em estar na Feneis e fazer a diferença, mas muitas vezes esbarramos na correria do nosso trabalho, na incompreensão da

Comunidade Surda de que precisamos de mais pessoas que voltem a lutar para outras conquistas tão importantes quanto as que tivemos em 1999.

A Feneis - RS nesses 20 anos se fez presente em Conferências onde se discutiram políticas de educação, saúde, assistência social, jurídica, cultural entre outros. As representações foram e são importantes no debate político sobre os direitos dos surdos. No âmbito do trabalho, conseguimos concretizar convênios e parcerias institucionais por meio de licitação pública com o objetivo de inserção dos surdos no mercado de trabalho.

Em 2017, sediamos a Conali – Conferência Nacional de Libras –, que comemorou os 30 anos da Feneis Nacional e teve como proposta reunir a sociedade civil, as entidades, os estudantes, os pesquisadores, os professores, os TILS – Tradutores e Intérpretes de Libras/ Língua Portuguesa – e outros profissionais da área de Libras. O evento trouxe questões específicas sobre a educação e abordou temas atuais.

A Feneis, em 1997, que tinha o foco inicial na educação de surdos, mostra o quanto sua representatividade ganha credibilidade e, no decorrer dos anos, as mudanças no cenário brasileiro acrescentam outros objetivos e funções, ampliando o papel da Feneis nas lutas por outras demandas necessárias para a Comunidade Surda e estenderam-se esses papéis a todos os escritórios da Feneis em outros estados.

A oficialização da Língua Brasileira de Sinais significou uma unanimidade nos movimentos surdos, mas, nesta última década, as pautas da comunidade surda vêm-se reconfigurando, sendo que as discussões relativas às políticas educacionais ganharam contornos de possibilidades de reafirmação de iniciativas de mobilização do povo surdo. (THOMA; KLEIN, 2010, p. 113.)

A Feneis - RS apoiou o projeto “legenda para quem não ouve, mas se emociona”. Criada em Recife, essa proposta foi trazida para o Rio Grande do Sul em 2005 pela ativista gaúcha do movimento dos surdos e professora surda Carilissa Dall’Alba; o projeto defendia as legendas e ou janelas de Libras em filmes, especialmente, os brasileiros. Outra luta, foi a garantia de intérpretes de Libras nos horários eleitorais do estado do RS, que inicialmente ocorria por meio de legendas minúsculas e, com a junção de forças entre surdos e intérpretes, conquistamos o direito de escolher os candidatos com dignidade. Como a luta não ocorre de forma isolada, a Feneis - RS sempre buscou parcerias para diálogos e juntar forças nas reivindicações dos direitos. Entre as parcerias está a Associação Gaúcha de Intérpretes de Língua de Sinais (AGILS), com movimentos de lutas que representam a categoria dos profissionais tradutores e intérpretes do RS, tem sido fundamental no processo de discussões políticas sobre a formação e qualificação profissional na garantia de acessibilidade aos surdos. De igual modo, consideramos importantes as parcerias com as Instituições de ensino, contribuindo para o desenvolvimento e reconhecimento do trabalho proposto pela Feneis.

Sabemos que, ao assumir a Feneis - RS, seria uma grande responsabilidade, mas aceitamos o desafio; temos uma história de luta que nos move. Nossa força e coragem sempre esteve no fazer valer os direitos dos surdos, de modo que, de forma coletiva, os surdos pudessem participar efetivamente da sociedade. Fazemos o melhor, ajudando as associações de surdos, as famílias, as escolas, os profissionais, e o que queremos agora é que as leis existentes sejam devidamente cumpridas.

Portanto, um dos papéis da FENEIS é expor à sociedade e ao governo as demandas da Comunidade Surda e cabe à Federação acompanhar o cumprimento da legislação. Nosso papel é contribuir para garantir os direitos dos surdos em todos os sentidos!

Diante do contexto apresentado até aqui, destacamos outro ponto muito importante: as crianças também precisam conhecer os princípios da Língua de Sinais e os direitos dos surdos, tal como entender todo o processo histórico-cultural de lutas e conquistas da Comunidade Surda, para permanecer lutando por melhorias e dar continuidade ao legado da Comunidade Surda nas próximas gerações. É necessário que se trabalhe a história da Comunidade nas escolas de surdos, que as crianças surdas se sintam parte dessa história e cresçam motivadas em continuar a luta.

Reafirmamos o quão incrível é olhar para trás e lembrar toda a trajetória da Feneis - RS até aqui. No início tudo era muito diferente: a cultura, a realidade social, as políticas, entre outros setores da sociedade. Strobel (2008, p. 25) destaca que a Comunidade Surda tem uma longa história de persistência e luta. O Povo Surdo estabeleceu um grande marco no contexto social, histórico e político brasileiro e conseguiu preservar e difundir os ricos artefatos da Cultura Surda.

Augusto Schallenberger, ao relatar sua experiência com a Feneis - RS, conta como se sente.

Tenho consciência que a equipe da FENEIS sempre me ajudou muito, acreditando no meu potencial e me incentivando a ir além! Posso dizer que a FENEIS participou da minha formação, da construção da minha identidade e contribuiu para o meu desenvolvimento pessoal. Por isso, digo:

PARA MIM, AUGUSTO, A FENEIS É A MINHA VIDA! (SCHALLENBERGER, 2019).

Durante esta escrita, há um filme que passa na nossa cabeça; da nossa caminhada até este momento se passaram 20 anos, e é com muito orgulho e honra que fizemos parte dessa construção histórica da Feneis-RS, que juntos pensamos no melhor para a Comunidade Surda e com muita diplomacia lidamos com o governo de forma a garantir o que é direito.

Cada um de nós, autores deste texto, temos uma história de luta, de força e principalmente de amor pela Comunidade Surda. Embora as atribuições sejam individuais, somos unidos, nos respeitamos e tudo o que fazemos é pensando nos surdos, em suas peculiaridades, especificidades e vulnerabilidades. A Comunidade

Surda, compreendendo nossos esforços, pode e deve se juntar a nós, pois ainda há muito a fazer: precisamos apenas de pessoas que dediquem algum tempo e que tenham vontade e sede de lutar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contextualizar a história da Feneis - RS nos deparamos com histórias ricas de luta e persistência. Marcos históricos, como a passeata de 1999, refletem os impactos na Comunidade Surda gaúcha da atualidade.

Destacar, relatar, contar, apontar para a história, possibilita que as novas gerações conheçam e reconheçam o poder da luta com a força do coletivo. Após 20 anos, sabemos que tivemos muitas conquistas, porém elas não são, não podem ser, satisfatórias, pois ainda há muito para discutir e refletir.

A Feneis é a entidade internacionalmente reconhecida como representação máxima da Comunidade Surda brasileira nas diversas áreas como a educação, saúde, assistência social, jurídica, cultural, entre outros. E a Feneis - RS, como uma ramificação regional de luta e conscientização no seu estado, tem buscado o reconhecimento por meio de sua equipe de trabalho e com parcerias, como a Associação de intérpretes, para enfatizar as discussões políticas e garantir direitos.

Percebemos o enfraquecimento das lutas entre as Lideranças Surdas, porém acreditamos que a fadiga é reversível se trouxermos essas histórias para os surdos desde suas infâncias; proporcionar conhecimento e estimular que as crianças surdas cresçam se sentindo parte dessa história de luta.

Nossa gratidão por este momento de escrita sobre o trabalho da Feneis - RS e sobre algumas conquistas. Temos a consciência de nossas ascensões e de nossas limitações, mas tudo é um aprendizado, e a Feneis - RS é uma grande escola que nos ensinou sobre direitos humanos e nos oportunizou sermos partes desta história cultural, social e política da Comunidade Surda.

Referências

FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS (FENEIS). **A educação que nós surdos queremos**. Porto Alegre, 1999. 26p. Acervo Feneis-RS. Disponível em: https://issuu.com/feneisbr/docs/documento_a_educacao_que_n_s_surdos. Acesso em: 23 fev. 2019.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS (FENEIS).

Revista da FENEIS, n. 14, abr./jun. 2002.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS (FENEIS) et al. (org.). **Política educacional para surdos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2005. 22p. Disponível em: http://www.cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/03/FENEIS_politica_educacional_para_surdos.pdf. Acesso em: 23 fev. 2019.

KLEIN, Madalena. **Movimentos surdos e os discursos sobre surdez, educação e trabalho: a constituição do trabalhador surdo**, 2005. Disponível em: <https://cultura-sorda.org/movimentos-surdos-constituicao-do-surdo-trabalhador/>. Acesso em: 23 fev. 2019.

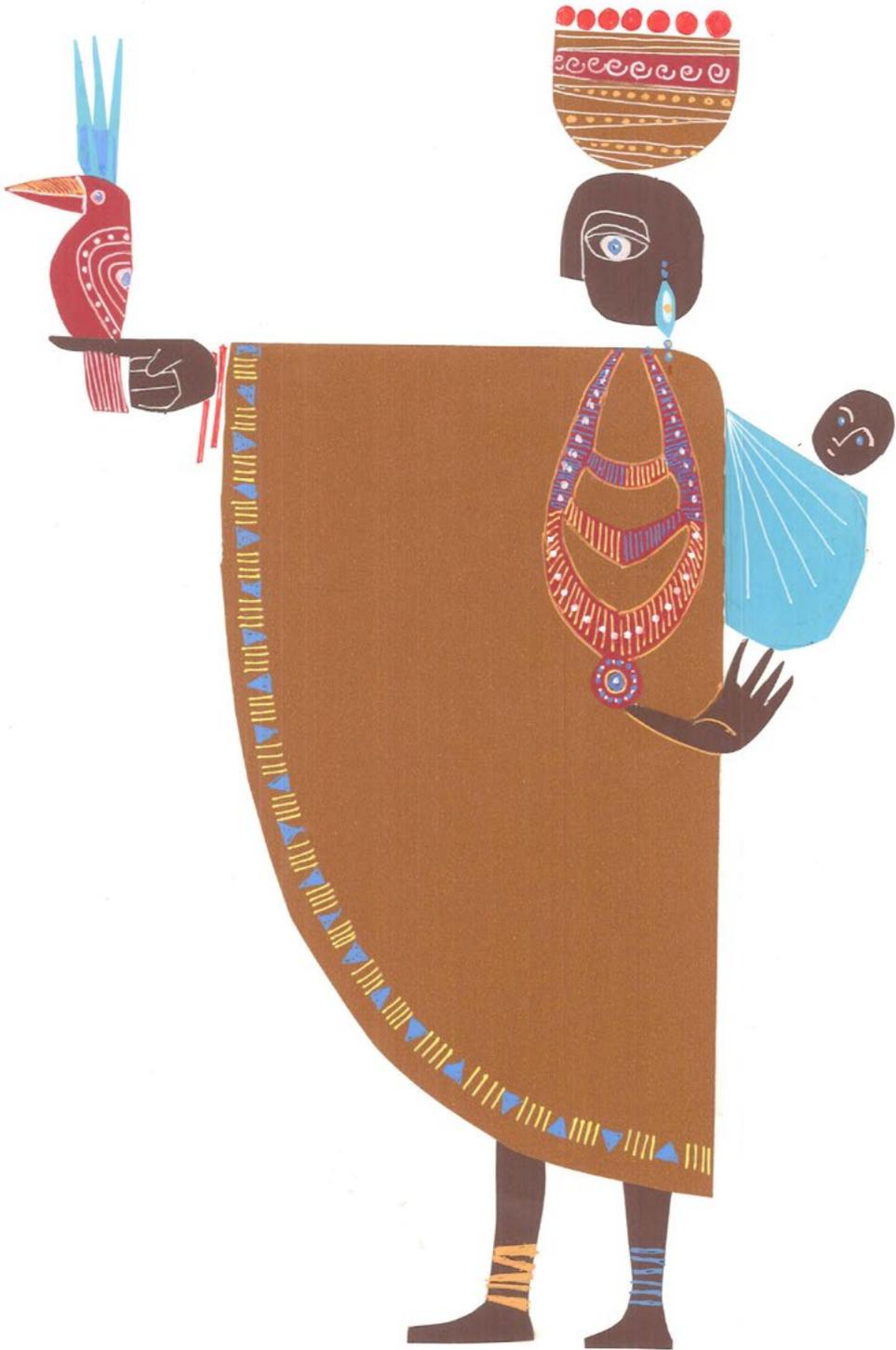
PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

RAMOS, Clélia Regina. **Histórico da FENEIS até o ano de 1988**. Editora Arara Azul, [e-Books], 2004. Disponível em: <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=19&idart=170>. Acesso em: 07 mar. 2019.

STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. **Cadernos de Educação**, FaE/PPGE/ UFPel, Pelotas, p. 107-131, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1603>. Acesso em: 23 fev. 2019.

**ARTE E
CULTURA SURDA**



Sik's
2021

GALERIA DE ARTE SILAS QUEIROZ*

Curadoria de Patrícia Rezende-Curione e Rosana Grasse

A Galeria de Arte nesta edição, orientada pelo tema “A Educação que nós surdos queremos”, será dedicada ao nosso espetacular artista surdo Silas Queiroz.

A capa desta edição, que nós entendemos como uma emergência das nossas lutas vitoriosas desde 1999, foi desenhada pelo próprio artista. Vemos nela mãos segurando uma árvore com suas mãos como frutos. Nós entendemos que este desenho mostra a trajetória de frutos e vitórias desde o documento de 1999, “A Educação que nós surdos queremos”. Uma produção artística inspiradora!

O artista Silas Queiroz nasceu em Recife, em 23 de dezembro de 1948. Atualmente mora na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, onde ele gosta de admirar paisagens para inspirar suas produções. Sua escolarização ocorreu no INES e em outras escolas particulares que atendiam surdos; mas, devido a adversidades, acabou não concluindo o ensino médio regular. Ainda assim, ele fez cursos no SENAC, profissionalizando-se como designer gráfico.

* Esta Galeria de Arte teve colaboração de tradução da Fátima Furriel e revisão do Tiago da Silva Ribeiro, do DESU/INES.

A empresa Celina, uma loja de móveis onde ele atuava como designer, investiu fortemente em sua formação até que se tornasse um grande designer de móveis.

Sua paixão por artes surgiu nas brincadeiras com seu irmão mais novo, que se comunicava com ele através de desenhos. Foi assim que aflorou a veia artística, percebendo uma identificação com representações de desenhos e que não era o único surdo nessa afinidade, já que vários outros também se identificavam com produções visuais. O artista acredita que esse seja um dom natural, espontâneo, já que nunca fez curso de desenho, deixando apenas fluir a arte manifestada em sua veia.

Além dos desenhos, também descobriu artes cênicas. Quando foi ao espetáculo teatral junto com o irmão, sentiu estranheza, mas depois já participava de apresentações teatrais na escola, aos quatro anos, no teatro infantil... Desde então, nutre fortemente a paixão por teatro. Ele explica que não teve formação artística específica, como as artes plásticas, mas era só pegar lápis e papel que a criação artística se manifestava. Assim também acontece no teatro. Ávido como ele é, sempre busca conhecimentos nessa área, o que acaba expandido para decoração e cenografia. É um artista com múltiplas produções.

Silas teve atuações muito importantes no Instituto Nacional de Educação de Surdos, como professor de teatro. Teve muitas turmas, mais de mil alunos, fazendo apresentações fantásticas para a comunidade escolar do Instituto. Também teve atuação importante na TV INES nos bastidores de gravações.

Conquistou, ainda, muitas premiações significativas por sua atuação no teatro, sendo agraciado pelo Grêmio Estudantil do INES em várias ocasiões.

Ele também ama a música. Gosta de expressões poéticas e reflexivas que a música proporciona e que agem como terapia para ele. Se ele pudesse enumerar, seria assim: primeiro a música; segundo o design; terceiro o teatro. Ele atuou por longos anos na atuação como designer e teatrólogo, mas a tríade música, designer e teatro é uma fórmula de perfeição para ele.

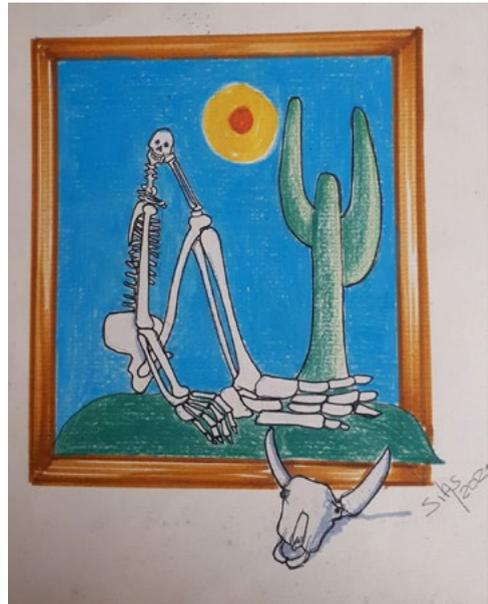
Nosso artista considera Rosana Grasse e Alexandre Pinto como grandes parceiros no teatro, pois, trabalhando juntos, têm uma interação espetacular. Segundo ele, são os melhores atores surdos! É questão de afinidade no atuar.

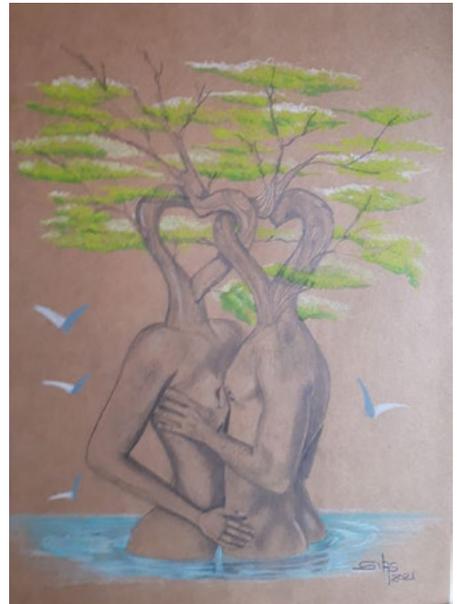
Atualmente, ele está aposentado e fazendo várias obras de artes, como pinturas, desenhos, acessórios de bijuterias, enfim, todas as produções possíveis que ele sabe criar com veia artística. Sua clientela é formada em maior parte pela Comunidade Surda, mas também tem os clientes ouvintes, que apreciam muito seus trabalhos.

Enfim, a mensagem que ele deixa é:

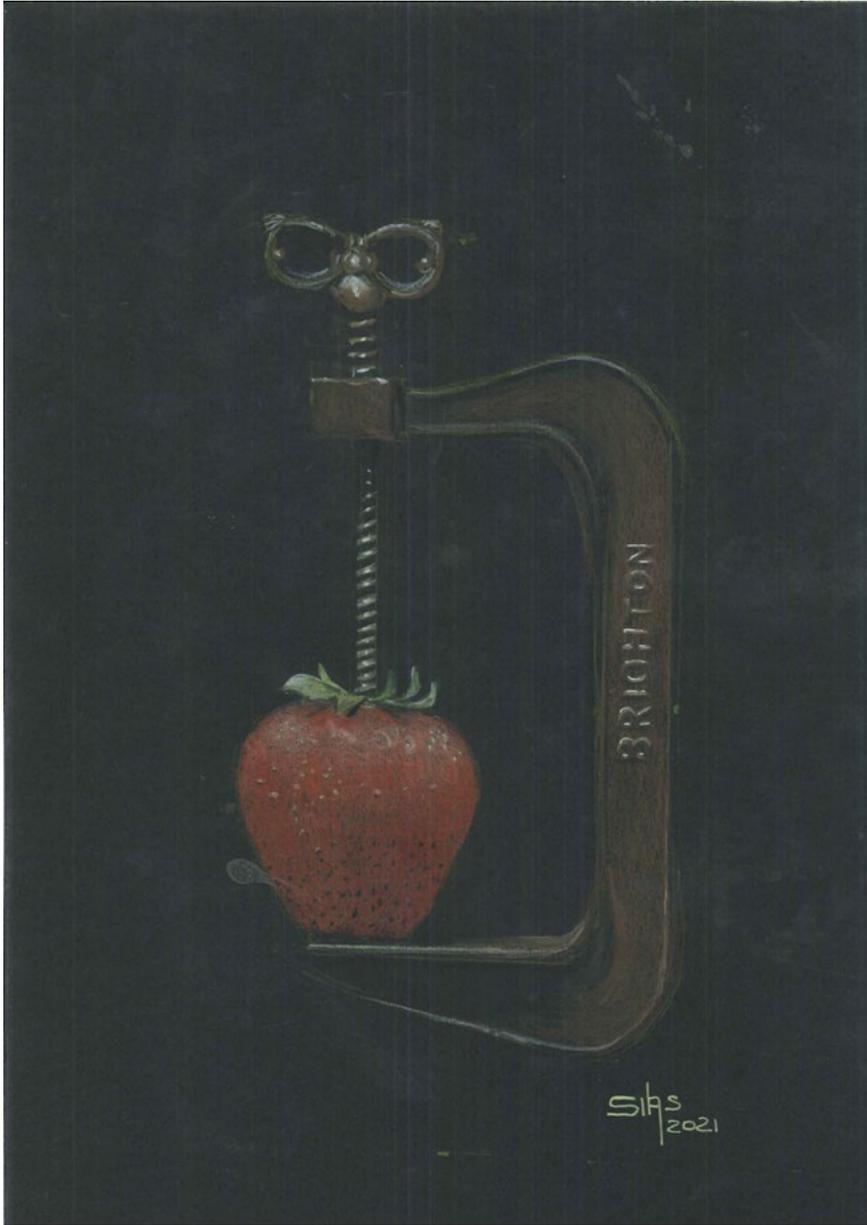
Sou um livro aberto! Leiam-me, degustem-me... Um dia sabemos que as páginas se encerram, mas deixarei a vocês o legado desta arte!



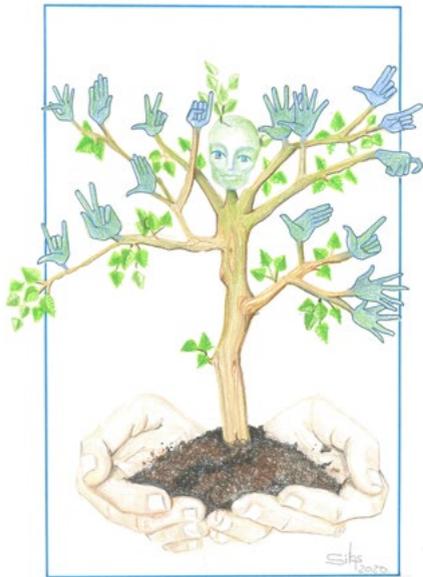






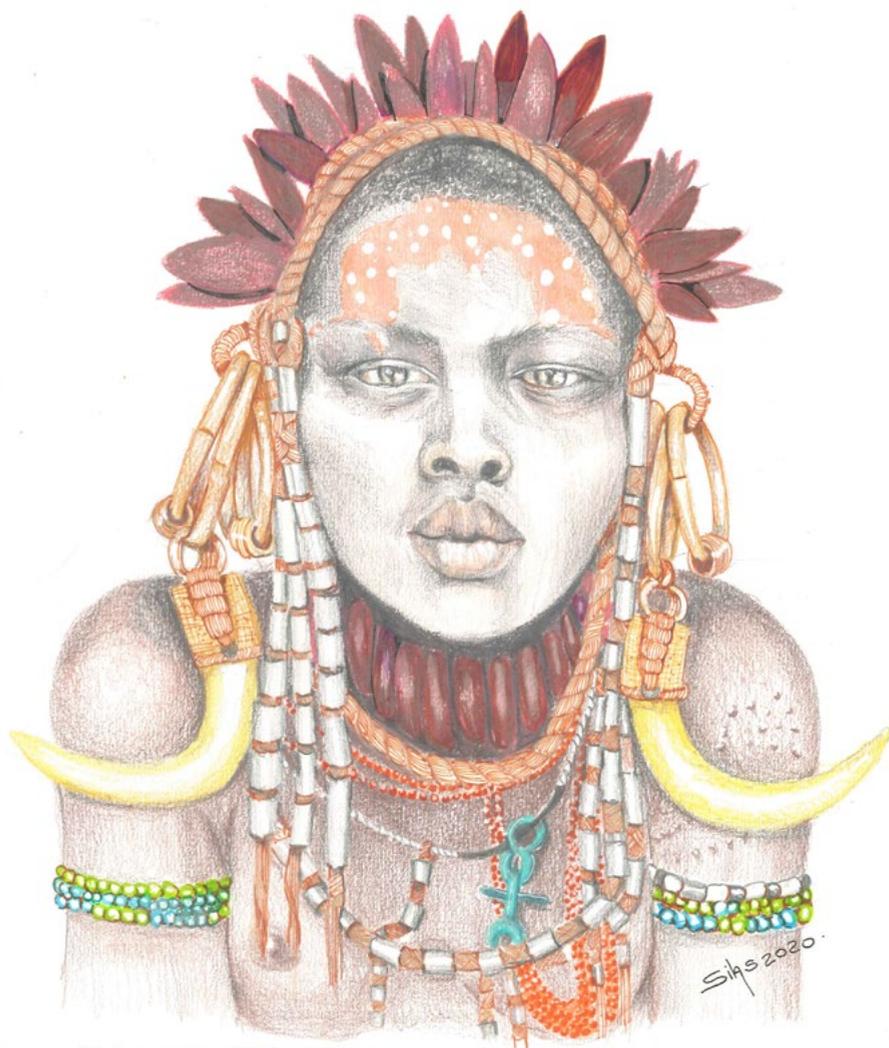




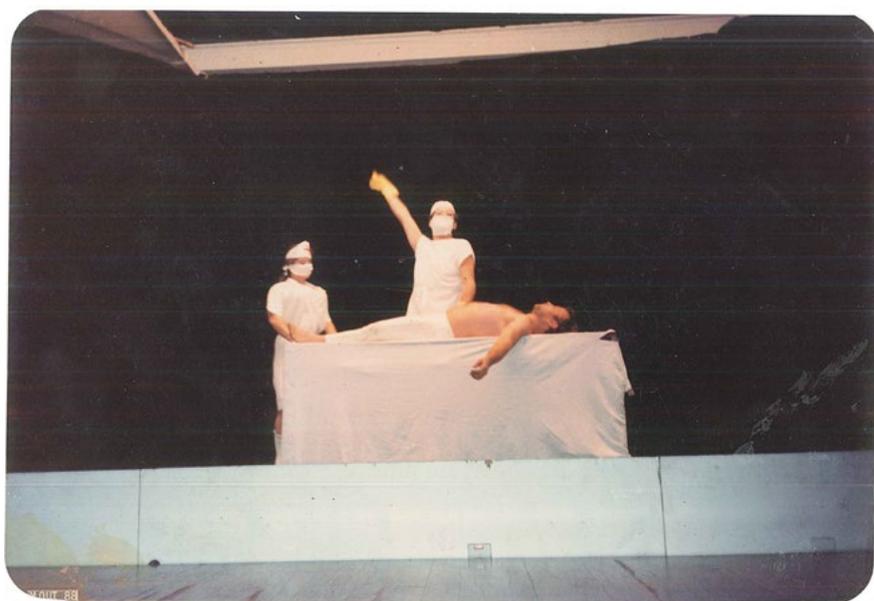


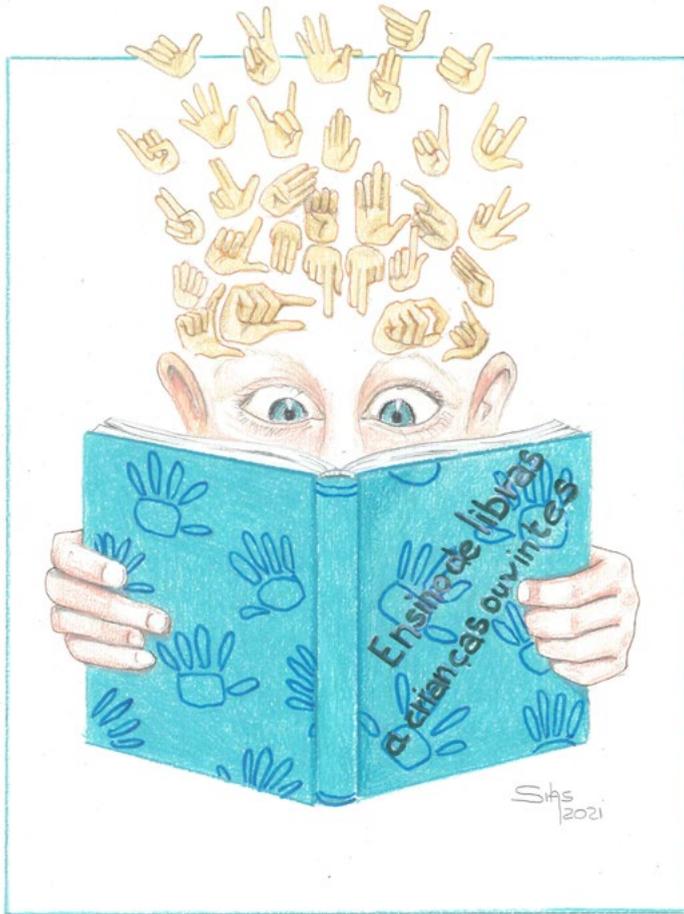
















R E V I S T A

ESPAÇO n. 57

Esta revista foi composta com
tipografia DejaVu Serif, Open Sans
e Glacial Indifference com dimensões
24cm x 16,5cm.



Quando a perspectiva surda focalizou a construção do documento homérico “A Educação que nós Surdos queremos”, no ano de 1999, não se imaginava que ele desencadearia movimentos e lutas surdas ao longo desses últimos anos. Se a construção do documento propôs ter presente a ênfase de nossa cultura surda no sistema educacional brasileiro, também propôs o despertar de uma grande conscientização e mobilização.

Sabemos, por meio de narrativas surdas passadas de geração para geração, que, antes de nós, nossos ancestrais surdos desenvolveram a mesma luta. Trazemos, dentro de nós, essa herança histórica e traços culturais que estavam nos pouquíssimos escritos de nossos antepassados, os quais foram sepultados, há quase dois séculos nas bibliotecas pelas práticas audistas. Os registros de nossos ancestrais foram apagados e/ou perdidos ao longo da história. Desta forma, objetivamos trazer à normalidade de ser surdo para o campo consciente do século XXI com a presente obra. Era preciso subverter as práticas audistas sedimentadas na educação por muitos anos, que passou por diferentes períodos, desde o oralismo até os variados tipos de bilinguismo. Outrossim, foi imprescindível a superação dos entraves das práticas audistas na educação, nas quais se perpetuou o epistemicídio de nossa cultura. Com o presente documento mantivemos entre nós a prática de nosso jeito de ser e de pensar surdos.

Esta edição objetiva documentar os mais de 20 anos da caminhada para a Educação bilíngue no país, bem como registrar os ciclos de acontecimentos ocorridos nesses anos na comunidade surda brasileira, cujos resultados hoje apontam para uma construção de uma efetiva Educação bilíngue. A Educação bilíngue compatível ao jeito de ser do estudante surdo, sem seguir um ensino impositivo “que não considera o seu lugar de fala, seus anseios e suas necessidades, vistos sob o olhar da pessoa surda”.

Para este dossiê, convidamos diferentes autores para delinear e ponderar seus pensamentos a respeito do título da obra, resgatando assim, olhares outros, posições e episódios vividos em 1999. Abaixo os protagonistas do espaço que abrimos aqui.

R E V I S T A
ESPAÇO



Periódico científico do
Instituto Nacional de
Educação de Surdos
(DDHCT/INES/MEC)

VEJA ESSE E OUTROS MATERIAIS BILÍNGUES EM www.seer.ines.gov.br